

Sara Dinis Mendes da Silva

Realidade Museológica no Arquipélago da Madeira – da
génese à actualidade

Orientador. Mário C. Moutinho

Co-Orientador António Nabais

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

2003

Índice

Introdução.....	4
1 - Metodologia e Fontes	5
2 - Enquadramento Geográfico, Económico e Social.....	7
3 - As Ilhas Atlânticas como pólo de desenvolvimento da cultura científica europeia.....	24
CAPÍTULO I – Realidade Museológica do Arquipélago da Madeira	35
1 - Evolução qualitativa e quantitativa.....	35
2 - Unidades Museológicas	63
2.1 - Museu de Ciências Naturais.....	63
2.2 - Museu do Seminário	67
2.3 - Museu do Liceu.....	69
2.4 - Museu Arqueológico.....	70
2.5 - Museu Oceanográfico	70
2.6 - Museu Municipal do Funchal (História Natural).....	71
2.7 - Museu da Quinta das Cruzes	77
2.8 - Museu de Arte Sacra.....	92
2.9 - Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso Museu de História Natural (Antigo Museu do Seminário Diocesano do Funchal)	104
2.10 - Photographia – Museu “Vicentes”.....	110
2.11 - Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira.....	115
2.12 - Museu da Cidade – Câmara Municipal do Funchal.....	120
2.13 - Museu Henrique e Francisco Franco	121
2.14 - Casa Museu Dr. Frederico de Freitas.....	124
2.15 - Madeira Wine Company – Adegas de São Francisco.....	133
2.16 - Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos.....	135
2.17 - Casa Colombo.....	136
2.18 - Museu da Baleia.....	139
2.19 - Museu de Arte Contemporânea	145
2.20 - Palácio de São Lourenço.....	149

2.21 - Museu Etnográfico da Madeira.....	153
2.22 - Núcleo Museológico do IBTAM (Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira)	158
2.23 - Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar	163
2.24 - Museu de Electricidade – Casa da Luz	168
CAPÍTULO II – Recursos não explorados.....	191
1 - Um património sem estatuto museológico.....	191
2 - Aldeia Etnográfica das Carreiras	195
3 - Património Industrial	196
3.1 - O Moinho de S. Jorge	197
3.2 - A Serra de Água.....	198
3.3 - O Engenho de Açúcar da Calheta	200
3.4 - Engenho do Porto da Cruz	201
CAPÍTULO III – Perspectivas Futuras	204
CAPÍTULO IV – Conclusão	213
Bibliografia.....	226
Bibliografia Citada	226
Bibliografia de Referência	234
Bibliografia Sobre Museologia e Educação	242
Bibliografia Sobre Museologia e Património.....	245
Índice de Quadros	249
Índice de Gráficos.....	250
Índice Remissivo Temático	251
Índice Remissivo de Instituições	252

Introdução

Com o presente estudo, temos como objectivo, proceder a uma análise do panorama museológico da Região Autónoma da Madeira incidindo o mesmo sobre todas as instituições que usualmente a população local e/ou os promotores designam como Museu.

Esta temática suscitou-nos interesse, na medida em que o nosso envolvimento na organização e montagem do Museu de Electricidade “Casa da Luz” permitiu-nos estabelecer uma relação com os profissionais dos museus da Região, levando-nos, ao mesmo tempo, a um melhor conhecimento da realidade museológica regional.

Iremos fazer uma abordagem qualitativa, relativamente ao funcionamento de todas as unidades museológicas, tomando como linha orientadora a actual definição e as directrizes do ICOM – (International Council of Museums):

“Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que estuda, adquire, conserva, inventaria, expõe e divulga testemunhos materiais do homem e do seu meio, para fins de estudo, educação e de deleite”.

No entanto, com as novas práticas museológicas desenvolvidas nas últimas décadas, o ICOM tem alargado o âmbito desta definição a novos espaços, a novas tipologias e a novas tutelas. Assim, *“Esta definição é aplicada sem qualquer limitação resultante da natureza da autoridade de tutela, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das colecções da instituição em causa.*

Correspondem também a esta definição:

- *os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos tendo a natureza de um museu para as suas actividades de aquisição, de conservação e de transmissão dos testemunhos materiais dos povos e do seu ambiente;*
- *os centros científicos e planetários;*
- *os institutos de conservação e galerias de exposições dependentes de bibliotecas e centros de arquivo;*

- *os parques naturais;*
- *toda e qualquer outra instituição com alguma ou todas as características de um museu ou que forneçam aos museus e aos respectivos profissionais meios de fazer investigação nos domínios da museologia, da educação ou da formação¹.*

Faremos este trabalho, igualmente, em consonância com o actual conceito de uma museologia de vertente social legitimado pela Mesa Redonda de Santiago e pela Declaração de Caracas, a partir das quais se teoriza o envolvimento da comunidade, não só como participante das actividades dos museus, mas como cogestora do património global.

Para melhor se poder compreender o objecto cultural e museológico da Região Autónoma da Madeira foi necessário fazer uma abordagem introdutória da geografia, da flora e da fauna, bem como dos aspectos económicos e sociais do arquipélago que se reflectiram na constituição das colecções e na tipologia das instituições museológicas e paramuseológicas.

Simultaneamente, e, com base num estudo histórico, faremos, ainda que de uma forma abreviada, uma comparação quantitativa e cronológica entre os museus do arquipélago da Madeira e os do Continente.

1 - Metodologia e Fontes

Para a realização deste trabalho, procedemos ao estudo de algumas fontes bibliográficas e documentais que pudessem servir como indicadores de referência, bem como à realização de conversas com os directores e outros profissionais dos museus da Região Autónoma da Madeira. Fizemos visitas aos locais e recolhemos documentação produzida por cada museu, e outros textos que abordam aquela temática, nomeadamente, monografias e periódicos, bem como informações orais. Para a interpretação e análise dos elementos recolhidos recorreremos a vários estudos e obras de museologia, e, ao mesmo tempo, recolhemos elementos estatísticos destinados a produzir quadros para uma melhor interpretação de fluxos no âmbito do turismo e do número de visitantes

¹ ICOM - Code de Déontologie de l' Icom pour les Musées, ICOM, Paris, Maison de l'Unesco, 2002, p. 26.

às unidades museológicas. Para uma melhor percepção de conjunto da realidade museológica procedemos à elaboração de quadros, nomeadamente das tutelas, da tipologia museológica, do acervo, do quadro de pessoal, do crescimento do número de “museus”, numa abordagem cronológica, estatística de visitantes² e, usando a mesma metodologia para o turismo regional determinante do número de visitantes dos museus. Para abordagem de cada “museu”, actualmente em funcionamento, definimos uma grelha que abordasse a história, o edifício/território, as colecções, o quadro de pessoal, a exposição e as actividades de extensão cultural inserindo nesta, o serviço educativo, os catálogos e outras publicações, e os públicos. A perspectiva histórica do trabalho deve-se à nossa formação de base em Ciências Históricas e, posteriormente, em museologia, levando-nos a recorrer a bibliografia e conhecimentos destas áreas disciplinares. Salientamos ainda que a nossa experiência profissional no domínio da museologia, da ciência e da técnica, favoreceu a análise e o estudo do património industrial do arquipélago. Tendo conhecimento, à partida, que a museologia da Madeira não foi uma temática bastante desenvolvida na produção de textos, fomos obrigados a visitar as unidades museológicas e a recolher “*in loco*” os elementos necessários para o desenvolvimento deste estudo. Ainda, para obtermos uma visão prospectiva sobre projectos e políticas museológicas, conversámos com as entidades ligadas ao poder de decisão, a nível do poder regional e que as tutelam, a saber: Secretário Regional da Cultura e Turismo, Director Regional dos Assuntos Culturais, Director de Serviços de Museus.

² As estatísticas dos “museus”, nem sempre aparecem completas, porque estão dependentes dos elementos disponíveis, facultados por cada museu.

2 - Enquadramento Geográfico, Económico e Social

No seu conjunto, o arquipélago da Madeira compõe-se das ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens.

A sua origem vulcânica e a sua localização geográfica determinaram-lhe a morfologia, a fertilidade do solo e a amenidade do clima.

Apenas duas das ilhas – a Madeira e o Porto Santo – são povoadas. A Madeira tem a área de 741 km² (57 km de comprimento e 23 km de largura). Está situada na metade norte do Oceano Atlântico, a cerca de 600 km a oeste da costa africana e a 850 km de Portugal Continental. O arquipélago tem cerca de 270 000 habitantes, dos quais, cerca de metade, vive na capital – o Funchal. A denominação foi-lhe atribuída, a partir do nome da ilha de maior dimensão e maior importância. Por sua vez, o vocábulo “Madeira” advém do facto de existir um denso arvoredado que cobria, totalmente, a ilha aquando da sua descoberta.

E, foi tal a importância e quantidade de boas madeiras da Ilha que, basta dizer, que a sua exportação para Lisboa influenciou a própria estrutura dos edifícios da capital portuguesa fazendo-os crescer em altura. Contribuiu ainda para nobres construções em cidades estrangeiras, nomeadamente, o palácio episcopal da cidade francesa de Ruão. Nela abundavam as mais nobres madeiras indígenas, como o til, o barbusano, o teixo, o vinhático e o denominado cedro da ilha, madeiras que tiveram fundamental importância nas habitações locais, tanto na construção como no seu próprio mobiliário, ou ainda nos célebres tectos de carpintaria hispano-árabe de igrejas e capelas. Na actualidade, é possível apreciar móveis executados nas referidas madeiras de cedro, til e vinhático, e que se encontram em exposição no Museu Quinta das Cruzes e Museu Frederico de Freitas.

A floresta indígena da Madeira, “a Laurissilva”³, é um património valiosíssimo por ser uma das mais raras florestas do planeta. Entre outras espécies, é aqui que vamos encontrar o belíssimo Pombo Trocaz (*Columba trocaz*), sem dúvida a sua ave mais emblemática. Recentemente, foi classificada pela UNESCO como Património Natural, tendo já adquirido, em

³ A laurissilva é até à data o único património natural português incluído na Lista do Património Mundial, todos os restantes são monumentos ou paisagens culturais.

data anterior, o título atribuído pelo Conselho da Europa de “Reserva Biogenética”, incluída na rede Natura 2000. Este tipo de vegetação desapareceu do Sul da Europa, Mediterrâneo e Norte de África, com a época glacial, na era terciária, no final do período Miocénico. No entanto, a fusão dos glaciares e as alterações climáticas que daí advieram, não se fizeram sentir com tanta intensidade nestas ilhas isoladas do Atlântico, graças ao factor moderador do mar, tornando-a, actualmente, floresta única no Mundo. A floresta indígena desempenha um papel muito importante na defesa contra a erosão nas íngremes encostas da ilha, ao mesmo tempo que garante a manutenção dos caudais das ribeiras e nascentes. Pode dizer-se que a economia e o bem estar social da Ilha dela dependem, dada a sua responsabilidade na fixação e regularização da água utilizada no consumo humano e rega dos campos.

As Ilhas Selvagens⁴, isoladas em pleno Oceano Atlântico e sem ocupação humana, para além da vigilância, são o *habitat*. por excelência, de várias colónias de aves marinhas. O Calcamar (*Pelagodroma marina*) e a Cagarra (*Calonectris diomedea borealis*) são disso exemplo. A Selvagem Pequena e o Ilhéu de Fora, embora de reduzida dimensão, permitiram o desenvolvimento e a manutenção de uma flora no seu estado original, que inclui vários endemismos.

Em 1982 foi criado oficialmente o Parque Natural da Madeira, espaço protegido que ocupa cerca de 2/3 da área total da ilha (aproximadamente 56 700 ha) e de cujos objectivos se destacam a salvaguarda dum vasto património natural, que constitui uma relíquia a nível mundial, e inclui algumas espécies únicas ou de grande raridade, bem como a preservação de algumas áreas de elevada qualidade.

Assim, encontram-se reservas parciais, reservas geológicas de altitude, reservas de repouso e silêncio e reservas naturais integrais onde a protecção é total.

Dentro deste ordenamento biofísico, existem ainda as zonas de pastorícia destinadas à apascentação do gado das populações serranas e as zonas de recreio destinadas a lazer da população. As áreas rurais, onde a paisagem, a arquitectura das construções, o modo de vida das populações, seus hábitos e costumes, são considerados de interesse a preservar, estão para tal efeito abrangidas pelas reservas de paisagens protegidas. Para além destas, existem também reservas de vegetação marítima e submarina destinadas a proteger a diversificada fauna e flora do litoral marinho e os locais de nidificação de aves migratórias.

⁴ Existe, igualmente, por parte do Governo Regional, intenção de candidatar as ilhas Selvagens, única área diplomada pelo Conselho da Europa no nosso país, a Património Mundial.

Graças a variadas condições específicas, o clima oferece características fora do comum, prevalecendo um notável equilíbrio climatérico, ao longo de todo, o ano proporcionando um invulgar clima temperado oceânico, com verões e invernos muito suaves. A sua amplitude térmica é bastante diminuta não ultrapassando, geralmente, os 7° C. As temperaturas médias são de 22° C no Verão e de 16° C no Inverno. A temperatura da água do mar é, igualmente, muito temperada por influência da corrente quente do Golfo, apresentando médias no Verão de 22° C e de 18° C no Inverno. O seu extraordinário clima temperado permite que sejam cultivadas outras plantas e árvores provenientes de diversas partes do mundo – África, América do Sul, China e Japão – que, facilmente, se adaptaram ao meio local, tendo contribuído para o enriquecimento da flora insular.

Picos altíssimos – o Pico Ruivo e o Pico do Areeiro atingem, respectivamente, 1861 e 1818 m – altas arribas que caem de forma abrupta para o mar, vales inacessíveis cavados entre as montanhas onde cresce uma vegetação exótica e água abundante que desce das alturas, e que vai ser necessária encaminhar para a costa sul da ilha pois *“Constatara-se serem as chuvas, os nevoeiros e os orvalhos duma maior frequência e intensidade em toda a vertente norte da ilha. Essa intensidade apresenta o máximo na região dos 1200 e 1300 metros, e decresce para cima e para baixo dessa zona. As nuvens sobem do nível do mar pela encosta, fixam-se em geral entre os 700 e 800 metros, adensam-se por cima dos 1000 metros e chegam até aos 1300 e 1350 metros. Para baixo e para cima dessas altitudes – fenómeno vulgar no norte da ilha – é frequente haver bom tempo, enquanto na faixa central, por vezes, chove, tudo reforçando, assim a possibilidade das directrizes das levadas que captam e conduzem as águas do norte para o sul, se situarem ao redor dos 1000 metros de altitude.”*⁵

É, assim, a Madeira que os Portugueses descobriram e povoaram no século XV, a ilha que lhes deu os cereais tão essenciais à expansão, o comércio do açúcar – o ouro branco da Europa até à última década do século XVI – e do vinho que a tornaram conhecida em todo o mundo e lhes trouxe os primeiros visitantes ingleses que, no regresso da África ou da Índia, aqui ficavam semanas a descansar e a aproveitar o seu ambiente tropical antes de regressarem ao clima frio de Inglaterra, e também outros visitantes ilustres que, ao longo do século XIX, procuraram a ilha para fins terapêuticos.

⁵ *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira*, Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira - CAAHM, Lisboa, 1944, pp. 43-44.

O vinho juntamente, com o açúcar, constituíram, ao tempo, as duas grandes moedas de troca da Madeira. As primeiras vinhas foram plantadas por ordem do Infante D. Henrique, após a descoberta da ilha e com a chegada dos primeiros colonos. Documentos coevos mostram que a plantação de vinhas na ilha era feita, não só com o intuito de produzir vinho para o seu próprio consumo, mas também para abastecer os barcos que a visitavam. As vinhas floresceram então no solo vulcânico, rico em ferro, minerais e matérias orgânicas. Para termos uma ideia da importância do comércio vinícola, podemos dizer, que, em 1646, se exportaram mais de 12 mil pipas de vinho e, no século XVIII, cerca de 20 mil pipas por ano, tendo o vinho da Madeira chegado até à Rússia Imperial.

De início, terá sido ensaiada a cultura de cereais, imprescindível à subsistência da população, mas a que logo se juntaram outras experiências, como o ensaio da plantação de cana de açúcar e de vários tipos de vinha mediterrânea. Por volta de 1451, ainda quando uma cultura de cereais ou de subsistência dominava a produção, D. Afonso V concede ao Funchal o seu primeiro foral, elevando-o à categoria de vila e de sede de concelho.

Funchal, Cidade do Açúcar

Na segunda metade do século XV, desenvolve-se, excepcionalmente, a cultura sacarina, alastrando os canaviais por toda a costa sul da ilha, desde Machico até alturas da Fajã da Ovelha, cabendo ao Funchal, fruto da sua localização, os dividendos mais importantes deste surto económico açucareiro. A proveniência de tal cultura *“De acordo com uma tradição que remonta, pelo menos às viagens de Cadamosto (1455) as canas que se plantaram na Madeira provieram da Sicília, devendo-se tal iniciativa ao Infante D. Henrique.”*⁶

Centro obrigatório de passagem das rotas comerciais portuguesas, de então, fixam-se no Funchal importantes interesses comerciais europeus e aqui estanciam aventureiros e comerciantes das mais recônditas origens na busca de melhores condições de trabalho e de vida, como Cristóvão Colombo, de Génova, ou o seu amigo João d’Esmenaut da Picardia, os Lomelinos, também de Génova, os Mondragões, da Biscaia, os Acciaolis, de Florença, os Betencourt, de origem francesa, os Lemilhana Berenguer de Valença, os Spínolas, os Leme, os Salviatis, os Sprangers, os Valdeveessos e tantos outros.

⁶ Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, Vol. I, p.24.

Nos finais do século XV, será D. Manuel que incentiva o planeamento e a estruturação da vila, mandando levantar os Paços do Concelho e dos Tabeliões, bem como erguer uma igreja nova, começada em 1493 e depois elevada à categoria de Sé Catedral, em 1514, e ordena a construção quase ao mesmo tempo, de outro importante edifício para ali instalar a Alfândega do Funchal. Com o início do século XVI, em 1508, o Funchal é elevado à categoria de cidade, passando, em 1514, a sede de bispado e, mais tarde, ainda, a arcebispado, tendo como sufragâneas as dioceses de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa.⁷

De início, a cana-de-açúcar era espremida em alçapremas (processo manual) e trapiches (pela força animal). Porém, a partir de 1452, constrói-se o primeiro engenho de água para fabrico do açúcar na ribeira de Santa Luzia, precisamente, a ribeira central das três que atravessam o Funchal. Em pouco tempo, a fama da Madeira alastrou-se pela Europa, em virtude da produção do excelente açúcar que nela era fabricado. A partir da década de 60 seguinte, já se exportavam grandes quantidades do precioso “ouro branco” para Inglaterra e, especialmente, para a Flandres. Desde cedo, a Madeira concorre em larga vantagem com o açúcar vindo do Levante, então transportado para a Europa, pelas Repúblicas de Génova e de Veneza. E o açúcar, que era até aí, considerado um luxo, quase privativo das cortes reais e das casas dos grandes senhores, passou a outras classes da população europeia face à expansão provocada pela sua mais fácil acessibilidade. Atraídos pelo comércio açucareiro, chegam ao Funchal mercadores e gentes dos mais diversos países que muito contribuíram para o seu desenvolvimento, o que fez com que fosse elevado a vila por meados do século XV, e em 1508, recebesse o estatuto de cidade, como já se referiu, dado pelo rei D. Manuel I. Notável, é o facto do Funchal ter sido a primeira cidade construída por europeus nas novas e misteriosas terras atlânticas. Outro factor de grande relevância, que resulta ainda do rico comércio açucareiro, reside no nascimento da primeira rota obrigatória dos europeus nas novas terras atlânticas. Ia-se à Madeira, mais precisamente ao Funchal, seu único porto, só para comerciar açúcar. A partir dos fins do século XV exportava-se, regularmente, açúcar para Portugal, Inglaterra, Flandres, Bretanha, Rochela, Ruão, Génova, Veneza, Roma e Constantinopla.

Para melhor compreensão do fenómeno agrícola local, diga-se que a abundante produção agrícola açucareira quase se limitava à parte soalheira da costa sul da ilha. Este facto explica, em grande parte, o povoamento tardio do norte da Madeira. A mão-de-obra do escravo e o engenho

⁷ *Catálogo do Museu da Cidade*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1986, p. 6.

de moer cana, de invenção madeirense, tornou possível a exploração açucareira na ilha e mais tarde, noutros países. Foi, na verdade, aquela experiência de alcançado êxito que serviu de modelo para a mesma produção nas duas margens geográficas do novo mundo atlântico, tanto nas Canárias e São Tomé, como em especial, no Brasil e nas Antilhas. Este contributo oferece à Madeira o posto de pioneiro e também quanto aos engenhos de água de moer cana, invoca um sentido precursor de exploração industrial que pode situar-se numa fase específica da arqueologia industrial.

Infelizmente, da rica urbe de outros tempos restam apenas alguns raros elementos de evidente grandeza e qualidade. A cidade açucareira dos velhos tempos, também dita manuelina, coincide com a parte central do Funchal, de hoje, na qual, a Sé Catedral, se destaca com imponente evidência e cuja construção coincide, de facto, com o apogeu da época do açúcar. Da cidade dessa época, aponta-se para além da Catedral, a velha Alfândega, bastante adulterada e onde se encontra instalado o Parlamento Regional, o Convento de Santa Clara, as capelas da Encarnação e do Corpo Santo e o torreão ameiado do lado leste do Palácio de São Lourenço. Existem ainda, como legados desse passado, algumas janelas manuelinas que estão expostas ao público no jardim do Museu da Quinta das Cruzes. Porém, além da arquitectura que se ergueu então e da qual pouco resta, como se disse, o grande contacto nesta altura com a área da Flandres, especialmente com Bruges e Antuérpia, fez com que um notável acervo de arte flamenga, de temática religiosa, se concentrasse na Madeira e ao longo da faixa de produção sacarina da referida costa sul. Ainda hoje restam, na sua maioria guardadas no Museu de Arte Sacra do Funchal, valiosas pinturas flamengas e peças de estatuária, se bem que, sobretudo algumas imagens, também flamengas, ainda se encontrem dispersas por outros locais. Juntamente com a arte estrangeira, chegaram nesse tempo à Madeira, pintura imaginária e ourivesaria portuguesa, das quais restam alguns exemplares dignos de especial atenção e que atestam o grande momento histórico que a ilha viveu.

Ergueram-se nesse período rico do açúcar, as vilas de Machico (1470), Santa Cruz (1515), Ponta do Sol (1501) e Calheta (1502). O norte da ilha passou, mais tardiamente, pelo processo de povoamento, sendo os centros urbanos de aparecimento tardio. O concelho de São Vicente surge em 1744 e os de Santana e Porto Moniz ergueram-se já no século XIX. Também Câmara de Lobos, antiga povoação da área sul, subiu a igual categoria neste mesmo século. No entanto, “*a Madeira que até à primeira metade do século XVI havia sido um dos principais mercados do*

*açúcar do Atlântico, cede lugar a outros” dando origem a que a cultura da cana sacarina no arquipélago, começasse a entrar em decadência.*⁸

Funchal - Cidade do Vinho

À cidade do açúcar sucedeu a cidade do vinho, quando a cana-de-açúcar cede o lugar de quase monocultura em benefício da intensificação e alastramento de plantações vinícolas por toda a ilha.

Em 1455, o navegador veneziano Cadamosto, na sua passagem pela ilha, revela a existência de vinhos muitíssimo bons e, no século XVI, Shakespeare, na peça “O rei Henrique IV”, faz alusão ao Vinho da Madeira. Mas, o grande incremento vinícola teve lugar, sobretudo, a partir da crise da cana sacarina, atacada pela concorrência do Novo Mundo, da África e por epidemias várias a que não é estranho o ataque dos corsários franceses de 1566, provocando efectivamente um rude golpe na economia do Funchal. Em 1646, para além do consumo local, exportam-se mais de 12 mil pipas de vinho por ano. Então, o comércio não só atraía, como no tempo do açúcar, mercadores e gente de outros países, mas obrigava a um desvio de rotas marítimas para carregar vinho da Madeira. No século XVII com o recrudescimento dos tratados comerciais com a Inglaterra, instalam-se na ilha importantes mercadores ingleses que, a pouco e pouco, acabam por controlar o cada vez mais importante comércio vinícola insular.

Com este incremento cresce uma nova cidade, com casas senhoriais urbanas, dotadas de um andar nobre para habitação, um piso térreo para arrecadações e adegas, e uma torre, não só e como noutros lados para emblema senhorial, como também era imprescindível para ver o movimento do porto e controlar as chegadas e as partidas dos navios que vinham carregar as pipas de vinho Madeira. Igualmente, os conventos entram no comércio vinícola. Assim, enquanto a Companhia de Jesus desenvolve a vasta propriedade do Campanário, que se estende até à célebre Fajã dos Padres, produtora dos melhores vinhos da ilha, segundo se dizia, as freiras de Santa Clara, embora não directamente ligadas ao comércio, entram no seu financiamento.

As castas então dadas como nobres eram o malvasia, o sercial, boal e verdelho, a que mais tarde se juntou ainda o terrantez. O vinho da Madeira, tal como o açúcar noutros tempos, tornou-se fonte de riqueza sendo exportado para várias áreas das Américas, sobretudo Barbados, Jamaica

⁸ Alberto Vieira, *A Rota do Açúcar na Madeira*, 1ª. Edição, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1996, pp. 154-155.

e Nova Inglaterra, e para diversos países da Europa. Ao longo do século XVIII a média de exportação andava à volta das 20 mil pipas de vinho por ano, atingindo o seu ponto mais alto durante as guerras napoleónicas, época em que o vinho da Madeira abastecia toda a Europa, tendo chegado à longínqua Rússia Imperial. Porém, no decorrer do século XIX, duas graves epidemias atacam as videiras madeirenses, causando perdas gravíssimas e provocando, novamente, estímulo para o cultivo da cana sacarina, sempre numa tentativa de aguentar parte do capital investido na Ilha, bem como o mercado internacional do vinho da Madeira.

Entre as várias tentativas agrícolas para debelar a crise que a Madeira então atravessou (momentos em que a emigração alcançou números bastante elevados), apareceu, de novo, a cana-de-açúcar, que tomando realçado incremento, fez com que surgissem, na segunda metade do século XIX, engenhos de moer a cana a vapor, ao redor de toda a ilha, equipados com maquinaria da era industrial vinda da Inglaterra e dos Estados Unidos da América: *“Em finais do século XIX a crise do vinho obrigou ao recurso da cana como alternativa económica. É no decurso desta fase que ainda hoje persiste a cultura na ilha, não obstante o golpe mortal desferido em 1985 com o encerramento definitivo da Fábrica do Hinton, a única que ainda produzia açúcar.”*⁹

Hoje, a cana-de-açúcar tende a desaparecer. Por conseguinte, existem poucos engenhos de moer a cana, e os que subsistem dedicam-se apenas à produção de mel ou aguardente de cana, sendo ao mesmo tempo espaços de atracção turística. Alberto Vieira explica a situação a que chegou a indústria do açúcar no século XX: *“A política de protecção e favorecimento do engenho do Torreão afastou todos os demais da indústria, levando a maioria ao encerramento. Em 1934 um decreto estabeleceu claramente a situação: proibiu a construção de mais engenhos até 1953 e os demais existentes deixaram de poder laborar açúcar, actividade que passou a ser exclusiva do engenho do Torreão. Pior foi o que sucedeu em 1954 com o decreto que determinou a concentração de todos os fabricantes de aguardente em apenas três fábricas: Sociedade dos Engenhos da Calheta, Ltda, Companhia dos Engenhos de Machico Ltda, Companhia de Engenhos do Norte (Porto da Cruz).”*¹⁰

⁹ Alberto Vieira, *Os Engenhos de Açúcar e Aguardente na Madeira – Situação Actual*, Retirado em 20 de Dezembro de 2002, às 22,30 da World Wide Web: ceha-madeira.net.

¹⁰ Alberto Vieira, *Os Engenhos de Açúcar e Aguardente na Madeira – Situação Actual*, Retirado em 20 de Dezembro de 2002, às 22,30 da World Wide Web: ceha-madeira.net.

A velha cidade do Funchal (zona baixa) que hoje podemos observar, é em parte a cidade do vinho que se sobrepôs à cidade do açúcar e à qual foram acrescentados elementos do século XIX ou de anos recentes. Este período vinícola viu também aparecer igrejas, capelas e outros edifícios de real importância entre os quais as igrejas do Colégio, São Pedro, Santa Maria Maior, e as casas do Museu de Arte Sacra e Quinta das Cruzes, os Palácios de São Pedro e da Câmara Municipal, entre outras. As fortificações que ainda permanecem e que faziam parte da antiga cidade fortificada, como o Palácio de São Lourenço, o Forte de São Tiago, a Fortaleza do Pico ou do Ilhéu da Pontinha, ergueram-se ou remodelaram-se nesta época.

As Levadas

Tentadas as primeiras explorações agrícolas, logo se sentiu a necessidade de um sistema de irrigação que favorecesse e ajudasse a riqueza do solo. Construíram-se então as emblemáticas levadas madeirenses: *“Foram as condições especiais do meio e privativas desta região, que determinaram a construção dos primeiros canais ou aquedutos a que depois se chamaram Levadas e que ficaram constituindo o mais rico elemento da agricultura madeirense”*.¹¹ Necessariamente, a agricultura seria, de futuro, a base da economia da sociedade madeirense. No entanto, ela só podia tomar grandes proporções e oferecer largos interesses, em zonas localizadas nas encostas, colinas e vales da beira-mar, onde a composição do solo, a fertilidade do terreno, a suavidade da temperatura e o regime brando dos ventos asseguravam certamente, produções intensas e preciosas. Ali se encontrava a zona das melhores culturas – cana de açúcar e vinha – que fizeram a celebridade, a fama e a riqueza da Madeira, garantindo à Metrópole, avultados rendimentos nos períodos mais críticos e adversos de Portugal. Mas a irrigação de tais terrenos durante todo o ano era fundamental para que a sua exploração fosse feita com intensidade: *“Quase todas as fontes e nascentes estavam localizadas nos pontos elevados (...) Cedo surgiu a necessidade e a vontade de interceptar, em certas altitudes, o curso natural das águas derivando-as para utilíssimos canais, construídos desde grandes distâncias, ao longo de rochedos escarpados, através de imensos obstáculos, apenas vencíveis por uma tenacidade heróica, até às regiões mais férteis. Tal é a instituição admirável e profícua das Levadas, factor*

¹¹ Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, Vol. II ,Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, p. 236.

primacial da agricultura e, portanto, de todas as condições económicas e financeiras da ilha da Madeira.”¹²

O gigantesco trabalho da sua construção, que durou séculos, as lutas sustentadas para a aquisição e posse dos respectivos caudais, as sublevações populares que por tal motivo se deram várias vezes, a organização das associações de «heréus»¹³ para a exploração e distribuição das águas, os frequentes pleitos judiciais, as muitas leis que se promulgaram reguladoras deste assunto, as discussões provocadas no parlamento, nas corporações administrativas, na imprensa e em comícios públicos constituem basta matéria para um largo e interessante estudo. Desde meados do século XV até aos fins do século XIX manteve-se inalterável essa tradição, que o mesmo é afirmar que a construção das levadas foi um trabalho contínuo e persistente. Já no século XX o Governo enviou à Madeira uma Missão Técnica para proceder ao reconhecimento das possibilidades técnicas e económicas nos aspectos hidroagrícola e hidroeléctrico em conjunto. Foi, conseqüentemente, apresentado um plano de obras destinadas ao aproveitamento dos recursos hídricos ainda disponíveis na ilha e que tinha como ideia básica trazer para as terras secas do sul, as águas perdidas ou mal aproveitadas no norte da ilha, sem prejuízo do alargamento de regadio que ainda fosse possível considerar, e aproveitar a possibilidade de conjugar a produção de energia com a necessidade de irrigação das terras, fazendo turbinar as águas aos 600 m de altitude, antes de as lançar no regadio. Conforme palavras do Eng.º Amaro da Costa¹⁴ “*O plano de aproveitamentos hidráulicos constituirá depois de concluído o empreendimento de maior vulto levado a efeito na Ilha da Madeira até ao presente. (...) O plano comporta a execução de 350 quilómetros de canais principais, sendo 26 em túneis e 300 quilómetros de canais de distribuição*”¹⁵. Cerca de 1970 está concluída a obra das Levadas, existindo algumas delas com dezenas de quilómetros de extensão. Esse colossal esforço, como tantas vezes acontece nos grandes empreendimentos, teve uma modesta origem e levou largos anos para atingir o seu pleno desenvolvimento. A necessidade de tal obra e a sua capital importância está por demais demonstrada, sobressaindo o que a mesma representou na economia do arquipélago.

¹² *Idem, op.cit.* p. 236.

¹³ Proprietários de água das levadas.

¹⁴ O Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa ocupava à data de 17 de Maio de 1952 o cargo de Presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira.

¹⁵ Manuel Rafael Amaro da Costa, *O Aproveitamento Hidráulico e a Obra de Maior Vulto Levada a Efeito no Arquipélago*, in «Diário Popular», Edição Especial sobre a Madeira, Lisboa, 1952, p.12.

Em jeito de síntese podemos afirmar que as Culturas Ricas – Cana de Açúcar e Vinho, com a ajuda indispensável das Levadas fizeram a prosperidade da Ilha da Madeira, devendo-se-lhe elevada referência no seu Panorama Museológico.

Entre as várias tentativas agrícolas houve tempos de crise que levou a população a emigrar, procurando outros países com melhores meios de subsistência, onde não existisse fome. Para fugir à miséria que grassava na ilha em 1792 emigraram muitas famílias madeirenses para o Estados Unidos da América, subindo em 1841 a 4045 o número de emigrantes, em 1846 a 4945, em 1847 a 4720 e em 1853 a 3060. De 1835 a 1855 saíram da Madeira cerca de 40 000 pessoas tendo-se instalado no Brasil e Estados Unidos da América. A emigração revela-se ainda actualmente uma realidade madeirense dispersa por variados países dos quais sobressaem núcleos fortes como África do Sul, Venezuela, Brasil, e tem um peso tão forte na ilha e na sua história, que é intenção do Governo Regional criar a médio prazo o “Museu da Emigração”, como adiante referiremos.

Esta apreciação teve, como objectivo final, um melhor entendimento da realidade museológica local, nomeadamente os Museus de História Natural, o Jardim Botânico, o Museu do Vinho, e o Núcleo Museológico do Açúcar.

O TURISMO

Associada à vida cultural existe um público potencial provocado pelo turismo. A história do turismo na Madeira não é recente tendo começado pela atracção climatérica e paralelamente pela beleza da paisagem insular publicitados ao longo dos século XVIII e XIX por muitos autores estrangeiros e guias turísticos. Depressa se espalhou pela Europa e depois pela América a fama invulgar da benignidade do clima da Madeira, a importância dos seus bons ares e surgiram até recomendações para a ilha ser aproveitada como estação própria para a cura da chamada tísica ou tuberculose.

Inúmeros foram os visitantes que ali se deslocaram, incluindo a alta aristocracia coroada europeia, a maior parte dos quais eram ingleses devido talvez à promoção que eles próprios fizeram à ilha através das gravuras ou das conhecidas “estampas” da Madeira. Essas estampas que datam da primeira metade do século XIX, de inspiração e execução inglesa foram um autêntico veículo de propaganda das belezas insulares ficando a ilha conhecida nessa época como “estação de Inverno”. Numa fase seguinte e acabado o surto da tuberculose, o inverno na ilha passou a ser tomado como uma temporada de repouso, passando de uma fase terapêutica a uma

situação turística de facto: *“A partir de finais do século XIX o turismo, tal como hoje o entendemos, dava os primeiros passos. E foi como corolário disso que se estabeleceram as primeiras infra-estruturas hoteleiras e que o turismo passou a ser uma actividade organizada e com uma função relevante na economia. Deste momento ainda persiste na ilha da Madeira uma unidade hoteleira: Hotel Reids. Este momento de afluência de estrangeiros coincide ainda com a época de euforia da Ciência nas Academias e Universidades europeias.”*¹⁶ A Madeira revela-se hoje um destino turístico durante todo o ano, em virtude do excepcional clima e das belas paisagens muito apreciados pela moderna “sociedade do lazer”. Mas esta sociedade necessita cada vez mais de aliar ao lazer a componente cultural chegando mesmo a deslocar-se unicamente por esse motivo. Com essa tomada de consciência os guias turísticos começaram já na segunda metade do século XX a fazer referência aos museus locais e foram melhorando essa informação ao longo do tempo. Actualmente existe uma grande diversidade de guias turísticos possuindo a maior parte deles muita qualidade. Em todos se faz referência à componente cultural da ilha, mas enquanto alguns possuem uma explicação sintética sobre os museus outros fazem uma explicação sucinta das colecções, horários de abertura, preços de ingresso, notando-se que existe a preocupação de passar uma mensagem correcta e de boa ligação com os museus.

A exemplificar o facto atrás referido de que a cultura faz movimentar públicos podemos exemplificar o caso de Bilbao e o seu Museu Guggenheim que consegue atrair anualmente milhares de visitantes à cidade, Londres actualmente com a “Nova Tate” ou referenciando o património industrial - Mulhouse na Alsácia - França cuja componente museológica – Musée National de l’Automobile, Musée de Impression sur Étoffes, Musée du Chemin de Fer, Electropólis – (Musée d’Electricité) e Eco-Musée de Haute-Alsace, ali faz acorrer um público interessado por esta vertente. Esta necessidade de aliar o Turismo à Cultura não é uma preocupação recente, conforme o discurso de Cayola Zagalo no I Congresso Nacional de Turismo realizado em Lisboa, no dia 10 de Novembro de 1935, que alerta para a necessidade de criar um museu de arte no Funchal a fim de servir o turismo nacional: *“(…) o museu depois de fundado representaria um útil entretenimento para nacionais e estrangeiros e um poderoso centro de propaganda da cultura portuguesa no estrangeiro. Façamos do Funchal, no campo artístico e turístico, o mesmo que êle já é pelo aproveitamento das suas belezas naturais, a sala de visitas*

¹⁶ Alberto Vieira, *Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX*, retirado em 22 de Novembro de 2002 às 23,40, da World Wide Web: www.ceha-madeira.net.

da Madeira e a antecâmara de Portugal para os que vêem até nós de além Atlântico. Assim prestaremos um alto serviço à Nação."¹⁷. Contudo, esta acção não teve reflexos a curto prazo. Em 1952 o Jornal "Diário Popular"¹⁸ faz uma edição inteiramente dedicada à Madeira, com inserção de um único anúncio ao Turismo e sem qualquer menção aos Museus. Tão pouco na entrevista que o jornal efectuou ao Presidente da Delegação de Turismo da Madeira (Prof. Basto Machado), o mesmo faz alusão a museus e à cultura local, apontando unicamente como dificuldade grave na época o facto de não haver distração do turista durante a noite, sendo necessária a existência do Casino em funcionamento.

O quadro que se apresenta mostra o movimento turístico nos meados do século XX, que, no espaço de quatro anos, triplica:

Quadro nº. 1: Turismo /Número de Barcos e Passageiros em Trânsito

Ano	Nº. de Barcos	Passageiros em Trânsito
1946	354	38 058
1947	456	76 293
1948	509	93 716
1949	553	102 949
1950	566	126 530

O pensamento de Zagallo, em 1935, continua actualizado nos dias de hoje, regendo-se pela máxima de que Cultura e Turismo devem funcionar em estreita ligação. Esta mesma máxima é defendida pelo ICOM: "*O turismo cultural é uma questão que se reveste de extrema importância para o ICOM. O aspecto mais importante dos museus é precisamente o de estar à disposição do público. Portanto se nós, os profissionais museísticos queremos alcançar o público mais amplo possível, é necessário que façamos visitar os turistas as nossas instituições com vista a dar-lhes algumas noções sobre as nossas sociedades e as suas respectivas histórias e não só com a intenção de obter benefícios económicos. Os museus podem alcançar este objectivo.*"¹⁹

¹⁷ Manuel Cayola Zagalo, *Museu de Arte no Funchal*, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936, p.7.

¹⁸ Jornal "Diário Popular" de 17 de Maio de 1952, Edição Especial sobre a Madeira, p. 6.

¹⁹ Manus Brinkman, *Museos, patrimonio y turismo cultural*, Peru, International Council of Museums, 2000, p. 87.

Na Madeira, os turistas não vão propositadamente pela vida cultural, mas aproveitam para visitar os museus locais, sendo essa realidade bem patente nas estatísticas de visitantes, sobrepondo-se grandemente ao número de nacionais. Sente-se no entanto que os agentes culturais estão à procura de um motivo muito forte que origine esse impulso turístico. Será essa a causa de se estar neste momento a querer criar um Parque Temático? Não seria talvez mais positivo promover-se a renovação e criação de novas situações no seu Parque Museológico?

O número de turistas na Madeira foi aumentando ao longo dos anos, como se pode concluir através da leitura do seguinte quadro:

Quadro nº. 2: Número de Turistas

Ano	Nº. de Turistas
1995	530 441
1996	565 707
1997	586 427
1998	634 024
1999	698 744
2000	745 088
2001	727 921 ²⁰

Incontestavelmente um dos principais problemas postos pelo turismo, sobretudo pelo turismo de massas de hoje, é o da conservação – tanto a conservação da integridade física como a intangível, de um espaço, meio ou lugar. Em ambos os casos só uma planificação apropriada, desembocando em programas estruturados, poderá assegurar o equilíbrio entre as exigências do turismo e a preservação dos sítios e dos objectos patrimoniais: *«Regra geral, para fazer respeitar a obra de arte, é preciso ensinar o público a conhecê-la. Da mesma forma importa sensibilizar fortemente as agências de turismo, muitas vezes menos inquietos pelo respeito pelo património do que pelos lucros que ele reputa gerar»*.²¹

²⁰ Meses de Novembro e Dezembro não incluídos

²¹ Yani Herreman, *Turismo cultural, patrimonio y museos en América Latina: un enfoque humanista*, in «Museos, patrimonio y turismo cultura», Peru, International Council of Museums, 2000, p. 31-32.

A inovação mais marcante das últimas décadas, é a aproximação social que a maior parte dos museus hoje adoptaram. Como o turismo, este sistema cultural foi activado por uma série de transformações económicas, tecnológicas e sociais que fizeram dele uma linguagem comum, universal. Os progressos realizados nos meios de comunicação, o recurso massivo à informática e à mundialização, são fenómenos que tocaram o mundo inteiro.²² Também através das estatísticas tivemos acesso ao número de passageiros em trânsito e que mostramos nos mapas seguintes:

²² Yani Herreman, *Les musées et le tourisme: culture et consommation*, Museum International n°. 199, Unesco, 1998 p.7.

Quadro nº. 3: Evolução do Turismo no Arquipélago

Ano	Passageiros em Trânsito
1946	38 058
1947	76 293
1948	93 716
1949	102 949
1950	126 530
1995	530 441
1996	565 707
1997	586 427
1998	634 024
1999	698 744
2000	745 088
2001	727 921 ²³

²³ Meses de Novembro e Dezembro não incluídos

Gráfico n.º 1: Museus da Madeira – Evolução do Turismo no Arquipélago (1946-1950)

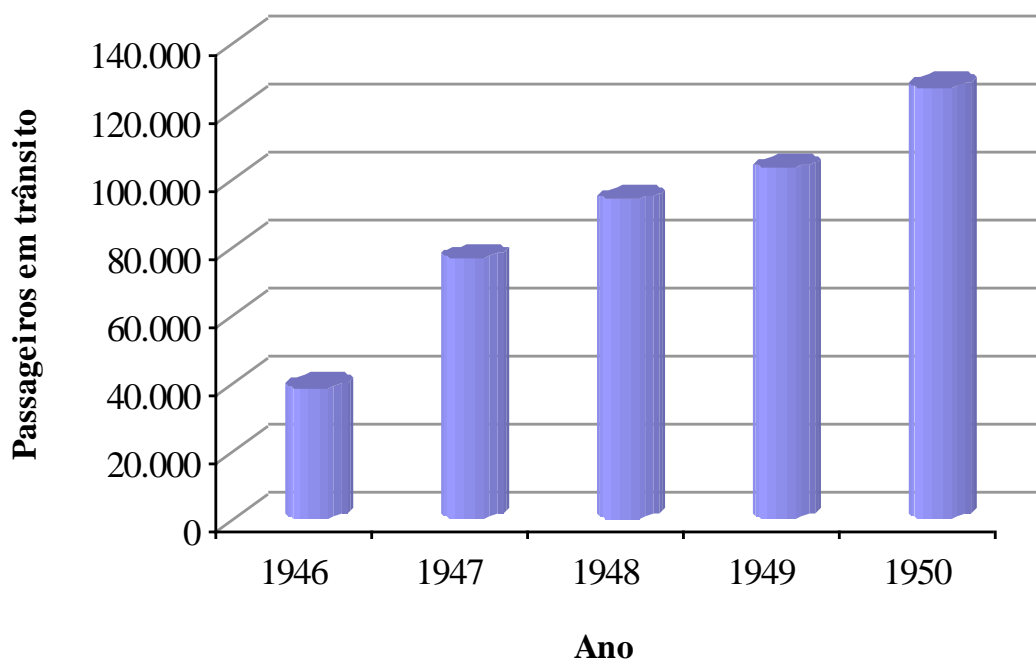
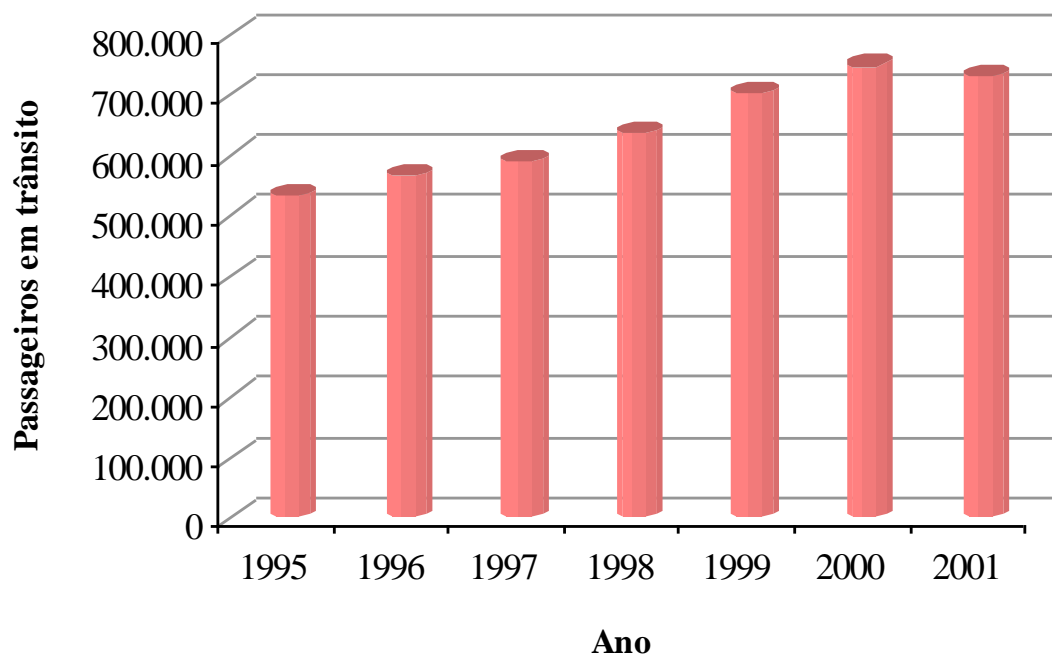


Gráfico n.º 2: Museus da Madeira – Evolução do Turismo no Arquipélago (1995 – 2001)



3 - As Ilhas Atlânticas como pólo de desenvolvimento da cultura científica europeia

O protagonismo das ilhas do Atlântico não se resume apenas ao período das descobertas, podendo referenciar-se dois momentos. O primeiro, que decorreu até ao século XV e conduziu à revelação de novos espaços agrícolas, mercados, rotas e portos comerciais; o segundo, a partir do século XVIII, em que o mundo europeu partiu à procura do quadro natural do Atlântico. A literatura científica e de viagens considerava as ilhas do Atlântico (denominando-as *Western Islands*), na sua globalidade, Açores, Canárias, Madeira e, raramente Cabo Verde, merecedoras de atenção: “*Esta unidade ficou estabelecida na designação de Macaronésia²⁴ dada às ilhas para fazer jus à mais antiga designação da Antiguidade Clássica.*”²⁵

No início do século XV a Madeira surge como a primeira experiência em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais, utilizados, posteriormente, em larga escala noutras ilhas e no litoral africano e americano. Foi daqui que irradiaram as bases da nova sociedade e economia do atlântico, primeiramente para os Açores e depois para outras regiões onde chegaram os portugueses, dando à Ilha um papel importante na difusão de culturas existentes na Europa, quer para subsistência, quer para exportação. Seguidamente, com a descoberta dos novos mundos do Atlântico e Índico, houve o conhecimento de outros produtos e culturas que vieram enriquecer a gastronomia dos europeus, dando, de novo à ilha o seu lugar de pólo irradiador de culturas.

O Renascimento despertou um particular interesse pela observação e interpretação da natureza proporcionando um período de pesquisa de naturalistas-exploradores. No entanto, a observação da natureza e inventariação e descrição das espécies animais e vegetais viria a impor-se durante os séculos XVI e XVII e de forma progressiva até aos nossos dias como consequência da descoberta de novas terras e da curiosidade que despertavam as faunas e floras exóticas aí encontradas.

²⁴ Segundo Alberto Vieira é uma criação do botânico alemão Adolfo Gustavo Henrique Engler (1844-1930) que apresenta no primeiro volume um capítulo sobre Das Afrika Benachbarte Makaronesien.

²⁵ Alberto Vieira, *Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX*, retirado em 22 de Novembro de 2002 às 23,40, da World Wide Web: www.ceha-madeira.net.

Na Madeira passaram ilustres especialistas da época, nomeadamente John Byron, James Cook, Humbolt, John Forster. Darwin esteve nas Canárias e Açores em 1836 e mandou um discípulo à Madeira. No entanto, ele próprio, se lhe refere várias vezes nos seus trabalhos, sobre a origem das espécies e a variação dos animais e das plantas. Na sua monografia dos cirrípedes, menciona 13 espécies madeirenses. James Cook escalou a Madeira por duas vezes em 1768 e 1772, numa réplica da viagem de circum-navegação apenas com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam pesquisaram o interior da Ilha à procura de raridades botânicas para a classificação e revelação à comunidade científica. Citando Alberto Vieira “*As ilhas entraram rapidamente no universo da ciência europeia dos séculos XVIII e XIX. Ambas as centúrias foram momentos de assinaláveis descobertas do mundo através de um estudo sistemático da fauna e flora.*”²⁶

A relação do homem com as plantas mudou a partir da segunda metade do século XVII. Em 1669 Robert Morison publicou *Praeludia Botanica*, considerada como o princípio do sistema de classificação das plantas, que tem em Carl Von Linné (Linnaeus) (1707-1778) o principal protagonista²⁷. O enciclopedismo e as classificações de Linneo em 1735 tiveram nas ilhas um bom campo de experimentação. Contemporâneo dele é o Conde de Buffon que publicou entre 1749 e 1804 a “*Histoire Naturelle, Générale et Particulière*” em 44 volumes. Os jardins botânicos do século XVIII deixaram de ser uma recriação do paraíso e passaram a espaços de classificação botânica sendo o Kew Gardens em 1759 a sua verdadeira expressão. Salientamos que também Hans Sloane (1660-1753) presidente do Royal College of Physicians, da Royal Society of London e fundador do British Museum esteve na Madeira no decurso das expedições que o levaram às Antilhas Inglesas. Instituições seculares como o British Museum, Linean Society e Kew Gardens enviaram especialistas às ilhas para recolha das espécies com vista ao

²⁶ Alberto Vieira , *Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX*, retirado em 22 de Novembro de 2002 às 23,40, da World Wide Web: www.ceha-madeira.net.

²⁷ Lineu foi um estudioso de faunas e floras locais tendo desde muito cedo a preocupação de sistematizar a natureza. A 1ª. Edição de *Systema naturae* data de 1735 e é constituída por 7 grandes páginas referindo-se aos animais, às plantas e aos minerais. A 1ª. Edição da mesma obra foi publicada em 1758, atinge 2500 páginas e inclui descrições de 4236 espécies animais.

O período que medeia entre a publicação da 10ª. Edição de *Systema naturae* (1758) e a da Origem das Espécies (1859) foi altamente influenciado pelas concepções de Lineu.

enriquecimento dos seus herbários. Os estudos no domínio da geologia, botânica e flora foram resultado da presença dos cientistas europeus.

A exploração dos territórios coloniais levou para os principais centros culturais europeus importantes colecções de animais. Naturalistas-colectores foram incumbidos de efectuar observações e colecções para diferentes museus. As nações mais poderosas, económica e culturalmente, promovem expedições científicas à escala mundial com o objectivo principal de conhecer os oceanos e colher exemplares marinhos, caso das explorações realizadas pelo Endeavour (1768-1771), Beagle (1831-1835) e Erebus e Terror (1839-1843).

Esta prática levou a que as instituições científicas europeias ficassem depositárias de algumas das colecções mais importantes de fauna e de flora das ilhas, nomeadamente: o Museu Britânico, Linnean Society, Kew Gardens, a Universidade de Kiel, Universidade de Cambridge, Museu de História Natural de Paris.

O homem do século XVIII passou a olhar para o seu mundo envolvente sem receio, antes com curiosidade fazendo dele motivo de experiência e de estudo, criando condições para o desenvolvimento da ciência e cultura europeias. A Madeira assume, então, mercê desta conjuntura, vocação como campo de ensaio das técnicas de experimentação e observação directa da natureza, oferecendo condições ideais para as técnicas de classificação das espécies.

Os arquipélagos da Madeira e Canárias consideravam-se bem posicionadas nas rotas que ligavam as instituições científicas europeias aos espaços de investigação em África, Índico e América do Sul, que actuavam como laboratórios de experimentação das técnicas de estudo e recolha, sendo objecto de apreço, por parte dos naturalistas, que se lhes referiram em trabalhos de elevada cotação científica. Ali se fazia escala para as expedições científicas provindas da Europa que a partir de dado momento se aliam e se cruzam com o traçado das rotas coloniais.

A aclimação das plantas com valor económico, medicinal ou ornamental adquiriu cada vez maior importância, resultando daí cada vez maior interesse pelo seu estudo. Em 1757 o inglês Ricardo Carlos Smith fundou no Funchal um dos jardins onde reuniu várias espécies com valor comercial. Já em 1797 Domingos Vandelli (1735-1816) e posteriormente João Francisco de Oliveira, em 1798, no estudo sobre a flora apresentou um projecto para um viveiro de plantas que foi criado no Monte e se manteve até 1828. O naturalista francês, Jean Joseph d' Orquigny, que em 1789 se fixou no Funchal foi o mentor da criação da Sociedade Patriótica, Económica, de Comércio, Agricultura Ciências e Artes.

Em 1850 José Silvestre Ribeiro avançou com um plano de criação do Gabinete de História Natural que desapareceu com a sua saída da Madeira em 1852. Ainda neste ano surgiu a proposta de Frederico Welwitsch para a criação de um jardim de aclimação no Funchal que receberia as plantas tropicais destinadas a ser transportadas para climas mais frios, assim como as plantas destes climas que fosse vantajoso cultivar nas regiões quentes. Depois de conseguida esta adaptação ao clima, seria depois fácil fazê-las vegetar em países mais frios ou mais quentes que o nosso. Welwitsch²⁸, botânico austríaco muito conhecido pelos seus estudos sobre a flora de Portugal e Angola, permaneceu por pouco tempo na Ilha, em 1853, quando seguia para Angola.

Segundo Silvestre Ribeiro,²⁹ em 7 de Outubro de 1854, foi recomendado ao Governador Civil do Distrito do Funchal que fornecesse todos os esclarecimentos ao Barão de Castello de Paiva que fora encarregado pelo Governo de uma exploração científica para estudar o estado da Ilha da Madeira.

Posteriormente, na sessão pública de 30 de Abril de 1865, o secretário geral da Academia Real das Ciências de Lisboa deu a conhecer o seu bom trabalho nestes termos: *“Deveu a academia à benevolência do seu consocio o sr. Barão de Castello de Paiva a doação do herbário do archipelago da Madeira e Porto Santo. Fôra o sr. Barão encarregado pela classe (1ª) de aproveitar a sua visita annual àquelle archipelago, estudando a flora d’ aquella região e colligindo os exemplares para um herbario. Desempenhou o nosso consocio a commissão, cedendo em beneficio dos cofres academicos o subsidio, que pela classe lhe havia sido para semelhantes trabalhos arbitrado. Ordenara tambem pelo mesmo tempo o sr. Barão de Castello de Paiva uma collecção de moluscos terrestres e fluviaes da ilha da Madeira, e nas suas excursões ao archipelago das Canarias colligira n’um herbario uma parte considerável da flora d’aquellas ilhas; e do herbario e da collecção fez tambem obsequioso presente à Academia, que com honrosas expressões lhe manifestou o seu agradecimento e o apreço em que tinha sempre os estudos e trabalhos de tão diligente cultor das sciencias naturais.*

²⁸ As poucas plantas colhidas por Welwitsch na Madeira em 1853, encontram-se no herbário da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

²⁹ José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal*, Vol. XI, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1872-1889, pp. 137-138.

*“Resolveu a primeira classe que sobre a collecção dos molluscos da Madeira, e, sobre os herbarios oferecidos pelo sr. Barão de Castello de Paiva, se fizessem relatorios especiais. Foi cometido ao nosso consocio o sr. Dr. Bernardino Antonio Gomes o exame dos herbarios, e o da collecção conchyliologica ao sr. Bocage, e desempenhando-se d’este encargo os dois insignes academicos, com o engenho e consciencia que todos lhes temos sempre reconhecido, deliberou a classe que ambos aquelles trabalhos fossem publicados na collecção das suas Memórias.”*³⁰

Segundo Rui Vieira, o estudo de João Francisco d’Oliveira³¹ e o Relatório do Barão de Castello de Paiva são os documentos menos divulgados, e tal como o naturalista Theodor Vogel, em 1841, e o grande botânico Frederico Welwitsch, em 1852, valorizaram apenas o interesse da Madeira para local de instalação, em Portugal, de “viveiros”, ou de um “jardim de aclimação” ou de “naturalização de plantas exóticas”.

O escrito de Welwitsch sob o título *“Aforismos acerca da fundação de jardins de aclimação na Ilha da Madeira e em Angola, na África Austro-Occidental”*, oferecidos ao Rei, refere que: *“O jardim criado no Funchal formará um jardim subtropical, recebendo os vegetais tropicais já habituados a certa cultura regular, naturalizando-os ali, para depois se poderem cultivar com melhor resultado em climas menos quentes: bem como, por outro lado, acostumando as plantas, para ali remetidas de países mais frios, a vegetarem numa temperatura mais elevada, adaptando-as deste modo a não estranharem tanto a sua posterior cultura em regiões da zona tropical, etc.etc..”*(...)

“ Ora, tanto a capital da ilha da Madeira como a de Angola reclamam, por causa da sua posição isolada e ainda por serem inteiramente desprovidas de recreios instrutivos, desde há muito a criação de jardins públicos;(...)”

A fundação de tão útil estabelecimento havia desde já ocupar muitos braços, que pelo desastre nas vinhas ficaram desocupados; o número cada vez maior de vapores que ali aportam, cruzando a Atlântico em todas as direcções, ofereceria frequentes e oportunas ocasiões de uma rápida comunicação com as mais longínquas terras, facilitando assim a pronta aquisição de muitos vegetais raros e apreciados; e finalmente a existência de um bem organizado jardim, povoado com as mais vistosas produções da flora de todas as zonas, havia forçosamente de

³⁰ José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal*, Vol. XI, Lisboa, Typografia da Academis Real das Sciencias, 1872-1889, pp. 137-138.

³¹ Em 1798 João Francisco de Oliveira é autor de um artigo intitulado *“Apontamentos para se estabelecer na Ilha da Madeira hum viveiro de plantas e huma Inspecção sobre a Agricultura da mesma Ilha”*

*chamar para ali um avultado número de viajantes curiosos, e aumentar consideravelmente a já não pequena concorrência de doentes, e convidar uns e outros a mais prolongada demora naquela ilha dos encantos. Ponderadas todas estas circunstâncias favoráveis, e avaliadas as vantagens que delas devem resultar aos madeirenses, parece a criação de um jardim de aclimação, com as componentes modificações para ao mesmo tempo servir de passeio público, uma das mais eficazes providências que o governo de Sua Majestade actualmente podia dar para aquela ilha, a fim de mitigar algum tempo tanto as tristes consequências da devastadora epifítia que lá reina; bem como para evitar a futura repetição de semelhantes desastres, que mais cedo ou mais tarde sempre se deverá reccer, se os madeirenses continuarem a basear exclusivamente, como até agora, todas as suas esperanças agrícolas sobre um só género de cultura (...)*³².

Achámos interessante destacar um excerto de uma apresentação feita pelo Director do Museu Bocage em Julho de 1941, no primeiro Congresso Nacional de Ciências Naturais. Este Congresso foi importante na medida em que propiciou o «*inventário científico dos produtos naturais*» - do Solo, da Flora e da Fauna – «*do Continente, Ilhas Adjacentes e Colónias Portuguesas*». Em termos práticos, o único benefício que a Madeira teve foi o de ter ficado realizado o inventário das suas espécies: “*Todas estas finalidades se podem reduzir a uma : conseguir que se dê existência real ao Museu Nacional de Lisboa, ao Museu do Porto e ao Museu de Coimbra, e se lhes criem as condições indispensáveis para poderem desempenhar integralmente a importante missão que hoje compete aos Museus de História Natural. Eis o voto que apresento ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais, não sem me apressar a acrescentar que um êxito, sem dúvida mais eficaz, aguardará os esforços dos Congressistas no sentido desejado, se previamente conseguirem para o País a Cultura necessária que lhe permita compreender e apreciar o valor científico, cultural e social de um verdadeiro Museu de História Natural.*»³³.

A investigação dos museus de Zoologia está intimamente ligada à evolução da Sistemática, ou Taxonomia, ou seja ao estudo da diversidade animal. “*No entanto só em finais do século XVIII se encontraram reunidas condições científicas e técnicas para a instalação dos museus zoológicos. Estes surgem após a fase lineana da Sistemática e naturalmente sob a influência da primeira tentativa global moderna de ordenação da diversidade animal realizada*

³² Rui Vieira, *Sobre o Jardim Botânico da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, pp. 102-103.

³³ Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural*, Separata dos Arquivos do Museu Bocage, XII, 1941, Lisboa, 1943, p. 37.

por Lineu (1707- 1778).”³⁴ Todavia os museus de Zoologia tiveram antecedentes nos “gabinetes de curiosidades” e de História Natural.

Um dos investigadores que se debruçou sobre o estudo das ilhas do Atlântico foi Charles Darwin que trabalhou sempre à margem de instituições oficiais. Após a viagem como naturalista voluntário a bordo do Beagle (Dezembro de 1831 a Outubro de 1836) em que percorreu importante parte da Terra, recolheu a casa e, durante mais de 40 anos com uma genial capacidade de integração do que observara e estudara, publicou, em 1859, “*A Origem das Espécies*”. Com o darwinismo visualizou-se a dimensão vertical, histórica da espécie, no entanto sob o ponto de vista prático o tipologismo continuou predominante. As colecções dos grandes museus não cessaram de aumentar durante este período: formaram-se novos museus; intensificaram-se as explorações com fins científicos – Challenger, Plankton-Expedition, Valdívia, Gauss, Belgica, Pourquoi-Pas, Président Théodore Tissier, Príncipe do Mónaco, etc. – e cresceu, naturalmente, o número de investigadores dedicados ao estudo da diversidade biológica.

As campanhas oceanográficas do Príncipe Alberto do Mónaco e do Rei D. Carlos, indirectamente, terão sido também factores determinantes para a fundação da tipologia de museus de história natural na Ilha da Madeira. O monarca português adquiriu enorme interesse pelas questões de oceanografia por influência do Príncipe Alberto I de Mónaco, que fora por sua vez sugestionado, com as expedições francesas a bordo do *Travailleur* e do *Talisman*.

O Príncipe Alberto inicia em 1885, a bordo do seu iate *Hirondelle*, as campanhas oceanográficas que se vão estender ao longo de trinta anos, do Mediterrâneo às águas americanas, de Sptizberg a Cabo Verde. Visitou os mares da Madeira em 1879, 1888, 1901, 1904, 1911, 1912 e ainda noutros anos, quer a bordo do *Hirondelle* quer do *Princesa Alice*, tendo em todas estas ocasiões feito colheitas valiosas para o estudo da hidrobiologia desta parte do Atlântico. Em Março de 1888, esteve na Deserta Grande, da qual trata no seu livro *La Carrière d'un Navigateur*, tendo o capítulo em que se refere àquela Ilha sido traduzido pelo Sr. Alberto Sarmiento e publicado no “*Heraldo da Madeira*”. No *Boletim da Sociedade Zoológica de França* (1892) foi publicado um trabalho com o título de “*Orthoptères provenant des voyages de S.A le prince de Monaco dans les archipels de Madère et des Açores*”.

Quando em 1882, o Padre Ernesto João Schmitz³⁵ fundou o Museu de História Natural conseguiu ali reunir os mais variados exemplares da fauna madeirense. O Padre Schmitz era

³⁴ Carlos Almaça, *Museus de Zoologia e Investigação Científica*, Cadernos de Museologia, APOM, Lisboa, 1985, p. 4.

principalmente ornitólogo, mas os seus estudos e observações estenderam-se a vários outros ramos de zoologia, alguns dos quais desconhecidos entre nós. O trabalho do Dr. Forel sobre as formigas e o de Kulczynski sobre os aracnídeos do arquipélago são baseados em materiais colhidos pelo reverendo Schmitz, tendo-lhe merecido também grandes atenções o estudo dos moluscos tanto marinhos como terrestres, o dos peixes, o dalguns grupos de insectos, o dos coraliários, etc.. Embora não fosse um cultor da botânica, deve-se-lhe no entretanto uma boa colecção de algas marinhas, que foi estudada pelo professor Schimtz, algólogo alemão. De 1882 a 1908, organizou e classificou muitos exemplares e colecções de História Natural. Interessou-se vivamente por moluscos terrestres e marinhos, insectos, toda a flora da superfície oceânica com trabalhos especiais nos campos das algas, variedades conquilógicas, corolárias e ictiológicas. Entre as espécies e variedades que relembram o nome do antigo professor citaremos a *Motacilla boarula Schmitzii* e a *Strix flammea Schmitzii* (aves), o *Scopulus Schmitzii* (peixe), a *Plagiolepis pigmaea Schmitzii* (formiga) o *Dienches Schmitzii* (hemiptero), a *Trochosa*, a *Prothesima*, a *Lepthyphantes* e a *Entelecara Schmitzii* (aracnídeos), a *Pseudochelidura Schmitzii* (forficula), o *Symphorobius Schmitzii* (molusco) e o *Bystropogon madeirensis Schmitzii* (planta da família das Labiadas).

Para além destas actividades de âmbito científico, “*O padre Ernesto Schmitz que era sócio da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade Portuguesa das Ciências Naturais, colaborou nos Annais de Sciencias Naturais, do Porto, no Ornithological Jahrbuch de Hallein (Áustria) no Ornithol. Monatsberichte, de Berlim, no Cosmos de Paris, etc. O mais valioso dos seus trabalhos é incontestavelmente o que tem por título Die Vogel Madeira’s, pois reúne tudo quanto se conhecia em 1899 sobre a ornitologia do arquipélago da Madeira...*”³⁶

Quando em 1928 começa a idealizar a criação do Museu de História Natural, Adolfo César de Noronha era um interessado estudioso da história natural. Fez observações meteorológicas na ilha do Porto Santo de 1900 a 1902, tendo também realizado ali por essa época e posteriormente, diversos estudos de história natural.

³⁵ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Vol. III, Funchal, 1998, pp. 295-296.

³⁶ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Vol. II, Funchal, 1998, pp. 446-447.

Em 1904, enviou ao Dr. Openheim, paleontólogo alemão, vários corais fósseis do arquipélago, e pouco depois mandava ao Dr. Bohm as conchas fósseis das Selvagens, tendo sido devidamente estudadas estas colecções, com grande proveito para a ciência.

O paleontólogo sérvio *Joksimowitsch* foi também contemplado com uma valiosa colecção de fósseis colhidos no Porto Santo, tendo num excelente estudo que publicou acerca dela, mencionado 106 formas distintas entre espécies e variedades. Adolfo de Noronha dedicou-se também ao estudo da ictiologia, da ornitologia, da malacologia e da carcinologia do arquipélago, devendo-se-lhe ainda várias observações sobre a geologia do Porto Santo e da Selvagem Grande, que foram aproveitadas pelo Dr. Gagel nos seus trabalhos sobre aquelas ilhas. A *Melia Normani* é uma das cerca de 70 espécies de esponjas que foram colhidas nos mares da Madeira, de características siliciosas ou calcárias e que foi descoberta por Adolfo de Noronha nos mares do Porto Santo e posteriormente descrita pelo Sr. Kirkpatrick, naturalista do Museu Britânico. Recolheu ainda ali muitos dos briozoários que enviou ao Dr. Norman e foram por este assinalados num trabalho publicado no “Jornal da Sociedade Lineana”.

Escreveu um folheto intitulado *Carta aberta ao Governador Civil do Funchal* (Lisboa, 1911) e é autor de interessantes artigos intitulados *Braguinha, Canais de lava, Carcinologia, Charamba e Conchas* bem como muitos artigos sobre os peixes e aves do Arquipélago.

Relembrem o nome de Adolfo de Noronha as seguintes espécies e variedades: *Schizoporella Noronhai, briozoário abissal, Pecten Noronhai e Spondylus Noronhai*, conchas fósseis, e *Echium candicans var. Noronhae*, borraginacea do interior da Madeira. A *Melia Normani*, quando se supunha ser um coral, teve o nome de *Noronha scalariformis*.

Em 1914 foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Municipal do Funchal e a partir daí foi o grande entusiasta para a criação de um Museu de História Natural.

Paralelamente, ao estudo de pesquisa e de recolha científica, constituíram-se jardins botânicos e museus de história natural. Assim, a par dos “gabinetes de curiosidade” e, por vezes, na sequência daqueles que pertenciam às famílias reais, desenvolveram-se os museus de História Natural. Em França, em 1635, foi fundado o Jardim das Plantas que a partir da Revolução se denominou Museu de História Natural. Na Grã-Bretanha a Royal Society, formada em 1645, constituiu o primeiro museu científico. Ainda no século XVII foram criados os de Munique,

Leipzig, Berlim e Amesterdão.

O mais antigo jardim Botânico Português data do século XVI associado ao nome do grande naturalista Garcia da Orta. Já no século XVIII o Marquês de Pombal, informado sobre as correntes europeias, decidiu a criação do Real Jardim Botânico da Ajuda sendo seu primeiro director Domingos Vandelli. O Gabinete da Ajuda passou a Museu Nacional sendo, em 1836, transferido para o Convento de Jesus e posto a cargo da Academia Real das Ciências. Em 1858 é incorporado na Escola Politécnica e adquire uma direcção científica que havia sido suprimida em 1836. O cargo de director foi atribuído a Barbosa du Bocage³⁷ que incentivou a instalação definitiva do Museu Nacional de História Natural na Escola Politécnica de Lisboa. Assumiu a direcção do Museu Zoológico e Antropológico (uma secção do Museu Nacional de História Natural) em 1858, possuindo noções exactas acerca da organização dos museus científicos descritas no seu opúsculo *“Instruções Práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter productos zoológicos para o museu de Lisboa”* publicado em 1862. Com ele o museu teve um carácter essencialmente didáctico e de investigação científica, pois aí, os alunos de Anatomia e Zoologia Comparada faziam os seus estudos práticos. Em sua homenagem o Museu passou a denominar-se Museu Bocage.

Podemos concluir que o século XIX foi dando continuidade aos séculos de amadurecimento científico com Claude Bernard, Pasteur, Bertholet, Darwin, Mendel e muitos outros cientistas que contribuíram para a fundamentação científica da Civilização, estimulando a criação dos museus de história natural.

Também na América do Norte, a partir de 1820, a Botânica se tornou popular fazendo surgir a figura do *“botanizers”*, significando aqueles que por passatempo se dedicavam à colecção, identificação e preservação das espécies botânicas. Passados vinte anos a história natural deixa de ser vista apenas como um exercício para a mente dos jovens começando a surgir associações especializadas como a Smithsonian Institution em 1846, e a American Association for the Advancement of Science em 1848. Em Londres, a Botanical Society Club havia surgido em 1838.

³⁷ José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), sábio zoólogo e distinto estadista era madeirense.

Após esta reflexão, os museus de história natural da Madeira afiguram-se-nos como consequência da conjuntura científica da época que tornaram a Ilha um campo de pesquisa e experiência.

CAPÍTULO I – A Realidade Museológica do Arquipélago da Madeira

*«Les musées sont toujours le miroir fidèle d'une ville, d'une région, d'une nation; ils révèlent la relation à soi-même qu'on offre aux autres. L'Alsace, parce qu'elle a le privilège d'abriter les musées de Mulhouse, se trouve, s'en rendre bien compte, face à un profond défi: savoir assumer son passé pour prouver qu'elle est capable d'en forger son avenir»*³⁸

1 – A Evolução qualitativa e quantitativa

Tomando como referência a existência dos museus, em função das suas colecções, a bibliografia especializada enumera três momentos importantes para a constituição dos museus portugueses:

- 1.º Das origens até à criação do Museu Portuense e à extinção das ordens religiosas;
- 2.º Até à instauração da República e à supressão dos bens da Igreja e da Coroa ;
- 3.º A partir da criação das instituições civis.

Seguimos, aqui, a periodização apresentada por Madalena Teixeira que situa os primeiros museus portugueses na segunda metade do século XVIII: *“A formação e a criação dos primeiros museus portugueses, está essencialmente ligada ao iluminismo, como consequente intuito pedagógico de divulgação da História Natural, mas também à vaga enciclopedista que motivou um renovado interesse por todos os ramos do saber”*.³⁹ Como consequência da publicação do livro de Luís António Verney “O Verdadeiro Método de Estudar”, o ano de 1768 revelou-se como um verdadeiro marco museológico e um momento de viragem crucial em termos de expansão, desenvolvimento e fundação de museus em várias cidades. Questionam-se os métodos

³⁸ Alain-Marc Rieu, *Les visiteurs et leur musées – Le cas des musées de Mulhouse*, Paris, La Documentation Française, 1988, p. 203.

³⁹ Madalena Braz Teixeira, *Primórdios da investigação e da actividade museológica em Portugal*, in «Revista de Museologia», RDM, Espanha 2000, p. 30.

de investigação científica e projectam-se os primeiros passos no experimentalismo. As colecções científicas, nomeadamente as de Física e História Natural são organizadas como sinal de modernidade, e complemento didáctico indispensável ao ensino. Desde meados do século XVIII que o continente possuía museus de história natural nas suas principais cidades: Lisboa, Coimbra e Porto.

Façamos a sua breve apreciação. Em 1772, em Lisboa, o Marquês de Pombal fundou em o Museu Real da Ajuda reunindo para além de outros, os exemplares de História Natural coligidos durante as viagens de exploração científica no Brasil e na África. Relativamente a este tema citamos Brigola⁴⁰ *“Com o modelo pombalino de Ilustração, entendido à luz da teoria política do Absolutismo Esclarecido, ganham vigor as iniciativas estatais: os Museus de História Natural e Jardins Botânicos da Ajuda e os da Universidade de Coimbra. A educação filosófica do príncipe e a reforma da Universidade explicam a urgência do ensino e difusão das ciências físicas e naturais. A observação directa dos seres e dos objectos e o experimentalismo como metodologia educativa impõem a construção de equipamentos museológicos, tomando nova dimensão o próprio conceito de Museu.”* A provisão de 2/3/1773 e a reforma pombalina deram origem ao Museu de História Natural e Gabinete de Física. Quanto ao seu acesso *“Alargam-se os públicos e abrem-se portas num dia fixo da semana; sofisticam-se os equipamentos – Livraria, Casa do Risco, Laboratório, Salas de Preparação, Armazém; contratam-se especialistas estrangeiros e funcionários permanentes; organizam-se expedições científicas aos territórios continental e ultramarinos e envolve-se a nossa diplomacia na rede internacional de aquisições. Durante mais de um século serão estes, naturalmente, os espaços museológicos preferidos pelos Viajantes; a sua descrição e avaliação obrigá-los-á a apurar sensibilidade crítica, a revelar conhecimentos científicos, a comparar realidades nacionais.”*⁴¹ Por decreto de 1836, as ricas colecções do Museu Real da Ajuda foram incorporadas no Museu da Academia Real das Ciências e formarão mais tarde o primeiro núcleo dos futuros museus da Faculdade de Ciências de Lisboa. Em 1858, as colecções transferem-se para a Escola Politécnica iniciando-se o Museu Nacional de História Natural que assumirá o nome do seu fundador – o ilustre zoólogo Barbosa du Bocage. Em Coimbra, o Museu de História Natural, existia desde 1772, com colecções de mineralogia e mármore, zoologia, ornitologia, oferecida pelo rei D. Pedro V, a sala de “conchyologia” e

⁴⁰ João Carlos Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Séc. XVIII*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2000, p. 24.

⁴¹ *Idem, op.cit.*, p. 24.

fósseis; a sala de “algumas antiguidades e curiosidades” exibia produtos de África, Ásia e América, armas que serviram no Cerco de Diu e o ferrolho da porta do castelo de Coimbra; as salas da Biblioteca; o gabinete de Anatomia Comparada, etc.. Em 1885 por carta de Lei de 2 de Julho, foram aumentadas as verbas do Museu de História Natural para o respectivo pessoal empreender explorações mineralógicas, zoológicas e botânicas. Este Museu estava dividido em 4 secções: Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia e Antropologia pré-histórica. O Porto teve também interesse pela criação do seu Museu em 1833. Mas o primeiro museu portuense foi um Museu de Pinturas e Estampas que surge com o objectivo de difundir o gosto pelo belo: “*só em Junho de 1840 pode ser aberto ao público o Museu Portuense, que por vezes também foi denominado Ateneu D. Pedro ou Ateneu Portuense. Em 1911 ao ficar subordinado ao Conselho de Arte e Arqueologia da 3ª. Circunscrição passou a denominar-se Museu Soares dos Reis.*”⁴² Em 1885, ligado ao Instituto Mineralógico abre o Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. O Museu de Zoologia começou a ser organizado em 1890 associado ao Instituto Zoológico. Diz Carlos Almaça: “*E enquanto na Europa culturalmente desenvolvida toda a Biologia, e em particular a Taxonomia se permeabilizava ao evolucionismo em Portugal praticavam-se os primeiros passos na fase básica e fundamental da Taxonomia – a inventariação*”.⁴³

Baseados nas ideias iluministas e enciclopédicas, aqueles museus foram os sucessores directos das colecções dos reis, nobres e religiosos, organizadas desde o século XVI e repletas de material arqueológico, numismático, epigráfico e artístico, além dos elementos de fauna e flora trazidos dos continentes africano, asiático e americano.

A génese da museologia no arquipélago da Madeira vai enraizar nesta atmosfera cultural vivida na Europa e particularmente no continente português. Logo a criação dos museus de história natural da Madeira, vai ser reflexo da mentalidade científica do século XIX.

O grande interesse demonstrado pelos naturalistas da segunda metade do século a par da divulgação da teoria da evolução das espécies de Darwin tanto na Europa como nos Estados Unidos, provocaram um extraordinário interesse por tudo o que respeitava ao mar multiplicando-se as expedições científicas a bordo de navios. Em finais de XVIII procedeu-se à recolha de

⁴² Paulo Oliveira Ramos, *Breve História do Museu em Portugal*, in «Iniciação à Museologia», Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 32

⁴³ Carlos Almaça, *Museus de Zoologia e Investigação Científica*, Cadernos de Museologia – APOM, Lisboa, 1985, p. 30.

variadíssimos materiais em vários pontos dos continentes africano, asiático e americano (principalmente no Brasil). A Academia Real das Ciências de Lisboa concebeu o projecto de formar um museu de história natural provido, principalmente, dos produtos do continente, ilhas e possessões ultramarinas de Portugal. Para que os exemplares fossem escolhidos preparados e acondicionados foram elaboradas as “*Breves Instrucções aos Correspondentes da Academia das Sciências de Lisboa sobre as Remessas dos Produtos e Notícias Pertencentes à História da Natureza para formar Hum Museo Nacional.*”⁴⁴

Também desde o século XVIII existiu um interesse internacional pelo estudo da Botânica do Arquipélago da Madeira e que terão levado aos estudos no século XIX, concretamente, em 1841, de J.R. Theodor Vogel, Frederico Welwitsh, em 1852, e do naturalista, Barão de Castello de Paiva, em 1855. Foi recomendado, na época, ao governador civil do distrito do Funchal, que ministrasse todos os esclarecimentos ao Barão de Castello de Paiva, que havia sido encarregado de uma exploração científica, conforme já referimos. Nesta data foram recolhidas espécies na ilha da Madeira que integrariam as colecções do futuro museu.

Houve a pretensão e o cuidado de organizar boas colecções para o Museu de História Natural, em Lisboa. Contudo, não houve por parte do Governo do Reino interesse bastante para instalar nos locais de recolha das espécies, no caso concreto da Madeira, outro museu com a mesma temática e que possibilitasse o acesso das colecções à população local, à semelhança do que acontecia no continente.

Pretendemos, no entanto, enquadrar a criação dos museus com as medidas legais e práticas museológicas usadas no Continente. O primeiro decreto nacional que faz referência às ilhas, manifestando interesse por um desenvolvimento cultural abrangente do território nacional, na defesa dos interesses artísticos e arqueológicos, é o Decreto nº. 1, de 26 de Maio, de 1911, que, para o efeito, divide o País em 3 circunscrições artísticas. A 1ª. circunscrição compreendia os distritos de Santarém, Portalegre, Lisboa, Évora, Beja, Faro e os das ilhas adjacentes e tinha como sede Lisboa.

As duas marcas principais da vigência da I República – legislar e regionalizar – atingem a esfera da actuação dos museus dando, para além da sua reorganização nacional, algum relevo à investigação e ao seu carácter educacional.

⁴⁴ António Nabais, *Museus*, nº. 2 in «Dicionário Enciclopédico da História de Portugal», Lisboa, Edições Alfa, 1982, p. 20.

“Outro marco na história da museologia em Portugal foi o que se definiu a partir da *Exposição do Mundo Português (1940)*. surgiram novos museus”⁴⁵. contudo não teve também reflexos na museologia madeirense. De facto “1940 representou, para o «Estado Novo» em toda a sua pureza, o ponto máximo de apogeu. a fim de comemorar o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração, o regime organizou um conjunto impressionante de cerimónias, exposições, congressos e publicações, de que a sùmula gloriosa foi a *Exposição do Mundo Português*.”⁴⁶

Nesta exposição, a Madeira esteve presente mostrando, no seu espaço, os usos e costumes, artesanato, folclore, agricultura e indústria em idêntica situação às outras regiões do País.

O Decreto seguinte, e que volta a mencionar a ilha da Madeira, desta vez com alusão ao Funchal, é o Decreto nº. 11:445 que aprova o Regulamento da Lei nº. 1:700 de 18 de Dezembro de 1924. Novamente, no capítulo referente aos interesses artísticos e arqueológicos, o País é dividido em 3 circunscrições, incluindo o Funchal na primeira.

Os anos 60 quebraram o crescente isolamento que a política centralizadora impôs a Portugal e as novas correntes da museologia internacional começaram a influenciar os profissionais desta área.

Em 1962 João Couto que exercia na época o cargo de director do Museu Nacional de Arte Antiga fez uma apreciação sobre o panorama museológico nacional, que foi, de certa forma, um balanço da actividade museológica do Estado Novo, onde denunciou a péssima arrumação dos museus em Portugal, nomeadamente, a questão de que os museus que eram patrocinados pelo Estado se encontravam aglomerados no norte do País, por motivos resultantes de uma má política sendo urgente e necessário alargar a rede dos museus nacionais e regionais.

“É certo que muitas outras terras do País possuem estabelecimentos dessa natureza. Estes dependem naturalmente das juntas distritais, dos municípios, das fundações e dos particulares. Se os museus não fossem ainda letra morta no plano da cultura nacional e se os indivíduos, conscientes da lição que eles lhes podem oferecer, os acalentassem, os frequentassem e os pagassem, o problema estava em grande parte resolvido. (...) Claro que não

⁴⁵ António Nabais, *Museus*, nº. 2, in «Dicionário Enciclopédico da História de Portugal», Lisboa, Edições Alfa, 1982, p. 20.

⁴⁶ António Henriques de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1976, pp. 347-348.

*vejo o Museu como um simples agrupamento de obras capitais de arte de todos os tempos – antigas e modernas. Vejo o Museu como um estabelecimento que preside aos interesses turísticos da região, mas ainda um local onde se desenvolve uma intensa vida cultural que vai das exposições de arte plástica aos concertos musicais, das palestras às lições e aos cursilhos. Cultivados desta forma e existindo em abundância, estabelecia-se uma forte emulação entre as pessoas responsáveis e breve se faria fatalmente sentir um grande passo em frente na vida cultural da nação”.*⁴⁷

No entanto, sobre a perspectiva legal, só o Decreto-Lei nº. 46 758, de 18 de Dezembro, de 1965, apresentou explicitamente a finalidade dos museus no Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, em que os museus têm a seguinte finalidade:

“Conservar e ampliar as colecções de objectos com valor artístico, histórico e arqueológico; expor ao público as espécies que melhor possam contribuir para a formação do seu espírito e para a educação da sua sensibilidade; realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo aos investigadores; constituírem-se em centros activos de divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o”.

Esta foi a regulamentação que vigorou para os museus de todo o País, nomeadamente para a Madeira, até à Lei da Autonomia, em 1976.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 vai ter grande impacto na defesa do património cultural nacional e os anos subsequentes serão responsáveis por inúmeras iniciativas museológicas que, apoiadas na crescente discussão internacional sobre os caminhos da museologia, encontraram eco na nova ordem política: *“Até ao 25 de Abril, o número de Museus em Portugal era relativamente limitado: basta comparar os roteiros publicados em 1972 pela Junta Nacional de Educação e dez anos depois, este pelo IPPC, para verificar que, no espaço de dez anos, o panorama tinha mudado radicalmente: não apenas o Estado tinha criado mais Museus, como as autarquias, a própria Igreja e muitas outras entidades privadas se tinham lançado na promoção e construção de unidades museológicas. Parece claro que esta verdadeira “explosão museológica” deriva de uma certa fome de identidade que se manifestou não só em diversos estratos sociais, como em diversas regiões do País, após o ocaso do Império, e sobretudo acompanhado o processo de integração europeia de Portugal. Consciente ou subconscientemente os portugueses foram-se precavendo contra os excessos integracionistas e –*

⁴⁷ João Couto, *Aspectos do Panorama Museológico Português*, in «Ocidente», vol. LXIII, Lisboa, 1962, pp. 314-315.

*perdoem-me – federalistas, de que tanto se fala, e foram criando instrumentos de fixação e preservação das suas identidades regionais (quer elas sejam geográficas ou sectoriais), e infelizmente embora menos, da sua identidade nacional.»*⁴⁸

Os inúmeros movimentos político-associativos que também estavam voltados para a ideia preservacionista e o alargamento da noção tradicional de património cultural, englobando testemunhos da cultura até então negligenciados, sustentaram as novas formas dos museus nas diferentes regiões portuguesas, pois “*A defesa do património cultural assumiu-se como importante movimento de opinião, em cuja dinamização apareceram dezenas de Associações. O segundo terá sido o alargamento da noção tradicional de património cultural, englobando sectores – nomeadamente os testemunhos da chamada cultura material – até então negligenciados. Ainda recentemente, Amado Mendes, citando um dos pioneiros da Arqueologia Industrial e actual director do Science Museum de Londres, escrevia: «Para um número crescente de pessoas, os engenhos e as máquinas, fábricas, moinhos, que têm dominado a paisagem nos últimos dois séculos têm-se tornado profundamente significativos como parte do seu Património Cultural»*⁴⁹. *Este alargar dos conceitos de património e de monumento teve, naturalmente, repercussões museais.»*⁵⁰.

Começa a perceber-se e a dar-se importância a espaços físicos e “objectos” ligados à indústria, na medida em que estes vão permitir reconstituir a memória das populações.

Os museus municipais também se multiplicaram por todo o País, começando os novos museus municipais ou locais a ter uma feição diferente da tradicional, identificando-se com a história e a vida das suas comunidades, inserindo-se nos princípios da nova museologia que já vinha sendo posta em prática em muitos países da Europa e da América.

Relativamente ao arquipélago da Madeira, o acontecimento que se revestiu da maior importância para todos os quadrantes da sua vivência, sem excepção da cultura, foi a Lei da Autonomia Regional – o Decreto-Lei nº. 318-D/76, de 30 de Abril de 1976, que aprova o

⁴⁸ Fernando António Baptista Pereira, *Questões e Problemas do Panorama Museológico Português na Actualidade*, in «1º. Encontro das Instituições Museológicas dos Açores», Ponta Delgada, 1994, p. 14.

⁴⁹ Cit. Por José Amado Mendes, *A Central Térmica dos HUC (Edifício das Caldeiras) Monumento Industrial e preservar e Reutilizar*, Coimbra, 1990, pp. 203-204.

⁵⁰ Paulo Oliveira Ramos, *Breve História do Museu em Portugal*, in «Iniciação à Museologia», Lisboa, Universidade Aberta, , 1993, p. 61.

Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira. Será a partir dela que a preocupação de mostrar a identidade e o património locais assume outra dimensão materializando-se, a curto prazo nalgumas unidades museológicas como o Museu Vicentes, Museu do Vinho, Museu da Cidade, Museu Henrique e Francisco Franco, Museu Frederico de Freitas e outros.

Neste sentido publica-se o Decreto Legislativo Regional nº. 18/83/M, de 31 de Dezembro de 1983, decreta que:

Artigo 1º. É criada a Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Artº. 2º. A Secretaria Regional do Turismo e Cultura integra as competências que em matéria de turismo e de cultura estavam afectas à Presidência do Governo e tutela as Direcções Regionais de Turismo e de Assuntos Culturais.

O Decreto Legislativo Regional nº. 12/84/M, de 12 de Novembro de 1984, estabelece a estrutura do Governo Regional da Madeira.

Em 1985 foi publicada pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura uma obra intitulada “*A Madeira – Cultura e Paisagem*” de César Pestana, que revela o seu pensamento sobre a matéria que nos debruçamos neste estudo e nos dá opinião sobre os museus locais, dizendo: “*No caso especial da Madeira, apesar da boa vontade e dedicação de muitos particulares e dos próprios poderes públicos, não possuímos, em matéria de museus e de instituições afins, mais do que animadas improvisações, de confrangedora heterogeneidade, sem o destaque e relevo que, por exemplo, a nossa variegada e abundante flora e fauna marítimas merecem e a nossa riqueza etnográfica e botânica justificam. (...) Ora no que respeita à Madeira – e sem termos a pretensão de competir com Palma de Maiorca –devemos tentar, na medida dos possíveis, seguir o exemplo das realizações maiorquinas, mobilizando todos os nossos recursos naturais e materiais, procurando reorganizar, desdobrar e aumentar o que aí há feito ou se pretende fazer em matéria de Museologia e em vários ramos das Ciências Naturais, de modo a dotar o Funchal – a Madeira – com uma série de museus independentes, ou autónomos e outras instituições ou estabelecimentos de carácter cultural, a instalar em edifícios apropriados ou adaptáveis – pois que, para tal existe abundante «matéria prima» e «mão d’obra» da melhor, a par duma animadora boa vontade geral. O momento é propício, pois que as actuais Comissões Administrativas, do nosso Município e da Junta Geral do Distrito, votam particular interesse a estes problemas e a recente «Fundação Gulbenkian» está sempre pronta a auxiliar instituições ou iniciativas desta natureza. A Madeira estará em breve ligada com o mundo – a dois passos da Europa – através das carreiras aéreas, carecendo de ser apetrechada com o maior número*

*possível de atracções úteis e agradáveis, complementares do nosso clima e paisagem. No capítulo Museologia e das Ciências Naturais, poderíamos começar por estudar a criação e instalação, como atrás salientámos, em edifícios e locais independentes, adaptáveis ao objectivo em vista – dado que não se poderá pensar por enquanto em construir edifícios próprios, como seria desejável – dos seguintes museus e complementares do nosso clima e paisagem”.*⁵¹

Os museus que estariam neste caso, seriam: Museu Marítimo e Centro Oceanográfico, Aquário (de exposição interior e ao ar livre), Museu Etnográfico, Museu do Vinho, Museu de História Natural (Flora e Fauna Terrestre), Museu de Artes Modernas, Jardim Botânico, Jardim Zoológico Regional e de Aclimação, Parque Florestal, um auditorium (para concertos, conferências e exposições). Estas iniciativas completar-se-iam com os seguintes estabelecimentos ou museus já existentes, que deviam confinar-se, exclusivamente, à sua função específica: Museu de Arte Sacra, Museu de Artes Decorativas e Biblioteca e Arquivo Distrital do Funchal.

O Decreto Regulamentar Regional nº. 23/89/M, de 9 de Novembro de 1989, aprova a orgânica da Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração (criada pelo Decreto Legislativo Regional nº. 10/88/M de 9 de Novembro).

Em Setembro de 1990, realizou-se no Funchal, o Colóquio APOM (Associação Portuguesa de Museologia) que se denominou “Panorama Museológico Nacional – Perspectivas para a década de 90”.

O objectivo principal do colóquio era dar resposta aos numerosos desafios que se colocavam aos museus nacionais e, mais concretamente, aos museus da Região Autónoma da Madeira. Pretendia-se também sensibilizar as entidades responsáveis e estimular uma vontade política, indispensável à total mudança da situação.

Foram oradores directores e conservadores/museólogos do Continente e Ilhas – Açores e Madeira -, tendo sido analisados diferentes itens pelos vários oradores, cada um pondo a tónica em matérias que lhe estavam muito próximas, mas fazendo, sobretudo, no final, uma avaliação da Museologia Madeirense.

Verificou-se que, paralelamente, ao crescente número de novos museus surgidos na década de 80, não existia uma política cultural definida no campo da museologia nem uma verdadeira gestão global museológica, e ainda uma formação continuada de pessoal especializado; adequada assistência à conservação dos edifícios e das colecções; o preenchimento

⁵¹ César Pestana, *A Madeira – Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1985, p. 45.

dos quadros orgânicos dos museus; o esclarecimento dos organismos que os tutela; uma definição do estatuto de museu; e uma clara definição das regiões culturais no campo da museologia, pelo que se tornava urgente uma reflexão conjunta, da qual pudessem sair propostas concretas com o contributo da APOM, junto das entidades competentes para a resolução daquele grave problema.⁵²

Independentemente de se ter falado noutros museus foram os museus da Madeira, aqueles que estiveram mais em foco, tendo sido referida a grande capacidade museológica da Madeira, como notável, tendo bons museus, com um público garantido devido ao seu turismo, mas que precisava de ser repensada. Relativamente à Região, o microcosmos madeirense constituía um exemplo que amalgamava uma multiplicidade de influências tendo por isso características únicas, no tipo das suas indústrias, do seu comércio, da sua arte, das suas tradições e da sua História. Pelo facto da Madeira possuir estas características aproveitou-se a oportunidade para solicitar ao Governo Regional apoio concreto ao “rico acervo museológico da Ilha”, facultando aos museus meios financeiros e humanos, que lhes permitissem melhor gestão das suas colecções e uma coerente programação do património cultural e museológico insular. A importância da existência dos museus tanto nas grandes como nas pequenas comunidades, foi assunto de análise pois nenhuma cidade grande ou pequena dispensava o seu museu, uma vez que a sua existência lhe conferia estatuto de comunidade culta.

Foi feito um reparo quanto à falta de relação entre museus e escolas, o que fazia com que a sua acção educativa fosse quase nula, devendo os museus cativar a sua própria comunidade - crianças, adolescentes, idosos e restante população são pessoas que podem tirar imenso proveito do museu - porque o turista só vem de passagem. Também foram apontadas as carências das condições físicas e humanas dos museus madeirenses. Estes problemas não tinham ainda sido considerados nem analisados, dizendo um dos oradores e profissional da Região que não tinha havido ainda a preocupação de pensar em conjunto os seus problemas os quais vão sobrevivendo como podem. Naquela data não se concebia nem se cultivava já a ideia de museus como salas de visitas, sendo a sua principal tarefa educar, mas para isso ele teria de estar bem vivo, bem integrado na vida sócio-cultural da comunidade onde estava inserido. Precisava também de

⁵² A interpretação das práticas museológicas do país reflecte-se no desenho da pasta do Colóquio. O criativo caracterizou através de uma caricatura os responsáveis ou directores dos principais museus colocando então, o responsável do Ecomuseu Municipal do Seixal fora do restante grupo como sinal discordante de uma política museológica tradicional.

mudar, constantemente, a sua apresentação, apostando, de preferência, nas exposições temporárias. Cerca de 350, era o número de museus que funcionavam em Portugal, - aqueles que obedeciam à verdadeira definição de museu: possuir uma colecção, desenvolver um programa científico, ter horas de abertura ao público, ter pessoal, e verbas próprias. Foi denunciado que o Instituto Português do Património Cultural, que existia na época não tinha capacidade de resposta devido às inúmeras solicitações, tornando-se necessário um organismo oficial só para os museus como já acontecia com as bibliotecas e os arquivos. Para o caso da Madeira foi sugerida a criação de uma direcção regional encarregada dos museus da Região.

Embora em Portugal começasse a surgir a consciência de que os museus precisavam de ter um estatuto mais digno, o programa do Governo, à época, referente à política cultural, nem mencionava a palavra «museu», o que já era suficiente para mostrar a pouca importância dada a estas instituições no nosso País. Pelo contrário, a nível internacional, atribui-se-lhes o estatuto de geradores de cultura. Em Portugal, ainda não se havia chegado à conclusão, que os museus são fundamentais num mundo que se quer cada vez mais culto.

Outros temas abordados foram saber qual a posição dos museus na política do Governo e a gestão do património museológico, ou seja, ver quais aqueles que se repetem e podem ser substituídos por outros inexistentes. A grande aposta seria, naquela época, desenvolver museus que dissessem respeito à vida de cada região, com temas tradicionais e populares. Continuando uma apreciação sobre o panorama, museológico regional foi salientado que a sua origem se deveu sempre à iniciativa privada “oportunamente enquadrada pelas entidades oficiais da época”. Foi frisado que existiam dois museus vocacionados à História e dois ligados às Belas Artes, um à Fotografia, um à Arte Sacra, e outros sem definição específica ligados às artes decorativas e à etnografia que estavam sediadas na sua quase totalidade na cidade do Funchal.

Foi apresentada uma proposta de criação de um Museu de Região, o qual integraria o espaço natural regional (a natureza), o espaço humano (contemplando aspectos da relação homem/meio, de que resulta a agricultura e seus produtos dominantes: cereais, vinho, açúcar, e aspectos da relação do homem com o seu quotidiano: a quinta, o lagar, o armazém, o engenho, a capela, a casa, etc.) e o espaço social (o homem na sua relação com outros espaços físicos, nomeadamente, a relação com a Flandres através das trocas de açúcar com a pintura flamenga e o turismo). O Museu de Região propunha a articulação do passado com o presente e uma visão abrangente do todo etnográfico regional sem restrição das realidades sócio-económicas.

Ainda numa reflexão sobre o panorama museológico regional e no que respeitava ao número de unidades e diversidade temática, foi dito ser bastante razoável. Para uma região pequena, marítima e periférica, com poucos recursos e um número, relativamente pequeno de habitantes, a Madeira dispunha de uma quantidade considerável de unidades museológicas, que cobriam não só as Belas Artes e as Artes Decorativas como também as Ciências da Natureza. Além disso, o parque museológico regional encontrava-se em expansão estendendo-se a outros concelhos, que não o do Funchal, onde se encontrava o maior número de unidades.

Contudo, já na época, a museologia era uma ciência em constante evolução e os museus existentes nem sempre podiam ou sabiam acompanhá-la, pelo que, naquele momento, se tornava necessária uma análise profunda, e proceder a alguns ajustamentos, que iam desde a redefinição vocacional, reconversão ou mesmo recriação de algumas unidades existentes. Foi tido como um grande desafio que os museus enfrentavam e que requeria um grande apoio das entidades tutelares, quer em meios humanos qualificados, quer financeiros. Para além de problemas específicos com que certos museus se debatiam, como seja a carência de instalações mais apropriadas, que era o caso do Museu Municipal do Funchal, podiam sintetizar-se as carências gerais em três níveis: dificuldades de natureza orçamental, definição vocacional de algumas unidades e coordenação de actividades e definição de uma política museológica regional. Este último ponto tinha uma relevância especial na medida em que sendo a Região um destino turístico visitado, anualmente, por milhares de pessoas, tornava-se necessário fornecer a esses visitantes um programa que permitisse aproveitar, ao máximo, a sua estadia, sob o ponto de vista cultural. A Região possuía um vasto património natural e cultural, que nem sempre era explorado da melhor forma ou dado a conhecer, devidamente. Não se podia esperar que todos os turistas estudassem, previamente, a região para onde se deslocavam, pelo que se tornava imperioso dotá-los da informação necessária que lhes permitisse apreciar, de modo correcto mais proveitoso, a Natureza da Madeira e a História e Cultura do seu povo. A resolução destes problemas passava, obviamente, pelo reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos dos museus existentes. Passava também pela redefinição vocacional de algumas unidades existentes e, sobretudo, pela criação de uma estrutura de cúpula que estabelecesse uma política museológica regional, coordenando as relações entre as unidades existentes que têm dependências administrativas diversas e entre estas e o meio em que se encontram inseridas. Era fundamental que aquela estrutura pudesse também elaborar programas que motivassem a visita aos museus por parte da população local, quer ao nível de jovens estabelecendo os necessários contactos com as entidades

responsáveis pelo sector do ensino. Não estando ainda na situação que se consideraria ideal, pensava-se, contudo, que a população vinha a aumentar o seu apreço pelos museus existentes e no caso do Museu Municipal do Funchal, este devia muito ao contributo da população para o enriquecimento das suas colecções. Foi apontado o facto que, em qualquer parte, os museus serem sempre mais visitados por turistas do que por naturais da região onde se inserem, mas isto não demonstra que exista da parte destes, menosprezo pelo seu património. Os museus têm de apostar forte na juventude, porque é através dela que podem chegar à população, em geral. No caso do Museu Municipal existia a experiência de inúmeros jovens que levavam os seus familiares a visitá-lo, com alguma regularidade. O número médio anual de visitantes do Museu era da ordem dos 38 000. Destes cerca de 60% eram estrangeiros. Dos restantes 40%, dois terços eram visitantes comuns e um terço estudantes em visita de estudo.

O Museu Municipal do Funchal era considerado o melhor Museu de História Natural Regional do País e um marco importante na museologia e na investigação científica nas Ilhas Atlânticas. Através da publicação de duas revistas científicas era conhecido mundialmente.

A contribuição maior ao Colóquio APOM por parte do Museu Municipal, foi, sobretudo, a troca de impressões com os seus participantes. Por outro lado, e com base na experiência adquirida o seu director lançou, em conjunto com outros colegas, uma proposta de acção integrada para a criação de um Museu de Região, ou seja a tal estrutura de cúpula que já havia sido, anteriormente, referida. Numa altura em que a Câmara Municipal do Funchal se preparava para lançar um novo complexo museológico na área da História Natural, no futuro Complexo Turístico do Cais do Carvão, a participação no colóquio por parte do Museu Municipal teria extraordinária importância. Estava-se, exactamente, na altura certa para elaborar os planos detalhados da futura unidade, à luz dos mais modernos conceitos de Museologia. No que respeita ao Museu Municipal este preparava-se para enfrentar os desafios que iam ser postos aos museus, a partir de 1994. Como já se havia referido a Câmara planeava construir o Complexo Turístico do Cais do Carvão. Naquele espaço estava prevista a edificação de um moderno espaço Museológico, dotado de um Aquário, que disporia também de espaços para exibição, conferências, alojamento para cientistas/ conferencistas, convidados etc. Este investimento, que seria o maior jamais efectuado na Região, nesta área, iria dotá-la de uma infra-estrutura na vanguarda da museografia europeia, enriquecendo, enormemente, o património regional e tirando partido das enormes potencialidades da Região. Esta estrutura para além de se tornar num pólo de

atração iria também contribuir para o enriquecimento cultural da população e para a prossecução dos projectos de investigação científica que o Museu tinha em carteira.⁵³

Apontou-se o salto qualitativo excepcional que a Região dera nos últimos anos, ultrapassando tudo o que se podia esperar. Museus, como o dedicado aos irmãos Franco, que aguardava montagem desde a década de 60 (quase 30 anos), os Museus de Colombo, no Porto Santo e no Funchal (Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos – de que fizeram a 1ª amostragem e homenagem na Quinta Magnólia, em 1988), o Museu Dr. Frederico de Freitas, o excepcional e importante museu de fotografia dos Vicentes (importante não só a nível nacional, como internacional), a Sala de Arte Contemporânea, o Museu da Cidade do Funchal, o Museu da Baleia, o Museu do Vinho, o Museu de História Natural da Quinta Reid, etc., foram apontados como sendo o retrato de uma época quase eufórica da vida madeirense.

Faltava consolidar aquela situação, dotando as novas unidades museológicas de condições para poderem desempenhar melhor o seu papel, o que iria acontecendo com o tempo. Seria preciso criar serviços educativos nos diversos museus e colocá-los ao serviço autêntico da população madeirense, começando pela Educação e pelo Ensino, criando programas e estruturas educativas que pudessem despertar nas crianças (os homens de amanhã) o gosto e orgulho de serem madeirenses, de cultivarem o seu passado, etc. E isso porque um povo que não tem passado, dificilmente, poderia ter futuro.

Por outro lado, a principal carência residia na não existência de um Museu da Madeira, ou seja um conjunto monográfico e etnográfico dos costumes, mobiliários, técnicas, história, habitação, etc. Aquele conjunto seria uma ante-apresentação, no fundo, dos restantes museus, logo teria de ter uma organização, profundamente didáctica, mais até que museográfica ou museológica. Podíamos ir ao Museu de Arte Sacra ver uma espantosa colecção de Arte Flamenga; ao Museu das Cruzes ou Frederico de Freitas ver mobiliário inglês, no entanto, faltava um museu madeirense específico de arte, com o mobiliário dos séculos XVI/XVII, o papel nos Descobrimentos e na Expansão, A Epopeia do Açúcar, do Vinho da Madeira, A Epopeia de Emigração, etc.

Infelizmente, os dados disponíveis apontavam para uma percentagem, deveras reduzida de visitantes locais: em 100 visitantes não devia haver mais de 5/10 madeirenses residentes. Mesmo o ensino, que entrava com uma percentagem razoável, não ultrapassava os 10% dos totais e

⁵³ Este projecto não passou de intenção

incidia, somente, em períodos específicos do ano escolar: os finais dos períodos. Os museus da Região encontravam-se já a trabalhar em várias áreas, mesmo antes das exposições de Lisboa de 1994. À data do Colóquio – Setembro de 1990 - encontrava-se em estudo a participação da Madeira na Europália (Bruxelas 1990/91) e na Exposição de Sevilha de 1992.

Reflectiu-se sobre o desaparecimento de alguns museus e que novos aparecessem falando-se da situação desejável de constituição de um verdadeiro Museu Regional, que poderia ter vários núcleos – não forçosamente centrados no Funchal, - em que o Ambiente e a História fossem, devidamente, tratados. Toda a Natureza da ilha oferecia aspectos interessantíssimos, bem como a implantação do Homem. Para isso, seria necessário equipas especializadas para se fazerem levantamentos, seleccionar elementos para a criação desse novo espaço – museu, que abarcaria a vida desta Região através dos tempos, como um todo.

De entre os problemas que se debatiam as instituições museológicas nacionais sobressaiam – para além das habituais dificuldades orçamentais e as que derivavam do relativo desinteresse de muitos dos seus órgãos de tutela – duas situações que pareciam basilares: o recrutamento de pessoal especializado de todos os níveis e a coordenação das actividades dos museus - indispensável, entre outros factores, ao apoio de que necessitavam para a implementação de realizações que transcendiam uma só instituição. A concretização efectiva dos dois objectivos começava por pressupor o reconhecimento, por parte dos órgãos de decisão, da real importância social dos museus, nas suas componentes conservacionista, educacional, científica e lúdica. E que esse reconhecimento não fosse expresso apenas em discursos de circunstância, mas para além deles, se traduzisse nas decisões tomadas e nas verbas inscritas nos orçamentos do Estado e das Autarquias.

Numa apreciação da temática do Colóquio APOM, o Secretário Regional do Turismo, Cultura e Emigração reconheceu que o nosso País nunca apostou muito na sua cultura, daí que existisse sempre um desentendimento constante entre os que se ocupavam deste sector e os outros. Realçou a importância da cultura como alimento espiritual e a dos museus como espaços de consenso, de convívio e discussão. Disse ainda estar consciente das faltas existentes em alguns museus esperando ter meios financeiros adequados para concretizar os projectos e considerou ser um erro cometido em Portugal pensar-se que se gasta com a cultura. A palavra adequada deverá, em seu entender, ser “investir” na cultura uma vez que os espíritos não se contabilizam.

Por último, o Presidente do Governo Regional considerou que a ida aos museus é uma questão de habituação que não foi ainda suficientemente cultivada em Portugal. Alberto João

Jardim afirmou que é no plano dos currículos escolares que deverá ser inculcado nos jovens o hábito de procurar o museu e conhecê-lo. Lançou, então, um desafio aos conselhos directivos das escolas de toda a Região Autónoma da Madeira para que criassem no seu plano de actividades e, em determinadas áreas e matérias, deslocações obrigatórias aos museus. Referiu que, contudo, é importante haver alguém que nos ensine a traduzir sob o ponto de vista estético, cultural e histórico, a matéria exposta naqueles espaços. Tais deslocações, de âmbito escolar, deverão ter por objectivo a elaboração de um trabalho apreciativo e analítico sobre aquilo que foi visto e sobre os conhecimentos adquiridos. Esclareceu ainda que não tem sido fácil dadas as condições financeiras, desenvolver como queria, os Museus da Região Autónoma da Madeira, o que não impediu, contudo, que nos últimos 10 anos o seu número tivesse duplicado, devendo-se esta situação às condições sócio-económicas da Região.

No entanto, como referiu ainda há muita coisa a fazer em relação àqueles espaços, devendo algumas das propostas apresentadas no Colóquio virem a ser ponderadas pelo Governo Regional. Dentro destas medidas está a transferência do departamento do Governo que, actualmente, reparte instalações com o Museu Vicentes, para outro local, destinando-se o lugar que ocupava ao alargamento daquele. Estas novas medidas compreendem ainda a construção de novos museus, como por exemplo o Museu Etnográfico. Ficou ainda a promessa de prioridade para o Museu Frederico de Freitas para que o Museu do Azulejo estivesse pronto na sua plenitude em 1992, e que a Madeira como terra de Turismo teria para breve um museu dedicado a esta actividade. Adiantou ainda que tinha a promessa das Forças Armadas, da devolução de pelo menos uma ou duas fortalezas militares que teriam uma aplicação cultural de natureza museológica. A descentralização política foi, na sua opinião importante para o desenvolvimento de iniciativas culturais que não tendo estado nas primeiras prioridades políticas tinha chegado agora altura de todo este edifício que estava a ser construído ver as suas bases culturais estruturalmente reforçadas. Para finalizar o Colóquio foram aprovadas entre outras as seguintes propostas:

- Criação na Região de um Museu do Açúcar, no Funchal, dada a importância que este produto teve na economia madeirense.
- Criação de um Museu da Região.
- Destaque também, para o novo Museu de História Natural, a ser participado pela CEE

Pela importância do tema central deste Colóquio, pela grande participação de museólogos nacionais, pelo número e qualidade das comunicações apresentadas, foi sem dúvida este Colóquio APOM uma das mais importantes reuniões da especialidade realizadas em Portugal e a partir da qual seria necessário rever, profundamente, toda a política museológica nacional. Verificou-se pelas comunicações apresentadas o profundo abandono a que vinha sendo votado este importante sector da cultura, geralmente entregue, ao mais alto nível de responsabilidade, a pessoas alheias à sua problemática específica e assoberbadas por outras e incontáveis tarefas dentro da cultura portuguesa. Verificou-se assim que continuava por definir uma política nacional de Museus, havendo necessidade de elaborar uma profunda alteração da designação e programa dos numerosos museus existentes em Portugal assim como de estruturar um plano coerente no que se referia à criação de novos Museus. Tornava-se urgente uma compilação de todos os diplomas legais referentes aos museus a fim de se poder reformular a sua actualização. Continuava a não haver um apoio oficial à formação de técnicos, a todos os níveis nem uma correcta definição das carreiras profissionais; continuavam por preencher os quadros orgânicos, factor essencial ao bom funcionamento de qualquer museu. Continuava a ser deficiente a assistência às colecções e aos edifícios. Tornava-se necessária e urgente uma maior informação museológica junto das autarquias e outras entidades tutelares de Museus, evitando erros graves ou mau aproveitamento do património museológico. Devido à existência de numerosos organismos que abusivamente se designam por Museus, tornava-se necessário aplicar na prática, a designação de Museu apenas àquelas entidades que preenchessem os requisitos básicos definidos pelo ICOM e pela APOM.

Pela primeira vez o parque museológico da Madeira foi alvo de uma atenção mais cuidada tendo sido considerado como “bastante bom”.

Em 1990, percorrida mais de uma década, novos espaços de diferentes áreas temáticas, com maior ou menor dimensão, mais ou melhor equipados, mas, sobretudo, com outra visão abriram ao público mostrando as suas colecções.

A publicidade referente aos museus assentava, tal como hoje, nos periódicos de promoção turística. O “Madeira Island” no seu número de Setembro de 1990 publicitava os Museus locais: Museu Municipal/Museu de História Natural, Museu da Madeira Wine, Museu das Cruzes, Fotografia – Museu Vicentes, Jardim Botânico da Madeira, Museu de Arte Sacra, Museu Henrique e Francisco Franco, Museu Frederico de Freitas, Museu da Cidade, Museu – Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos.

Data deste período (inícios de 90), uma apreciação de António Nabais, que transcrevemos:

“Nos últimos anos tem-se assistido a uma forte explosão museológica, verificando-se saltos quantitativos e qualitativos, quer na reorganização de uns quer na criação de outros. Este progresso museológico deve-se a vários factores, nomeadamente à existência de um vasto e variado património museológico, ao interesse e envolvimento das populações, autarquias e empresas na salvaguarda dos seus valores culturais, à investigação científica e à formação de especialistas pelas universidades (cursos de pós-licenciatura em Museologia).

As grandes novidades surgiram nas pequenas experiências realizadas com o apoio directo ou indirecto das autarquias e das empresas, trouxeram uma nova dinâmica à museologia portuguesa: para além do alargamento do conceito museológico, descobriram-se soluções para as novas questões colocadas pela sociedade contemporânea, nomeadamente no campo da comunicação e da reutilização dos sítios históricos e dos monumentos industriais. Deste modo, organizaram-se museus de identidade de um território (município, cidade, aldeia ou bairro) ou de uma empresa, a partir da recolha, estudo e valorização do património museológico.

As novas práticas museológicas traduziram-se sobretudo no alargamento do objecto museológico. Os museus de empresa e alguns museus locais dirigiram as suas atenções para o património industrial, quer imóvel (sítios históricos: fábricas, estaleiros navais, moinhos ...) quer móvel (equipamentos e máquinas). Como exemplos mais significativos temos o Museu da Água de Manual da Maia - EPAL, Museu de Electricidade, na Central Tejo (EDP), o Museu da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz, Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.”⁵⁴

Enquadram-se nesta realidade a maior parte dos museus que abriram nas décadas de oitenta e noventa na Madeira, nomeadamente os museus do Vinho, Museu da Cidade, Museu da Baleia, Museu Etnográfico, Núcleo Museológico do IBTAM, Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” e Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

Em 1993, o Decreto Regulamentar Regional nº. 24/93/M, de 12 de Agosto, aprova a orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, enquanto que o Decreto Regulamentar Regional nº. 7/96/M, de 12/6/1996, faz alterações ao Decreto Regulamentar atrás citado. Por sua vez a Portaria nº. 128/99, de 29 /7/1999, faria no âmbito da Secretaria Regional do Turismo e Cultura a reestruturação dos quadros de pessoal da Divisão dos Serviços Administrativos, da Direcção Regional do Turismo e da Direcção Regional dos Assuntos Culturais pertencentes à

⁵⁴ António Nabais, *Museus na Actualidade*, in «Iniciação à Museologia», Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 65-66 e 72.

Secretaria Regional do Turismo e Cultura – a que se referem, respectivamente as alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 66.º. do aludido Decreto Regulamentar Regional n.º. 24/93/M. A Lei n.º. 130/99, da Assembleia da República – efectuou a primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira e o Decreto Regulamentar Regional n.º. 24/2000/M, de 25 de Março de 2000, aprovou a orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Passados 11 anos, em Novembro de 2001 realizou-se de novo no Funchal o Colóquio APOM intitulado “Museologia e Património” destinado aos profissionais dos museus e aos professores da Região, uma vez que agora se apresenta uma nova realidade museológica que pode servir melhor a comunidade regional, nomeadamente, a escolar. Por um lado, existem mais museus, por outro, houve uma renovação do parque museológico. Este Colóquio, ao escolher a temática referida, teve como objectivo principal criar um espaço de reflexão sobre um assunto que cada vez mais envolve a sociedade contemporânea. Neste contexto, lia-se na documentação nele distribuída que *“Os museus como centros de recursos devem estar preparados para incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos professores e dos estudantes, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como envolver a comunidade escolar na identificação, salvaguarda e valorização do património cultural e natural”*.⁵⁵ Ainda no referido documento definia-se a função de um museu na actualidade: *“Pretende-se que o Museu deste século sirva o presente e esteja voltado para o futuro, onde o objecto museológico seja apresentado numa perspectiva dinâmica, criativa e de progresso, como revelador de evolução tecnológica e científica ao serviço da humanidade e igualmente como aproximação dos povos e de diálogo entre culturas”*.⁵⁶

Iniciou-se, assim, um novo século com uma iniciativa de âmbito formativo na área da museologia, aberta à comunidade docente e a outras instituições envolvidas na preservação e valorização do património, nomeadamente a Secretaria Regional do Turismo e Cultura e a ARCHAIS - Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira. Para melhor se

⁵⁵ “*Museologia e Património*”, Colóquio Apom 2001 - Desdobrável, Funchal, Museu de Electricidade “Casa da Luz”, 15 e 16 de Novembro.

⁵⁶ “*Museologia e Património*”, Colóquio Apom 2001 - Desdobrável, Funchal, Museu de Electricidade “Casa da Luz”, 15 e 16 de Novembro.

compreender o que atrás expusemos, elaborámos o seguinte quadro que nos mostra a realidade museológica do Continente comparativamente à do Arquipélago:

Quadro nº. 4: Quadro Comparativo entre a criação dos Museus do Continente e os da Madeira⁵⁷

Museus Do Continente	Museus Da Madeira
1773 – Museu de História Natural	
	1850 – Museu de Ciências Naturais
1876 – Museu Distrital de Santarém	
1864 – Museu Arqueológico do Carmo	
	1882 – Museu do Seminário
1883 – Museu Industrial e Comercial de Lisboa – Casa Pia de Lisboa	
1884 – Abertura Oficial do Museu de Bellas Artes e Archeologia - Lisboa	
1887 – Museu de Arte Industrial da Câmara de Coimbra	
1892 – Museu Colonial e Etnográfico, na Sociedade de Geografia	
1893 – Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos	
1880 – Museu Arqueológico de Elvas	
1892 – Museu Municipal de Beja	
1894 – Museu Municipal de Alcácer do Sal	
1894 – Museu Municipal da Figueira da Foz – Dr. Santos Rocha	

⁵⁷ Atendemos neste quadro à realidade continental mais precisa até à década de 90, uma vez que, a partir, dessa data, houve uma grande proliferação de museus em todo o território nacional.

Museus Do Continente	Museus Da Madeira
1910 – Museu Municipal de Castelo Branco	
<p>1911 – 1ª. Circunscrição ficaram incluídos:</p> <p>Museu Nacional de Arte Antiga Museu N. de Arte Contemporânea Museu Nacional dos Coches Museu Etnológico Português</p> <p>Na 2ª. Circunscrição foi criado um museu de arte geral</p> <p>Na 3ª. Circunscrição o Ateneu D. Pedro, passou a denominar-se Museu Soares dos Reis</p>	
	1913 – Museu do Liceu
1915 – Museu de Évora – Museu do Abade de Baçal – Bragança	1915 – Museu Arqueológico
1916 – Museu Grão Vasco	
1917 – Museu de Leiria – Museu de João de Deus ligado ao Jardim-Escola – Museu de Lamego	
1918 – Museu D. Diogo de Sousa – Braga	
	1920 – Museu Oceanográfico
1921 – Museu de D. Lopo de Almeida – Abrantes	
1928 – Museu Alberto Sampaio – Braga	
	1929 – Museu Municipal do Funchal / História Natural
1938 – Museu de Etnologia – Braga	

Museus Do Continente	Museus Da Madeira
1940 – Museu da Guarda	
1944 – Museu de Arte Popular – Lisboa	
	1946 – Museu Quinta das Cruzes
	1955 – Museu de Arte Sacra
1960 – Museu de Etnologia – Lisboa – Museu José Malhoa	1960 – Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso/ Museu de História Natural
1962 – Museu Monográfico de Conímbriga	
1965 – Fundação do Museu do Azulejo	
1968 – Museu do Ar	
1969 – Museu Calouste Gulbenkian	
1976 – Museu Nacional da Ciência e da Técnica – Museu Nacional do Traje	
1980 – Museu Nacional do Azulejo	
1982 – Museu da Terra de Miranda – Museu Nacional do Teatro – Museu Nacional de Literatura – Museu Municipal do Seixal	1982 – Museu Vicentes
1983 – Museu do Ferro da Região de Moncorvo – Museu Nacional de Arqueologia – Museu da Cerâmica (Caldas da Rainha)	
	1983 – Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira
1987 – Museu dos Biscainhos	1987 – Museu Henrique e Francisco Franco

Museus Do Continente	Museus Da Madeira
	1988 – Museu Frederico de Freitas – Madeira Wine Company – Adegas de S. Francisco
1989 – Museu Agrícola de Entre Douro e Minho – Museu da Água da EPAL	1989 – Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos – Casa de Colombo
1990 – Museu de Electricidade	1990 – Museu da Baleia
	1992 – Museu de Arte Contemporânea
	1995 – Palácio de S. Lourenço – Museu Etnográfico
	1996 – Núcleo Museológico do IBTAM
	1997 – Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” – Museu de Electricidade

Os quadros seguintes evidenciam as décadas de crescimento das unidades museológicas bem como as entidades que assumem a sua tutela:

Quadro nº. 5: Museus da Madeira – Tutelas

Museus	Tutelas
1 – Museu Municipal do Funchal / História Natural (1929)	Autarquia – Câmara Municipal do Funchal.
2 – Museu Quinta das Cruzes (1946)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
3 – Museu de Arte Sacra (1955)	Igreja Católica – Diocese do Funchal
4 – Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso (1960)	Governo Regional – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais – Direcção Regional de Florestas.
5 – Museu Vicentes (1982)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
6 – Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira (1983)	Governo Regional – Secretaria Regional da Agricultura, Florestas e Pescas – Instituto do Vinho da Madeira.
7 – Museu Henrique e Francisco Franco (1987)	Autarquia – Câmara Municipal do Funchal .
8 - Museu Frederico de Freitas (1988)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

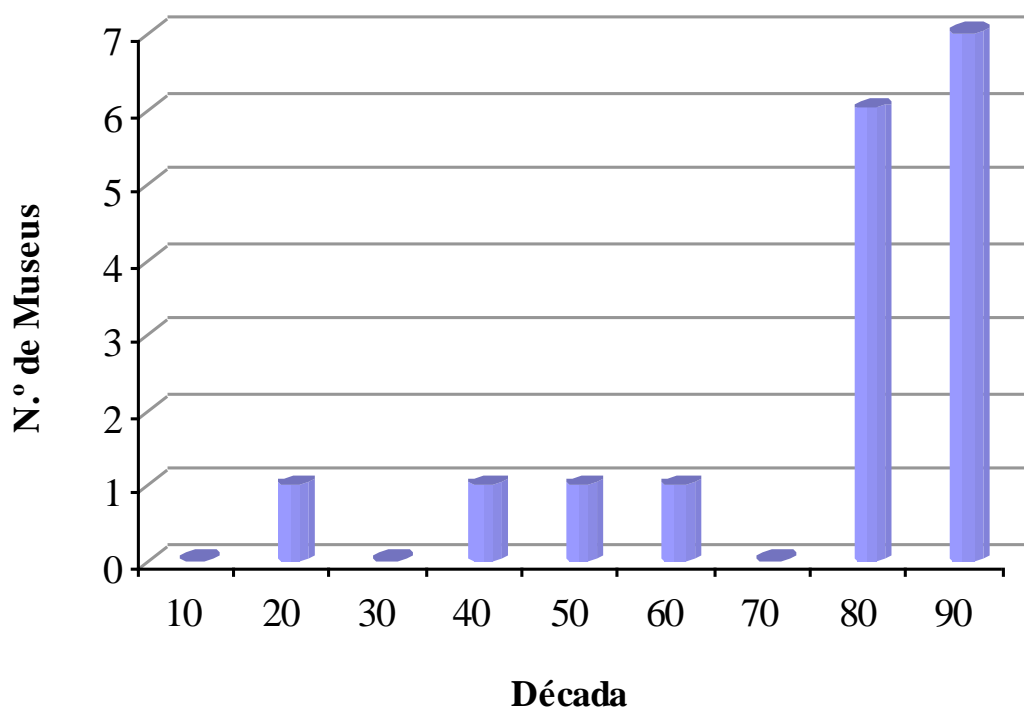
Museus	Tutelas
9 – Madeira Wine Company – Adeegas de S. Francisco (1988)	Empresa – Madeira Wine
10– Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos (1989)	Empresa – Vinhos Barbeito
11 – Casa de Colombo (1989)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
12 – Museu da Baleia (1990)	Autarquia – Câmara Municipal de Machico.
13 – Museu de Arte Contemporânea – (1992)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
14 – Palácio de S. Lourenço (1995)	Gabinete do Ministro da República da Região Autónoma da Madeira.
15 – Museu Etnográfico (1995)	Governo Regional – Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
16 – Núcleo Museológico do IBTAM – (1996)	Governo Regional – Secretaria Regional dos Recursos Humanos – Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira.
17 – Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” (1997)	Autarquia – Câmara Municipal do Funchal.

Museus	Tutelas
18 – Museu de Electricidade “Casa da Luz” (1997)	Empresa – Empresa de Electricidade da Madeira, EEM.

Quadro nº. 6: Museus da Madeira – Décadas de desenvolvimento

Década	Museus
20	Museu Municipal do Funchal/História Natural (1929)
30	-
40	Museu da Quinta das Cruzes (1946)
50	Museu de Arte Sacra (1955)
60	Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso (1960)
70	-
80	Museu Vicentes (1982) Museu do Instituto do Vinho Madeira (1983) Museu Henrique e Francisco Franco (1987) Casa Museu Frederico de Freitas (1988) Madeira Wine/Adegas de S. Francisco (1988) Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos (1989)
90	Museu da Baleia (1990) Museu de Arte Contemporânea (1992) Palácio de S. Lourenço (1995) Museu Etnográfico(1995) Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” (1996) Núcleo Museológico do IBTAM (1996) Museu de Electricidade Casa da Luz (1997)

Gráfico nº. 3: Museus da Madeira – Décadas de desenvolvimento



2 - Unidades Museológicas

2.1 - Museu de Ciências Naturais

O estabelecimento de um Museu de Ciências Naturais no arquipélago da Madeira remonta a 1850 pela vontade do governador civil, de então, José Silvestre Ribeiro⁵⁸, a partir de uma exposição inaugurada, a 4 de Abril, no Palácio de S. Lourenço, após o que o governador facultou

⁵⁸ José Silvestre Ribeiro nasceu em Idanha-a-Nova, em 1807. Chegou à Madeira, em Setembro de 1846, vindo já nomeado governador civil para o distrito. Antes estivera nos Açores, como governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, época em que o arquipélago era alvo de atenção por parte dos Naturalistas, tendo sido visitado, em 1836, por Darwin, que aportou na Ilha Terceira. O seu elevado interesse cultural está patente na preciosa obra da sua autoria “História dos Estabelecimentos Scientificos Litterários e Artísticos de Portugal” composta por XIV tomos, editados pela Academia Real das Ciências desde 1872 até à sua morte.

No texto intitulado “Os Vimes”, da autoria de Jaime Azevedo Pereira, na Revista Atlântico (1986), encontrámos uma outra referência a Silvestre Ribeiro, do seguinte teor: “...*Mais tarde, na notável vigência do Governador Civil do Funchal José Silvestre Ribeiro, foi levada a efeito a primeira Exposição da Indústria Madeirense, cujos objectivos foram bem evidenciados no ofício que aquele Governador dirigiu ao Ministro do Reino, datado de 26 de Setembro de 1849 e que merece ser transcrito: “Desejoso de promover, quanto cabe em minhas limitadas forças, a prosperidade do Distrito do Funchal a meu cargo, lembrei-me, entre outras coisas, de estabelecer uma Exposição da Indústria Madeirense, à imitação do que tão proveitosamente se pratica nos países cultos da Europa. Para conseguir este fim, tive por conveniente despertar primeiramente a atenção dos manufactores, artistas e artífices da Madeira, endereçando-lhe um convite, nos termos do documento impresso, que incluso tenho a honra de encaminhar às mãos de V. Exa”. Fixei para a primeira exposição o mês de Abril próximo futuro – não obstante desejar que esta instituição começasse quanto antes – por isso que é mister fazer calar esta ideia no espírito do público, e dar tempo a que se preparem devidamente as pessoas que houverem de tomar parte na dita exposição; e designadamente escolhi aquele mês para aproveitar a circunstância de estarem então na Madeira muitos estrangeiros, cuja presença pode dar grande realce a um tal acto.”*

A resposta a este ofício foi objecto de Portaria do Ministro do Reino, aplaudindo a resolução tomada na esperança de que o acto da exposição viesse fazer honra ao talento e habilidade dos madeirenses. No regulamento da exposição, foi indicada uma relação dos diferentes grupos industriais em que a Madeira poderia apresentar produtos e artefactos de algum merecimento, entre os quais a obra de palha, de vime e de verga de giesta. O parecer do júri, datado de 11 de Abril de 1850, relata a presença de muitas e mui variadas “*e de muitas pessoas de diversas freguesias*” – Jaime Azevedo Pereira, *Os Vimes na Ilha da Madeira*, in Revista Atlântico, Funchal, 1986 p. 52.

algumas salas do Palácio, auxiliando com o seu prestígio e com os meios de que podia dispor, a sua criação e definitiva instalação: “*A primeira tentativa para a criação de um Gabinete de História Natural na Ilha da Madeira foi feita em 1850 por José Silvestre Ribeiro.*”⁵⁹

Foi, no seguimento da Exposição de Abril de 1850, que se abriu a primeira página da História dos Museus da Madeira. Silvestre Ribeiro foi o promotor da primeira exposição e incentivou as duas subsequentes com cedência das instalações do Palácio de S. Lourenço, o que evidencia um certo pioneirismo da Madeira, relativamente, a exposições industriais realizadas num tempo muito próximo ao do Continente.

Depois da exposição efectuada pelo Marquês de Pombal entre 1775 e 1776 na sua quinta em Oeiras, foi a Sociedade Promotora da Indústria Nacional que retomou a iniciativa do Marquês, levando a cabo exposições de produtos industriais nas suas instalações no Convento dos Paulista, em 1840 e 1844. Depois, cresce o número destes certames e realiza-se mesmo uma exposição internacional, que se inaugurou em 18 de Setembro de 1865, no Porto, para a qual foi construído o Palácio de Cristal. A primeira Exposição Universal ocorreu em 1851, em Londres, e as duas seguintes realizaram-se em Paris, respectivamente, em 1889 e 1900. Barcelona foi o local escolhido para a 4ª. Exposição Universal, em 1929, voltando Paris a ser palco da 5ª. Exposição em 1937. A 6ª. Exposição realizou-se em 1939, em Nova Iorque⁶⁰.

Para compreendermos melhor o pensamento de José Silvestre Ribeiro, consultámos a sua obra intitulada “*História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal*”, constituída por 18 volumes, datados de 1872 a 1889, cuja existência foi justificada desta forma pelo autor: “(...) Convencido do que deixo ponderado, entendi que temos impreterivelmente necessidade de uma obra, na qual encontrem, nacionaes e estrangeiros, uma noticia de todos os estabelecimentos científicos, litterarios e artisticos de Portugal desde a fundação da monarchia. Puz mãos à obra (...)” ensino; escolas; estudos; gabinetes; imprensas; institutos; jardins botanicos, etc.; linguas; livros elementares e outros; lyceus; museus; observatorios; recolhimentos; seminarios; theatros; universidades.”⁶¹

⁵⁹ Maria da Graça Canêlhas, *Museus Portugueses de História Natural – Perspectiva Histórica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia, Cadernos de Museologia, 1983, p. 51.

⁶⁰ Cristina Ferreira de Almeida, *Barcelona 1929, Exposições Universais*, Lisboa, Expo 1998, p. 85.

⁶¹ José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Litterarios e Artísticos de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1872, pp. VII-VIII.

Num capítulo da sua obra dedicado aos Museus de História Natural, diz o autor: “*Só muito ao correr da pena observaremos que a palavra museu vem da grega mouséion, que tanto quer dizer como lugar consagrado às musas; convertendo-se na latina museum. Quasi tres seculos antes da era christã teve esta palavra uma applicação muito brilhante a um estabelecimento scientifico de Alexandria, qual foi a escola de philosophia, de litteratura e grammatica, fundada por Ptolomeu Soter. Modernamente foi destinada para significar os estabelecimentos onde se reúnem grandes collecções de interessantes objectos de arte ou da natureza. Os francezes consagram o nome de musée à collecções de objectos raros e curiosos das artes, das sciencias, e até da industria.*”⁶². Ainda no mesmo capítulo faz uma apreciação cronológica, sobre factos determinantes com eles relacionados: “*1848 – Mencionaremos aqui uma providencia geral que o governo tomou no anno de 1848, para enriquecer todos os museus de historia natural do reino: Na portaria circular de 26 de maio, dirigida aos governadores das provincias ultramarinas, ordenou o governo que estes remetessem alguns exemplares zoologicos para o gabinete de historia natural.*(...)

1850 – Em 18 de fevereiro suscitou o governo a observancia das ordens que transmittira em 1848 aos governadores das provincias ultramarinas, acerca da remessa de exemplares zoologicos e de outros de história natural para os museus do reino. O governo enviava «Instrucções para a colheita, preparação, acondicionamento, e transporte dos productos e exemplares dos tres reinos da natureza».

*N’essa muito interessante portaria ponderava o governo a conveniencia de enriquecer os museus existentes, e até de augmentar o seu numero»*⁶³.

A criação do Museu de Ciências Naturais da Madeira está, certamente, no seguimento do disposto nesta portaria. No entanto, com a saída do Conselheiro Silvestre Ribeiro da ilha da Madeira, o Museu, que embora fosse insuficiente e de acanhadas proporções, não tardou a desaparecer inteiramente.

A segunda metade do século XIX português foi marcada por dois grandes fenómenos: a regeneração e a exploração africana, mas, igualmente importante, foi a criação do Ensino Industrial, por decreto de Fontes Pereira de Melo, em 1852, a que se encontrarão ligadas algumas experiências museais logo nesse mesmo ano. Nas décadas de 70, 80 e 90 a exploração e

⁶² José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Litterarios e Artisticos de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1872, , pp. 205-206.

⁶³ *Idem, op. cit.*, Vol. I, pp. VII-VIII.

colonização africana têm o seu ponto alto, encontrando-se ligada a esta realidade a Sociedade de Geografia de Lisboa, com um museu próprio, desde 1875 e o Museu Colonial, em 1870. Paralelamente, nas décadas de 50 e 60 foram criados no Continente os dois primeiros museus arqueológicos portugueses, em 1857 o Museu dos Serviços Geológicos e, em 1864, o Museu Archeologico do Carmo, tendo início nesta última década, com continuação na seguinte, escavações arqueológicas no País. Do resultado destas, e de outras escavações, vão resultar nos anos 80 e 90 alguns museus regionais, essencialmente, ligados à arqueologia – Elvas, Beja, Alcácer do Sal e Bragança.

Apesar de inúmeras manifestações do Estado Monárquico a favor da preservação do património e constituição de museus, o século XIX representa um momento de expressiva saturação no que diz respeito à organização de instituições museológicas, que acabaram por se transformar em depósitos de objectos raros e exóticos.

É importante salientar que os diversos problemas políticos ocorridos em Portugal, nesta época, contribuíram também para a transferência de colecções de relevante importância patrimonial para outros países europeus e também para o Brasil. A partir da segunda metade do século XIX, a actividade museológica portuguesa sofreu forte impulso com a criação de novos museus e com a formação de outras colecções. O conceito de cultura e património alargou-se. Os museus deixaram de ser só espaços para colecções de arqueologia, numismática e arte e também de produtos/objectos agrícolas, industriais – os Museus de Indústria e do Comércio. O Decreto de 24 de Dezembro, de 1883, da autoria de António Augusto de Aguiar, cria os museus industriais e comerciais, surgindo no seu seguimento o Museu Industrial e Comercial de Lisboa – Casa Pia de Lisboa e o Museu Industrial e Comercial do Porto, ambos em 1883, assim como outros seus congéneres que vão sendo instalados noutras cidades. Estes museus acabarão por ser extintos em finais de 1899. O Decreto de 10 de Março, de 1892, enviou para a Sociedade de Geografia o Museu Colonial para juntar ao que ela já possuía de igual temática. Nas duas últimas décadas do século XIX vão ser criados o Museu Nacional de Belas Artes, em 1884, quase meio século depois da criação da Academia de Belas Artes de Lisboa, e o Museu Etnográfico Português, em 1893, que representam dois momentos importantes da museologia portuguesa. Em 1895, o Museu Etnográfico Português passou a denominar-se Museu Ethnologico Português, sendo instalado em 1903 nos Jerónimos, onde ainda hoje se conserva, e era constituído por três secções – Arqueologia, Antropologia e Etnografia Moderna. Assiste-se, então, a uma mudança: “*No início*

da segunda década do século XX, a museologia portuguesa conheceu nova fase. Durante a I República foram tomadas medidas importantes com o objectivo de reorganizar os museus nacionais.”⁶⁴

A acção cultural da República, que foi extremamente pedagógica, fez com que a reforma dos museus acompanhasse a do ensino em todos os seus graus, a reestruturasse, assim como aos arquivos e bibliotecas, e fomentasse o ensino livre, “*Mas mais do que realizações concretas, como nos diz Oliveira Marques, o grande mérito da República esteve em fornecer a legislação e o enquadramento indispensáveis para uma revolução cultural em Portugal, (que) a escassez de verbas sempre impediu (...)*”.⁶⁵

Foi o Decreto de 26 de Janeiro, de 1871, que ordenou que as colecções e exposições dos produtos coloniais, encarregues a uma das Repartições do Ministério da Marinha (conforme o Decreto de 1 de Dezembro de 1869), constituíssem um museu colonial autónomo aberto ao público, uma vez por semana, abrangendo as seguintes divisões: 1º. História natural; 2º. Agricultura; 3º. Florestas; 4º. Matérias extractivas; 5º. Artefactos; 6º. Objectos raros e curiosos; 7º. Produtos estrangeiros.

Será esta legislação aliada às carências locais que irão influenciar a criação do Museu do Seminário, na Madeira, em 1882, dedicado à História Natural. Na omissão de decisão por parte do poder político, será a Igreja que tomará a iniciativa, na pessoa de um sacerdote alemão que se estabeleceu na Madeira em 1874 como professor do Seminário Diocesano. No ano de 1881 assumiu a vice-reitoria do Seminário e pouco depois começou a organizar um Museu de História Natural.

2.2 - Museu do Seminário

O chamado Museu do Seminário foi criado em 1882 pelo sacerdote alemão padre Ernesto Schmitz⁶⁶, vice reitor daquele estabelecimento de ensino, que se estabeleceu na Madeira em 1874, e, certamente, influenciado pelas ideias antecedentes de Silvestre Ribeiro.

⁶⁴ António Nabais, *Museus*, in «Dicionário Ilustrado da História de Portugal», n.º. 2, Lisboa, Edições Alfa, 1982, p. 20

⁶⁵ Paulo Oliveira Ramos, *Breve História do Museu em Portugal*, in «Iniciação à Museologia», Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 44-45.

⁶⁶ O Padre Ernesto Schmitz nasceu em Rheydt (Alemanha) em 1845 e entrou na Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo em 1864. Em 1874 foi por algum tempo capelão do Hospital da Princesa D. Maria Amélia, mas

A criação do museu está certamente associada ao seu interesse pelos inúmeros exemplares endémicos, novos e raros, descobertos no vasto campo científico do território do arquipélago, e pelo interesse manifestado por outros naturalistas estrangeiros em relação à ilha. Ao trabalho de investigação de Schmitz juntaram-se as importantes colecções de muscíneas e fanerogâmicas, organizadas pelo naturalista inglês James Johnson, com algumas espécies não assinaladas noutras partes do Universo.

Em Junho de 1908, o cónego Jaime Gouveia Barreto, professor e reitor do mesmo Seminário e igualmente distinto naturalista, substituiu Schmitz nas funções de conservador do Museu do Seminário sabendo conservar e fazer progredir a obra iniciada pelo seu ilustre mestre, continuando a sua acção em prol do Museu, com especial relevância na organização da colecção de líquens e fungos: “*Ao Bispo desta Diocese D. Manuel Agostinho Barreto foi concedido o edifício, igreja e cerca do convento da Encarnação, por decreto de 11 de Julho de 1905, para ali se edificar uma casa destinada à instalação do Seminário Diocesano que começou a funcionar em Outubro de 1909.(....) A lei de 20 de Abril de 1911 extinguiu o Seminário do Funchal.*”⁶⁷

São também de assinalar os contributos do biólogo madeirense Padre Armando Sardinha, nomeadamente na conservação e indexação das colecções existentes e de inúmeros outros cientistas como Hartung, Gonçalves Costa, Padre José Manuel Nóbrega, Carlos Menezes, Luisier, Persson, Mitten, Cardot, Potier de la Varde e Navás.

Depois da implantação da República, estas colecções foram encaixotadas encontrando-se a dada altura, quase totalmente destruídas. Após esta fase, esteve por dilatados anos anexo ao Seminário Episcopal, sendo transferido, por volta de 1921, para a casa ao Largo do Visconde do Ribeiro Leal, junto da residência do Prelado Diocesano. Na década de 40, o Museu de Ciências Naturais do Seminário Diocesano encontrava-se instalado no edifício da Encarnação, sob a direcção do cónego Barreto, professor e reitor do mesmo Seminário. Este espólio, propriedade da Diocese, viria a constituir o núcleo do Museu de História Natural do Jardim Botânico que abriu ao público em 1960, na Quinta do Bom Sucesso, localizada próximo do Funchal.

somente em 1878 estabeleceu residência na Madeira assumindo em 1881 o cargo de vice-reitor do Seminário do Funchal. Foi no desempenho deste cargo que fundou em 1882 o Museu de História Natural onde conseguiu reunir os mais variados exemplares da fauna madeirense.

⁶⁷ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1998, Vol. III, pp. 295-296.

2.3 - Museu do Liceu

No edifício do liceu existiu um pequeno museu para instrução dos alunos do estabelecimento, à semelhança do que aconteceu com outros liceus do País que construíram as suas colecções e Museus Escolares Museu Industrial e Comercial de Lisboa – Casa Pia de Lisboa, Museu Industrial de Pedro Nunes, em Faro, Liceu Pedro Nunes e Liceu Camões, em Lisboa, entre outros em várias partes do País.

No Museu do Liceu encontravam-se, além duma colecção conchiliológica e outra mineralógica, uma foca e algumas aves, peixes e exemplares botânicos. Os objectos de história natural foram adquiridos em 1913 e 1914 pelo major Alberto Artur Sarmiento, professor de Ciências Naturais, tendo havido antes disso no liceu alguns exemplares zoológicos, cujo estado de conservação já não era muito bom. O tenente-coronel Sarmiento foi professor provisório do Liceu do Funchal, membro auxiliar da antiga Sociedade de Geografia de Mans (França), sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e de outras sociedades científicas e literárias nacionais e estrangeiras. Era também reconhecido como um dos madeirenses que melhor conhecia a história, a geologia e a mineralogia do arquipélago, tendo escrito sobre elas. Efectuou a tradução do capítulo respeitante à Deserta Grande, do livro do Príncipe Alberto do Mónaco *“La Carrière d’un Navigateur”*, aquando da ida do Príncipe em 1888 àquela Ilha, e publicou-a no jornal *“Heraldo da Madeira”*: *“Numa visita que efectuou à Deserta Grande, fez algumas colheitas botânicas e as suas colecções petrologicas do arquipélago eram das mais completas que se conheciam. Foi-lhe dedicado o Scirpus pungens, variedade Sarmiento, ciperacea espontânea que vive nas proximidades da capela de São João e é uma das plantas mais raras da Madeira.”*⁶⁸

O museu do Liceu possuía meios rudimentares, tendo chegado alguns dos objectos aos dias de hoje sem qualquer tratamento museológico.

⁶⁸ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1998, Vol. II, p. 414.

2.4 - Museu Arqueológico

A Câmara Municipal do Funchal resolveu, em 26 de janeiro de 1915, autorizar a remoção para o convento de Santa Clara de vários objectos que lhe pertenciam, a fim de principiar a fundação dum museu arqueológico, susceptível de sofrer mais tarde grande desenvolvimento. Para ali foram então transportados vários objectos dignos de apreço, que se achavam esquecidos ou desprezados nos armazéns do Município e dispersos por vários locais. Entre os objectos removidos para o convento podemos destacar, o escudo e a coroa, em mármore, do convento de S. Francisco, a roda do Convento das Mercês, uma inscrição da ponte de S. João, vários quadros do Palácio Episcopal, os paramentos da capela do mesmo palácio, o escudo, em mármore, da antiga cadeia, o escudo e a coroa, em mármore, do arco dos Varadouros, a inscrição latina, em basalto da terra, do mesmo arco, diferentes artigos do extinto hospital de S. Lázaro, as medidas antigas da oficina das aferições, o retrato do cónego Viveiros, fundador do convento da Encarnação, etc.

Entretanto, a comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia questionou a situação da instalação do museu arqueológico no edifício do extinto convento não tendo a Câmara feito valer os seus direitos à posse de certas dependências do mesmo edifício, o que fez com que o projecto parasse logo no começo. Em Janeiro de 1916, a Câmara ainda resolveu solicitar ao Governo a concessão de todos os artigos pertencentes ao Convento de Santa Clara e que possuíssem algum valor histórico, a fim de serem guardados no museu arqueológico. Depois desta insistência não se conhece qualquer outra, sobre o assunto.

Actualmente, não existe conhecimento de qualquer acervo que estivesse ligado a esta pretensão.⁶⁹

2.5 - Museu Oceanográfico

Em 23 de Dezembro de 1920, a Câmara Municipal do Funchal resolveu concorrer com 200 escudos para a instalação dum museu oceanográfico e com 50 escudos mensalmente para o custeamento do mesmo museu. Ainda se chegaram a fazer algumas obras no edifício da Santa Casa da Misericórdia para a instalação do projectado museu, as quais tiveram de ser abandonadas

⁶⁹ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Vol. II, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, p. 412.

por se ter reconhecido que com a exígua verba votada pela Câmara Municipal nada se podia fazer que interessasse à ciência, sobretudo tratando-se da oceanografia.

Cerca de 1921, falava-se muito no estabelecimento dum museu oceanográfico no Funchal, mas para que tal instituição fosse levada a efeito, e tivesse uma colecção diversificada era necessária uma maior dedicação por parte da população interessada e se debruçasse sobre o estudo dos organismos marinhos, a fim de que nos armários do museu não figurassem apenas peixes, crustáceos, conchas, equinodermes e ainda outros grupos capazes, pelas suas dimensões, de chamar a atenção dos leigos em ciências naturais, mas também outras espécies da fauna e da flora que caracterizassem as águas oceânicas. A instalação de aquários destinados a reproduzir as condições do meio marinho apresentava-se como muito vantajosa, pois permitiria a realização de observações difíceis de levar a efeito por outra forma.

O museu oceanográfico não passou de uma vontade que não chegou a concretizar-se.⁷⁰

2.6 - Museu Municipal do Funchal (História Natural)

O Museu pertence ao Departamento de Ciência da Câmara Municipal do Funchal. A orgânica e competências do Departamento foram alteradas em 1998, por deliberação da Assembleia Municipal do Funchal de 3 de Setembro, que aprovou o Regulamento da Organização e Competência dos Serviços Municipais.

O Museu de História Natural, que foi fundado pela Câmara Municipal em 1929, por proposta do naturalista Adolfo César de Noronha,⁷¹ é o mais antigo que ainda se encontra em funcionamento na Região.

⁷⁰ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Vol. II, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, p. 414.

⁷¹ Adolfo de Noronha nasceu no Funchal em 1873. Frequentou o Liceu do Funchal e algumas cadeiras das antigas Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Porto sendo em 1914 nomeado bibliotecário da Biblioteca Municipal do Funchal. Realizou diversos estudos de história natural.

O texto de criação do Museu Regional da Madeira cita: ⁷¹*Considerando que o ilustre naturalista Sr. Adolfo de Noronha, conhecido pelos seus importantes trabalhos em vários ramos das ciências naturais, está naturalmente indicado para o cargo de Director, proponho:*

1º. *Que seja creado o Museu Regional da Madeira anexo à Biblioteca Municipal;*

2º. *Que seja nomeado director o Sr. Adolfo Cesar de Noronha*

Para instalar o museu, a Câmara Municipal do Funchal adquiriu um dos mais nobres e belos edifícios dos finais do século VII existentes na cidade, o Palácio de São Pedro.

O Museu de História Natural partilha o Palácio de São Pedro, com o Arquivo Regional da Madeira e com a Biblioteca Municipal⁷². A sua data de inauguração foi em 5 de Outubro de 1933.

Adolfo de Noronha foi nomeado director da Biblioteca Municipal do Funchal no ano de 1928 começando logo a divulgar a ideia da criação de um “Museu de Ciências Naturais” do qual foi o mais perseverante entusiasta, tanto na imprensa como junto de instituições que mais poderiam contribuir, com o seu prestígio e a sua influência, para essa realização. Associada a essa ideia esteve sempre uma outra que seria a aquisição de um edifício adequado para a instalação da Biblioteca Municipal e do Museu anexo de ciências, com secções de arte, arqueologia, etnologia, etc. Para custear a despesa com as instalações pretendidas, esteve durante alguns meses em Lisboa, com autorização da Câmara Municipal, para tratar da emissão de um selo postal para obtenção de recursos financeiros. Com este rendimento veio a conseguir a aquisição do Palácio de São Pedro onde ficaram instalados a Biblioteca e o Museu. Incontestavelmente foi a Adolfo de Noronha, seu fundador, que se ficou a dever a execução de um projecto tão ambicioso para a época.

Em 1985, César Pestana⁷³ dá opinião sobre algumas alterações que deviam ser feitas nos museus, nomeadamente, no Museu de História Natural e refere que “...*enquanto não forem*

3º. Que entre imediatamente em exercício

Em 1850 o benemérito Governador Civil da Madeira, Conselheiro José Silvestre Ribeiro criou um Gabinete de História Natural, declarando ao Ministério “tomei sobre mim o empenho de dar começo ao estabelecimento de um Museu, na cidade do Funchal, deixando ao tempo, ao zêlo dos que me substituírem e à solicitude do ilustrado Governo de Sua Majestade o seu progressivo desenvolvimento. Em todos os países cultos a fundação de Museus tem merecido aos governantes a mais disvelada atenção. É que estas instituições são livros abertos aos olhos da intelligencia popular e o melhor meio de cultura científica e social.”

(Discurso do vogal servindo de Presidente da Câmara Exmo. Sr. Engenheiro José Pedro de Freitas, por ocasião da abertura solene do Museu Regional da Madeira de 27 de Maio de 1929. Extracto da acta da sessão da Câmara Municipal).

⁷² Aqui se acolheu o acervo documental da região recolhido no então Arquivo Distrital que havia sido criado em 1931.

⁷³ César Pestana, *A Madeira – Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1985, p. 49.

possíveis as respectivas instalações em edifícios próprios e independentes, conviria reservar o Palácio de S. Pedro exclusivamente para Biblioteca e Arquivo Distrital, removendo-se dali, o Aquário, o Museu de História Natural, o Gabinete de Dermoplastica, e demais especialidades que não permitem a nenhuma daquelas modalidades, o necessário desenvolvimento e expansão.”

Este Museu mostra a riqueza da fauna madeirense, a partir dos materiais coleccionados em 1850 por José Silvestre Ribeiro e que se foi completando ao longo do tempo. Inicialmente criado como Museu Regional, abarcava para além da História Natural, a Etnografia e a Arqueologia. O Dr. Cayola Zagalo na palestra do I Congresso Nacional de Turismo, em 1935, faz referência ao Museu nestes termos: *“De visita ao museu instalado no Palácio de S. Pedro e intitulado Regional (em pé de página informa que “Os museus regionais são seis. Neste número não está compreendido o do Funchal, por não ter sido criado ao abrigo do decreto N.º. 20.985 de 7 de Março de 1932) ficou-me de facto a impressão da pobreza da ilha neste ramo e a não ser um ou dois quadros, nada mais ali vi de real valor artístico. O que abunda são exemplares de história natural, numa tal profusão, que, com maior propriedade, se lhe deveria chamar museu de história natural. Direi mais que aquele museu, da forma como está organizado, não serve, nem servirá, as legítimas aspirações da Madeira, no campo artístico. Pode, sem dúvida, aproveitar aos estudiosos de ciências zoológicas, mas, será isto suficiente, para ser apontado como exemplo dum museu Regional? Pela minha parte francamente digo que não, sem envolver neste parecer menos consideração pelo seu actual e competentíssimo director, Sr. Adolfo de Noronha.”*⁷⁴

A aquisição de espécimes pode ser por compra, oferta ou colheita, dependendo das possibilidades do Museu e das oportunidades surgidas. Quanto ao restauro de peças, é feito internamente, quando necessário. Em 1957 juntou-se ao Museu, o Aquário, por sugestão de Adão Nunes. Praticamente, desde o seu início o Museu contou com a colaboração do taxidermista e cientista alemão Gunter E. Maul, dispondo de uma cada vez maior colecção de animais.

Este Museu, desde a sua origem, evidenciou uma vertente regionalista, não apresentando espécies inexistentes no arquipélago.

Ainda hoje existe com o mesmo nome de “Museu Municipal do Funchal/História Natural”. Com a construção do novo Aquário Municipal do Funchal, há intenção de remodelar o

⁷⁴ Manuel Cayola Zagalo, *Museu de Arte no Funchal*, I Congresso Nacional de Turismo, Sociedade Nacional Tipográfica, Lisboa, 1936, p. 3.

Museu, aproveitando melhor os espaços disponíveis e converter a zona ocupada pelo aquário, para loja e auditório.

Tem privilegiado desde sempre uma vertente de investigação científica, publicando desde 1945 o *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, poderoso instrumento de divulgação científica da Madeira no Mundo. O Museu publica, não periodicamente, a “Bocagiana”, com inscrição de novas espécies para a ciência dos vários arquipélagos atlânticos. A permuta com outras organizações permitiu a constituição de uma importante biblioteca especializada. Esta instituição prepara agora a construção da Estação de Biologia Marítima do Funchal, em novas instalações do Cais do Carvão.⁷⁵

O Museu tem como director um biólogo. Possui 5 Técnicos Superiores, sendo 4 biólogos e 1 Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, um Eng^o. Técnico, 5 Técnicos Profissionais, 1 Técnico de Informática, 4 Assistentes Administrativos, 4 Vigilantes do Museu (2 Auxiliares Técnicos; 2 Auxiliares Técnicos Gerais), 3 Auxiliares Técnicos, 5 Auxiliares de Serviços Gerais e 1 Motorista. Em regime de avença existe um Biólogo, responsável pelo herbário do MMF(HN) e 1 Oficial da Marinha Mercante, Comandante da embarcação do Museu. No momento, o Museu não possui um taxidermista. Colaboram em regime de voluntariado 4 elementos nas áreas de Ornitologia e Biologia Marinha.

Neste momento, estão em exposição permanente 54 espécies de peixes, 247 de aves, 14 de mamíferos terrestres e marinhos, 3 de répteis marinhos, 152 de insectos e outros invertebrados e uma representativa colecção de rochas e minerais do arquipélago e de fósseis marinhos da ilha do Porto Santo. Para além dos exemplares em exposição, o Museu possui uma colecção de cerca de 33 550 exemplares, quer da fauna e flora terrestre e marinhas, quer da geologia e paleontologia do Arquipélago da Madeira. No rés-do-chão do Museu, existe um aquário público de água salgada. Inaugurado em 1957, conta hoje com 15 tanques de exposição, nos quais se encontram permanentemente representados os mais importantes elementos da fauna costeira da Madeira.

Relativamente às actividades do Museu podemos dividi-las em duas áreas: a didáctica e a de investigação. A primeira caracteriza-se principalmente por visitas de estudo (algumas orientadas pelos seus técnicos superiores) e apoios a alunos. Também se insere neste tipo o apoio a alunos estagiários de licenciaturas (principalmente em Biologia) de diversas universidades

⁷⁵ Padre Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1998, Vol. II, pp. 413-414.

nacionais e estrangeiras. Efectuam-se ainda actividades exteriores ao Museu, que incluem a realização de conferências, geralmente em escolas, a participação em visitas de estudo e trabalhos de campo e de mar (que incluem acções na área da educação ambiental) e as exposições temporárias.

Quanto às áreas de investigação, os técnicos do Museu estão envolvidos em vários projectos. Neste momento, a maioria dos projectos desenvolve-se na área da Biologia Marinha e os restantes na área da biologia terrestre. Para além dos projectos de investigação, mantêm-se outros de longa duração, como seja o inventário da fauna marinha do arquipélago, envolvendo investigadores de outras instituições e o herbário da flora da Madeira.

A divulgação da actividade científica do Museu e da Região, em geral, é efectuada, como se referiu, nas duas publicações editadas pelo Museu Municipal do Funchal (HN), o “*Boletim do Museu Municipal do Funchal*”, desde 1945, e a “*Bocagiana*”, editada desde 1957, com carácter não periódico, na qual se encontram, basicamente, as descrições de espécies novas para a ciência ou para os vários arquipélagos atlânticos. Ambas as publicações têm uma tiragem de cerca de 450 exemplares que são distribuídos, gratuitamente, por mais de 380 institutos científicos e universidades em todo o mundo. Está em fase de preparação um catálogo/guia do Museu.

No Museu Municipal do Funchal é bastante evidente a investigação associada simultaneamente à divulgação, com extensão a outros países. Desta forma, o Museu projecta o seu conhecimento para o exterior e recolhe também informação advinda dos seus congéneres, para além das relações interpessoais que muita vez favorece a troca de exposições, de ideias, sempre benéfica para o bom funcionamento das instituições. A publicação de um catálogo, agora inexistente, revela-se de grande necessidade para o Museu até porque este faz “ponto de honra” pelo facto de ser o mais antigo da Região.

A projectada construção do novo Aquário Municipal do Funchal e da nova Estação de Biologia Marítima, em novas instalações do Cais do Carvão, irão trazer, certamente, ao Museu uma nova feição revitalizadora. Era de extrema importância fazer participar e partilhar algumas experiências com os estabelecimentos de ensino, trazê-los a intervir no mundo científico, sempre tão distante para os mais jovens, da realidade e diversidade das colecções de história natural da sua Região: “*É possível para o Museu aproximar-se das escolas a fim de as motivar, orientar e partilhar uma preparação diferente de uma visita ao museu, e receber os grupos escolares não*

só com horários reservados e muita informação para oferecer, mas também com recursos preparados para que eles a descubram e a solicitem.”⁷⁶

Relativamente à componente expositiva, o Museu Municipal evidencia uma disposição clássica no arranjo das colecções, cerca de 33 550 exemplares, com recurso aos antigos expositores. Para além disso possui uma mais valia - o Aquário- factor de extrema importância nos dias de hoje, podendo os visitantes apreciar e imaginar os “objectos” de colecções no seu próprio “habitat”. Actualmente, os visitantes, nomeadamente os alunos, apreciam uma maior dinâmica no transmitir de saberes, o que não é uma tarefa fácil para os Museus de Ciência, no caso presente da história natural, que muitas vezes não dispõem de verbas necessárias para alteração da sua museografia. Podemos concluir com a apreciação de Jean Davallon no que respeita à função de uma exposição como instrumento que faz a ligação entre o objecto e o público: *“A situação comunicacional da exposição é caracterizada pela criação de um mundo intermediário entre o mundo quotidiano e o mundo científico. (...) Esta situação comunicacional é num forte sentido, uma situação de mediação. (i) uma mediação que possui uma dupla dimensão: uma mediatização da relação do visitante com os objectos disponibilizados espacialmente e portadores de significações (a exposição como dispositivo de mediatização); e (ii) uma inscrição deste dispositivo num espaço social (a exposição como actividade social e cultural). Uma grande parte das discussões desenvolvidas após esta contribuição apoiaram-se nesta particularidade da situação da comunicação pela exposição como situação de mediação. Ignorar esta particularidade conduziu a concepções restritivas que estão na origem de mal entendidos. Pode-se compreender facilmente que o mundo científico possa desejar uma continuidade entre ele e o mundo do visitante. Por vezes realiza-a; mas é então pela condição, quer duma selecção dos seus destinatários (restringindo o círculo do mundo do visitante aos “alunos” ver futuros cientistas, quer duma delegação de representantes junto dos visitantes sob a espécie de animadores, ou melhor «demonstradores» como é o caso, em Paris, do Palais de la Découverte. Nos dois casos a exposição tende então a aproximar-se, efectivamente, dum funcionamento comunicacional escolar.”*⁷⁷

Tomando como exemplo um Museu de História Natural, recentemente renovado, apontamos a Grande Galerie de l’Evolution, dotada de um programa científico e museológico elaborado com rigor através de uma equipa pluridisciplinar. O Museu dispõe duma estrutura

⁷⁶ Silvia Alderoqui, *Museus e Escolas: Sócios para Educar*, Buenos Aires, Paidós, 1996, pp. 182-183.

⁷⁷ Jean Davallon, *L’exposition à l’œuvre*, L’Harmattan, Paris, 1999, pp. 263-266.

essencial para o desempenho de uma das suas três missões estatutárias: a difusão dos conhecimentos para o público, missão estreitamente dependente das outras duas; a conservação das colecções e a investigação. Conforme referido no catálogo do Museu, «*A exposição permanente não está ordenada segundo a classificação zoológica, mas em função do tema unificador da evolução. Os espécimes, foram seleccionados em função da lógica do propósito científico que estrutura o conjunto da exposição, em função também de representações do público identificadas por investigações preliminares, em particular no caso duma exposição de prefiguração. Testemunhos da riqueza das colecções do museu, os espécimes são literalmente mostrados no quadro de uma museografia que faz apelo às técnicas mais sofisticadas. Luz e música apoiam a cenografia. Maquetes, audio-visuais e dispositivos especiais contribuem para tornar acessível os conhecimentos científicos mais recentes.*»⁷⁸

Anualmente, o Museu é visitado, em média, por 27 000 pessoas, dos quais cerca de 7 500 são alunos dos estabelecimentos de ensino da Região.

2.7 - Museu da Quinta das Cruzes

O Museu Quinta das Cruzes foi criado em 1946. A sua abertura oficial ao público ocorre em 1953, integrada nas comemorações oficiais do dia 28 de Maio. Nos primeiros anos da sua existência era também conhecido como «Museu César Gomes» em homenagem ao seu primeiro doador e fundador, César Filipe Gomes. O processo de aquisição do imóvel foi longo e só foi finalizado em 1948. Entretanto, a Quinta das Cruzes havia sido classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 36 383, de 28 de Junho de 1947.

O Museu encontra-se, desde então, aberto ao público, com carácter permanente, à excepção do período compreendido entre 1979 e 1982, momento em que se deu uma reformulação da instalação das colecções e se procedeu a algumas obras de beneficiação e conservação do edifício. Desde 1979 que o museu depende da DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, inicialmente sob a tutela da Secretaria Regional de Educação (1976-1982), e em fase posterior, directamente, da Presidência do Governo Regional (1983) e, por fim, dependente da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, desde 1984.

⁷⁸ À la Découverte de la Grande Galerie de L'Évolution, Museum National d' Histoire Naturel, Paris, 1994, p. 5

A denominação “das Cruzes” permanece incerta no tempo, apesar da sua localização se julgar próximo das primitivas casas de João Gonçalves Zarco, 1º. Capitão Donatário do Funchal, entre 1425-1467. A família dos primeiros capitães donatários possuía nesta zona grandes extensões de terreno, que se estendiam de São Paulo até ao Pico.

Uma provável moradia modesta, começada a edificar por João Gonçalves Zarco, foi ampliada por seu filho João Gonçalves da Câmara, que parece ter aproveitado os mestres que ali perto trabalhavam, na ampliação da antiga capela da Conceição de Cima para integrar no Convento de Santa Clara do Funchal. A Casa das Cruzes foi, ao longo dos séculos, sofrendo alterações importantes, transformando-se, a partir do século XVIII, numa emblemática “Quinta Madeirense”. No corpo principal da casa podem ainda hoje ser observadas janelas (duas das quais correspondiam a antigas portadas), de recorte manuelino, com a presença de arcos contracurvados em cantaria basáltica da Ilha. A capela da Quinta das Cruzes, da evocação de Nossa Senhora da Piedade, está datada de 1692, recordando o momento em que a Quinta passou à família Lomelino. O espaço Quinta das Cruzes foi adquirido para museu em 1946, conjugando as iniciativas e vontade do seu primeiro doador – César Filipe Gomes e dos organismos oficiais da altura.

De acordo com o documento de doação, toda a colecção de objectos de arte de César Gomes seria entregue à Madeira, por via da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal que se responsabilizaria pela criação de um museu de artes decorativas a instalar na Quinta das Cruzes. A doação da colecção efectuou-se a 19 de Dezembro de 1946. Perante uma situação tão oportuna e pela necessidade da criação de um museu de arte, a nível regional, a Junta Geral sob a presidência do Dr. João Abel de Freitas, desde logo se empenhou no processo de aquisição da Quinta, que, na época, era propriedade da família Miguéis.

Este Museu mereceu referências elogiosas do director do Museu Nacional de Arte Antiga, Dr. João Couto que desta forma se referiu: *“Neste momento o Funchal pode orgulhar-se de possuir duas organizações artísticas modelares: O Tesouro de Arte Sacra diocesana, neste momento aberto à admiração do público, e o Museu instalado na Quinta das Cruzes e que se deve aos talentos e cuidados dos Srs. Dr. Frederico de Freitas e Dr. José Leite Monteiro.*

Esta primorosa instituição cuja base foi a colecção do amador César Gomes, não tem deixado de ser enriquecida com as peças adquiridas pela Junta Geral. A Madeira, graças aos seus actuais dirigentes, dignos herdeiros dos esforçados paladinos doutras felizes eras, passa agora um momento alto no que diz respeito à resolução dos seus difíceis problemas artísticos.

*Quero aqui fazer uma referência às magníficas exposições que foram organizadas graças ao saber e tenacidade de eruditos trabalhadores e das quais ficou excelente literatura. Foi a das gravuras, posta de pé pelos dirigentes do Museu da Quinta das Cruzes e foi a das pratas e das esculturas, levadas a termo, pelo Sr. Eng.º. Pieter Clode e pelo Padre e sábio investigador, Pita Ferreira. Não se deve esmorecer nessa iniciativa. A sala de exposições temporárias de que o Museu das Cruzes, em breve, será dotado permitirá que se continue este magnífico trabalho de educação artística. Com tais iniciativas a Madeira não perde o tempo nem o dinheiro. Este magnífico rincão da terra portuguesa, onde moureja o trabalhador mais esforçado que conheço, rincão afamado no Mundo, procurado constantemente por nacionais e por estrangeiros, pode agora juntar à magnificência das suas belezas naturais e do seu clima, à excelência dos seus produtos, atractivos artísticos que chamarão a esta terra abençoada todos aqueles que se interessam pelo exame e pelo estudo das obras de arte de grande classe e merecimento”.*⁷⁹

Conclui-se destas palavras que o Museu da Quinta das Cruzes insere-se na política e na concepção museológica da época.

Desde a sua fundação e até 1976, o museu foi dirigido por comissões que dependiam directamente da Junta Geral, das quais fizeram parte o Eng.º. Rui Vieira, o Dr. António Aragão, o Prof. Marques da Silva, o Dr. Rui Carita e o Prof. Álvaro Simões. Em 1973 a comissão era constituída por três elementos: o Dr. Frederico de Freitas, o Eng.º. Rui Vieira e o Dr. António Aragão, sendo que naquele ano se retirou o Dr. Frederico de Freitas e o Eng.º. Rui Vieira assumiu a presidência da Junta Geral, sendo neste cargo que nomeia para animação do espaço três novos elementos, o Dr. Rui Carita, o Escultor Francisco Simões e o Prof. Marques da Silva.

Não terá sido ocasional a escolha do espaço Quinta das Cruzes, para acolher um museu de artes decorativas. O seu passado histórico e interesse patrimonial, justificam, por si, um registo museológico digno de particular atenção, dessa Quinta, identidade muito personalizada do contexto insular, sobrevivem muitos dos espaços, das dependências e, sobretudo, a forma como esses espaços se relacionavam e continuam a relacionar-se entre si.

A Quinta das Cruzes é, por definição «uma quinta madeirense», cuja dignidade arquitectónica e funcionalidade dos seus espaços, marcou, decisivamente, e facilitou o desenvolvimento da sua última definição vocacional – Museu. Actualmente, e situando-se quase

⁷⁹ João Couto, *Os Painéis flamengos da Ilha da Madeira*, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955, p.32.

no centro da cidade, dispondo de uma área de cerca de um hectare, apresenta-se como memória viva, de uma certa maneira de ser e estar, em acelerado desaparecimento na Ilha da Madeira.

A Quinta das Cruzes é uma das mais prestigiadas unidades da denominada “Quinta Madeirense” que está longe da estrutura da quinta tradicional portuguesa, com grande casa de lavoura e com áreas de cultivo. A quinta madeirense e funchalense organiza-se pela Casa, Capela, Casinha de Prazer, Parque Ajardinado e Pequena Horta, que a partir do século XVIII se foi desenvolvendo, especialmente, no anfiteatro do Funchal: *“Interiormente os espaços correspondem a uma Casa de moradia com um andar nobre claramente vocacionado para viver, e um rés do chão relacionado outrora com a produção vinícola.”*⁸⁰

Durante o período inicial de instalação das colecções e em anos posteriores, foram levadas a cabo, campanhas de obras de beneficiação e restauro no edifício, resultando daí alterações, algumas discutíveis sob o ponto de vista do interesse patrimonial, uma vez que componentes, particularmente significativas deste espaço, enquanto residência, foram suprimidas ou no todo transformadas; a título de exemplo, a cozinha e a copa deixaram de existir e deram lugar a salas de exposição. Para o efeito, foram substituídas por janelas as duas portas do período manuelino e a rampa que davam acesso directo às caves do rés-do-chão, onde, antigamente, se procedia a trabalhos domésticos relacionados com a produção vinícola. Apesar de todas estas vicissitudes, é consensual que a reutilização desta Quinta para instalação de um museu de artes decorativas, reunia, à partida, todas as condições para a execução de um bom projecto museológico.

Dos serviços de acolhimento, para além das exposições permanentes e eventualmente temporárias, o museu dispõe de um espaço que é ao mesmo tempo, portaria e loja, de um parque ajardinado, de serviços educativos e um centro de documentação que apesar de não ser público, por falta de espaço apropriado, pode e tem sido disponibilizado aos professores e alunos na pesquisa de trabalhos académicos. Para além da área de exposição permanente, o museu possui oito salas destinadas a outras funções como serviços técnicos, administrativos, reservas, etc. estando definidos os espaços públicos, semi-públicos e privados.

As reservas, ocupam parte do último andar (Torre) partilhado com a zona de vestiário, afecta aos funcionários.

⁸⁰ *Catálogo da Quinta das Cruzes*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, DRAC, p. 8.

O Museu está equipado com sistemas de segurança anti-roubo e anti-incêndio, através de um sistema electrónico ligado a uma empresa de segurança. Possui ainda vigilância nocturna pertencente ao próprio quadro do museu.

A memória do edifício, a história da Quinta e a sua passagem a museu poderia estar mais evidente para a compreensão dos visitantes.

De entre todas as áreas e funções aqui mencionadas, aquelas onde o museu apresenta maiores dificuldades, referem-se à falta de espaços e instalações adequadas a outras actividades técnicas e de lazer, falta de pessoal e formação específica na área da museologia e conservação, principalmente, para quadros intermédios (técnicos profissionais).

Enquanto espaço museológico global, a Quinta das Cruzes deverá ser assumida, no contexto cultural da Região como um conjunto estabilizado. No entanto, e no sentido de acrescentar uma mais valia à sua imagem, deverão ser ponderados todos os elementos que constituem, potencialmente, a sua mais correcta apresentação, enquanto espaço público urbano de grande visibilidade. É, neste sentido, que se inserem os projectos de Iluminação do Parque Ajardinado e do Edifício principal, recuperação dos Fontanários existentes nos Jardins, a construção e instalação de um serviço de cafetaria/restaurante e pavilhão de orquestrafone. A médio e longo prazo talvez se inicie a reconstituição das antigas «portadas manuelinas» e a rampa de acesso ao rés-do-chão, permitindo a entrada de deficientes no museu.

O edifício sofreu obras de conservação no período de 1979 a 1982.

Não queremos deixar de mencionar o papel importante que o Museu Quinta das Cruzes desempenhou na recolha de importante património da Ilha, uma vez que até ao final da década de 70 era a única instituição museológica dependente do Governo, tornou-se depositário de muito acervo doado e adquirido, não só no sentido de enriquecer as suas colecções, mas ainda do que não se encontrava no âmbito da sua vocação, mas porque à data da sua abertura, em 1946, ainda não existiam museus especializados em todas as áreas do património, nomeadamente o Museu de Arte Sacra. Desta forma tornou-se importante repositório o que permitiu mais tarde, através de todo o seu acervo dar origem a novos museus- o Museu de Arte Contemporânea e o Museu Etnográfico da Ribeira Brava.

O Museu Quinta das Cruzes tem um aspecto bastante cuidado tanto no seu interior como no exterior. A disposição e apresentação da colecção das pratas, tem soluções museográficas, como atrás referimos, semelhantes às do Museu Gulbenkian. Ao entrarmos naquele espaço sentimo-nos na mesma ambiência, com o mesmo tipo de vitrines, iluminação, disposição dos

objectos, verificando-se uma enorme influência dos técnicos que procederam àquela museografia, por volta de 1980. O Museu Gulbenkian era uma referência museológica à época, daí tomar-se como exemplo e que podia, identicamente, ser posto em prática na Ilha da Madeira, e do mesmo modo, com uma boa colecção, como a das pratas, que faz parte do acervo do Museu Quinta das Cruzes.

As colecções foram incorporadas através de doação, legado e aquisição. Das incorporações realizadas nos últimos 6 anos, registaram-se 26 adquiridas e 6 peças doadas. Tem havido sempre a preocupação de, paralelamente, à incorporação das peças no Museu, proceder-se à sua investigação e documentação, no sentido de se definir com o maior rigor possível a sua história e percurso. No que se refere à política de aquisições, é feita tendo em conta a natureza das colecções, no sentido de se colmatar ou enriquecer os núcleos estruturais do museu ou eventualmente, peças de significado iconográfico e histórico para a Região.

Relativamente ao inventário e catalogação das colecções, os objectos são registados em Livro, com a atribuição de um número sequencial, com descrição sumária, são fotografadas, numeradas e feitas fichas de inventário, em triplicado, e arrumadas segundo a ordem de entrada, por colecções e localização. Para os objectos de referência são elaborados *dossiers* de peça. No início de 2001 foi, definitivamente, instalada a base de dados informática - Matriz - para se proceder à informatização das colecções. Nos dois últimos anos, o Museu adquiriu equipamentos informáticos, com postos individualizados e internamente ligados em rede, bem como outro tipo de recursos necessários à instalação da base de dados Matriz⁸¹.

O espólio, que carinhosa e persistentemente César Gomes recolheu ao longo de muitos anos, é constituído por um conjunto de espécies díspares que vão desde as mais diversas peças de mobiliário de origem local ou estrangeira, passando por toda a gama de objectos de arte decorativa, até aos objectos de natureza etnográfica. Verificou-se que foram os mais variados elementos que constituíram o núcleo inicial da doação César Gomes, na sua maioria objectos de uso doméstico e a existência do espaço Quinta, com todo o sabor a uma velha residência que originaram um tipo específico de museu. A colecção ou colecções que serviram de base ao Museu foram, posteriormente, ampliadas e enriquecidas com novos elementos, provenientes de novas doações e aquisições. Às colecções iniciais juntaram-se as de João Wetzler, e de outros,

⁸¹ Desde o início deste ano (2001) o Museu dispõe de ligação própria à *internet* e neste momento está a ser elaborado o *site* da DRAC onde constará informação dos museus por ela tutelados.

assim como várias aquisições do Estado. O acervo do Museu é constituído por cerca de 3800 peças, maioritariamente, bens de natureza artística e histórica (artes decorativas), ainda que disponha de pequenos núcleos de elementos arqueológicos e etnográficos. Portanto, o acervo museológico do Museu da Quinta das Cruzes distribui-se pelas seguintes colecções: mobiliário, ourivesaria, joalheria, cerâmica, pintura, desenho e estampas e arqueologia.

Das colecções de Mobiliário poderão fazer-se duas grandes subdivisões, a do Mobiliário Português e a do Mobiliário Estrangeiro, na sua maioria de proveniência inglesa. Das colecções portuguesas encontram-se exemplares desde meados do século XVII e XVIII. Refira-se, especialmente, o mobiliário dito de Caixa de Açúcar. A sua origem remonta aos finais do século XV e inícios do século XVI, quando se instala uma economia insular baseada na produção e exportação de açúcar para o mercado europeu. A maior parte do açúcar saía sob a forma de cones cristalizados, os denominados pães de açúcar⁸². Já D. Manuel I, rei de Portugal, ao elevar a vila do Funchal a cidade, em 1521, lhe deu como armas, cinco pães de açúcar dispostos em cruz. A maior parte das caixas onde eram transportados os açúcares madeirenses, eram feitas de vinhático e cedro. Não se conhece na Madeira nenhum exemplar destas caixas do século XV e XVI. A decadência acentuada da produção açucareira madeirense, logo a partir da segunda metade do século XVI e depois no século XVII, devido às plantações de Cabo Verde e, posteriormente, do Brasil, iniciou um processo de importação de açúcar, no caso da Madeira, apenas do Brasil, para a alimentação da indústria de conservas de frutos cristalizados de fabrico insular. Esse açúcar, transportado para a Madeira em caixas de madeiras exóticas, algumas das quais conhecidas da ilha, como o vinhático, foram a matéria-prima de muitos dos móveis realizados então, sob a denominação vulgar de móveis de caixa de açúcar. Estes móveis eram realizados seguindo as tipologias do mobiliário português coevo.

Das colecções de mobiliário português devem destacar-se dois contadores de início do século XVIII, assim como uma mesa em pau-santo, de meados do século XVII. Refira-se ainda a presença nas colecções de dois contadores Indo-Portugueses, produzidos em Goa no século XVII. No mobiliário estrangeiro, predomina o inglês ou o realizado sob a sua influência. Registe-se um vasto conjunto de exemplares atribuíveis a meados do século XVIII e XIX. Na colecção reconhecem-se peças dos denominados estilos Chippendale, Hepplewhite, Sheraton, etc. Destaque-se uma mesa de leitura ou desenho, uma outra dita consola, com trabalho de labores de

⁸² Réplicas existentes no Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, oriundos dos fornos da Quinta da Machada, em Vale do Zebro, no Barreiro.

talha e aplicação de dourado, de finais do século XVIII, ambas Chippendale. Refira-se ainda dois contadores espanhóis de inícios do século XVII, ditos Vargaños, assim como algumas peças de proveniência francesa de meados do século XVIII.

Não existe, porém, qualquer referência às técnicas de fabrico, aos marceneiros e aos utilizadores. Os objectos aparecem, assim, de uma forma convencional, distante de um público que quer saber mais do que o seu valor estético ou exótico.

A colecção de ourivesaria dispõe de uma apresentação, totalmente, diferente do restante acervo. A apresentação é, em tudo, semelhante à exposição para este tipo de objectos do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, tais como vitrines, ambiente de penumbra e predominância de cores escuras fazendo sobressair as peças. O núcleo inicial de ourivesaria, é constituído pela colecção de César Gomes, quando da fundação do Museu, em 1946. Este conjunto foi depois engrandecido com a doação de João Wetzler, em 1966. A grande maioria das peças pertence a centros de produção portugueses e de outros países europeus, como a Inglaterra, Alemanha, Espanha, etc. Das portuguesas destaque-se um fruteiro de prata dourada, de inícios do século XVI, assim como um Porta-Paz, da mesma época. Da ourivesaria estrangeira pode destacar-se uma taça de pé coberta, de Nuremberga, de meados do século XVI; uma salva de Augsburg de finais do século XVII, ou uma outra de Amesterdão, de meados do século XVII. Pode ainda referir-se duas escravas-saleiros, de prata mexicana de meados do século XVIII. Também aqui o objecto se expõe com preocupações meramente estéticas.

A Quinta das Cruzes – Museu possui uma colecção de Jóias e pequenos objectos de adorno femininos e masculinos, provindas da colecção César Gomes. Trata-se, na sua maioria, de objectos de oficinas europeias, com destaque especial para algumas peças portuguesas de meados do século XVIII, como alguns pares de brincos com minas brasileiras da segunda metade do século. Cite-se ainda a presença de um raro par de brincos goeses, de início do século XVII, em ouro, esmalte e pérolas. Possui ainda uma importante colecção de glíptica, com exemplares de entalhes romanos (sec. I d.C.) e modernos (sec. XV-XVI), assim como camafeus desta última época. Nota-se ausência de uma interpretação dos objectos e a relação destes com os locais de origem, as suas funções e as épocas do uso.

As colecções cerâmicas da Quinta das Cruzes-Museu podem dividir-se em dois grandes núcleos: o das faianças e o de porcelanas. O das faianças, maioritariamente portuguesas, de meados do século XVIII e XIX, casos de exemplares de oficinas de Lisboa, Viana do Castelo, Coimbra, Porto, Caldas da Rainha, etc. Rara é uma pequena pia de água benta de inícios do

século XVII, de uma oficina lisboeta, provinda do Convento de São Francisco do Funchal. Deve ainda notar-se a presença de dois grandes pratos de Manises, com reflexos metálicos de meados do século XVII. O segundo núcleo, de porcelanas, pode subdividir-se em dois grandes grupos, o da porcelana europeia e o da oriental. Na porcelana europeia destaque-se algumas peças de oficinas de meados do século XVIII e XIX, como Meissen, Saxe, Limoges, Bristol, Davenport, Vista Alegre, etc.

Na porcelana oriental refira-se, especialmente, as peças chinesas de encomenda europeia, ditas “da Companhia das Índias”, da Dinastia Qing, reinados de Kangxi, Yongzheng e Qianlong. Para além de algumas peças de figuração europeia, destaque-se algumas com temas religiosos, ou outras, especiais para o mercado português, caso da pequena jarra, com as armas do Real Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, do Reinado Qianlong (1736-1795). Também um grande prato, com as armas atribuídas à cidade de Lisboa, dito Swatow, Dinastia Ming, Reinado Wanli (1573-1620). Muito curiosa é a presença de um conjunto de peças pertencentes a um serviço encomendado pelos lealistas franceses, com as silhuetas disfarçadas em jogo óptico do Rei Luís XVI, Maria Antonieta e dos Delfins Reais, de finais do século XVIII. A museografia também aqui aplicada não permite uma informação objectiva e acessível a todos os públicos.

Existem ainda colecções de pintura, desenho e estampas. Nas colecções da Quinta das Cruzes-Museu podem ainda destacar-se algumas outras peças, como sejam, as três pinturas de Tomás da Anunciação, que passou pela Ilha da Madeira em meados do século XIX. Nessa época pintou duas das três obras da colecção deste Museu, Piquenique, de 1865, com a família do Conde Carvalhal, assim como Vista de Santa Catarina, assinada e datada também de 1865. Pode ainda referir-se, especialmente, duas pequenas pinturas atribuídas a Jacques Callot (1592-1625).

O Museu possui uma valiosa colecção de desenhos, quase todos de autores que visitaram a Madeira no século XIX, e dela retiraram impressões de viagens. Releve-se aqui as obras de Andrew Picken e de Emily Genevieve Smith. Dentro do mesmo espírito oitocentista, o Museu possui uma importante colecção de estampas realizadas, na maioria dos casos, em Inglaterra, em meados do século XIX, a partir de originais desenhados. Destaque-se William Combe, Colecção Westal, Andrew Picken, Pitt Springet, Susan Vernon Harcourt, etc. Repete-se, do mesmo modo, a ausência de informação que aproxime os objectos dos visitantes através de uma reflexão explicativa na legenda ou interpretação das colecções.

Possui uma pequena, mas interessante colecção de escultura, com referência especial para o retábulo flamengo A Natividade, pintado sobre madeira, datado da segunda metade do século

XV, assim como uma Virgem com o Menino, de uma oficina do Norte da Europa, de inícios do século XVI. Do conjunto de escultura, pode observar-se uma preciosa colecção de peças de presépios, atribuídas a barristas regionais, de meados do século XVIII, de intensa qualidade plástica, produzidos sob a influência dos barristas portugueses continentais de longas tradições no século XVIII.

Parque Arqueológico. - Numa montagem romântica foram integradas nos Jardins da Quinta das Cruzes, alguns elementos arquitectónicos provindos de demolições da Região. Realce-se a presença de duas janelas manuelinas, em cantaria basáltica, provavelmente de uma casa na Rua da Boa Viagem, no Funchal. Refira-se ainda a presença de parte do antigo pelourinho da Cidade, em calcáreo-brecha, de inícios do século XVI, assim como, a título de exemplo, a pedra tumular de Gil Eanes, pedreiro mestre da Sé do Funchal, transportada da antiga capela de N^a. Sr^a. da Conceição, da Serra de Água, Arco da Calheta.

Relativamente às condições ambientais de conservação das colecções, podem considerar-se razoáveis. Tem sido preocupação do Museu, nos últimos anos, exercer um tipo de conservação preventiva e curativa das espécies, tanto quanto o permitem os meios humanos e técnicos. Com essa finalidade tem sido adquirido equipamento para a humidade relativa e temperatura e necessário ao controlo e vigilância de alguns factores de degradação das peças, nomeadamente, no que se refere aos valores da temperatura, humidade relativa e luz. Apesar de se registar na Região percentagens elevadas de HR e esse facto constituir um problema, existe, por outro lado, uma estabilidade, quase anual, desses valores (salvo raras excepções), bem como uma amplitude térmica diária pouco expressiva ou mesmo uma fraca oscilação dos valores da temperatura entre as diferentes estações do ano, quando comparada com outras regiões do Continente. Nalguns casos pontuais tem-se procurado e tido o apoio técnico do exterior, fazendo deslocar à região especialistas daquelas áreas como o Eng^o. Luís Casanovas e o Eng^o. Vítor Vajão.

A manutenção e a realização de obras de beneficiação do edifício faz-se com regularidade e constitui uma preocupação permanente.

Nos últimos anos, o Museu tem procedido ao levantamento sistemático do estado de conservação do seu acervo e procedido, de uma forma faseada, ao restauro de alguns núcleos e/ou peças isoladas. Foi o caso do núcleo do mobiliário de cerca de 40 peças, cujo restauro foi efectuado em 1998, pelo Instituto José de Figueiredo e orientado pelo Dr. Pedro Cancela de Abreu; do núcleo de joalheria, que conta com aproximadamente 200 peças, foi em 1999, depositado no Museu Nacional de Arte Antiga para classificação e cujo restauro foi

acompanhado pela Dra. Leonor d'Orey; as colecções de pinturas e esculturas têm sido restauradas pelo atelier Isopo, localizado no Funchal. Já no decorrer deste ano, procedeu-se ao restauro da pintura mural, um fresco do século XVIII, localizado na parte norte dos jardins, efectuado pelo atelier Mural da História, sediado em Lisboa.

O contributo do Museu para fomentar a criação de oficinas de restauro na região provocando a abertura de postos de trabalho, seria uma forma de se olhar o Museu como factor de desenvolvimento de produção, directa ou indirecta.

O Museu possui um quadro de pessoal permanente, que faz parte, organicamente, do quadro da Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Trabalham neste Museu, a tempo inteiro, 20 funcionários divididos pelas diferentes carreiras e categorias: 3 técnicos superiores, um dos quais, em regime de requisição (professora efectiva do 3º. Ciclo do ensino básico, da área de educação visual), a exercer funções educativas no Museu, desde 1996. Em 1997, frequentou um curso de formação profissional na área da museologia e educação, organizado pelo CELFF (Centro de Estudos de Línguas e Formação do Funchal). Os outros técnicos superiores possuem formação académica na área de História e Belas Artes e pós-graduação em museologia; 2 técnicos profissionais, cujas habilitações literárias são o 11º. e 12º. ano, respectivamente, sem formação específica na área da museologia; 1 técnica administrativa com o 10º. ano de escolaridade. Relativamente ao pessoal auxiliar e operário, exercem funções no museu 9 guardas/vigilantes, exercendo um deles, funções na portaria e loja, 2 guardas nocturnos e 2 funcionários de limpeza, com habilitações que vão desde a antiga 4ª. classe até ao 10º. ano. Eventualmente, em determinados períodos, tem sido possível recorrer à admissão de pessoal, não permanente, ao abrigo dos programas de desemprego e que, em geral exercem funções de, vigilância e limpeza.

No que concerne aos recursos financeiros, o Museu dispõe de orçamento anual próprio, integrado no Plano de Investimentos da Região (PIDAR), desde 1995. O montante anual respeitante ao Projecto «Apoio a Museus – Museu Quinta das Cruzes» é repartido pelas diferentes actividades museais, abrangendo as despesas com instalações e equipamentos, aquisição de peças, montagem de exposições, publicações, investigação, restauro e outras despesas de funcionamento.

Todas as acções de formação profissional (cursos, seminários, colóquios e outros) em que o pessoal do Museu participa, estão abrangidos por um outro projecto comum a todos os museus e outras instituições que são tutelados pela DRAC.

As despesas correntes de funcionamento do Museu incluindo as relativas ao pessoal, são asseguradas, directamente, pelos serviços da tutela. De receitas próprias, o Museu apenas dispõe do resultado da venda de bilhetes de ingresso e artigos da loja, e que entram, directamente, para os serviços de contabilidade da DRAC e do Governo Regional.

De acordo com a directora do Museu, e relativamente, ao seu posicionamento profissional, foi posta a tónica na mudança de mentalidade que deixou de ser tão conservadora, alteração que lhe adveio, sem dúvida, da formação em Museologia. A partir daí puseram-se-lhe questões, relacionadas com os temas teóricos, como o próprio conceito de museu, pensando, inclusivamente, que um sentido mais prático teve efeitos ao nível da conservação preventiva e do património museológico, o que se verificou tanto pelo apoio a documentação como pela prática quotidiana. A formação na área da museologia proporcionou-lhe, sobretudo, uma maior segurança, que é perceptível, e mais alargada capacidade de inovação até ali receada. Também a utopia que representa o papel do Museu na sociedade, foi um desafio que lhe está bem presente. A relação com o público é feita de uma forma mais aberta e sempre no sentido de uma aproximação e de estreitar laços com o Museu.

No decurso do ano 1948 e nos dois a três anos subsequentes, procedeu-se à instalação da colecção César Gomes, constituída, principalmente, por núcleos de mobiliário, cerâmica, joalharia, escultura e pintura. O arranjo provisório dado a este Museu foi, essencialmente, dirigido pelos Drs. Frederico de Freitas e José Leite Monteiro, que, para o efeito, contaram com a colaboração de outros elementos, também dedicados às Artes e à História da Madeira, como por exemplo, o Dr. Ângelo Silva, o padre Eduardo Pereira, o prof. Basto Machado e João Maria Henriques. Este grupo constituiu, de facto, a comissão organizadora encarregue de instalar o Museu.

Como trabalho realizado, nesta época, apontamos a continuação dos estudos das peças do Museu entre as quais se descobriu uma tela do século XVI, sobre tábua do século XVII, atribuída a Rafael e à sua “Virgem do Loreto”. Não havendo certeza, a mesma foi dada como cópia do século XIX. Finalmente, alguns anos mais tarde, conforme confirmado pelo Museu do Louvre, pensa-se que a tela é uma das 25 reproduções da mesma obra e do século XVI. Realizou-se ainda nesta época a reposição de alguns espaços do Museu, que, entretanto, foram alterados, exposta a colecção dos presépios e tiveram início alguns programas de animação com escolas.

Em 1977, após o Dr. António Loja ter assumido o cargo de Presidente da Junta Geral, é nomeado director do Museu o escultor Amândio de Sousa, que exerceu essas funções até Abril de

2001. É durante este período que é feita a obra, à semelhança das opções museográficas do Museu Gulbenkian, para a exposição das colecções das pratas. Esta intervenção que seguiu um modelo clássico, deveria ser repensada de uma forma mais actualizada de expôr e de aproximar mais os públicos do objecto. O Museu da Fundação Calouste Gulbenkian tem a sua história e não esgota as formas de comunicar, e, muito menos, quando se quer estabelecer uma relação estreita entre os objectos e os públicos.

O acervo do Museu está disposto nas diferentes salas do edifício principal, na capela, nas reservas e nos jardins, estando aqui instalado um pequeno núcleo arqueológico, resultante de recolhas feitas nos finais dos anos 50, princípios dos anos 60.

O jardim contém ainda espécies botânicas e faz parte da rede de jardins botânicos da Madeira. O Museu ocupa a totalidade da Quinta, numa extensão de 10 000 m², desenvolvendo-se o edifício principal pelos 3 andares, sendo o último correspondente à típica torre «avista navios».

A sinalética interna, identificando o percurso da exposição permanente, é dada através da numeração das 17 salas. Em cada uma delas, existe um texto genérico sobre as colecções⁸³ expostas, disponível em quatro línguas (português, inglês, francês e alemão). Esta informação é complementada com o catálogo do Museu e um roteiro, disponível, igualmente, nos 4 idiomas. No exterior, a partir do centro da cidade, até à Calçada do Pico, existem algumas placas de sinalização do Museu.

O Museu não dispõe, porém, de uma sala específica para Exposições Temporárias. Quando estas se realizam, são inseridas no contexto das colecções expostas, como foi o caso da exposição “*Formas de Vestir do séc. XVIII e XIX*” em colaboração com o Museu Nacional do Traje, em 1986, ou procede-se à desmontagem de uma das salas existentes.

Se nalguns casos a exposição das colecções, núcleo arqueológico incluído, carece de reformulação pontual, em especial, no que respeita aos suportes expositivos, noutros exige alterações de maior expressão, a fim de ajustar, continuamente, a coerência do discurso museológico proporcionado pelas colecções, às memórias, realidades e condicionantes físicas do próprio edifício que, em nosso entender, deverá constituir sempre a base essencial da sua imagem como museu.

O facto desta unidade museológica ser do tipo Casa Museu obriga a uma cenografia com uma disposição consentânea com a realidade madeirense que agrada ao público adulto, mas que

⁸³ O espaço deveria ser também visitado para que o público entendesse a quinta madeirense. Existem objectos sem tabelas o que torna difícil o entendimento do público.

não será tão fácil despertar nos mais jovens, devendo para o efeito estimular-se o seu interesse que pode ser complementado com o trabalho desenvolvido pelos serviços educativos, tal como é pretendido pela direcção, porquanto *“Conhecer o seu público deve permitir ao conservador elaborar projectos de exposições pertinentes em que o discurso científico se traduza em informações utilizáveis por muitos deles. Esta presença do destinatário impõe-se no momento de elaborar as etapas distintas de um programa, tanto para a organização das apresentações, como para a disposição do espaço coerente e inteligível.”*⁸⁴

A maioria das actividades educativas desenrola-se nos espaços exteriores – jardins. No entanto, existe um gabinete de trabalho onde é coordenado todo o serviço pela técnica responsável e que está instalado numa dependência da Quinta, designada pelos madeirenses «casinha de prazeres».

Relativamente a actividades vocacionadas para os visitantes, para além da renovação pontual da exposição permanente, abriu ao público, a 18 de Maio deste ano, a Exposição de Jóias e Adornos da colecção do Museu. Paralelamente à abertura desta exposição, realizaram-se eventos e trabalhos educativos, que apesar dos poucos recursos existentes, desenvolveram-se ao longo do ano, acções com diferentes escolas, de modo geral, do ensino básico e outras instituições, como Centros de Dia e associações ligadas à terceira idade. Promove *ateliers* de expressão plástica, visitas guiadas, acompanha trabalhos escolares relacionados com a história do Museu e das colecções, jogos, fichas-guia com exploração dos temas das colecções relacionados com as áreas curriculares. Realiza ainda, com regularidade, concertos musicais, apoiando grupos musicais ligados a associações culturais, à Secretaria Regional de Educação, bem como ao Conservatório e à Orquestra de Câmara da Madeira. Relativamente a publicações/edições, produzidas pelo Museu existem disponíveis para distribuição e venda ao público, o catálogo, o roteiro, o desdobrável dos serviços educativos e postais.

Um objectivo que se prevê concretizar-se, já a partir do próximo ano, é a publicação de catálogos temáticos. Neste momento, procede-se ao estudo e à maquetização dos catálogos de Glíptica (gemas e camafeus romanos e modernos), de joalheria e do núcleo de Porcelanas Companhia das Índias.

O Museu tem estado sempre disponível para ceder peças das suas colecções a outras instituições, na realização de exposições temporárias, quer na Região ou noutras partes do País

⁸⁴ Georges Henri Rivière, *La Museologia: Curso de Museologia/Textos Y testimonios*, Tradução de Antón Rodríguez Casal, Madrid, Ediciones AKAL, 1993, p. 383.

quer no estrangeiro. A título de exemplo, o Museu esteve representado na «Europália», e nas seguintes exposições: «Reflexos» realizada no Museu de São Roque em 1997, «A Arte e o Mar», na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1998, «Os Construtores do Oriente Português», na Alfândega do Porto, em 1998.

Para o ano de 2002 estão programadas duas exposições, uma com carácter permanente, apresentando pela primeira vez ao público, o núcleo de camafeus e gemas e uma temporária, relacionada com o coleccionismo apresentando uma colecção particular do Porto, de artes decorativas.

O Museu faz, regularmente, a divulgação do seu acervo e das suas actividades junto dos meios de comunicação social – televisão, rádio e imprensa escrita – a nível regional e em revistas, guias, mapas e listas classificadas a nível regional, nacional e internacional. Frequentemente, são realizados programas para as televisões estrangeiras, através da Direcção Regional de Turismo e inserido em acções de promoção da Madeira. São também distribuídos junto dos hotéis, escolas e outros organismos, desdobráveis ou cartazes alusivos a actividades temporárias ou a serviços disponibilizados pelo Museu.

A vertente sócio-cultural tem sido o principal objectivo do Museu, tornando-o um espaço interventor de dinâmica social, potencializando as suas capacidades, quer através das suas colecções procedendo à renovação das exposições permanentes, apelando à visita e participação da comunidade e forasteiros, mostrando a diversidade das identidades culturais e sociais, quer através da animação dos espaços físicos, nomeadamente, os jardins, local de fruição durante todo o ano, onde participam grupos e associações culturais da região, de modo notório, o Conservatório e Orquestra de Câmara da Madeira, apoiados na divulgação das “suas artes” e interagindo com a sua comunidade.

Também os *ateliers* de expressão plástica, acções educativas praticadas com as escolas, Centros de Dia e Associações ligadas à Terceira Idade cativam a comunidade local “abrindo o museu e as suas colecções” transformando o seu tempo de lazer em tempo de cultura, pondo em prática os princípios formulados pelas práticas da Nova Museologia, dando lugar ao desenvolvimento de acções museológicas, provocando a socialização em função da preservação e da rentibilização dos bens culturais e patrimoniais.

O Museu faz controlo do número de visitantes. As estatísticas são diferenciadas, destacando o público nacional e estrangeiro, homens e mulheres, grupos organizados, jovens e estudantes, gratuitos. No âmbito dos museus da DRAC este é o mais procurado, registando uma

média anual entre os 28 000 e os 30 000 visitantes. O Museu tem 4 tipos de ingresso. Para além do preço normal existem descontos para situações específicas, como é o caso de grupos organizados, jovens e terceira idade. Os estudantes, professores e membros de associações museais têm entrada gratuita. Ao domingo, a entrada é livre para qualquer tipo de visitante, incentivando, desta forma, a população local a visitar o Museu sem qualquer custo. O número de visitantes do Museu, nos últimos anos, tem-se mantido estável, como prova o seguinte quadro:

Quadro nº. 7: Estatística de Visitantes do Museu Quinta das Cruzes

Ano	Visitantes
1994	24 400
1995	23 839
1996	24 738
1997	23 890
1998	25 993

2.8 - Museu de Arte Sacra

Desde 1955 o Museu de Arte Sacra encontra-se instalado no antigo Paço Episcopal, da Diocese do Funchal. Foi a partir de 1933, que o conservador do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, o Dr. Manuel de Almeida Cayola Zagalo, numa comunicação feita no Congresso Nacional de Turismo e, sobretudo, no valioso trabalho «A Pintura dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira», revelou, com o mais profundo conhecimento, a existência de um rico património, na Ilha, tanto pelo número como pela superioridade artística, através das seguintes palavras: «... *Deve-se registar e divulgar, que a revelação do Património Artístico da Madeira, adentro do Património Nacional forma uma das suas nobres parcelas ... Igual abundância se verifica em não menos belas peças de ourivesaria, escultura, cerâmica, tapeçaria e mobiliário ... A preponderância das escolas de Bruges e Antuérpia e da escola portuguesa manifesta-se de tal forma, que só posso indicar uma excepção: - o quadrinho de S. Jerónimo, de presumível proveniência holandesa, pertencente ao Paço Episcopal do Funchal. Gérard David, Jean Provost, Jean Gossart e outros mestres por identificar, mas de mérito equivalente, são os autores*

dos formosos retábulos flamengos da Ilha; alguns dos painéis cuja filiação artística é por enquanto ignorada, são executados no estilo dos grandes pintores tais como Van der Weyden, Hans Memling, Quentin Metsys, etc ..

*A justificação da existência de tão avultada percentagem de quadros, oriundos da Flandres e do Brabante, aliada à de múltiplos exemplares de similar origem, na sua maior parte perdidos, entre os quais esculturas, móveis, tapeçarias, e a maioria das campas mortuárias revestidas de lâminas de bronze, baseia-se quasi exclusivamente na cultura sacarina...».*⁸⁵

A revelação da existência de todo aquele património artístico criou um ambiente favorável à organização e instalação de um pequeno museu de arte sacra, havendo-se aproveitado para esse fim duas salas do corpo capitular da Sé Catedral e contíguas a este templo, desde há muito, classificado como monumento nacional.

A inauguração solene realizou-se no dia 6 de Outubro de 1940. Diz, então, o Dr. João Couto, director, à época, do Museu Nacional de Arte Antiga: *“O facto do Dr. Manuel Cayola Zagalo ter um dia trazido ao conhecimento do público a série de painéis flamengos existentes em várias igrejas da Ilha da Madeira constituiu um acontecimento deveras notável e com largas repercussões, não só no estudo das artes dos Países Baixos, mas também no da Arte Nacional.”*⁸⁶

No ano de 1949, a convite da Junta Geral do Distrito Autónomo, Cayola Zagalo e Fernando Marnel (técnico de restauro de reputação mundial) deslocam-se à Madeira e com autorização do Bispo do Funchal, a expensas, sobretudo, dos organismos da ilha, as obras foram para a oficina de Restauro da Pintura Antiga. Ainda no mesmo ano foram expostas no Museu Nacional de Arte Antiga. Com o retorno das obras ao Funchal houve a preocupação de integrá-las num museu, uma vez que se tratava de um espólio riquíssimo, demasiado precioso para permanecer fechado para a comunidade. Achamos importante transcrever um trecho do livro *“Ilhas de Zargo”* onde se refere os saques feitos ao longo dos séculos no arquipélago e que foram delapidando o património local que sendo hoje ainda valioso foi, em tempos, de uma riqueza incalculável: *“Avalia-se a sua quantidade e qualidade (riqueza do arquipélago) pelo que, em 1566, saquearam no Funchal os corsários franceses, chefiados por Pedro Beltrão de Montluc*

⁸⁵ Manuel Cayola Zagalo, *Museu de Arte no Funchal*, in «I Congresso Nacional de Turismo», Lisboa, Sociedade Nacional Tipográfica, 1936, pp. 3-7.

⁸⁶ João Couto, *Os painéis flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, , 1955, p. 9.

acompanhado de cerca de mil e duzentos homens e alguns portugueses exilados, entre os quais Gaspar Caldeira, conhecedor dos Tesouros e da importância económica da Madeira, tripulando três naus de alto bordo e oito navios de menor tonelagem»... «a mais e maior riqueza daquela terra eram jóias e ricas peças de móveis que mandavam vir de Flandres e de outras partes pelos contratantes e forasteiros, a troco de mercadorias da terra e de suas novidades, ainda que custosas, pelo que, casa houve que de levaram alcatifa que custou e valia oitenta mil reis» Do mosteiro das freiras de Santa Clara, «salvo a custódia do Santíssimo Sacramento ... e alguns cálices, tudo o mais foi roubado; no dos frades de S. Francisco, apoderaram-se do tesouro que rica coisa era tanta prata e ouro quanto aquele mosteiro tinha ...».⁸⁷

A Ilha do Porto Santo foi também alvo de piratas e corsários que assaltaram e saquearam a Vila Baleira: os ingleses, em 1595; os franceses em 1566, 1690, 1708; os marroquinos em 1617, 1667 e em outras datas de que não há memória escrita. Levaram todos os valores das casas fidalgas e da igreja paroquial *«que de tudo ficou roubada, de ornamentos, pratas e livros...»* sendo incendiada mais de uma vez. *«Não ficaram desprovidas de todo, de valores e de arte, apesar-de tudo, estas Ilhas.»*⁸⁸

O Bispo do Funchal no texto do catálogo do Museu alude aos ataques e roubos de piratas e corsários à ilha da Madeira, nomeadamente, ao património religioso da Diocese do Funchal, em que membros do clero e fiéis sofreram e até perderam a vida para salvar as alfaias sagradas, escondendo-as e recusando indicar onde se encontravam. Também os governos liberais e a reforma religiosa com as suas leis de confisco de 1820 a 1843. Com a nacionalização das propriedades dos mosteiros e a extinção das ordens religiosas confiscam-se alfaias e paramentos sagrados. Posteriormente, em princípios do século XIX (1801-1802 e 1807-1814) a Madeira foi ocupada por tropas inglesas, por ocasião das invasões napoleónicas ao continente europeu. Ainda como catástrofe que delapidou o património madeirense apontamos a aluvião em 1803 que causou enormes estragos nas culturas e casas da cidade, ficando quase destruídas em todas as freguesias, levando á morte de centenas de habitantes. Alguns dos períodos de agressão contra o património não tiveram proveniência do exterior, mas de revoluções internas, que deram origem à extinção das ordens religiosas, em 1834, destruíram bens patrimoniais, demolindo mesmo edifícios que conservavam grande espólio, como aconteceu com a Igreja e o Convento de São

⁸⁷ Padre Eduardo Clemente Nunes Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, Funchal, 1967, p. 740.

⁸⁸ *Idem*, pp. 739-741.

Francisco que foram abatidos e cujos terrenos estão hoje ocupados pelo Jardim Municipal e suas imediações. Relativamente ao Convento de Santa Clara, em virtude das leis de desamortização todos os bens deste convento, que eram avultados, foram vendidos pela Fazenda Pública. Na época, foi decretado pelos bispos que os párocos deviam redigir e apresentar inventários dos bens culturais, conservando-se alguns deles no Arquivo Diocesano.

Com todas as afrontas que o arquipélago sofreu ao longo dos séculos onde se incluem calamidades, incêndios, aluviões, insectos, e, desde há algum tempo, a formiga branca, destruíram e arruinaram parte desse património que, em tempos, foi fabuloso.

Revelador do pouco interesse que a vida cultural e particularmente, os museus despertavam na população, ainda nos anos cinquenta, é o facto de no jornal “*Diário Popular*” – edição especial, datada de 17 de Maio de 1952, dedicada ao arquipélago -, não existir qualquer referência aos museus existentes naquela data: o Museu Municipal do Funchal que funcionava desde 1929 e a colecção de Arte Sacra que já se encontrava instalada em duas salas do corpo capitular da Sé Catedral, dando origem ao pequeno Museu, cuja inauguração solene se realizara em 1940. Naquela edição especial apenas figura um artigo com explicação de uma Exposição Temporária.

O Museu de Arte Sacra, instalado no Paço Episcopal, surgiu por vontade do Bispo do Funchal, D. António Pereira Ribeiro, em estreita colaboração com a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, recolhendo neste espaço, as diversas peças que se destinavam ao Museu. Para a fundação do Museu, seleccionaram-se ainda peças de pintura portuguesa, escultura, ourivesaria e paramentos, obras que na sua maioria estavam fora do culto nas igrejas e capelas da diocese, e que, pela sua qualidade artística, igualmente, se justificava a sua integração num futuro espaço como aquele. Este edifício funcionou como Paço até 1910. Como reflexo da implantação da República, Afonso Costa separava a Igreja do Estado - Lei da Separação de 1911 - passando o edifício a pertencer à Fazenda Nacional.

A questão religiosa prosseguiu durante os anos de 1911, 1912 e 1913. Apenas em 1914, com Bernardino Machado, como Presidente da República, as relações entre a Igreja e o Estado ficaram mais suavizadas. Finalmente, em 1917, com o triunfo do Sidonismo, a paz chegou à Igreja Portuguesa. De 1914 a 1943, esteve naquele espaço instalado o Liceu do Funchal. Pouco depois, o edifício começou a ser recuperado para Museu de Arte Sacra, que seria inaugurado em 1955.

O Museu não tem documento de aprovação da instituição, pois resultou da vontade do Bispo do Funchal, após um acordo celebrado com a Junta Geral do Distrito Autónomo, que ficou responsável por um subsídio anual para a manutenção do Museu, o qual se mantém através do Governo Regional.

O edifício do antigo Paço Episcopal, harmonizado por grandes obras no século XVIII, foi primitivamente fundado por D. Luís de Figueiredo Lemos, que transferiu para este espaço a sua residência, em 1594. Da primitiva construção sobreviveu a estrutura poente, quer parte do edifício sobre a Rua do Bispo, quer a arcada dupla lançada sobre a actual Praça do Município. Refira-se ainda a Capela de São Luís de Tolosa (datada de 1600), que apresenta uma sobriedade compositiva própria do maneirismo português. Na fachada rasga-se um portal que ostenta no seu coroamento as armas dos Figueiredos. Esta capela, despojada de todo o seu recheio, foi recentemente (1994) reaberta, com a colocação de várias peças da colecção do Museu. O risco inicial do paço deve-se a Jerónimo Jorge, mestre fortificador. O edifício sofreu ao longo do século XVII novas obras de ampliação, sobretudo em tempo de D. António Teles da Silva (1675-1682), e no início do século XVIII, com D. José de Sousa Castelo Branco, que coincidiu com a retirada para novas instalações do seminário, que funcionava em parte da primitiva construção. Grandes obras irão em pleno século XVIII, marcar o Paço Episcopal, após o terramoto de 31 de Março de 1748, em tempo de D. João do Nascimento. A reconstrução foi entregue ao mestre de obras reais Domingos Rodrigues Martins. A nova construção segue os modelos da arquitectura coeva, com larga aplicação de cantaria da ilha, articulando-se com o corpo poente mais antigo e que havia escapado ao terramoto. Ao gosto comum da arquitectura insular foi erguida uma torre, aberta no último piso por uma grande varanda, com vista sobre o mar. Esta torre avista navios, permite observar todo o anfiteatro da baía do Funchal. Na parede sul, foi colocado um gigantesco painel azulejar, em azul e branco, de produção lisboeta do final do segundo quartel do século XVIII, com a representação das três virtudes teológicas “Fé”, “Esperança” e “Caridade”.

Devem distinguir-se dois núcleos fundamentais no Museu de Arte Sacra: o da Arte Flamenga, Pintura, Escultura e Ourivesaria, desde fins do século XV até ao fim da primeira metade do século XVI, e o núcleo de Arte Portuguesa desde inícios do século XVI até meados do século XVIII, de Pintura, Escultura, Ourivesaria e Paramentaria. A importância das colecções de Arte Flamenga justifica-se através dos intensos contactos comerciais estabelecidos com a Flandres desde o século XV até meados do século XVI, por causa do açúcar produzido em larga escala na costa sul da ilha da Madeira. O comércio estabeleceu-se primeiro através de Lisboa e

depois, directamente, com os portos de Bruges e Antuérpia a partir de 1472. Em 1498, D. Manuel proibiu a saída da ilha da Madeira de mais de 120 mil arrobas determinando os quantitativos destinados a cada porto europeu, privilegiando a Flandres com a maior porção. Muitos dos produtores e donos de engenhos de açúcar, assim como comerciantes locais, ou aqui instalados, realizaram encomendas sumptuárias à Flandres, sobretudo de escultura e pintura, mas também de ourivesaria, de que a colecção do Museu de Arte Sacra é um importante reflexo.

Nas colecções de Pintura, pela extraordinária diversidade de exemplares desde o final do século XV até ao fim da primeira metade do século XVI, devem destacar-se as obras atribuídas ao mestre do tríptico de Morrison, Gérard David, Thierry Bouts, Joos van Cleve, Jan Provoost, Marinus van Reymerswaele, Pieter Coeck van Aelst e Jan Gossaert. Dos conjuntos retabulares, a maioria de invulgaríssimas dimensões, provém de igrejas da costa sul da Ilha da Madeira e constituíam ofertas de muitos comerciantes e proprietários de canaviais e engenhos. Refira-se, especialmente, a “Descida da Cruz”, atribuída a Gerard David, “São Tiago” a Thierry Bouts, “A Virgem e o Anjo da Anunciação”, da matriz da vila da Calheta, atribuídos a Jan Provoost, “Adoração dos Reis Magos”, da matriz de Machico, a “Anunciação do Bom Jesus” da Ribeira, Funchal, atribuída a Joos van Cleve, ou “Maria Madalena” da Sé do Funchal, atribuída a Jan Provoost.

Particularmente interessante é o conjunto de escultura, de ateliers de Malines, Antuérpia e Bruxelas, ou mesmo de ateliers hispano-flamengos, de finais do século XV e inícios de século XVI. Estas esculturas, muitas delas só expostas, recentemente, no Museu, constituem significantes exemplos da importância dos conjuntos retabulares e de esculturas de invocação das igrejas para onde foram encomendadas. Deve destacar-se: Calvário, São Roque e Deposição no Túmulo, da Sé do Funchal; Virgem com o Menino, igreja matriz de Machico e Santa Luzia, da igreja de Santa Luzia, no Funchal.

De origem flamenga são ainda uma Bandeja de prata dourada proveniente da Sé do Funchal com punção da cidade de Antuérpia de inícios do século XVI, e um Cálice da igreja matriz de Machico, com a mesma punção ou marca da cidade. Referência lateral merece ainda a presença em exposição de um Turíbulo, em cobre, atribuído ao século XII, proveniente da Igreja de Gaula, muito próximo a um outro existente no Museu de Lille, França.

No Museu de Arte Sacra do Funchal poderemos encontrar exemplares de uma parte significativa da história da arte portuguesa desde finais do século XV até aos últimos anos do século XVIII.

A política de aquisições do Museu é feita, conforme explicado pela directora, da seguinte forma *“Para além da colecção inicial tem sido feito um esforço continuado de engrandecimento e diversificação das colecções do Museu, com a recolha de peças que, fora do culto, já não cumprem funções devocionais mas cuja superior qualidade artística justifica a sua integração. Por seu turno, a comunidade tem contribuído, com doações e cedências temporárias, para a substancial melhoria dos percursos de exposição estabelecidos no Museu.”*⁸⁹

O inventário está organizado, em triplicado, não estando ainda informatizado. Existe também numa tabela do Microsoft Excel.

O Museu promove projectos de investigação apenas com os seus próprios técnicos. É feita uma conservação activa das colecções e em caso de necessidade de restauro de algum objecto, recorre-se ao trabalho de um atelier particular em Lisboa ou a outro do Funchal. Possui serviços de apoio educativo, áreas de exposição temporária e abrirá, em breve, uma cafetaria.

Na sua actividade o Museu tem uma comissão directora e um quadro de pessoal, ajustado à instituição Museu de Arte Sacra, instituição essa sem fins lucrativos da Diocese do Funchal. Daí que seja um Museu privado, subsidiado pela Diocese e pelo Governo Regional. A Comissão Directora é formada pelo Bispo do Funchal, um pároco, uma pessoa encarregada pela parte financeira, com licenciatura em Matemática e a directora do Museu, encarregada da parte artística.

A maior parte do orçamento anual é gasta com o pessoal. O quadro do Museu é composto por 8 pessoas, entre elas o director, que possui licenciatura em História e Escultura. Nos meses de verão, a Secretaria Regional de Educação disponibiliza, para colaboração no Museu, três estudantes com a formação de 11.º ou 12.º ano.

Os serviços educativos têm uma responsável com licenciatura em História, enquanto os outros funcionários têm como habilitações o 12.º ano, curso geral dos liceus, ciclo e instrução primária.

No jornal “Diário Popular”, em 1952, um artigo da autoria de Alberto Gomes dá conta de uma “Exposição de Ourivesaria Sacra”, realizada no Convento de Santa Clara, nestes termos: *“...Todavia, como dissemos, o que ficou em nossa posse, constitui legado de inestimável apreço, não só pela quantidade como pela qualidade. A ourivesaria sacra é particularmente sumptuosa.*

⁸⁹ Luiza Clode in *Introdução do Catálogo do Museu de Arte Sacra*, Edicarte, Lisboa, 1997, p.15.

Tivemos ocasião de apreciá-la em conjunto, na recente Exposição de Ourivesaria Sacra, realizada no histórico Convento de Santa Clara.(...) Impossível enumerar sequer uma parte das trezentas e cinquenta peças de prata expostas.

A Exposição de Ourivesaria Sacra surpreendeu agradavelmente o nosso meio. Constituiu revelação para a maior parte dos madeirenses. Tão feliz e oportuna iniciativa, e largo alcance cultural, veio dar-nos visível prova de que a arte sumptuária está aqui defendida da especulação e da cobiça, encontrando-se por outro lado todos os objectos e peças de valor – de resto já inventariados – em perfeito estado de conservação.”⁹⁰.

Dispostos em organização cronológica apresentam-se três grandes núcleos principais - Pintura, Escultura e Ourivesaria sendo que a grande maioria das peças em presença, provém de igrejas e capelas da diocese do Funchal, que por razões que se prendem com a sua superior qualidade ou a sua retirada do culto, foram transferidas para o Museu. Também aqui, como no Continente houve a centralização dos bens culturais esvaziando outras localidades da região.

Os núcleos, cronologicamente organizados, articulam-se pela maioria de presenças de uma determinada técnica, corrente, ou suporte artístico, fazendo-se também opções temáticas. Assim encontraremos salas maioritariamente dedicadas à pintura, escultura ou ourivesaria, com a introdução paralela de outros suportes que darão o correspondente epocal, de outra disciplina.

Destaque para a extraordinária colecção de ourivesaria, distribuída, maioritariamente, por duas salas, sintetizando um percurso da ourivesaria em Portugal desde a época de quinhentos até ao fim das experiências Rocaille. Deste conjunto, uma das peças mais recuadas, é uma Cruz Processional proveniente da Igreja de Gaula, dos últimos anos do século XV, em prata com vestígios de douramento, de uma oficina portuguesa. Num conjunto respeitante à ourivesaria manuelina, refira-se uma parte significativa do tesouro da Sé Catedral do Funchal, com a sua Cruz Processional, em prata dourada, oferecida pelo Rei D. Manuel, mas chegada à ilha já depois da sua morte, no reinado de D. João III, em 1527. Sendo uma das mais importantes obras da ourivesaria manuelina em Portugal, sintetiza um momento particular da situação artística, ao introduzir referências a uma linguagem gótica final europeia atravessada pelos modelos ao

⁹⁰ Alberto Gomes, *A Exposição de Ourivesaria Sacra realizada no Convento de Santa Clara Apresentou Verdadeiras Jóias de Inestimável Valor*, in «Diário Popular» – Edição Especial sobre a Madeira, Lisboa, 1952, p. 13.

romano, começados a circular por via da gravura. Esta peça regista ainda a presença titular de uma emblemática e simbólica régia com a coroa real, cruz de cristo, esfera armilar, etc. Das peças manuelinas faremos referência especial para o Porta-Paz, e Nossa Senhora, em prata dourada, fazendo parte do lote de ofertas régias à catedral. O Museu apresenta uma colecção variada de ourivesaria portuguesa de finais do século XVI e XVII, reconhecendo-se uma tendência nacional para um despojamento formal e decorativo, próprio dos modelos maneiristas. Destaque-se uma Bandeja e Salva com Pé, assim como um Cálice datado de 1580, proveniente da Capela do Corpo Santo. Notável obra da ourivesaria portuguesa é a Ânfora de prata da Sé de meados do século XVII. Uma outra sala, é dedicada à exposição em integração de ourivesaria portuguesa de meados do século XVII até aos finais do século XVIII com paramentos e outras alfaias litúrgicas. Releve-se ainda uma Urna, em prata, de uma oficina de Lisboa, do século XVIII e pertencente à Sé Catedral. Refira-se, especialmente, uma Naveta, prata de oficina de Lisboa de meados do século XVIII, assim como a Custódia de ouro da mesma Sé do ourives francês a trabalhar em Lisboa, Paul Mallet, datada de 1799. Nesta sala, pode ser encontrado um conjunto de vestes litúrgicas, como Casulas, Estolas, Manípulos, Véu de Ombros, Mitras, etc., em seda bordada a fio de ouro e prata, com aplicação de vidros e pedras semi-preciosas, provenientes, maioritariamente, da Sé do Funchal.

A colecção de escultura portuguesa do Museu apresenta um conjunto variado, desde exemplares de finais do século XV até aos últimos anos do século XVIII. Duas peças recolhidas, em pedra de Ançã, sendo um São Brás, proveniente da antiga igreja de Gaula, e São Sebastião, atribuível ao atelier de Diogo Pires o Moço, primitiva imagem de devoção da igreja matriz de Câmara de Lobos. Muito curiosa é a constatação de um período de transição entre as estruturas formais góticas e o humanismo flamengo, que influenciará, decididamente, a produção nacional. Pode referir-se, em relação aos exemplares do século XVI, um conjunto de Calvário, baixo relevo de Nossa Senhora e São João Evangelista, originário do antigo Convento da Encarnação do Funchal. Do conjunto de escultura do Museu, deve citar-se o conjunto respeitante ao antigo Camarim da Sé, mandado construir pela mesa da Confraria do Santíssimo da Sé Catedral do Funchal, para adoração do Santíssimo Sacramento na Quinta-Feira Santa. Esta obra foi confiada aos imaginários Manuel Pereira, Domingos Moniz, José Fernandes, Martinho de Bettencourt e Inácio Ferreira, que o terminaram por volta de 1652. Deste conjunto, destaca-se entre outros, o baixo relevo “Isaías no Deserto”, “Agnus Dei”, “Abraão” e “Melchisedech”. Em integração foi colocado um tapete persa Herat, de meados do século XVII, proveniente do Convento de Santa

Clara do Funchal, assim como um Lampadário, de prata portuguesa do século XVII, proveniente da Igreja de São João Evangelista do Funchal.

O Museu é, particularmente rico em escultura portuguesa do século XVII, como pode observar-se pela qualidade superior da imagem Santa Isabel, rainha de Portugal, apresentando o milagre das rosas e a sua bolsa de peregrina atribuível a uma oficina portuguesa de meados do século XVII pertencente ao antigo Convento da Encarnação do Funchal. Deve ainda referir-se a escultura em madeira estofada, dourada e policromada de Nossa Senhora da Luz, de meados do século XVII e proveniente da Igreja de São João Evangelista do Funchal. Do conjunto de imaginária do Museu deve destacar-se ainda, um antigo relicário de Mártires Franciscanos, muito provavelmente do antigo Convento de São Francisco do Funchal, e a rara representação iconográfica da Dormição São Francisco Xavier do antigo Convento do Bom Jesus da Ribeira, do Funchal, de meados do século XVII. Refira-se a colocação, em integração, de um cofre Namban, Japão, período Mamoyama, de final do século XVI, proveniente da Igreja do Socorro no Funchal, assim como uma cadeira eclesiástica, Indo-portuguesa de Goa, início do século XVII. Do conjunto de escultura portuguesa deve ainda referir-se, Nossa Senhora dos Remédios e do Amparo, de uma colecção privada e em depósito no Museu, atribuível ao atelier de Machado de Castro, do terceiro quartel do século XVIII, assim como de Nossa Senhora do Carmo, proveniente da igreja do Carmo do Funchal.

Na colecção de pintura portuguesa pode referir-se “Ecce Homo”, pintura primitiva portuguesa de início do século XVI, do desaparecido Convento das Mercês, no Funchal: o Nascimento de São João Baptista, também de origem portuguesa, mas de finais do mesmo século e proveniente do Convento de Santa Clara do Funchal. De destacar são ainda as pinturas de São Vicente, São Bernardino de Siena e São Boaventura, assim como uma terceira, dedicada a São Bento, provenientes da igreja de São João Evangelista do Funchal e que marcam a pintura erudita portuguesa do pleno maneirismo. Particularmente notável é ainda o quadro Ascensão de Cristo, de Fernão Gomes, assim como o de Nossa Senhora da Estrela, que assinalam bem, a partir da segunda metade do século XVI, a abertura em Portugal à *maniera* italiana. Do conjunto de pintura portuguesa cite-se, especialmente, São Francisco de Assis protegendo as hierarquias provindo da igreja de São João Evangelista, mas cuja origem primitiva deve ser o Convento de São Francisco do Funchal. Ainda é de registar a presença de uma obra de Vieira Lusitano, A

Visitação, proveniente da Sé do Funchal, afirmando-se até pela sua escala monumental, como obra de referência da pintura portuguesa do século XVIII.⁹¹

A colecção de pintura é, sem dúvida, a que mais atrai o público sendo uma das mais completas, relativamente a tábuas de origem flamenga.

Devido ao seu incontestável valor histórico e cultural, muitas das peças que se podem apreciar no Museu, integraram algumas exposições importantes como:

- “Europália 91”, que teve enorme sucesso entre os apreciadores de arte europeus e mundiais.
- Palácio da Ajuda: “O Brilho do Norte”, em 1997
- Fundação Calouste Gulbenkian: “A Arte e o Mar”, em 1998
- Expo 98

Na Europália a Madeira esteve representada na Exposição Feitorias, com sete pinturas flamengas do século XVI e dois grupos escultóricos da mesma época ou origem. O retábulo de Santa Maria Madalena foi escolhido como cartaz e capa do catálogo dessa exposição. Quando da saída das peças para a Europália tornou-se oportuno realizar obras de remodelação que foram efectuadas até 1994. Delas resultou um novo sistema de apresentação dos núcleos, assim como um sistema de iluminação mais adaptado às exigências de uma museologia mais actualizada, embora condicionada por escassas verbas. A redacção do novo catálogo sobre pintura levou à reformulação do percurso expositivo do piso do Museu que alberga esse núcleo.

Embora o Museu não estando sob a tutela da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, esta disponibilizou, em 1998 uma verba para aquisição de três peças para o Museu. A incorporação de peças é feita através de compra e ou doação, existindo, actualmente, em depósito três peças de particulares. As peças mais relevantes ultimamente adquiridas e que foram incorporadas são: uma escultura de S. Sebastião, em pedra de Ançã, adquirida em 1996. Uma cadeira eclesiástica do século XVII Indo-Portuguesa e dois pratos com incrustações de madrepérola Indoportuguesa do fim do século XVIII, ambos adquiridos em 1998.

O Museu deixou de ter um funcionamento em moldes clássicos, isto é, unicamente como mostra das suas colecções e foi-se tornando, ao longo do tempo, uma instituição ao serviço da cultura e um instrumento para a educação. Diariamente, através do guiamento, das suas exposições faz despertar nos jovens o conhecimento da sua história local, por meio da arte. Tem

⁹¹ *Catálogo do Museu de Arte Sacra*, Lisboa, Edicarte, 1997, pp. 26-53.

como preocupação a conservação e restauro dos bens patrimoniais que foram postos à sua guarda. O edifício não dispõe de acesso para deficientes dada a sua época de adaptação(1946), tentando, no entanto, o pessoal do Museu ser solícito e suprir essa dificuldade. Numa tentativa de assumir-se como espaço de convívio e de lazer, pretende-se instalar duas cafetarias, a breve prazo. Procurará realizar exposições temporárias, como vem fazendo até agora, com obras das igrejas e de outras instituições, assim como de particulares.

Como disse o Dr. João Couto em 1955: “*Neste momento o Funchal pode orgulhar-se de possuir duas organizações artísticas modelares: O Tesouro de Arte Sacra diocesana, neste momento aberto à admiração do público, e o Museu instalado na Quinta das Cruzes ...*”⁹² Também o *Anuário do Turismo Português*, datado de 1956, no capítulo “Edifícios Públicos, Igrejas, Monumentos etc., refere que no Antigo Paço Episcopal (século XVII) estão instalados os Museus de Arte Sacra e de História Natural do Seminário.

O número de visitantes no ano de 1998 foi de 17 244, e de 24 575 em 2000. Actualmente, as maiores dificuldades que se lhe apresentam são a falta de equipamento informático e a segurança.

Tudo o que se expôs torna elucidativa a riqueza das colecções do Museu de Arte Sacra. Através delas o seu público está assegurado, embora este público seja, na sua maior parte, o turista. Os técnicos do Museu procuram fazer dele um lugar de fruição e lazer aberto à comunidade que, infelizmente, o não usufrui como podia, existindo ainda em muitos casos a ideia que um museu é um espaço elitista não consentâneo com a sua cultura, em que a porta funciona como uma barreira que têm dificuldade em passar. Cabe ao pessoal dos museus a tarefa de desfazer tal ideia, através de actividades que aproximem a comunidade, tentando extravasar o papel habitual, potencializando a função educativa do museu de forma a permitir ao visitante a apropriação dos objectos museais e o de passarem a figurar nos seus conhecimentos.

As colecções estão mostradas de forma rigorosa, não amontoadas e com informação adequada a todos os visitantes, sendo o Museu de Arte Sacra muito visitado por todos os escalões etários. No entanto, um dos desafios nesta tipologia de museus – Museu de Arte - é interessar e fazer compreender aos seus visitantes mais jovens a dimensão do acervo que estão a visitar, servindo-nos como referência de uma especialista em Educação Artística e Função Pedagógica dos museus, como propõe Silvia Alderoqui: “*Tanto a escola como o museu necessitam que os*

⁹² João Couto, *Os painéis flamengos da Ilha da Madeira*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955, p. 31.

jovens tomem contacto e interactuam com as obras de arte, por razões distintas e complementares. Vimos que nem todos os membros de uma sociedade consideram como próprios (simbolicamente) os bens culturais que esta oferece: não encontram em si mesmo as condições intelectuais e sensíveis para esta apropriação. E ao fazê-lo tão pouco transmitem este acto de apropriação como necessidade ou como possibilidade às novas gerações. A escola necessita “entrar” nos museus de arte para possibilitar o contacto de todos os jovens com os bens dos quais são depositários: as suas obras de arte. O contacto com este património não só permitirá conhecer os objectos artísticos em si, somente através deles será possível começar a construir ou aprofundar significados acerca do alcance e possibilidades da linguagem que lhes dá existência: a linguagem visual, e de uma das capacidades que caracteriza o ser humano, a produção artística. Por sua vez o museu necessita interactuar com a escola pelo menos por duas razões que considero de peso: Porque “A transmissão escolar desempenha sempre uma função de legitimação, ainda que só seja pela consagração que outorga às obras que constitui como dignas de ser admiradas ao transmiti-las, contribuindo assim para definir a hierarquia de bens culturais válida numa dada sociedade, num dado momento (Bourdieu, 1972). ?

Porque ao garantir a escola a apropriação cultural a todos ou pelo menos a uma grande parte dos seus membros, está a cimentar a existência de usuários dos museus de arte e garantindo um sentido social que os transforme de custódios e expositores em promotores de acção cultural.”⁹³

2.9 - Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso Museu de História Natural (Antigo Museu do Seminário Diocesano do Funchal)

Só foi possível a concretização do Museu em meados do século XX, com a aquisição da Quinta do Bom Sucesso, pela então Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, em 1960: “(...) Só passado um século a temática voltou a merecer a atenção dos especialistas e várias vezes se ergueram a favor da criação de um jardim botânico na Madeira. Em 1936 refere--se uma tentativa frustrada de criação de um Jardim Zoológico e de Aclimação nas Quintas Bianchi, Pavão e Vigia, que contava com o apoio do Zoo de Hamburgo. A criação do Jardim Botânico por deliberação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a 30 de Abril de 1960, foi o corolário da defesa secular das condições da ilha para a criação e a demonstração

⁹³ Silvia Alderoqui, *Museus e Escolas: Sócios para Educar*, Buenos Aires, Paidós, 1996, pp. 242-244.

*da importância científica revelada por destacados investigadores botânicos que procederam a estudos.”*⁹⁴

O Eng.º Agr.º António Teixeira de Sousa havia sempre defendido a instituição de um Jardim Botânico na Madeira. E pouco tempo depois de ter tomado “*posse do cargo de presidente da Junta-Geral levava este corpo administrativo, em 11 de Julho de 1952, a deliberar adquirir a Quinta do Bom Sucesso, também chamada Quinta da Paz e Quinta Reid, para afectá-la a serviços da Estação Agrária e “com o objectivo de ali ser instalada a sede do Jardim Botânico”, conforma consta das considerações que depois ficaram expressas a anteceder a deliberação de Abril de 1960 sobre a criação definitiva do Jardim Botânico.*”⁹⁵

Quando em 1981 o padre Manuel Nóbrega, entrou para os serviços do Jardim Botânico da Madeira, iniciou a instalação do espólio do antigo Museu Diocesano do Funchal, em 3 salas do edifício principal do Jardim, nomeadamente, as colecções de aves, fósseis, rochas, minerais, animais invertebrados e outros vertebrados, de modo a constituir o núcleo do Museu, logo em 1982 o Museu de História Natural (Antigo Museu do Seminário Diocesano do Funchal), cujo espólio é propriedade da Diocese, foi entregue à guarda do Jardim Botânico, encontrando-se integrado na casa principal da Quinta do Bom Sucesso onde ocupa, actualmente, duas de exposição de que faz parte, assumindo, no entanto, um lugar menor na grandiosidade do parque.

A Quinta do Bom Sucesso “*dispunha de uma superfície de pouco mais de 10 hectares, tendo sido o seu preço de dois mil contos. A Junta Geral adquiriu depois entre Dezembro de 1952 e Junho de 1973, outras parcelas de terreno, confinantes com esta Quinta, que continua a servir de núcleo base do Jardim Botânico; hoje a sua superfície total é superior a 15 hectares*”.

96

Esta quinta, que havia pertencido a uma família inglesa da Madeira (Família Reid), situa-se numa zona privilegiada sobre a baía do Funchal, na encosta sul de um vale compreendida entre os 200 e os 350 metros de altitude. Reúne assim as condições para a instalação de numerosas espécies, numa área superior a 35 000 m². Na sua área ajardinada, apresenta mais de 200 espécies exóticas, como estrelícias, antúrios, magnólias, bromélias, cactos, palmeiras, fetos, etc.

⁹⁴ Alberto Vieira, (2001). Retirado em 20 de Dezembro de 2002, às 22,30 da World Wide Web: ceha-madeira.net.

⁹⁵ Rui Vieira, *Sobre o Jardim Botânico da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, p. 103.

⁹⁶ *Idem, op. cit.*, p.103.

Neste espaço as plantas encontram-se identificadas, com descrição do seu nome científico, comum, origem, etc., assim como as suas afinidades ecológicas e geográficas.

Das áreas do Jardim, destacamos a zona respeitante, às plantas indígenas e endémicas, exclusivas da Madeira e Macaronésia (Açores, Canárias e Cabo Verde), com a natural presença de espécies da Laurissilva, caracterizada como floresta perenifólia de características subtropicais, sendo as suas árvores mais comuns as Lauráceas, como o Til, o Loureiro, o Barbusano e o Vinhático. Podemos ainda admirar diferentes tipos de espécies, de várias zonas do globo ecologicamente opostas, desde os Himalaias, à América do Sul e Trópicos, uma outra área com uma importante colecção de plantas tropicais, aromáticas e medicinais, ligadas aos costumes e tradições culturais e gastronómicas madeirenses e um parque de aves tropicais.

Relativamente às suas colecções procedeu-se à plantação e aumento a partir de 1994, no período de 1995/97 à aquisição de uma colecção de palmeiras e, desde 1995, que se procura aumentar a diversidade das plantas endémicas.

Quanto à colecção do Museu de História Natural tem um peso, demasiadamente, grande pela sua história, sendo em termos cronológicos, a primeira colecção da Ilha, e que foi sofrendo demasiados desaires e conseqüentes mudanças físicas – fecho do Seminário - ao longo de mais de um século, sendo urgente votar-lhe a preocupação de conservação curativa e posteriormente, preventiva. Depois desta intervenção deveria ser pensado um melhor espaço museológico dotado de outros mais modernos meios museográficos.

O quadro de pessoal consta de um funcionário, a tempo inteiro, que é auxiliar de limpeza, dois funcionários (pessoal técnico), a tempo parcial, e a Directora do Jardim Botânico, licenciada em Biologia.

O Jardim Botânico da Madeira constitui uma Divisão da Direcção Regional de Florestas da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional da Madeira.

Verifica-se um interesse crescente por parte dos directores dos museus de história natural em acções de formação para o seu pessoal e que são fundamentais para o melhor funcionamento das instituições. No inquérito feito pelo IPM, relativamente à participação em acções de formação, é referido: *“Quanto à participação em acções de formação “organizadas pelo próprio museu”, ressalve-se o valor atingido pelos Museus da Ciência e História Natural (58%). Os museus localizados nas Regiões Autónomas apresentam a maior percentagem de respostas*

afirmativas, com destaque para a Madeira ...”⁹⁷ O facto de o Jardim Botânico pretender uma evolução do Museu “*desde que se consigam melhores condições de exposição e de conservação do espólio e meios humanos especializados em Museologia*” é revelador de uma consciencialização das situações. Apontam-se, como situações por resolver, também evidenciadas pela directora do Jardim Botânico, as condições de exposição que estão longe de ser ideais e a falta de meios humanos com formação específica de museologia que traria, certamente, vantagens a um trabalho de equipa.

A exposição do Jardim Botânico para além das duas salas que mostram o acervo do antigo Museu do Seminário é todo o espaço exterior onde os visitantes podem apreciar a grande diversidade de colecções vivas, tal como a opinião de Rui Vieira “*Tem pois o Jardim Botânico desde a sua fundação, instalações e áreas de estudo próprias, invejáveis, pertencendo-lhe parcelas de terreno revestidas de flora indígena e de muitas espécies endémicas, de incalculável valor científico, que poucas ou nenhuma vez são referidas, talvez por se desconhecer que uma das maiores, senão a maior importância desta instituição, é o que tem feito, faz ou o que vier a fazer em matéria de conservação e preservação da Natureza e/ou estudos sobre as nossas verdadeiras plantas, incluindo os trabalhos com vista à não extinção de dezenas e dezenas de espécies, principalmente das endémicas, exclusivas da Madeira, ameaçadas de breve desaparecimento deste Arquipélago e, portanto, da face da Terra. Tanto a escarpa, como o parque e os jardins da Quinta do Bom Sucesso, têm vindo a ser valorizados com espécies de flora indígena, com plantas exóticas e com colecções de plantas de interesse ornamental e/ou económico, de que se destacam as plantas endémicas da Macaronésia e da Madeira, as bromélias, as orquídeas, as culturas subtropicais, os cactos, etc. Realce-se de entre todos os trabalhos feitos pelo Jardim Botânico, a propagação e a plantação de espécies madeirenses já extintas nos seus locais naturais ou em vias de extinção, como sejam a tintureira, a ginjeira brava, a norça, a bencómia, o mocano, o fustete e muitas outras, quer árvores, quer arbustos ou herbáceas. Criado como parte integrante da Estação Agrária, e com o seu suporte administrativo, pretendia-se que o Jardim Botânico da Madeira, de acordo com a deliberação da Junta-Geral, constituísse “um centro de estudos de Botânica, interessando aproveitar na parte aplicada aos benefícios que podem resultar para a Agricultura; isto independentemente do*

⁹⁷ *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2000, pp. 85-86.

interesse turístico de que se reveste.” Desde o início foram portanto associadas intimamente a esta instituição as áreas da Agricultura e do Turismo. Até fins e 1973, o Jardim Botânico funcionou nos moldes iniciais, no âmbito da Estação Agrária,- sempre sofrendo do mal da escassez ou ausência de pessoal técnico superior e científico, mal que é, ainda, uma sua condição, aliás inerente às características insulares e às pequenas dimensões da Região.”⁹⁸

O Jardim Botânico da Madeira é uma instituição que se encontra em progressivo desenvolvimento nos aspectos técnicos e de investigação. *“Perante melhores meios financeiros e humanos perspectivam-se consideráveis melhorias essencialmente na prestação de serviços educativos, sócio-culturais e turísticos”*, conforme opinião da directora da Jardim Botânico.

Quanto ao Serviço Educativo, o Museu possui serviços de apoio aos visitantes para além de visitas guiadas com entrada gratuita, normalmente destinadas a alunos dos 2º., 3º. ciclos e secundário, mediante solicitação por escrito, sendo integradas nas visitas do Jardim Botânico. *“Relativamente ao Museu, pensamos que o mesmo pode evoluir desde que se consigam melhores condições de exposição, de conservação do espólio e meios humanos especializados em Museologia”* conforme palavras da Directora do Jardim.

“O Jardim Botânico da Madeira é um instituto científico e cultural, enquadrável também na área da Economia, que valoriza a Região e pode projectá-la muito mais, não só no mundo da Botânica e da Agricultura, senão também no campo da Ecologia, da Protecção da Natureza e do Turismo. Para isso precisa de equipar-se cada vez mais com pessoal científico e técnico-superior e realizar com normalidade e persistentemente, não só o que “estatutariamente” lhe compete, como outras importantes missões, quer no campo da conservação, da preservação e da propagação das espécies naturais da Região, sobretudo das muito raras e em perigo de extinção, quer nos âmbitos da investigação e da educação quer ainda na área de constituição de “reservas genéticas”. (...) Todas as “funções” que habitualmente cabem aos jardins botânicos, de manutenção de Museus-vivos, de instalação e conservação de colecções diversas, de manutenção de herbários e sementes, de permutas de material, de cooperação com outros serviços e instituições, de estudos diversos de Botânica em geral continuam a ter interesse; mas as principais finalidades dos Jardins Botânicos estão também hoje muito mais “regionalizadas” e, portanto, ligadas ao próprio meio onde estão localizados. Tomam assim maior vulto por exemplo a conservação, o estudo e o controlo das reservas naturais integrais.”⁹⁹

⁹⁸ Rui Vieira, *Sobre o Jardim Botânico da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, p. 108.

⁹⁹ *Idem*, op. cit., p. 108.

O Jardim Botânico abriu ao público no dia 1 de Outubro de 1982, sendo, desde então, visitado por inúmeras pessoas, quer nacionais, quer estrangeiras. Referencia-se, seguidamente o seu número de visitantes, desde 1994 até 2000, verificando-se o aumento de visitas, praticamente, de ano para ano:

Quadro nº. 8: Estatística de Visitantes do Jardim Botânico

Ano	Visitantes
1994	178 199
1995	192 205
1996	202 831
1997	230 747
1998	227 956
2000	241 841

Estes números, que ultrapassam as duas centenas de milhar de visitantes, revelam bem o interesse do público por este tipo de património que o preferem a outras tipologias, fazendo deles espaços muito procurados.

O Jardim Botânico é o espaço de eleição de todos os visitantes da Madeira, não sendo, no entanto, esta procura causada pelo Museu, que se apresenta sem dinamismo e com espaço diminuto, ou pelas suas colecções que se encontram em estado de muita degradação e sem boa apresentação. Os visitantes procuram a diversidade das espécies vivas que, obviamente, são também colecções do museu. De acordo com o *“Inquérito aos Museus em Portugal”*, este é um dos espaços mais visitados a nível nacional: *“Repare-se, por outro lado, na elevada média (40 654) atingida pelos museus da Administração Regional (AR Açores e Madeira). Neste caso, este valor deve-se, na sua grande maioria, aos museus da Madeira (com tutela quer da Administração Regional quer da Administração Local), região em que é notória uma grande dinâmica neste sector. Esta dinâmica é, em grande parte, devida ao Jardim Botânico da Madeira/Museu de História Natural (227 956 visitantes em 1998)”* *“Numa breve abordagem aos visitantes por Tipo de museu refira-se a importância esmagadora (seja qual for o indicador que se tome) dos Monumentos e Sítios e dos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.”*¹⁰⁰

¹⁰⁰ *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2000, p. 127.

2.10 - Photographia – Museu “Vicentes”

A Photographia – Museu “Vicentes” é um dos mais antigos estúdios de fotografia existentes em Portugal. Foi fundado em 1848, por Vicente Gomes da Silva e até 1982 o estúdio fotográfico permaneceu na mesma família, durante quatro gerações, sendo o seu último representante, Jorge Bettencourt Gomes da Silva, activo colaborador do Museu, ainda hoje.¹⁰¹ Já em 1852, Vicente Gomes da Silva é convidado para fazer parte da comissão que organizava a visita de S.M. a Imperatriz do Brasil, e de sua filha a Princesa D. Amélia. A partir de 1853, sustentava já na fachada do seu estúdio as armas imperiais do Brasil, reconhecido como “Gravador de S.M. A Imperatriz do Brasil”. Deve ter iniciado em 1852-53 os seus primeiros trabalhos com “daguerreotípia”. Dá início a uma longa carreira, registando uma importante parte dos acontecimentos e personalidades da ilha da Madeira, por mais de um século: em 1866, fotografa a Imperatriz Isabel de Áustria, a célebre Sissi, recebendo o título de “Photographe de Sa Majesté L’Impératrice d’Autriche”, em 1901 fixa a imagem, na varanda sul do Palácio de São Lourenço, o Rei D. Carlos de Bragança e a Rainha D. Amélia de Orleans e Bragança; regista também a passagem dos exploradores Capelo e Ivens e recolhe as figuras de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Mas a passagem do estúdio fotográfico a Museu revestiu-se de alguma história. Durante as décadas de 60/70, com o incremento da fotografia a cores e a exigência da mesma, em documentos oficiais, faz com que decresça a clientela na Photographia Vicente, que só trabalhava com foto a preto a branco. Jorge Bettencourt Gomes da Silva, na época gerente da Photographia Vicente, dirigiu-se à Câmara Municipal do Funchal propondo a compra do “studio”, não tendo obtido resposta favorável. Em 1972, Jorge Bettencourt Gomes da Silva vende o recheio da Photographia Vicente à Sociedade Pátio, Livros e Artes, Lda., e aluga o rés-do-chão do edifício “Vicentes” à mesma Sociedade, sendo sua gerente a jornalista açoriana Maria Mendonça, há muitos anos radicada na ilha da Madeira. A Photographia Vicente funcionaria ainda como estúdio fotográfico até 1978, trabalhando com fotos de bilhete de identidade. O Sr. Jorge Bettencourt Gomes da Silva, senhorio do prédio “Vicentes”, ex-gerente e patrão da Photographia Vicente passa para empregado da Sociedade Pátio, Livros e Artes, Lda, sendo naquela data o desejo ou

¹⁰¹ Roteiro da *Photographia Museu Vicentes 1846-1982*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura,

intenção da jornalista Maria Mendonça criar um Museu de Artes Gráficas, juntando a Fotografia às Artes Gráficas, visto que a casa Vicente havia tido também, em tempos, uma tipografia. Entre 1972 e 1978, dá-se a destruição de parte do edifício, nomeadamente do rés-do-chão, com a eliminação do Laboratório, da zona de lavagens e revelação de fotos, datando desta época a abertura do restaurante que ainda se encontra no rés-do-chão. A jornalista Maria Mendonça envolvia-se, ao mesmo tempo, em diversos negócios, o que lhe acarretava, por vezes, algumas dificuldades financeiras, sendo precisamente numa destas ocasiões que vende, a 13 de Julho de 1979, o recheio da Photographia Vicente ao Governo Regional da Madeira .

A “ideia” de um Museu de Fotografia será concretizada pelo Governo Regional da Madeira, abrindo o “studio” Vicente ao público, a 22 de Março de 1982, tomando a designação de Photographia – Museu “Vicentes”, sob a tutela da Secretaria Regional da Educação. O acervo do Museu em 1982, incluía cenários, mobiliário de “studio”, máquinas fotográficas e cerca de 400 000 negativos, só da colecção Vicente. Quanto à alteração da nomenclatura Vicente para Vicentes, conforme consta da designação do Museu, deriva do facto de terem sido quatro gerações da Família Vicente que estiveram na gerência do Atelier, conforme indicado no roteiro da “Photographia Museu Vicentes 1846- 1982”.

A Photographia – Museu “Vicentes”, foi criada aquando da aprovação da Lei Orgânica da Direcção Regional dos Assuntos Culturais a partir de 1880, sob a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Passaria. Entretanto, para a Presidência do Governo Regional, e em Janeiro de 1984, para a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, onde se mantém.

Para abertura ao público da Photographia – Museu “Vicentes”, pintou-se o interior, restaurou-se uma peça ou outra, mas atendendo ao seu bom estado de conservação não houve grande intervenção. Infelizmente, nessa altura, não se renovou a cobertura do Museu e a instalação eléctrica, o que veio a dar mais tarde grandes problemas sendo só em 1997/1998 que se renovou a cobertura. Em 1999/2000 procedeu-se ao restauro da varanda que envolve todo o primeiro andar e em 2000/2001 foram realizadas obras na sala do Arquivo Vicentes, localizada no rés-do-chão do edifício. Actualmente, está a proceder-se à mudança total da instalação eléctrica e a obras no interior do “studio” com objectivo da sua reabertura ao público.

Na Rua Latino Coelho, o Museu passou a dispor de uma sala para arquivo – rés-do-chão e uma zona de trabalho – 1º. andar. No entanto, neste novo espaço existem alguns inconvenientes, nomeadamente: o arquivo que dá entrada (arquivo sujo), fica na mesma sala do arquivo limpo ou definitivo; a sala de arquivo é húmida, tendo cinco desumidificadores; o transporte dos negativos

do arquivo para a sala de trabalho, faz-se por escada, o que obrigou o Museu a adquirir cestos (idênticos aos do supermercado). Num espaço como este não se teve em conta os meios para evitar a deterioração material dos objectos e observar-se a sua conservação preventiva pois “o aspecto mais importante do trabalho de conservação é a actividade de preservação. A preservação consiste em vigiar as condições ambientais do arquivo e a forma de utilização das colecções, de forma a evitar a deterioração das espécies.”(...)A Sala de arquivo constitui o elemento número um de protecção de uma colecção. Pode ser construída de raiz ou adaptada a partir de uma sala já existente. Em qualquer dos casos a sala de arquivo deve responder a alguns requisitos básicos, de forma a manter o ambiente desejado e a protecção das espécies resultar eficaz.”¹⁰²

A Photographia - Museu “Vicentes” existirá sempre como um pólo histórico e marcante da História da Fotografia. Paralelamente a este espaço, e noutra local, irá ser construído o Arquivo de Imagem da Madeira, que incluirá o Museu do Cinema, Fototeca e Biblioteca, arquivo definitivo para espólios fotográficos e fílmicos, áreas de trabalho, e todas as áreas necessárias para o funcionamento do museu.

Sem dúvida, notável é o espólio fotográfico com mais de 400 000 negativos, registo incontornável, de uma história mental, social e cultural da Ilha da Madeira. Ao espólio da casa Vicentes, juntou-se, mais recentemente, ao Museu, o património de originais fotográficos de outras casas, como o de João Francisco Camacho (1833-1898), também fotógrafo da Casa Real Portuguesa, José Júlio Rodrigues (1843-1893), assim como Joaquim Augusto de Sousa, João António Bianchi (Vale Paraíso), Major Charles Courtney Shaw, Gino Romoli, Francisco Barreto, João Soares, Álvaro Nascimento Figueira, Luís Bettencourt, João Anacleto Rodrigues, Russel Manners Gordon (Torre Bela), Alexander Lamont Henderson, Photo Figueiras, Foto Arte, Joaquim Figueira, Carlos Fotógrafo, assim como o espólio de um notável atelier, o dos Perestrellos Fotógrafos.

Um dos aspectos mais impressionantes do conjunto, para além da extraordinária importância do acervo de originais fotográficos, é a permanência de, praticamente, toda a estrutura organizativa de um *atelier* fotográfico do século XIX, com cenários, mobiliário,

¹⁰² Luís Pavão, *Conservação de Colecções de Fotografia*, Lisboa, Dinalivro, 1997, pp. 195-196.

estruturas técnicas, máquinas e outros apetrechos fotográficos, ao longo de mais de um século de utilização.¹⁰³

A partir de Outubro de 1984, data em que entrou ao serviço do Museu uma Técnica Superior como responsável da Photographia – Museu “Vicentes”, procedeu-se ao inventário das peças da colecção Vicente. Elaborou-se uma lista de casas fotográficas, ainda a funcionar e de outras já extintas. Os critérios de incorporação de peças ou colecções, foram os seguintes: 1 – demolição dos prédios onde se encontravam instaladas as casas fotográficas ocorrendo consequentemente o desaparecimento do seu espólio; 2 – o seu valor histórico; 3 – a importância da casa fotográfica no panorama fotográfico madeirense; 4 – inclusão de imagens de certas épocas e que outras colecções não possuíam; 5 – inclusão de imagens do quotidiano madeirense, que se irão encontrar nas colecções de Fotógrafos Amadores. A aquisição de uma colecção, dependendo, logicamente, da sua quantidade, o que pode demorar dois anos ou mais sendo o procedimento usual o seguinte: o Museu contacta o proprietário da colecção, e apesar de se ser já detentora de algum conhecimento da mesma, analisa-a, separa as peças que interessam, elabora um pré-inventário, deslocando para o local pessoal do Museu. Concluída esta 1ª. fase passa-se à seguinte, ocorrendo a negociação da verba a pagar. Na 3ª. fase procede-se à inscrição da verba no orçamento do Museu, a pagar no ano seguinte e à entrega da colecção. Acontece, porém, que, muitas vezes o proprietário entrega a colecção antes de receber o dinheiro.

Relativamente aos fotógrafos amadores, a incorporação das suas colecções é feita: 1 – após uma visita ao Museu; 2 – por contacto do Museu com o proprietário da colecção; 3 – por relações de amizade com a Família Vicente; 4 – através de contacto telefónico para a instituição.

As colecções entravam no Museu, em caixas de cartão, situação que se mantém, ficando a aguardar tratamento. Este tipo de situação prolongou-se até Novembro de 1997, data a partir da qual a Photographia – Museu “Vicentes” passou a dispor de outro local de trabalho, como atrás se diz, que se localiza na Rua Latino Coelho. Para este novo local, como dissemos anteriormente, transferiram-se os arquivos fotográficos (negativos e provas fotográficas), ficando na Rua da Carreira, sede do Museu, somente o arquivo fotográfico Vicentes.

O Museu reúne um vastíssimo espólio, desde máquinas fotográficas, livros sobre fotografia, mobiliário de “studio” e cerca de 800 000 negativos, que retratam a ilha da Madeira

¹⁰³ Roteiro da “Photographia Museu Vicentes 1846-1982”, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.,

desde 1876 a 1984. Para além do espólio fotográfico o Museu tem adquirido material da área do cinema, filmes, máquinas, mobiliário, etc.. Este acervo irá constituir o futuro Museu do Cinema, integrado num projecto mais abrangente, que se denominará Arquivo de Imagem da Madeira.

Actualmente, as tutelas da Photographia – Museu “Vicentes”, são as seguintes:

- Direcção de Serviços de Museus
- Direcção Regional dos Assuntos Culturais
- Secretaria Regional do Turismo e Cultura

Os museus sob tutela do Governo Regional da Madeira não possuem leis orgânicas próprias. O quadro de pessoal pertence a um quadro único da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, que tem então as designações de carreiras específicas, nomeadamente da área de museologia (conservador, monitor de museografia, guarda de museu).

O Museu possui o seguinte pessoal:

1 - director - cargo criado em 1986 e equiparado a chefe de divisão. Cargo exercido por uma licenciada em História e com frequência de Mestrado de Museologia e Património, elaborando de momento a tese.

1 - Técnico superior de 2ª. classe – licenciatura em História e Ciências Sociais

3 - Técnicos profissionais (Monitor de museografia) - 12º.ano

1 - Guarda de museu – 12º. ano

1 - Operador de Fotografia – 9º. ano

1 - Administrativo – 12º. ano

1 - Auxiliar administrativo (servente)

Os funcionários do Museu não possuem qualquer formação específica na área de conservação fotográfica ou de museologia. Na área de conservação de fotografia, os funcionários têm recebido formação ministrada por técnicos deslocados de Lisboa.

Sintetizando, podemos dizer que o Museu Vicentes é um “*studio*” fotográfico do século XIX “tornado” Museu, visto que no seu interior nada foi alterado. A sua envolvimento arquitectónica constitui uma peça importante na malha urbana da Cidade do Funchal.

O *Studio* do Museu Vicentes é, na verdade, um espaço que merece ser visitado. A sua apresentação com cenários que ainda povoam a nossa infância é, na realidade, espantosa e dotado com equipamento a que já só temos acesso através do cinema. No entanto, se tal espaço é interessantíssimo pelo ambiente e pela história que encerra, já não será tão apropriado para um Museu da Fotografia com a dimensão do acervo de que é detentor. Na verdade 800 000 negativos

representam um acervo e uma história que deverá ser mantida com boas condições de preservação. De momento, encontram-se em espaço próprio, mas o ideal seria o Museu da Imagem, que com aquele acervo, de valor ímpar, poderia dar-se ao luxo de criar exposições sobre os mais variados temas que seriam, certamente, e ao longo dos anos, um sucesso, tal é a diversidade e qualidade das fotografias do Museu Vicentes.

Apesar das condições de trabalho não serem as ideais, a Photographia – Museu “Vicentes” tem realizado exposições em colaboração com as autarquias locais e com outras instituições, colaboração em publicações, etc.

O Museu funciona como um forte e imprescindível centro de recursos do arquipélago. Ali se procuram imagens para ilustrar uma notícia, um livro, uma exposição (caso de todos os museus, nomeadamente, o Museu de Electricidade), pois a sua coleção cobre todos os quadrantes da vida madeirense, desde o acontecimento mais relevante até à imagem comum do quotidiano, ao longo do tempo.

Apresentamos a seguir o quadro de visitantes do Museu

Quadro nº. 9: Estatística de Visitantes do Museu Vicentes

Ano	Visitantes
1994	2 960
1995	4 291
1996	2 935

Não há registo de visitantes após 1996, por motivo de encerramento para obras de conservação do imóvel até à data presente.

2.11 - Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira

A criação do Museu do Vinho ficou a dever-se a uma decisão da Direcção do Instituto do Vinho da Madeira, que, em 1979, veio substituir a Delegação da Junta Nacional do Vinho.

Para o efeito, pediu a colaboração de uma equipa de três pessoas ligadas à história e investigação que com o Presidente do I.V.M. trabalharam no projecto. Uma pequena unidade museal, dedicada à história e técnica de um dos mais importantes produtos regionais, de longas e destacadas tradições, foi inaugurada em 1983.

O Museu do Vinho está instalado num belo edifício no centro da cidade do Funchal fazendo parte de um conjunto de edificações da autoria de Henry Veitch¹⁰⁴, nomeado Cônsul da Grã Bretanha, no Funchal, durante a ocupação da Madeira por tropas inglesas, como resultado das guerras napoleónicas. Deixou a sua marca arquitectónica na Ilha, sendo autor, para além do projecto citado, da Quinta do Jardim da Serra, sua residência de Verão, da Quinta Calaça, da destruída Quinta Deão, entre outros. Introduz assim na Ilha uma arquitectura cosmopolita de referências ecléticas, próximas a uma erudição típica da Inglaterra do século XIX. Henry Veitch construiu o actual edifício do Instituto do Vinho Madeira (IVM), para sua residência de Cidade, sendo ele próprio um importante comerciante de vinho Madeira.

O Museu esteve sempre instalado no mesmo local, pertencendo desde o início ao Instituto do Vinho Madeira – IVM. No entanto, o edifício Sede do IVM foi tendo ao longo do tempo obras de adaptação e restauro tendo sido aproveitado um espaço que até aí era armazém de vinhos.

A colecção incide, especialmente, sobre fotografias antigas, máquinas e utensílios antigos do vinho e um lagar de madeira. O número total de peças é de 60.

A maior parte das peças foram oferecidas e outras compradas, tendo sido algumas restauradas.

Em 1985 é feita uma crítica por um profissional de Museus – o escultor Amândio de Sousa, que refere o seguinte: *“é preciso moralizar apressadamente certos comportamentos menos próprios na administração da Coisa Pública, a “Cultura” e particularmente um dos seus agentes mais discretos, o Museu, surge como o recurso fácil porque o mais dócil.(...)Entre nós os últimos anos têm visto aumentar o número de iniciativas num ritmo entusiástico e vibrante. Pelo menos no plano das intenções e das boas.(...) Este inusitado entusiasmo pelas coisas do espírito, onde o Museu aparece sobretudo como instrumento útil e prático, poderá no entanto ser moderado por uma política de previsão a prazo, exercida em boa consciência pelas autoridades da tutela e pelos profissionais do sector. Caberia aqui uma redução prudente do número de instituições de o aumento de eficácia de cada uma, sem no entanto obstar à criação de outras reconhecidas como úteis.. Não seria clara esta proposta, ela própria também cheia das melhores*

¹⁰⁴ Foi Henry Veitch que recebeu Napoleão em Agosto de 1815 na baía do Funchal quando este fá a caminho do exílio em Santa Helena, tendo-lhe dado como oferta um tonel de vinho. A título de curiosidade, informamos que quando Napoleão morreu em 1820, foi pedida a devolução da pipa existente. Com este vinho de volta fez-se uma importante garrafeira, sob o título “Battle of Waterloo”. Quando em 1950 Winston Churchill fez férias na Madeira teve oportunidade de apreciar este vinho que Napoleão nunca bebeu.

intenções, sem uma visão de conjunto que contemplasse a insuficiência de formações específicas para uma matéria que cada vez exige agentes mais qualificados, qualquer que seja o grau de responsabilidade ou execução. (...) Realizar apressadamente Museus do Vinho, que logo à partida metem água porque feitos a martelo, do Artesanato; centralizadores e sem consideração pelos contextos humanos e geográficos de Região, não será certamente o caminho mais adequado.”¹⁰⁵

É uma colecção que deveria ser completada e ter, posteriormente, outro tratamento, tanto museológico como museográfico.

O Museu não tem quadro orgânico, funcionando como um serviço integrado no Instituto Vinho Madeira; a formação do responsável é de licenciatura em Turismo. O restante pessoal consta de duas pessoas - pessoal auxiliar – funcionando como apoio ao Museu. No futuro pretende-se alargar a área da museologia, com mais objectos e informação e com o apoio de cafetaria.

O pequeno Museu procura dar a conhecer o processo do vinho desde a sua produção até ao resultado final, com a presença de utensílios visíveis em todo o processo. Não foram esquecidos alguns aspectos relacionáveis com a comercialização e internacionalização e fama do produto de algumas empresas ligadas ainda hoje ao seu bom nome.^{106 107}

O Museu expõe os objectos e utensílios ligados ao vinho e divulga-o através das visitas que são feitas ao Museu por visitantes nacionais e estrangeiros, promovendo informação e facultando a prova de vinhos Madeira.

Museologicamente, o Vinho da Madeira¹⁰⁸ mereceria um tratamento de uma forma mais exaustiva, dando-lhe a necessária dimensão histórica, com os seus contextos económicos, sociais

¹⁰⁵ Amândio de Sousa, *Um lugar ao sol para os museus*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, pp. 95-97.

¹⁰⁶ *O Vinho na História e Património da Cidade do Funchal*, Funchal, Edição do Instituto do Vinho da Madeira, pp. 1-14

¹⁰⁷ *Guia de Turismo Madeira e Porto Santo*, Funchal, Edição da Empresa de Publicidade e Comércio dos Açores e Madeira, pp.24-25.

¹⁰⁸ São conhecidas as referências que o Vinho da Madeira tem tido ao longo dos séculos, nomeadamente, de Alvisé Ca da mosto, em 1455, apelidando-os de “muitíssimo bons”. Oitenta anos depois, Giulio Landi, também italiano compara-o ao “grego de Roma”. Shakespeare (1564-1616) foi um dos seus apreciadores, na sua peça “Henrique IV” o dramaturgo coloca o beberão John Flastaff a trocar a alma ao Diabo por “um copo de Madeira e

e culturais. A elaboração de um programa coerente e cronológico tornar-se-ia, de certo modo indispensável, devendo insistir-se na valorização das colecções que, com melhores equipamentos museográficos, um maior e mais adequado espaço físico e quadro de pessoal ajustado, fariam, certamente, um bom Museu do Vinho da Madeira.

Para obtenção de melhores resultados seria necessária uma colaboração mais estreita da Secretaria Regional do Turismo e Cultura com a Secretaria Regional da Agricultura, Florestas e Pescas, no sentido dos Técnicos da DRAC que têm formação adequada, poderem dar uma colaboração na renovação e melhoramento do museu.

O Museu do Vinho funciona todos os dias úteis e a entrada é gratuita.

Contudo, é um Museu quase inexistente, sem abordagem dos aspectos sociais e laborais, dispondo apenas de uma sala que não tem o devido tratamento expositivo, leva-nos a concluir que não se enquadra no conceito de museu.

Não há uma publicação dedicada ao Museu ou um simples roteiro, existindo apenas brochuras que informam sobre o vinho e a sua história,¹⁰⁹ feitas pelo Instituto do Vinho, com o objectivo de dar a conhecer a história do Vinho da Madeira até aos dias de hoje. Existe um desdobrável intitulado “*O Vinho na História e Património da Cidade do Funchal*” dividido em duas partes: a primeira remete a informação para o património grandioso proporcionado pela vinha e a segunda, a historia do vinho, desde a sua plantação até à produção do vinho ao longo dos séculos. Um museu com esta temática deveria ter um melhor tratamento por parte dos centros de decisão da comunidade madeirense, no caso presente, a Secretaria Regional da Agricultura,

uma pata de capão”. No século XVI é o pároco da Ribeira Grande, Gaspar Frutuoso que não dispensava o uso do vinho Madeira nos actos litúrgicos. A loucura do vinho Madeira estendeu-se aos Estados Unidos da América do Norte, sendo apreciado por Georges Washington, John Adams e Thomas Jefferson. Levados pela exaltação dos políticos americanos também os europeus se deliciavam com ele; dizia o Dr. Wright “Se Homero o tivesse bebido, afirmaria que o Olimpo renascia apesar de os deuses estarem já fora de moda”. Alguns médicos atribuem-lhe qualidades profilácticas e Nicolau Tolentino escreve “Das escumas da Madeira, vejo nascer a alegria, com as asas afugenta, a minha melancolia.”

¹⁰⁹ O mais nobre elogio ao vinho Madeira é feito pela Padre Eduardo Pereira, natural de Câmara de Lobos, uma das áreas de produção de vinho, que assim se lhe refere “*Perfuma e alegre o solo um vinho histórico, produto de castas primitivas, sangue de raça a perpetuar na ilha o nome de Portugal. Foi este vinho companheiro dos colonos na rota da descoberta; postou-se de guarda à porta de suas casas, de braços abertos, numa remada acolhedora a parentes, amigos e vizinhos; dá-lhe vida no trabalho; vibra-lhe na alma em festas de família e todos os ano se renova no barril ou quartola para o aquecer no Inverno, estugar-lhe o passo nas romarias do Verão, firmar promessas, selar contratos, fechar negócios e ser providência económica no seu lar.*”

Florestas e Pescas, pois um produto da estirpe do Vinho foi e continua a ser, um forte factor económico: *“A vinha e o vinho surgem no processo histórico madeirense como o único elo de continuidade do devir económico. Note-se que desde o século XV, o vinho surgia já como um importante produto ao nível das trocas externas da ilha, mas só a partir do terceiro quartel do século seguinte, se firmou como o produto dominante desse movimento de troca com o exterior, surgindo nos séculos XVIII e XIX como a única fonte de receita da região e a moeda de troca às manufacturas e mantimentos de importação. De acordo com a manifestação expressa pelas autoridades madeirenses na primeira metade do século XIX, este era a única bandeira que o ilhéu podia acenar e despertar a atenção das embarcações que sulcavam os mares madeirenses(...) Tal como no século XVI a conjuntura permitiu a sua expansão uma vez que este adquiriu um estatuto preferencial nas exportações da ilha. Além disso, como produto único e desfrutando de uma tradição mais que secular no mercado mundial, está em condições de reassumir a sua posição cimeira no mercado externo madeirense.”*¹¹⁰

Foi o vinho que, ao tornar-se o produto mais precioso da Ilha, fez o nome da Madeira conhecido em todo o mundo. O comércio do vinho da Madeira esteve, de início, nas mãos dos jesuítas, mas o impulso comercial decisivo foi dado pelos ingleses, que, na segunda metade do século XVIII, o vendiam para muitos países estrangeiros; nessa época, a exportação chegou a atingir 20 000 pipas anuais. O seu peso foi tão grande na economia insular, que impôs a sua representação com o açúcar nas Armas da Cidade do Funchal.

Com o conhecimento desta realidade, tendo também bem presente o impacto social, tanto no trabalho como na alimentação, que o vinho teve para os madeirenses, diremos que uma temática como esta não se deve apoucar.

O Museu tem sido até agora um local de visita para os interessados na história e cultura do Vinho da Madeira. No caso de grupos ou profissionais estrangeiros são realizadas visitas com guiamento e dadas as necessárias informações.

Também César Pestana comenta (...) *tratando-se duma das nossas mais típicas actividades – grande fonte de riqueza da ilha e um dos seus maiores valores de exportação –*

¹¹⁰ Alberto Vieira, *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Ponta Delgada, Marinho Matos, 1991, pp. 10-12.

*justificava-se plenamente a existência independente dum museu próprio que desse a conhecer ao visitante e sobretudo aos turistas, todas as fases agro-industriais da nossa vinicultura ...*¹¹¹

Acreditamos que a colecção foi reunida com persistência e com muita dificuldade, na época. No entanto, actualmente, a realidade económica, social e cultural da Ilha está num plano totalmente diferente. Por outro lado, a população local e a população flutuante são mais exigentes e não temos dúvida que também a museologia actual tem de acompanhar esta nova mentalidade.

2.12 - Museu da Cidade – Câmara Municipal do Funchal

Existiu no edifício dos Paços do Concelho, o Museu Municipal, fundado em 21 de Agosto de 1986, do qual constavam colecções relacionadas com a História, Cultura e Tradição da Madeira, cobrindo 500 anos da sua História. Todos os objectos se encontravam expostos, cronologicamente, numa tentativa de cobrir o espaço temporal, desde a descoberta da Madeira, em 1419, até aos nossos dias. O Museu constava de colecções de quadros antigos, diversas peças encontradas em escavações na Ilha, uma colecção de esculturas, a bandeira com as armas do Funchal, cartas muito antigas das quais se destacava a carta régia de D. Manuel elevando o Funchal a cidade, a estátua com o padroeiro da cidade, com mais de um século, objectos que pertenceram à família real do Rei D. Carlos, moedas e selos, azulejos antigos, uma vitrine que continha as formas com que se faziam os pães de açúcar que deram origem às 5 armas do Funchal.

No catálogo do Museu da Cidade informa, a propósito da produção de açúcar, o Arqueólogo Cláudio Torres: *“É curioso notar que em 1460 uma sociedade comercial de Ravesburgo, na Alemanha do Sul, monta em Valência uma refinaria de açúcar que, 17 anos mais tarde, viria a fechar por não suportar a concorrência do produto insular (Madeira e Canárias) que invadia nessa altura o mercado europeu. Formas de açúcar semelhantes às da Mata da Machada foram assinaladas em Barcelona. A partir de 1466 o infante D. Fernando dá um impulso decisivo à indústria açucareira da Madeira (...) fornos e olarias que alimentaram a indústria açucareira insular onde, como é sabido, não há argilas próprias para cozer. Estes objectos tão característicos vão marcar profundamente a vida madeirense de tal forma que a partir do séc. XVI se inscrevem no escudo de armas da cidade do Funchal. Em breve o Brasil vai*

¹¹¹ César Pestana, *A Madeira Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1985, p. 60.

*tomar o testemunho e produzir, ele próprio, as formas de purga desta poderosa e florescente indústria cujo monumento, hoje bem visível, é o Pão de açúcar do Rio de Janeiro.”*¹¹²

O Museu encerrou em meados da década de 90, tendo passado algumas peças do seu acervo a fazer parte integrante do actual Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”. Na época, foi feito um catálogo do “Museu da Cidade” com um texto elucidativo sobre “A Cidade do Açúcar”, “A Cidade do Vinho” e uma legendagem dos objectos expostos no Museu, resultantes dos trabalhos de escavações arqueológicas nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo. Dada a exiguidade dos espaços, apenas com duas salas do edifício da Câmara Municipal, a exposição das peças ou vestígios delas, foi feita no átrio do Teatro Municipal Baltazar Dias em Dezembro de 1989. Desta Exposição ficou um catálogo¹¹³ com texto desenvolvido e fotografias dos trabalhos das escavações e objectos encontrados.

2.13 - Museu Henrique e Francisco Franco

Reunindo vários esforços, a Câmara Municipal do Funchal inaugurou um museu dedicado aos artistas Henrique e Francisco Franco, a 7 de Setembro de 1987, nas instalações do antigo Dispensário Materno-Infantil, no decorrer da Marca-Festival de Arte Contemporânea.

A criação deste Museu está relacionada com o interesse crescente, ao longo da segunda metade do século XX, especialmente na sua segunda metade, manifestado pela obra destes dois irmãos, Henrique Franco, pintor, e Francisco Franco, escultor.

Henrique Franco nasceu no Funchal em 1883. Iniciou os seus estudos com seu pai, o professor de desenho industrial Francisco Franco de Sousa. Continuou os seus estudos na Academia de Belas Artes de Lisboa tendo sido aluno de Columbano Bordalo Pinheiro. Notabilizou-se nas disciplinas de Pintura Histórica e Decorativa, tendo recebido vários prémios como os de Miguel Lupi e Tomás da Anunciação. Expôs, pela primeira vez, na Sociedade Nacional de Belas Artes, em 1910, tornando-se logo depois bolseiro do Estado, em Madrid e Paris, através do Legado Valmor. Regressa ao País em 1920, tornando-se mais tarde professor da Escola de Belas Artes de Lisboa. Morreu em Lisboa em 1961.¹¹⁴

¹¹² *Catálogo do Museu da Cidade*, Funchal, 1986, pp. 3-9.

¹¹³ *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, Dezembro de 1989.

¹¹⁴ *Catálogo do Museu Henrique e Francisco Franco*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1987.

As suas primeiras obras ligam-se ao seu mestre Columbano, como, Rapaz, de 1910. Muito curiosa foi a sua capacidade de reconhecer, após o seu período bolseiro, as modificações artísticas operadas em Paris desde fins do século XIX. Torna-se particularmente admirador da obra de Cézanne, Manet e dos Fauve. Veja-se os retratos de camponesas de 1923 e paisagens de 1920. Síntese curiosa da abertura conseguida pela ida a Paris, procurando reconhecer a sua autenticidade na Poule Noir. Sem nunca perder um cariz decorativista vai depois ser autor de muitos frescos, participando numa das obras mais emblemáticas do modernismo português, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa, de Pardal Monteiro, em 1934, com frescos sobre o Ciclo da Paixão de Cristo. Já em 1923 havia participado numa das mais importantes exposições do modernismo português – “Os Cinco Independentes”, com Francisco Franco, Alfredo Miguéis, Dordio Gomes e Diogo de Macedo. Muitos dos seus óleos e desenhos focam temas madeirenses.

Francisco Franco nasceu no Funchal, em 1885. Recebe a sua primeira aprendizagem com seu pai. Em 1907 matricula-se na Academia de Belas Artes de Lisboa, sendo aluno de Condeixa e Simões de Almeida. Parte em 1909 para Paris como bolseiro, após concurso ao Legado Valmor. Como ele, são bolseiros Diogo de Macedo e Guilherme Santa Rita. Em Paris, é aluno da Academia e discípulo de Mercier. *“Vai realizar um “Torso”, um “Anjo Implorante” assim como um “Busto ao Aviador”, que são três momentos máximos da sua escultura viabilizados por uma adopção clara da obra de Rodin, que soubera ver e compreender em Paris, para nunca mais esquecer”*¹¹⁵. Diz Diogo de Macedo: *“Nesses tempos mau grado a explosão de tantas outras modernidades Rodin era um ídolo da juventude escolar. Francisco Franco sofrera a influência desta atracção, particularmente no drama formal dum realismo audaz, mas de sentimento romântico manifestado na obra que o nosso artista produzira depois de abandonar a Escola de Belas-Artes de Lisboa, havendo ganho sem ter terminado o curso, mas por concurso, o prémio duma pensão no estrangeiro, que o Legado Valmor subsidiara”*.¹¹⁶ O seu regresso à Ilha da Madeira ocorre com a 1ª. Guerra Mundial, em 1914. O Busto de Aviador e Anjo Implorante são obras de 1920 e 1923, respectivamente. Regressa a Paris, em 1921, sendo próximo de Diogo de Macedo, Dordio Gomes, Manuel Jardim, torna-se também amigo de Amadeo Modigliani. Datam desta segunda estada em Paris algumas das suas mais importantes obras, tais como Torso de

¹¹⁵ Francisco Clode, *Francisco Franco e a Cidade Luminosa (1910-1923)*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1987, p. 112.

¹¹⁶ Diogo de Macedo, *Antologia Francisco Franco*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, p. 307.

Mulher, de 1922, Rapariga Francesa, Polaca, Cabeça do Pintor Manuel Jardim, de 1923. Nota-se, em algumas destas peças, uma tendência expressiva, reconhecível também numa série notável de gravuras para ilustração do livro *Descaminho* do poeta Cabral do Nascimento, de 1926. Em Paris realizara também um Semeador, e uma maquete para escultura Adão e Eva. Em 1923, havia exposto em Paris no *Salon d' Automne* e na *Société Nationale*, participando numa importante exposição modernista em Lisboa, a dos “Cinco Independentes”. Em Nova Iorque expõe na Galeria Wheyne, em 1925, e depois em Boston com Mayol e Picasso, em 1927. Inicia, neste mesmo ano, a estátua a João Gonçalves Zarco destinada ao Funchal, exposta, em 1928, em Lisboa, que vai assumir-se como obra fundamental da renovação da estatuária portuguesa, alcançando o escultor, a um dos maiores construtores da estatuária pública reconhecida até pelo regime do Estado Novo. Participa com um Apostolado, baixo relevo para a fachada da igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, projecto de Pardal Monteiro, de 1934. Pelo Patriarcado de Lisboa é-lhe encomendado um monumento gigantesco a Cristo-Rei mas um desastre de viação não lhe permitiria acompanhar a obra com a devida proximidade. O artista morre a 15 de Fevereiro de 1955, sem ver esta sua obra terminada.

O Museu foi encerrado em 1995 devido a trabalhos de conservação e restauro do espólio e reorganização do programa museológico, e reabriu em 1996 com a exposição *Por Causa de Paris*.

A área do Museu não sendo grande, é, porém, um espaço com boa apresentação, onde sobressaem tanto a pintura ou desenho como a escultura.

Em 1966 foi adquirido pela Câmara Municipal do Funchal, aos herdeiros do escultor Francisco Franco, uma parte do seu espólio, tendo sido levantada, na ocasião, a hipótese de expor algumas das suas obras no Museu da Quinta das Cruzes. Em 1972, a edilidade funchalense, voltou a adquirir aos herdeiros dos artistas, um novo grupo de obras, incluindo agora um vasto conjunto de pinturas de Henrique Franco. O Museu Henrique e Francisco Franco dispõe de uma importante colecção de desenhos e estudos do escultor Francisco Franco, assim como de esculturas.

O quadro orgânico do Museu é composto por um administrativo e três pessoas referenciadas como pessoal auxiliar.

Dado que o Departamento da Cultura da Câmara Municipal do Funchal, entidade que tutela o Museu, não tem orçamento próprio, esta realidade reflecte-se no funcionamento dos museus camarários, inclusivamente, ao nível dos seus quadros de pessoal que são exíguos – casos

do Museu Henrique e Francisco Franco e Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, que são os mais recentes. Quanto ao Museu Municipal, como é já um Museu de início de século XX a sua estrutura orgânica está mais desenvolvida e estabilizada.

As colecções são expostas em rotatividade, tendo por base núcleos temáticos, sendo a mesma regra aplicável ao espólio do seu irmão – o pintor Henrique Franco.¹¹⁷ Ao longo do tempo têm-se desenvolvido algumas exposições com qualidade, da obra dos dois artistas.

Existem catálogos de antigas exposições e roteiros bilingues, que informam da preocupação dos seus responsáveis de elucidar o público que as visitasse.

Lamentavelmente, a falta de verbas e a quase inexistência de pessoal acabam por reflectir-se na oferta de serviços dos Museus.

O ano de 1996 que é o primeiro referenciado na estatística é o da reabertura do Museu, pelo que se apresenta o seguinte quadro:

Quadro nº. 10: Estatística de Visitantes do Museu Francisco Franco

Ano	Visitantes
1996	1 830
1997	2 574
1998	1 307

No quadro é evidente o pequeno número de visitantes neste optando certamente por outras tipologias museais.

2.14 - Casa Museu Dr. Frederico de Freitas

A Casa-Museu Dr. Frederico de Freitas encontra-se instalada no denominado Palácio Calçada, residência até aos anos 40 do século XX, dos Condes da Calçada. A partir desta data, serviu de residência ao Dr. Frederico de Freitas que lá viveu até à sua morte, em 1978. Por disposição testamentária, outorgada em 27 de Novembro de 1978, deixou as suas colecções à Região Autónoma da Madeira, que acabou por adquirir o imóvel e inaugurar a Casa- Museu Frederico de Freitas, designação porque foi denominado. Foi o doador o Dr. Frederico de Freitas (1894-1978) um distinto advogado e notário ilustre no Funchal, tendo sido também um

¹¹⁷ Catálogo do “*Museu Henrique e Francisco Franco*”, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1987.

importante impulsionador de muitas das actividades realizadas na Madeira para defesa do património e da cultura, em geral.

O Palácio da Calçada situa-se numa zona particularmente interessante, da Cidade do Funchal, junto ao Palácio de São Pedro, e nas imediações da Igreja de São Pedro, do Convento de Santa Clara e da Quinta das Cruzes-Museu. O início da construção do Palácio Calçada deve ter-se efectivado por volta do final do século XVI, tendo sofrido, ao longo dos séculos, sucessivas alterações, até aos finais do século XIX, onde profundas obras criaram uma nova harmonia que se mantém até hoje. Um cariz eminentemente romântico, dá ao conjunto uma redobrada importância. Das colecções podem destacar-se alguns núcleos principais, verificando-se, desde logo, interesse do coleccionador em recolher objectos ligados à história da ilha da Madeira.

A 1.ª fase da Casa-Museu foi inaugurada em 29 de Junho de 1988 e teve como autores do Projecto de Adaptação da Casa de Residência a Casa-Museu, dois arquitectos e que foram também os conceptores do Programa Preliminar da Instalação da Casa-Museu. Foram responsáveis pela Exposição Permanente da Casa da Calçada o primeiro director da Casa-Museu e a directora do Museu de Arte Sacra. A 2.ª fase da Casa-Museu foi inaugurada em 30 de Setembro de 1999. Os mesmos arquitectos foram responsáveis pelos Projectos da Casa dos Azulejos, da Casa de Entrada e dos três últimos Espaços de Exposição Permanente da Casa da Calçada (Quarto das Canecas, Cozinha e Biblioteca), bem como pela concepção do Programa e Coordenação da Instalação e Montagem da Casa-Museu.

Investigar, conservar e divulgar, são, actualmente, as três principais linhas de acção que orientam as actividades da Casa-Museu, conforme nos foi transmitido pela directora. Realizado após a abertura da Casa-Museu, existe um inventário sumário que, naturalmente, obrigou a alguma investigação, sendo, no momento presente, preocupação do Museu, actualizar e completar esse trabalho. Por isso, simultaneamente, com a elaboração do Livro de Registo da Casa-Museu, há que proceder a uma rigorosa revisão do que está disponível de forma a clarificar, rectificar e acrescentar os dados existentes. Aproveitando a adopção do novo Programa Informático de Inventariação Museológica – Matriz, é objectivo do Museu realizar um novo inventário de forma a actualizar e completar o antigo. Por outro lado, é sentida uma real necessidade de disponibilizar mais e melhor informação não só sobre os objectos existentes, mas também sobre o próprio edifício onde está instalado o Museu, porquanto não houve investigação prévia, dado que todo o acervo foi reunido pelo coleccionador que não deixou quaisquer elementos sobre as espécies museológicas que possuía. Nesse sentido, tem sido privilegiado o

trabalho de investigação reservando-lhe todo o tempo disponível, dentro das limitações impostas pelos afazeres quotidianos e pelos poucos recursos humanos existentes. Os núcleos de mobiliário, escultura e gravura têm sido os destacados no tocante às intervenções de restauro, nomeadamente, quando os objectos são cedidos para exposições temporárias para o exterior.

A Casa-Museu debate-se com gravíssimos problemas ao nível da conservação do seu acervo, pelo que a partir do próximo ano, grande parte das verbas serão canalizadas para este sector, com relevo, para intervenções de conservação e restauro nos núcleos de mobiliário e escultura que, de imediato, apresentam um quadro mais crítico. Impõe-se ainda outra frente de actuação, relacionada com o próprio imóvel, em especial, a parte relativa à antiga residência, a Casa da Calçada, que necessita de passar por diversas acções de manutenção e de desinfestação.

A colecção de mobiliário é muito diversificada, incluindo exemplares datados do século XVII até aos nossos dias. De produção local, encontram-se os tradicionais armários e arcas “caixas de açúcar”, arcas de esmolos seiscentistas e mesas de til e vinhático. O mobiliário nacional está representado pelos estilos D. João V, D. José e D. Maria, através de cómodas, mesas, cadeiras, camas e oratórios. Existem ainda alguns móveis de origem Indo-Portuguesa. Relativamente à produção estrangeira, o núcleo proveniente de Inglaterra é o dominante com exemplares Queen Anne, Chippendale, Adam, Hepplewhite, Sheraton, Regency e Vitorianos. De fabrico francês destaca-se algum mobiliário Luís XV e Império, e por fim, alguns contadores dos séculos XVII e XVIII de execução espanhola e italiana.

As colecções de mobiliário do Dr. Frederico de Freitas apresentam um grande eclectismo, sendo, particularmente, interessantes os conjuntos atribuíveis às oficinas regionais. Refira-se, desde logo, as peças ditas de caixa de açúcar, segundo os modelos do mobiliário português do século XVII e XVIII, realizado com as madeiras das caixas que embalam o açúcar madeirense ou o das madeiras do açúcar importado do Brasil para a indústria de conserva de frutas. Na colecção cite-se ainda um conjunto vasto de mobiliário dito Madeirense, realizado a partir de meados do século XIX, versões ingénuas dos estilos ingleses da mesma época, sobretudo da época Georgiana, pode ser encontrado nas colecções deste estabelecimento.

A Casa-Museu Dr. Frederico de Freitas possui ainda um conjunto de mobiliário de algumas das mais importantes referências dos estilos do mobiliário inglês, como as peças Queen Anne, Chippendale, Sheraton, Regência, entre outras.

Um núcleo valioso das colecções do Dr. Frederico de Freitas, é o da escultura religiosa, com exemplares, maioritariamente de oficinas portuguesas de meados dos séculos XVII e XVIII.

De particular interesse, um São Jerónimo, escultura em barro, de meados do século XVI ou o conjunto da “Visitação”, atribuível a uma oficina portuguesa do século XVII, em madeira estofada, policromada e dourada. Refira-se, ainda, Santa Ana e Nossa Senhora, escultura em madeira estofada, policromada e dourada de inícios do século XVIII, assim como um magnífico São Miguel Arcanjo, da mesma época. Podem destacar-se ainda duas imagens de nítido talhe flamengo, ambas de inícios do século XVI: Nossa Senhora e Santa Ana Tríplice, esta última de uma oficina da cidade de Malines.

Do conjunto de peças escultóricas pertencentes às colecções do Dr. Frederico de Freitas, deve ainda citar-se o núcleo de presépios e figuras de presépios, quer de oficinas continentais, quer ainda um acervo muito interessante de pequenas figuras de barro pintadas e douradas pertencentes a barristas regionais. Dentro do núcleo da escultura, refira-se um grupo de peças de marfim na sua maioria atribuíveis a oficinas Indo-Portuguesas, de meados do século XVII e XVIII. Do conjunto destaque-se um “Bom Pastor”, de Goa, de meados do século XVII, assim como uma Virgem Cingalo – Portuguesa da mesma época.

A colecção de cerâmica é constituída por um impressionante acervo que se distribui pelas seguintes categorias: Cerâmica Decorativa, Utilitária e de Revestimento. A Cerâmica Decorativa, essencialmente de origem europeia (Alemanha, Áustria, Holanda, Suécia, Inglaterra, França e Itália), inclui figuras clássicas, românticas, algumas típicas dos anos 1920-30, personificações várias e representações de actividades diversas. Integram ainda este núcleo um número significativo de peças de produção nacional e local, algumas das quais assinadas por artistas reconhecidos. A Cerâmica Utilitária engloba exemplares que se enquadram entre os séculos XVII e XX, em porcelana, *biscuit*, faiança e barro, de produção, essencialmente, oriental e europeia. Grande parte das peças orientais provêm da China, sendo alguns exemplares da “Companhia das Índias”. O restante espólio, salvo raras excepções, é oriundo de diversos países europeus e por vezes de zonas ou centros de fabrico identificados: Inglaterra (Wedgwood, Derby, Davenport), França (Limoges), Alemanha (da região de Dresden e da fábrica Rosenthal), Holanda (Delft), Itália, Espanha (Talavera) e Portugal (Sacavém, Coimbra, Caldas da Rainha, Alcobaça, São Miguel, Aveiro, Lisboa e Porto). Predominam os serviços de jantar e de chá, entre uma ampla variedade de exemplares avulsos. Particularmente curiosa é a colecção de canecas, muito vasta e variada, englobando outro tipo de recipientes para líquidos tão díspares como jarros, garrafas, potes, ânforas e bilhas. As peças executadas entre os séculos XVIII e XX, são originárias da Europa, de países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Portugal, mas também da China e

do continente americano. A Cerâmica de Revestimento - a azulejaria constitui um dos núcleos principais das colecções do Dr. Frederico de Freitas. Iniciada pela descoberta accidental de vários fragmentos azulejares junto ao muro de divisão da sua casa e do Convento de Santa Clara do Funchal, constitui um núcleo importantíssimo pela sua quantidade e diversidade e que acabou por constituir uma colecção à parte, exposta em espaço, adrede edificado e concebido para o efeito – a Casa dos Azulejos. O espólio, constituído essencialmente por azulejos, inteiros e fragmentos, encontra-se distribuído pela sua época ou origem. Os seus principais conjuntos são constituídos por azulejos de produção portuguesa do século XVII, em grande parte provenientes de demolições na Ilha da Madeira. Existem alguns valiosos exemplares quinhentistas, uma ampla mostra de padronagem de tapetes do século XVII, oriundos de templos madeirenses e alguns exemplares, mais tardios, que evocam a produção do século XVIII até à actualidade. Produzidos em 1998, destinados a este Museu, três belos painéis da artista madeirense Lourdes Castro, encerram, com chave de ouro, o conjunto de produção nacional.

Muito heterogéneo é o acervo de proveniência estrangeira. Inclui azulejos pavimentares medievais de decoração embutida, procedentes de abadias inglesas e datados dos séculos XIII e XIV. Igualmente pavimentares, de idêntica inspiração e origem, são outros mais tardios, dos séculos XVII e XVIII, decorados em relevo. Do Extremo Oriente existem, originários da China, elementos arquitecturais de cerâmica, de que se destacam, gárgulas e peças de remate de telhados e exemplares de porcelana datados dos séculos XVII e XVIII. Encontram-se ainda interessantes fragmentos quinhentistas, oriundos de distintas áreas da Índia. Especial destaque, pela raridade de algumas peças, merece o conjunto de azulejaria islâmica, cuja cronologia abrange o período que decorre entre o século XIII e o século passado e testemunha a produção de países como a Pérsia, a Turquia, a Síria e, por fim, já no Norte de África, a Tunísia.

Bem representado, o núcleo de azulejos hispano-mouriscos inicia-se com dois painéis procedentes de Niebla, executados em “corda seca” e que remontam ao século XII/XIII. A grande maioria, no entanto, data dos séculos XV a XVII e é originária de Sevilha, com excepção de alguns azulejos provenientes de Valência, Manises e Toledo. Apenas os mais antigos são realizados pelo processo de “corda seca”, sendo a “aresta” a técnica mais representada. De realçar é o facto de muitas das peças expostas serem obtidas na própria Região Autónoma da Madeira, originárias do Convento de Santa Clara, no Funchal, e do demolido Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz.

Ilustra a azulejaria italo-flamenga, ou majólica, uma pequena mostra que inclui exemplares espanhóis e flamengos. Estes últimos são do século XVI e alguns, vindos de Inglaterra, faziam parte da colecção do Duque de Ruthland. Os restantes, provenientes de Portugal, do Palácio de Vila Viçosa, foram adquiridos pelo Eng.º Santos Simões, em 1967, e oferecidos ao Dr. Frederico de Freitas. O núcleo holandês é particularmente rico, com azulejos de padrões quinhentistas e de seiscentos, mas, sobretudo, com uma enorme diversidade de espécimes de figura avulsa, de temas diferenciados (jarras e flores, animais, “manikins”, cavaleiros, monstros marinhos, barcos, paisagens, cenas bíblicas, etc.) e atribuídos aos séculos XVII, XVIII e XIX.

Resta, por fim, mencionar um conjunto de peças de origem britânica que atesta a produção do séc. XVIII, quer a de nítida influência holandesa, proveniente de Bristol, quer a fabricada em Liverpool, evidenciando outros processos decorativos inovadores, nomeadamente a impressão. Do mesmo modo, vindos de Inglaterra e datados dos últimos anos de oitocentos e dos primeiros do século seguinte, são alguns dos exemplares denominados modernistas e que incluem azulejos Arte Déco.

A colecção de gravuras antigas da Madeira é uma das mais importantes da ilha. Ultrapassa a dupla centena de exemplares que ilustram variados aspectos da vida insular, constituindo fontes iconográficas imprescindíveis ao estudo do arquipélago nos séculos XVIII e XIX. Algumas das estampas figuram em álbuns e livros, embora a grande maioria sejam exemplares avulso, desmembrados das obras a que, a princípio, pertenciam. Prevaecem as litografias sobre as xilogravuras e águas-fortes, impressas a cores, mas, sobretudo, a preto e posteriormente, coloridas a aguarela. Esta colecção reúne a maioria das estampas conhecidas da Madeira, tendo sido objecto de uma exposição e respectivo catálogo, inaugurada, com a abertura da primeira fase da Casa – Museu em 1988. Destaque-se os álbuns de gravuras e desenhos de alguns dos mais importantes autores, como James Bulwer (1827), Pitt Springett (1843), Andrew Picken, Emily Genevieve Smith, Susan Vernon Harcourt (1851), Eckersberg (1853-1855), Frank Dillon (1856) etc. Refira-se ainda o manuscrito original de “*Journal of a Visit to Madeira and Portugal*” (1853-1854), de Isabella de França.

A colecção de pintura apresenta uma forte incidência para a temática sacra, com representações de cenas religiosas, figurações da Virgem, de Cristo, de vários Santos e perspectivas de interiores e exteriores de igrejas. Enquadra-se no período que decorre entre os séculos XV e XIX, apresentando exemplares executados com predominância a óleo, sobre

suportes tão variados como tela, cobre, madeira e mármore, de produção regional, nacional, mas também de outras origens europeias como Grã Bretanha, Holanda, Flandres, Itália e França. Outro grupo significativo de obras aborda assuntos variados, sendo de particular interesse o da temática regional que envolve paisagens marinhas, recantos da cidade e outros pontos da ilha, templos, figuras populares, retratos do Dr. Frederico e seus familiares.

No respeitante ao acervo de aguarelas e desenhos, merecem especial menção os datados do século XIX, tendo como tema a Madeira e o Porto Santo. São desenhos a aguarela, pastel, lápis, técnica mista e retratam paisagens, arquitectura, habitantes, plantas, labores e utensílios agrícolas.

Nas colecções de estampas e desenhos, para além do núcleo sobre temática madeirense existe ainda um conjunto alargado de gravura europeia dos séculos XVIII e XIX. Deste, cite-se especialmente, o de Francesco Bartolozzi (1728-1815), quer da sua fase em Inglaterra, quer depois, em Portugal.

Realce especial para os trabalhos que constituem álbuns, como o de 16 aguarelas atribuídas a F.E. Bigge, um apontamento de viagem com cerca de 30 desenhos de autor desconhecido e as 24 aguarelas de Isabella de França que ilustram o seu manuscrito original. Este último de certo modo sugestivo conjunto, foi adquirido em 1938, em Londres, pelo Dr. Frederico de Freitas e mais tarde editado com o título “*Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*”. É de referir ainda alguns originais desenhados, apontamentos de viagens, que nalguns casos, foram transformados em obras gravadas. Especial interesse terá a presença dos álbuns de gravuras assim como o de uma chapa original, ou folhetos de publicitação das edições de álbuns.

A Casa-Museu Frederico de Freitas, tal como todos os museus dependentes da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, não possui quadro orgânico específico. O pessoal insere-se no quadro da Direcção Regional dos Assuntos Culturais que, por sua vez, se integra no da Secretaria Regional do Turismo e Cultura. A formação da directora do Museu é de licenciatura em Ciências Históricas, e possui uma pós-graduação, em Museologia e Educação (Universidade Lusófona). Conjuntamente com o director, o quadro de pessoal do Museu é composto por 17 pessoas, com as seguintes atribuições: 1 técnico superior estagiário com licenciatura em História, variante de História de Arte, 2 técnicos profissionais de museografia – 10.º e 12.º. ano de escolaridade, 9 guardas do museu – 6.º, 9.º. e 12.º. ano de escolaridade e frequência do Curso de Línguas e Literaturas Anglo-Germanísticas, 1 auxiliar administrativo com o 12.º. ano de escolaridade, 1 auxiliar de limpeza – 4.ª. classe e 2 guardas nocturnos com o 6.º e 7.º. ano de escolaridade.

O Serviço Educativo da Casa-Museu foi criado em Setembro de 2001 e nele trabalham duas professoras com formação distinta, possuindo uma delas licenciatura em Artes Plásticas/Pintura e a outra em História e, pós-graduação, em Museologia e Educação. Conforme palavras da actual Directora existem sinais de mudança: *“É nossa ambição a médio prazo, constituir uma equipa motivada e coesa que permita tornar a Casa-Museu num espaço mais activo e interveniente ao serviço de todos os cidadãos. Gostaríamos que o Museu evoluísse para além da postura tradicional, essencialmente passiva, e assumisse a responsabilidade de se tornar num local de aprendizagem, de troca de experiências, de educação e de socialização. Em suma aspiramos diversificar e melhorar o nosso desempenho de modo a que esta Instituição possa realmente contribuir para a melhoria da sociedade em que está inserida e se torne num local aprazível, procurado e apreciado pelos mais diversos tipos de público”*.

Para a museologia e museografia da Casa dos Azulejos e do Quarto das Canecas recorreram a especialistas, nomeadamente ao primeiro director do Museu Nacional do Azulejo, Dr. Rafael Salinas Calado, revelando um percurso museológico bem definido que reflecte rigor, tanto na museologia como na museografia adoptada. Todo o núcleo de cerâmica de revestimento foi tratado durante a organização da Exposição Permanente de Azulejos. Essas intervenções de conservação e restauro decorreram, entre 1997 e 1999, sob responsabilidade do Dr. Rafael Calado e de Ana Porto Calado, antiga Técnica de Conservação e Restauro do Museu Nacional do Azulejo, sob cuja orientação trabalharam quatro alunos do curso de Belas Artes da Universidade da Madeira e os funcionários da Casa-Museu. No Projecto da Casa dos Azulejos, da Casa de Entrada e dos 3 Últimos Espaços de Exposição Permanente da Casa da Calçada (Quarto das Canecas, Cozinha e Biblioteca) foram encontradas boas soluções expositivas com uma museografia didáctica e comunicativa de rigor científico e que é em simultâneo, atractiva.

O número de peças do acervo é de 6 162 distribuídas entre objectos, bens bibliográficos e arquivísticos. Relativamente, ao critério de incorporação, uma vez que a instituição não prevê o alargamento das suas colecções, à partida e salvo casos muito pontuais, o Museu não adquire peças pelo que não necessita ter qualquer critério de incorporação.

A Casa-Museu Frederico de Freitas foi um espaço de exposição por excelência, estando vocacionado para acolher turistas e algum público local, da mesma forma o seu acervo era, sobretudo, solicitado para figurar em exposições temporárias noutros locais. Actualmente, o Museu procura continuar a ser um espaço de exposição, conservando o seu público tradicional de visitantes turistas, mas começa a trabalhar no sentido de cativar mais os naturais da Região.

Nesse âmbito procura alcançar um maior equilíbrio entre as diferentes actividades a desempenhar, apostando noutras frentes, sejam elas a investigação, a conservação, a divulgação ou ainda na vertente educativa, tentando assim abrir o seu leque de acção e melhorar a qualidade dos serviços a prestar.

No âmbito da divulgação, a grande aposta prende-se com o início dos trabalhos do Serviços Educativos, cujos esforços vão no sentido de aumentar e melhorar a procura, pois há muito tempo que se ambicionava preencher essa lacuna e alcançar o meio escolar, assim como aceder aos mais idosos sempre tão carenciados e, no entanto, tão participativos. Uma série de actividades serão encetadas de modo a dar-se início a uma campanha mais activa e agressiva tirando o máximo proveito daquele serviço, como instrumento de divulgação, para cativar outros potenciais e diferentes públicos.

Por outro lado, sendo a Madeira uma terra em que a vertente turística assume uma importância capital, também nessa área se deve intervir. Seria promovido um contacto mais personalizado com os guias que nos visitam, de modo a podermos responder a algumas solicitações, de maior apoio e orientação, a fim de melhorar o seu desempenho. Pretende-se ainda criar um folheto sobre a Casa-Museu a distribuir pelos hotéis da Região, e apostar na informação disponível nas publicações de âmbito turístico.

O Museu é divulgado pelos seguintes meios: através de anúncio na imprensa diária regional; em informação nos diversos guias turísticos; por meio de artigos periódicos em jornais e revistas locais; nas escolas, lares de 3^a. idade e outros Municípios da Região com a divulgação do programa de actividades dos Serviços Educativos; em conjunto com todos os Museus da DRAC, em folheto desdobrável, com distribuição gratuita em vários pontos da cidade e através do posto de informação turística da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

O Museu possui desdobrável e uma brochura (Introdução à Casa-Museu Frederico de Freitas), Livros sobre Azulejaria e sobre as Canecas, um catálogo sobre azulejos de Lourdes Castro, reproduções de desenhos e gravuras, postais e cartazes.

O Museu Frederico de Freitas é, sem dúvida, um dos museus mais atractivos da Região. Dotado de um acervo valioso, tanto pela sua diversidade como pela qualidade e quantidade, quer ainda em relação ao espaço físico. A Casa Museu, ombreando com o Museu do Azulejo, numa dicotomia em que se afigura na primeira uma museografia de feição conservadora e consentânea com a disposição de Casa-Museu, ao lado de uma construção concebida para o efeito e onde se encontraram soluções ideais para aquela temática. O edifício, que foi requalificado com uma

intervenção arquitectónica adequada ao programa museológico, garante uma ligação com o exterior – espaço verde, que lhe dá uma luminosidade fabulosa tornando o espaço num lugar atractivo. Também o auditório pode ser um espaço de debate e de formação para a comunidade.

Quanto ao serviço educativo, estando ainda em começo augura-se, contudo, um futuro promissor porquanto, por parte do Museu do Azulejo, o espaço está dotado com ateliers que propiciam um contacto directo com o material, tão ao gosto das camadas mais jovens e que pode tornar-se um bom complemento escolar conforme as teorias actuais sobre a relação que se deve estabelecer entre a escola e o museu: “...*Há já um sector no mundo da educação profissional que está a fazer do Museu um lugar de ensino activo e prático, em que os jovens se movimentam com liberdade em busca de resposta a determinadas perguntas.*”¹¹⁸

Os números revelados na Estatística de Visitantes entre os anos de 1995 e 2001 são:

Quadro nº. 11: Estatística de Visitantes do Museu Frederico de Freitas

Ano	Visitantes
1ª.	Fase
1995	7 173
1996	9 348
1997	1 515
2ª.	Fase
1999	2 520
2000	13 841
2001	12 343

O período em falta na estatística é devido ao encerramento da Casa-Museu, desde o início de Março de 1997 até ao final de Setembro de 1999 (devido aos trabalhos da 2ª. fase). No quadro é explícito o salto qualitativo do Museu que se reflectiu no salto quantitativo de visitantes.

2.15 - Madeira Wine Company – Adegas de São Francisco

Uma visita às Adegas de São Francisco parece ser um dado adquirido para qualquer visitante da Madeira e apreciador do vinho Madeira.

¹¹⁸ Ángela García Blanco, *Didáctica del Museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1994, p. 70.

Desde 1988 que estas adegas de São Francisco podem ser visitadas pelo público, em geral, apresentando para além da sua curiosidade arquitectónica, salas de provas, armazéns, loja, assim como uma área de exposição que, no seu conjunto, contam a história do vinho Madeira, desde o processo de produção da vinha até à sua transformação no Vinho Madeira, nas suas várias castas, Sercial, Malvasia, Verdelho e Boal.

A área de exposição está situada num conjunto de edificações, em grande medida a única parte remanescente do antigo Convento de S. Francisco do Funchal. A fase mais antiga da sua construção deve-se a Luís Álvares da Costa e seu filho Francisco Álvares da Costa, que o iniciaram em 1473, estando hoje desaparecido, e que lhe ficava contíguo. Esses conjunto de edifícios pertencem, na maioria dos casos, ao século XVII, onde se recortam alguns antigos armazéns, uma pequena rua calcetada de pedra roliça e o que parecem ser vestígios de uma antiga capela.

Muitas das peças em exposição foram recolhidas da sua funcionalidade original na própria empresa, e relacionam-se quer com os trabalhos de produção do vinho, quer até com documentos como notas de encomenda, rótulos, antigas garrafas. Interessante é a presença e importância da Madeira Wine Company, assim como, dos seus primeiros associados na divulgação e internacionalização da imagem do vinho, afamado desde o século XVI.

Nesta unidade museológica podem apreciar-se cartas, documentos, livros, utensílios e máquinas de épocas remotas, que mantêm viva toda a tradição destas Adegas¹¹⁹. A Madeira Wine Company foi fundada em 1913, incorporando várias empresas ou produtores independentes, que se associaram. Casos de William Hinton, Welsh, Cunha & Co. Lda., Henriques & Câmara, Cossart Gordon, Blandy, Leacock e Miles.

Relativamente ao pessoal, a empresa está muito mais preocupada com a vertente económica do que com o “Museu” que, tão pouco, tem um quadro específico de pessoal. Quanto à exposição, o visitante é convidado a efectuar uma visita guiada àquelas que são as mais antigas Adegas de Vinho da Madeira, instaladas em antigas partes do convento da Ordem Franciscana, situadas no centro do Funchal e preservadas no seu traçado original. Nos armazéns de envelhecimento, o visitante terá ocasião de apreciar cascos, toneis e cubas, feitos na sua própria tanoaria, de madeiras de carvalho, mogno e cetim, onde litros e litros de vinho aguardam a sua

¹¹⁹ *Guia de Turismo Madeira e Porto Santo*, Funchal, Edição da Empresa de Publicidade e Comércio dos Açores e Madeira, pp-12-14, 24-25.

maturação para então serem engarrafados e devidamente apreciados. À passagem pela “Frasqueira” de vinhos datados, o visitante sentir-se-á transportado no tempo, associando algumas destas datas com factos da nossa história, tais como as guerras Napoleónicas, a invenção do telefone e do telégrafo, o início da produção do famoso “Ford T” e até das duas passadas guerras mundiais.

A fim de melhor apreciar a História, única destes famosos vinhos seculares, complementa a visita uma projecção de vídeo sobre a “História do Vinho da Madeira”.

Esta unidade museológica dedicada ao Vinho apresenta-se mais interessante que a do Instituto do Vinho, uma vez que está ligada a uma instituição viva, apresentando uma vertente real do trabalho de produção.

Não obtivemos informação relativa ao número de visitantes pelo que não é possível avaliar o interesse que esta unidade museológica tenha despertado.

2.16 - Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos¹²⁰

O Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos é um museu de empresa, Vinhos Barbeito (Madeira), Lda., foi fundado e abriu ao público em 1989. Está instalado num edifício, na Avenida Arriaga, no centro do Funchal, onde se apresentam aos visitantes três salas sendo a primeira dedicada a Cristóvão Colombo.

O Museu¹²¹ não ocupa todo o espaço do edifício, que tem também outras utilizações. Reúne ainda a colecção de edições relacionadas com a Botânica do arquipélago, tendo sido adquirida a um outro coleccionador importante, George Walter Grabham.

Possui uma exposição de livros raros, gravuras e moedas tendo, como fundo, a figura do descobridor da América. Uma segunda sala apresenta edições raras sobre o arquipélago da Madeira, com a presença de manuscritos, estampas e originais desenhados, sobre a história da indústria do Vinho Madeira.

¹²⁰ Durante o período de tempo em que decorreu a investigação para este trabalho nunca conseguimos estabelecer contacto com alguém ligado ao Museu e com quem pudessemos esclarecer questões com ele relacionadas.

¹²¹ Como o tempo decorria e não obtínhamos resposta ao nosso pedido de informação, decidimos pedi-la à DRAC, na pessoa do seu Director de Serviços de Museus – Dr. Francisco Clode, de quem obtivemos a maior parte de quanto aqui se afirma.

Uma terceira área é dedicada ao arquivo documental sobre variados aspectos culturais com predominância regional. O inventário regista 10 000 exemplares.

Conforme descrito no catálogo do antigo Museu da Cidade “*As suas colecções foram reunidas por Mário Barbeito de Vasconcelos, nascido no Funchal em 3 de Julho de 1905, comerciante de vinhos da Cidade do Funchal, que desde muito novo se interessou por assuntos de carácter histórico, reunindo uma importante colecção iconográfica e bibliográfica, tendo por temáticas principais a História do Arquipélago da Madeira, a Expansão Portuguesa e a figura de Cristóvão Colombo. Faleceu em 1983 tendo a família continuado a desenvolver o seu espólio bibliográfico, mantendo os inúmeros contactos internacionais por ele estabelecidos*”.¹²²

O quadro orgânico é composto por 3 pessoas: 1 técnico superior, 1 administrativo e um auxiliar.

O número diminuto de visitantes leva-nos a questionar até que ponto é que este museu tem significado? Mais parece uma colecção a ser usufruída por um particular.

Quadro nº. 12: Estatística de Visitantes do Museu Barbeito

Ano	Visitantes
1994	374
1995	821
1996	1 070
1997	1 500
1998	1 270

2.17 - Casa Colombo

O Governo da Região Autónoma da Madeira decidiu criar numa das mais antigas residências do Porto Santo, com toda a probabilidade, antiga morada dos Perestrelos, um pequeno museu evocativo de figura e feitos do descobridor da América. A Casa Cristóvão Colombo, que

¹²² *Catálogo do Museu da Cidade*, Funchal, 1986, p. 5.

foi inaugurada em 20 de Novembro de 1989, pertence ao Governo da RAM, sendo tutelado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

O Museu possui uma área de cerca de 478 m² existindo ainda um auditório de ar livre.

A Casa de Colombo fica situada junto à Igreja Matriz do Porto Santo, onde existiu, segundo tradição desde há muito alimentada, a residência do descobridor das Américas, Cristóvão Colombo. Harmonizada por obras e acrescentos de meados do século XVIII e XIX, é hoje um exemplar interessante da arquitectura insular. Uma pequena, mas significativa parte da construção, pode remontar a finais do século XV ou inícios do século XVI. Obras realizadas, logo antes da abertura da Casa Colombo, a 20 de Novembro de 1989, revelaram dois vãos de janelas com singulares arcos de ogiva.

Não esqueçamos a estreita relação de Cristóvão Colombo com o arquipélago da Madeira. Numa estadia, em Lisboa, conheceu Filipa Moniz, que era filha do primeiro capitão donatário do Porto Santo – Bartolomeu Perestrelo.

Cristóvão Colombo encontrava-se ligado ao negócio do açúcar, tendo, provavelmente, estado na Madeira, pela primeira vez, em 1476. É em 1478, encarregue por Paolo di Negro, a deslocar-se à Madeira para negociar açúcar para o genovês Ludovico Centurione.

A Casa Colombo, como pequeno espaço museal, recorda as relações de parentesco estabelecidas por Colombo, com a filha de Bartolomeu Perestrelo¹²³ e que viveu na Ilha durante algum tempo. Organizou-se um discurso de relação ao arquipélago da Madeira, no contexto da expansão portuguesa e mais ainda com a abertura de mundos estabelecida pela Europa, desde finais do século XV e por boa parte do século XVI.

O acervo é constituído por 219 objectos .

Para além da aquisição de alguns objectos, o Museu contou com um legado de gravuras dos séculos XVII a XIX, antiga colecção de duplicados do coleccionador Mário Barbeito de Vasconcelos, espécies museológicas provenientes do Museu da Quinta das Cruzes e espólio de um barco afundado, no Porto Santo, no século XVIII.

¹²³ Aquando do povoamento do arquipélago a ilha da Madeira foi dividida em duas capitánias distantes que couberam a Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, enquanto a ilha do Porto Santo – terceira capitania ficou sob a direcção de Bartolomeu Perestrelo companheiro dos dois primeiros navegantes quando da segunda viagem ao arquipélago da Madeira.

O quadro orgânico da Casa Colombo foi aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2000, publicado no Diário da República n.º 72 Iª. Série B, de 25 de Março de 2000. Nele constam 1 técnico superior (conservador) , 1 administrativo e 5 pessoal auxiliar.

No rés-do-chão do edifício, poderemos encontrar, ainda da primitiva construção, dois silos de cereais, datáveis de finais do século XV, inícios do século XVI. Foi colocada ainda nessa área, a parte cedida à Madeira do espólio da embarcação da Companhia das Índias Holandesas Slot der Hooge, afundado nos mares da costa norte do Porto Santo, em 19 de Novembro de 1724, na sua viagem de ida para o Oriente. Do espólio constam lingotes e moedas de prata, assim como outros pequenos atavios, como fivelas, pesos de chumbo, balas de mosquete, canhão, cachimbos, etc.

No primeiro andar do espaço de exposição, poderemos encontrar uma interessante colecção de estampas, na sua maioria de meados do século XIX, que revelam a transformação em mito da figura do descobridor das Américas, doadas, como foi dito pelo Sr. Mário Barbeito de Vasconcelos, coleccionador e bibliófilo. Este espaço de exposição revela-nos uma importante apresentação gráfica das descobertas portuguesas, assim como um pequeno núcleo sobre a vida e os costumes do Porto Santo.

Recentemente, (Setembro de 2001), com apoio do Museu do Traje foram reconstituídos dois espaços de época, na parte mais antiga do edifício: uma cozinha e sala de trabalho do navegador, com manequins, mobiliário, objectos de época e reproduções, tendo sido alguns restaurados, provenientes de anterior trabalho da autoria da escultora Manuela Aranha.

O Museu vai sofrer obras de beneficiação e redefinição do programa o que lhe é, extremamente vantajoso, uma vez não existir qualquer espaço, na Ilha, que faça referência aos usos e costumes do Porto Santo, sempre tão apetecíveis para quem visita outros locais.

O Museu possui um pequeno espaço para venda de publicações, postais e medalhas; uma pequena biblioteca sobre Colombo e Porto Santo. Não tem serviços educativos e a sua divulgação é feita em publicações, roteiros bem como através da Rádio e da Imprensa escrita.

Desde 2000 que se realiza no final do mês de Setembro uma semana dedicada ao Navegador, denominada Festival Colombo, e que tem alcançado enorme sucesso. A entrada no Museu é gratuita e o seu número de visitantes é baseado no turismo, uma vez que a população da Ilha é de cerca de 5000 habitantes.

Quadro nº. 13: Estatística de Visitantes da Casa de Colombo

Ano	Visitantes
1994	15 343
1995	17 789
1996	16 483
1997	17 628
1998	20 416

Ora, sendo, actualmente, a Ilha um local, tanto em moda, sob o ponto de vista turístico e com poucas ofertas, para além do sol e da praia, torna-se importante criar pólos de interesse cultural, nomeadamente na área de etnografia e história.

Os Museus não se podem desligar da realidade turística podendo desenvolver, com eficácia as suas funções para este tipo de público ao promover o conhecimento das realidades e patrimónios locais pois *“O turismo é precisamente um dos movimentos mundiais que agitou os fundamentos do museu, sem que curiosamente, os profissionais tenham, em face disso, uma atitude definida. Ora ela é seguramente uma realidade com a qual devemos aprender a viver, para a qual devemos estar preparados. Ignorá-la ou minimizar os seus méritos tanto como os seus defeitos não fará ir ao encontro duma prática bem concebida, dinâmica, respeitadora da ética e conforme os objectivos fundamentais de uma museologia contemporânea”*.¹²⁴

A sua transformação em Museu do Porto Santo pode ser uma óptima oportunidade para o converter em Museu de História e Etnografia, tornando-o mais informativo e aliciante, e dotando-o em simultâneo, com documentação própria, até agora inexistente. O actual espaço museológico apenas é mencionado no folheto turístico do Porto Santo e num outro colectivo dos Museus tutelados pela DRAC.

2.18 - Museu da Baleia

Os estatutos do Museu da Baleia no Caniçal foram aprovados por deliberação da Câmara Municipal de Machico, em 26 de Fevereiro de 1990.

¹²⁴ Yani Herreman, *Les musées et le tourisme: culture et consommation*, in «Museum International», nº. 199, Unesco, Paris, 1998, p. 4.

O edifício destinado ao Museu da Baleia iniciou as suas obras em 1989 e abriu ao público em 28 de Maio de 1990, com investimentos da Câmara Municipal de Machico e da IFAW (International Fund for Animal Welfare) e com objectos trazidos pelo sr. Eleutério Reis da Antiga Fábrica das Baleias. Outras peças e fotografias foram doadas por diversas pessoas da comunidade local.

O Museu surge para perpetuar a memória da actividade baleeira que decorreu no arquipélago da Madeira durante 41 anos, até à sua proibição em 1981. Para além disso, pretende dar a conhecer e divulgar as baleias, especialmente o cachalote, contribuindo para a sua conservação.

Para remontarmos ao momento da criação do museu da Baleia e investigar os passos que lhe deram origem, apontamos como referência indispensável a leitura de uma palestra¹²⁵ intitulada “Cachalotes – A última pesca nos Mares da Madeira – E depois?” onde se descrevem ao pormenor, a última pesca da baleia, realizada no dia 21 de Outubro de 1981, opinando o autor que *“alguma coisa deve ser feita para perpetuar uma actividade que durante 40 anos teve relativa importância económica e social, sobretudo, na zona do Caniçal. Tenho para mim que um projecto válido será a criação do MUSEU DA BALEIA (...)onde estejam reunidas todas as peças representativas da pesca da baleia no nosso arquipélago, numa mostra científica, com a finalidade cultural e recreativa de dar a conhecer uma faina praticada por corajosos madeirenses, bem como da sua importância económica regional.(...)Urge arrancar com a sua instalação para, simultaneamente, proceder-se à recolha do imenso material, já trabalhado no campo científico, e que, ao longo dos anos, foi solicitado à Empresa Baleeira, pelo Museu do Mar de Cascais, Instituto do Mar de Hamburgo, e deitar mão ao muito que ainda existe nas instalações da empresa, atrás citada. Com efeito, acontecerá que, com o findar da pesca, se deteriorarem as embarcações, se percam os muitos apetrechos e se abandonem os utensílios de actividades paralelas, tais como: a antiga forja onde se fabricavam os arpões e lanças, cabrestante inicial, vindo dos Açores, panela de origem americana (1820) que serviu para derreter banha, etc., Várias personalidades manifestaram, com entusiasmo, a sua disponibilidade para colaborar na concretização de tal projecto. É o caso da bióloga dra. Dalila de Carvalho, técnica da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, assim como o dr. Francisco Reiner, biólogo e director do Museu do Mar, de Cascais. A bióloga alemã professora Petra Deimar, do*

¹²⁵ Rui Relvas, *Cachalotes – A última pesca nos Mares da Madeira – E depois?*, in «Diário de Notícias», de 20 de Maio de 1984.

Instituto de Protecção aos Animais Marinhos, de Hamburgo, o dr. Jacques Soulaire, médico parisiense e investigador e o grande entusiasta, sem o qual nenhum projecto deste tipo, será concretizável, o sr. Eleutério Reis, gerente da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira. Também o Rotary poderá e deverá colaborar na realização de tal projecto à semelhança do acontecido com Rotary Club de Caldas da Rainha na dinamização do Museu de Artesanato. Pessoalmente o faremos.”

Mencionamos ainda o empenhamento, na criação desta unidade museológica, do biólogo Dr. Manuel Biscoito, director do Museu Municipal do Funchal, à época, para quem estas memórias, mercê da função e formação, não deveriam ficar perdidas no tempo.

Foi o antigo gerente da Fábrica da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, sediada no Caniçal, que ficou a dirigir o Museu da Baleia desde a sua abertura até falecer, em 1993. Entre 1993 e 1996 o Museu manteve-se aberto com um funcionário que se encarregava da manutenção e de cobrar os bilhetes de entrada. Em 1996 a Dra. Petra Deimer com alguns colaboradores ligados à IFAW e GSM (instituição de conservação dos mamíferos marinhos com sede na Alemanha) deslocou-se à Madeira e durante um mês reformulou a exposição. Em 28 de Maio de 1996, o Museu reabriu com uma exposição renovada. Em Outubro do mesmo ano o actual director com formação em Biologia, assumiu as suas funções.

O Museu atravessou um período de instalação e de se dar a conhecer, que foi interrompido pelo falecimento do Sr. Eleutério Reis. Em 1996, após uma estagnação de 3 anos, o Museu renovou-se e, entre esse ano e 2000, houve um grande esforço no sentido da sua afirmação como instituição dinâmica com um grande potencial, para dar contributo à cultura, à história e à ciência. A sua projecção, inicialmente, local passou a regional, conforme revelam as palavras do director: *“O Museu é actualmente uma instituição em crescimento, que já deu mostras do seu potencial, adquiriu projecção nacional e internacional, envolvendo-se em projectos de cariz científico a nível europeu. A incapacidade, por falta de espaço, em estabelecer serviços educativos, de ter exposições temporárias, cafetaria, loja, espaço para manutenção/restauro de peças, laboratório, biblioteca, espaço para a realização de projectos, etc. pode pôr em causa uma dinâmica adquirida, a melhoria dos serviços do museu, quer em quantidade, quer em qualidade e só poderá ser ultrapassada com a construção de um novo edifício para o museu. As peças actualmente disponíveis para a exposição permanente ultrapassam em muito a área disponível para exposição (100 m2)”*.

O interesse por museus, com a mesma temática, é manifestado nos Açores, tanto na Ilha do Pico como na das Flores, da Terceira, do Faial e de S. Miguel, pelo que “*Com a inauguração do Museu dos Baleiros – Ilha do Pico, nas actuais instalações, em Agosto de 1988, o Governo da Região Autónoma dos Açores prestou a merecida homenagem ao baleeiro açoriano. Foi dado um passo decisivo na preservação da memória de uma actividade que marcou o viver açoriano por mais de um século.*”¹²⁶

A propósito da Ilha das Flores, João Vieira explica: “...na Ilha das Flores o Município de St^a. Cruz das Flores adquiriu a Fábrica Baleeira do Boqueirão para proceder à preservação e valorização da memória da Baleação na ilha, que teve grandes reflexos na realidade sócio-económica local e deixou marcas assinaladas no panorama cultural da ilha. Pretende o Município de St^a. Cruz das Flores, libertar a curto espaço de tempo, as dependências da fábrica que ainda ocupa, como armazéns, oficinas e instalações de outros serviços. Dando assim, continuidade à execução do projecto já elaborado, o qual já foi iniciado e participado pela Secretaria Regional de Educação e Cultura. Importa frisar que a Fábrica em questão, está incluída no circuito de baleação no Guia dos Itinerários Culturais das Regiões da Europa – Trabalho editado em 1990 (Ano Europeu do Turismo) sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias.”¹²⁷ Esta recuperação do património baleeiro insere-se numa rede internacional.

Encontra-se em fase de estudo a construção de um novo edifício para o Museu da Baleia, o que é absolutamente indispensável, devendo, no entanto, haver em simultâneo uma maior preocupação com o enriquecimento das colecções e da sua apresentação.

Conforme nos foi comunicado pelo director, este Museu desenvolve investigação na área da Biologia no que diz respeito ao estudo dos cetáceos, designadamente, estudos de história natural. Também tem vindo a desenvolver investigação da história da actividade baleeira no arquipélago da Madeira, com acento, no que diz respeito à Empresa Baleeira Arquipélago da Madeira (1940-81). Com esta investigação tem sido possível localizar peças relacionadas com esta actividade no arquipélago, algumas das quais foram incorporadas no espólio do Museu. As

¹²⁶ *Roteiro do Museu dos Baleiros - Açores*

¹²⁷ João Vieira, *A Baleação e a Identidade Cultural numa Ilha: O Projecto de Recuperação da Fábrica Baleeira do Boqueirão – Um Modelo Museológico Inserido em Realidades Locais*, in «Cadernos de Sociomuseologia», Actas do V Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, p. 108.

peças encontram-se inventariadas e fotografadas, quer as que estão em exposição, quer as restantes. No concernente à conservação, dada a falta de pessoal especializado e instalações adequadas o Museu tem-se cingido à conservação preventiva na medida do possível. Para além da exposição permanente, foram realizadas várias exposições temporárias em ocasiões especiais, como é o caso do aniversário da instituição.

O Museu conta com diversas colecções. Uma das mais importantes diz respeito a dentes e ossos de baleia. Outra colecção compreende diverso material relacionado com a actividade baleeira que foi depositado no museu pelo sr. Eleutério Reis.

O Museu tem adquirido pouco material, pois parte dele tem sido depositado e outra parte doado. Contudo, algumas peças foram adquiridas, entre as quais uma baleeira. Têm sido adquiridos objectos que enriquecem o património do Museu e que constituem uma mais valia sob o ponto de vista da história da caça à baleia neste arquipélago, que tenham um potencial didáctico/educativo no sentido de enriquecer a exposição permanente de forma a melhor se explicar a história da actividade baleeira ou da vida dos cetáceos (biologia, ecologia, etc.) ou que tenham interesse científico relacionado com os cetáceos. As peças podem ser adquiridas na sequência de investigação prévia que conduz a elas, ou por propostas de venda ao Museu, tentando-se, antes da aquisição, obter-se informações relativas às mesmas.

Uma importante secção do Museu consiste numa colecção de estampas e material fotográfico sobre as baleias, quer no contexto local, quer internacional. O acervo consta de 65 objectos e 120 documentos bibliográficos.

Do Museu da Baleia, o trabalho que sobressai é a investigação, directamente, relacionada com a especialização do director. O quadro de pessoal do Museu é composto pelo Director que possui licenciatura em Biologia, pela Universidade de Lisboa e mestrado em Ciências Marinhas e Pesqueiras, pela Universidade de Aberdeen (Escócia), dois técnicos auxiliares, uma funcionária administrativa e um biólogo (envolvidos no Projecto para a Conservação dos Cetáceos no Arquipélago da Madeira) e uma funcionária de portaria. O pessoal envolvido no Projecto também colaboram em acções e actividades do Museu. Presentemente o Museu não dispõe de um serviço organizado de educação, efectuando-se visitas guiadas, em regra, para escolas ou grupos de terceira idade e outros, a seu pedido, acompanhadas de uma palestra sobre os cetáceos ou a história da actividade baleeira na Madeira.

O projecto para o novo museu contempla:

- uma exposição condigna que perpetue a actividade baleeira que decorreu no arquipélago da Madeira, juntamente com a preservação do espólio relacionado com a actividade que se encontra disperso e que existe a esperança de conseguir reuni-lo para o melhor conservar e divulgar;
- divulgar informações sobre os cetáceos, que passa por uma exposição permanente que explique a vida destes animais, pela continuação da investigação científica desenvolvida até ao presente, no sentido de se constituir um pólo gerador de conhecimento que possa ser uma mais valia para a Região no que diz respeito ao conhecimento, conservação e utilização sustentável dos recursos marinhos e do meio marinho, fundamental para a sua sobrevivência;
- aumentar a dialéctica com a comunidade local e com toda a Região contribuindo para a educação, divulgação de conhecimentos e para a actividade criativa;
- tornar o Museu uma entidade mais dinâmica através de exposições temporárias, actividades diversas e recorrendo a novas tecnologias para que se crie um espaço aberto e atractivo, que cativa os visitantes, designadamente os madeirenses, a revisitarem o museu. No momento o museu é visitado, sobretudo por estrangeiros, pois os madeirenses deslocando-se lá uma vez, não têm muitos motivos para voltar.

A actividade de divulgação efectuada pelo Museu pode dividir-se em duas vertentes: a história da actividade baleeira e dos próprios cetáceos (baleias e golfinhos), que também são objecto do Museu, tem sido efectuada tanto através de palestras no Museu e em Escolas da Região, como por meio de exposições itinerantes, prospectos, cartazes, entre outros meios. A divulgação da instituição, no sentido de cativar visitantes, tem-se feito recorrendo sobretudo a um desdobrável, apesar de se sentir que qualquer iniciativa desenvolvida pelo Museu, e em especial se tiver cobertura jornalística, possa constituir um meio de relembrar às pessoas a existência da unidade museológica e convidá-los a uma visita.

Quanto ao espaço do Museu, não se encontra com bom aspecto e, em consequência disso, é um museu sem vida e sem grande poder atractivo. Espera-se que com o novo projecto, se obtenha um maior e melhor espaço físico bem como um quadro de pessoal suficiente e que, através deles, o Museu possa prestar um melhor serviço à comunidade: “...*Ora a transformação de ideias em*

*formas inteligíveis, exige por um lado ter ideias para comunicar (ideia nova para a maioria dos museus) e exige ter também o conhecimento, as competências e a sensibilidade para poder construir essas formas. A exposição de objectos em vitrinas, plintos pendurados nas paredes ou suspensos de tectos, mesmo que enquadrada num cenário que explicita a sua leitura, o tal contexto de que falava Ulpiano Menezes revela-se como uma forma primitiva de escrita apenas adaptada ao carácter icónico da maioria dos museus.*¹²⁸

Relativamente ao público do Museu no quadro seguinte é visível um grande aumento do número de visitantes no período de um ano – de 1997 para 1998 provocado certamente pela sua renovação.

Quadro n.º. 14: Estatística de Visitantes do Museu da Baleia

Ano	Visitantes
1994	15 343
1995	17 789
1996	16 483
1997	10 981
1998	17 076

2.19 - Museu de Arte Contemporânea

O Museu, que, de princípio, se denominou Núcleo de Arte Contemporânea, inicia-se, tendo como base o espólio do prémio Cidade do Funchal, iniciativa da então Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Delegação de Turismo e Sociedade Nacional de Belas Artes, nos anos de 1966 e 1967. Os artistas ganhavam os prémios e as obras ficavam para a Região.

Foi, primeiramente, entendido como extensão da Quinta das Cruzes – Museu, e que assumiria um carácter contemporâneo. Funcionou, pela primeira vez, em sede provisória nas instalações da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, e depois na Quinta Magnólia, no Funchal, sempre em situação precária.

¹²⁸ Mário Moutinho, *A Construção do Objecto Museológico*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1994, p. 16.

A entrega à Região Autónoma da Madeira da Fortaleza de São Tiago, processou-se em 17 de Julho de 1992. Na época, servia de aquartelamento da Polícia do Exército e do Esquadrão de Lanceiros do Funchal. Como projecto de ocupação dos espaços disponibilizados, o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, resolveu instalar o Museu de Arte Contemporânea e um espaço militar, que organiza um percurso histórico do crescimento e evolução secular daquela Fortaleza e da sua relação estratégica com as outras bases da defesa da baía do Funchal. Este estabelecimento militar era então quartel da Bateria de Artilharia Móvel.¹²⁹ A partir de 1992 é instalada na Fortaleza de São Tiago a colecção de Arte Contemporânea, e criado o Museu de Arte Contemporânea.

Pensa-se, actualmente, num novo edifício para este o Museu que, de outra forma, não teria, certamente, existido. O espaço por ele hoje ocupado é de cerca de 3 716 m² e possui dez salas com exposição.

Relativamente à formação da colecção para além dos Prémios da Cidade do Funchal uma das situações que proporcionou a criação da colecção do Museu de Arte Contemporânea foi também a de que a Secretaria Regional do Turismo possuía duas galerias onde os artistas

¹²⁹ Após o saque dos corsários Franceses em 1572, começou a pensar-se de outra forma as defesas da baía do Funchal, não só pelo avanço da construção das muralhas como do equipamento da baía com uma rede de fortalezas. A construção da fortaleza de São Tiago deve ter-se iniciado por volta de 1614, conforme ainda hoje pode ver-se na inscrição do portão primitivo.

O início da construção deve ser atribuído a Jerónimo Jorge, fortificador chegado à Madeira para substituir Mateus Fernandes, autor dos planos das muralhas da cidade e que aqui trabalhava desde 1596. Após a morte de Jerónimo Jorge, em 1617, a obra foi continuada por seu filho, Bartolomeu João. A primeira fase das obras da fortaleza deve ter ficado concluída em 1637, em tempo de Filipe II de Portugal, terceiro de Espanha.

Em meados do século XVIII, na Fortaleza de São Tiago estavam apenas estacionados cerca de 20 homens. Neste século vai assistir-se à segunda grande campanha de obras, sob as ordens do governador José Correia de Sá, que adquiriu em Londres novas armas. Estas obras foram dirigidas pelo Engenheiro Tossi Columbina, autor do projecto de construção do porto do Funchal. Encimando o novo portão então mandado construir, foi colocada uma placa comemorando os trabalhos, com a data de 1767. Algumas modificações foram avançadas em tempo das guerras napoleónicas, no início do século XIX, tendo a fortaleza servido de aquartelamento a tropas britânicas. Já em 1803, na fortaleza foram recolhidas muitas famílias que haviam ficado sem abrigo aquando do aluvião. Em meados do mesmo século foi construída a casa do comandante e da guarda.

No início do século XX voltaram a ser feitos melhoramentos, até pela visita, em 1901, D. Carlos I, Rei de Portugal.

expunham, doando no final um quadro. Trata-se de uma colecção de arte contemporânea portuguesa desde os anos 60 até aos dias de hoje, com obras de alguns dos mais significativos artistas nacionais. Das colecções entradas nos anos 60, destaque-se os nomes de Joaquim Rodrigo, Nuno de Siqueira, António Areal, José Escada, Helena Almeida, Artur Rosa, Jorge Martins, Manuel Batista.

Em 1992 o corpo de investigadores faz um inventário básico não informatizado.

A vontade de criação do Museu é expressa em 1985 por César Pestana¹³⁰ que gostaria de ver concretizada a intenção do Eng^o. Peter Clode de instalar na cidade do Funchal um Museu de Arte Contemporânea (ou de Artes Modernas), velha aspiração madeirense achando lamentável o facto de até àquela data não ter sido possível concretizá-la.

Reiniciou-se um processo de engrandecimento da colecção, procurando o Museu registar os acontecimentos próximos à produção artística contemporânea, com a entrada de obras de arte, quer quando são resultado de actividades produzidas por si quer através de outras instituições.

No Museu podem ser encontradas ainda obras de artistas como Lourdes Castro, René Bertholo, José de Guimarães, Ilda David, Graça Pereira Coutinho, Filipe Rocha da Silva, Jaime Lebre, António Palolo, José António Cardoso, João Queiroz, José Loureiro, Albuquerque Mendes, Fernando Calhau, Michael Biberstein, Pedro Cabrita Reis, Pedro Portugal, Sofia Areal, Miguel Branco, Pedro Proença, Fernanda Fragateiro, Amy Yoes, Ana Vidigal, António Campos Rosado, Rui Sanches, Manuel Rosa, Patrícia Garrido, Helena Almeida, Eduardo Batarida, Gaetan, entre muitos outros. O Museu possui também um conjunto de obras de artistas que têm vindo a desenvolver a sua actividade na Ilha da Madeira, como Élia Pimenta, Celso Caires, Isabel Santa Clara, Eduardo de Freitas, Graça Berimbau, Teresa Jardim, Filipa Venâncio, Karocha, José Manuel Gomes, Guilhermina da Luz, Ara Gouveia, Carla Cabral, Lígia Gontardo, António Rodrigues, Danilo Gouveia, Guida Ferraz, entre outros. Emblemática foi também a possibilidade, através de mecenato, da entrada nas colecções do Museu de uma obra de Maria Helena Vieira da Silva. As formas de incorporação das colecções fazem-se por aquisição, doação e transferência. O número de objectos é de 620 e, relativamente aos bens bibliográficos e arquivísticos, é de 2531 exemplares. Quanto à aquisição de objectos entrados no mesmo ano foram de 23.

No que se refere ao restauro de obras é, geralmente, feito pelo atelier particular Isopo, no Funchal, que funciona com duas pessoas de formação na área de conservação e restauro. O

¹³⁰ César Pestana, *A Madeira – Cultura e Paisagem*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1985, p. 46.

Museu não cumpre a função de conservação uma vez que as instalações não são adequadas para fins museológicos. Nesta situação como grande parte dos museus, o Museu recolhe para depois restaurar. Ao pretender-se instalar um museu num edifício antigo deveriam ser feitas obras que criassem as condições climáticas adequadas à conservação do acervo (H.R., Temperatura).

Este é um dos pontos fracos do Museu, porque estando instalado num Forte que está em ligação directa com o mar, a humidade repercute-se, acentuadamente, nas colecções o que obriga a um cuidado permanente com a sua conservação preventiva.

O Museu de Arte Contemporânea não estando localizado no espaço ideal para uma colecção deste tipo, teve, contudo, o mérito de reunir uma colecção que, a não ser assim, poderia perder-se. Contrariando esta tendência foram adquiridas ao longo do tempo novas obras destinadas ao enriquecimento das colecções, contando, neste momento, actualmente com um acervo de algumas centenas de obras.

Quanto às colecções vai procurar-se, a partir de agora, ser-se mais selectivo.

O Quadro Orgânico do Museu está dependente da Lei Orgânica da DRAC. Actualmente o número de pessoas a trabalhar no MAC é de 9, sendo um director, 1 recepcionista, 1 técnico administrativo, 4 guardas e 2 pessoal auxiliar.

Um dos problemas que se coloca, em relação ao pessoal, é o da formação, porque há dificuldades da sua deslocação ao exterior, tendo havido, em data, recentemente uma proposta por parte do Director do Museu para se inverter a situação, fazendo deslocar formadores à Ilha reduzindo-se assim de forma notória, o tempo de afastamento do pessoal dos seus locais de trabalho.

O Museu vive também de acontecimentos temporários, dando projecção, por rotação, às suas colecções, apostando também em dar a conhecer os artistas locais, presentes nas reservas.

No dia 7 de Setembro de 2000, foi inaugurada a exposição “O génio do olhar”, ocupando todo o espaço do Museu, organizada, em conjunto, com o Instituto de Arte Contemporânea e o Ministério da Cultura.

O Museu de Arte Contemporânea conta também com programas educativos e actividades de animação cultural, numa tentativa de aproximar-se dos seus vários públicos. Foi pedido à Secretaria Regional da Educação destacamento de uma pessoa com formação em Belas Artes.

Quanto ao número de visitantes, verifica-se não se afastar muito da frequência dos museus do Funchal, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Quadro nº. 15: Estatística de Visitantes do Museu de Arte Contemporânea

Ano	Visitantes
1994	11 858
1995	27 779
1996	8 933
1997	8 833
1998	9 070
2000	13 080

Possuimos referências, relativamente ao ano 2000, com 13 080 visitantes, dos quais 8 399 estrangeiros, 1003 portugueses e 2238 de visitas escolares.

Por outro lado, com o início de um serviço educativo, o espaço da Fortaleza chega ao público, nomeadamente a um público infantil que toma contacto com o conceito de arte contemporânea, usufruindo e pintando. O Museu deve desenvolver todos os instrumentos didácticos que garantam a aproximação dos públicos e o seu acesso às obras expostas: *“O Museu tenta , elaborando acções educativas introduzir o visitante em novos objectos museais e de novos objectos de conhecimento. Junto dos jovens, há a responsabilidade, afirma Pitmaan-Gelles, de facilitar a sua compreensão de conceitos estéticos, históricos e científicos tendo em conta a sua experiência do mundo.”*¹³¹

2.20 - Palácio de São Lourenço

O Palácio de São Lourenço é desde 1976, residência oficial do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira e engloba para além da área nobre, reservada ao Museu, a zona de residência privada e a zona de gabinetes e serviços. O Museu é tutelado pelo Gabinete do Ministro, e dada a sua importância no contexto histórico-cultural da Região, foi decidida pelo Ministro da República, de então, a abertura do Palácio ao público.

Desde 1943, o Palácio de S. Lourenço encontra-se classificado como Monumento Nacional, tendo sido até 1974 Residência dos Governadores Civis do arquipélago da Madeira.

¹³¹ Michel Allard, *Éduquer au Musée*, Québec, Editions Hurtubise, 1998, pp. 60-61.

Por uma determinação de D. Manuel I, Rei de Portugal, iniciou-se a construção da fortaleza em 1513. Dessa época é ainda hoje bem visível o torreão nascente, com a presença das armas reais, esfera armilar e Cruz de Cristo. As obras foram encomendadas a João Cáceres, depois ampliadas por intervenções durante o reinado de D. João II, e mesmo depois da investida dos corsários franceses, em 1566. Durante o período filipino, foram ainda introduzidas importantes alterações, com a construção de novos baluartes da responsabilidade de Mateus Fernandes e Jerónimo Jorge. Por vários condicionantes e sucessivas alterações foi-se transformando a Fortaleza de São Lourenço em Palácio dos Capitães Donatários e Governadores da Madeira. A divisão administrativa dos poderes, civil e militar, em 1836, provocou uma divisão na ocupação física do Palácio. A área leste, antes à responsabilidade do governador militar, encontra-se sob a tutela do Comando da Zona Militar da Madeira. A área oeste, correspondendo às principais dependências e salas nobres, antes próximas ao Governador Civil, estão hoje ligadas ao Ministro da República da Madeira, sua residência oficial, como se disse.

Foi o arquitecto Victor Mestre, Técnico da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que a partir de 1995 foi responsável pelo acompanhamento das obras, em curso, no Palácio de S. Lourenço.

“As obras decorrentes no Palácio de S. Lourenço, haviam despertado alguma polémica e a partir de 1994, com a abertura da exposição permanente na antiga porta e casa da guarda, da responsabilidade dos militares e organizada sob pressupostos patrimoniais diferentes, houve que repensar todo o trabalho desenvolvido na parte civil. Assim com base em equipas habilitadas, com técnicos de mobiliário e de pintura, iniciou-se nos anos seguintes um vasto trabalho de reabilitação e restauro que conferiu a todo o Palácio uma nova dignidade e permitiu mesmo a sua abertura ao Público.”¹³²

O arquitecto acompanhou não só os trabalhos de arquitectura como também o da reabilitação da antiga Casa do Fresco e das suas envolvências e o restauro do grande painel de azulejos figurando São Lourenço. No seguimento destas obras a sua actividade estendeu-se à parte militar, acompanhando os trabalhos de reabilitação da antiga sala de armas do baluarte joanino, onde se procuraram as primitivas canhoneiras e o chão inicial, da prospecção arqueológica do baluarte-cisterna e da execução do corredor interno das repartições militares, que

¹³² Rui Carita, na apresentação da obra *Arquitectura Popular da Madeira*, de Victor Mestre, Lisboa, Argumentum, 2001.

incorporou o que restava da antiga chaminé dos séculos XVII/XVIII, em cantaria vermelha de Cabo Girão.

A abertura ao público do andar nobre e jardins, tem proporcionado o desenvolvimento de actividades, a que o actual Ministro tem dado continuidade. Este bem é assim acessível à fruição de todos, tornando-se um bem colectivo definido por Samuelson, Prémio Nobel da Economia como «*um bem que todos desfrutam em comum, no sentido que cada consumo individual do bem não significa subtracção a qualquer outro uso do bem por outro indivíduo*». ¹³³

O Palácio de S. Lourenço dotado com características dos Palácios Nacionais oferecia condições para poder mostrar a arquitectura militar portuguesa, de várias épocas, levando a conhecer o património cultural da Região, não só aos seus habitantes, mas também aos visitantes provenientes dos mais variados países, proporcionado pelo turismo. Como tipo de património museológico apontamos o Mobiliário, Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa. Existe uma preocupação de tornar o património cultural acessível aos públicos: “*O acesso ao património cultural é um factor determinante para o intercâmbio cultural que enriquece o espírito dos povos e activa logicamente o seu desenvolvimento económico. Este conjunto de relações configura a noção de “indústria cultural”, na qual se inscreve entre outras actividades, o turismo.*” ¹³⁴

A forma de incorporação das colecções foi feita através de aquisição e transferência. Quanto ao acervo, constituído por 340 objectos, a sua principal colecção é de arte, nomeadamente pintura, que se encontra colocada ao longo do percurso visitável, não estando aqui incluídas as que integram a residência privada. O Museu tem, actualmente, em depósito, peças do Palácio Nacional da Ajuda, do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu da Quinta das Cruzes.

As condições ambientais, no que concerne à conservação podem ser consideradas razoáveis, sendo a humidade o problema maior da ilha, mas que, geralmente, se encontra estabilizada durante todo o ano. A conservação é feita em permanência – preventiva e curativa. As peças do Museu têm sido objecto de acções de restauro, mas que se afiguram insuficientes. Para efeitos de conservação foi consultado o Instituto José de Figueiredo que indicou os respectivos técnicos de restauro.

Os serviços de apoio do Gabinete do Ministro da República dispunham de um cadastro geral, do qual constavam as peças integradas no acervo do Palácio e em depósito. No âmbito do trabalho desenvolvido desde 1993, foi elaborado um inventário sumário generalizado, que se tem

¹³³ José Luis Álvarez, *Sociedad Estado y Patrimonio Cultural*, Madrid, Espasa-Calpe, 1992, p.314.

¹³⁴ José Miguel Gamarra, in *Museos, patrimonio y turismo cultural*, Trujillo-Perú, ICOM 2000, p. 25.

procurado alargar e complementar através da pesquisa em curso, com vista à concretização de um inventário, desenvolvido a médio prazo. Embora reconhecendo-se a conveniência da informatização das colecções e os benefícios daí resultantes, o equipamento, presentemente, disponível não possui as potencialidades compatíveis com a qualidade e rigor na actualidade. No entanto, o trabalho de base, em curso, tem essa meta em vista, que se espera poder, concretizar-se a médio prazo, quando vierem a ser ultrapassadas as dificuldades sentidas ao nível do equipamento informático.

Relativamente aos recursos humanos, todo o pessoal afecto à área do espaço musealizado, faz parte do Gabinete do Ministro da República e seus serviços de apoio, não estando nenhum elemento em exclusivo, afecto às funções decorrentes da actividade da área museológica, com excepção da responsável pelo Serviço Educativo, que, neste âmbito, presta colaboração ao Gabinete do Ministro da República, em tempo parcial. O quadro de pessoal consta de uma adjunta do Ministro da República para as áreas do Património, Cultura e Educação, licenciada em História e com formação na área do Património, Educação, História e Artes Decorativas. Tem ainda dois técnicos superiores, funcionando um deles a tempo parcial, um técnico e duas pessoas de pessoal auxiliar.

No espaço expositivo as salas apresentam um conjunto sugestivo, constituído por artes decorativas, portuguesas e europeias, provindas, quer do fundo antigo do próprio Palácio, quer por transferências de Palácios Nacionais dos séculos XVII, XVIII e XIX. Refira-se, por exemplo, a presença de uma série excepcional de mobiliário francês em estilo “Bouille”, provindo do Palácio Real da Ajuda, em Lisboa. Refira-se, ainda, a interessante galeria de retratos reais, como D. João V e D. José. Pode ainda destacar-se o retrato de D. João VI, pintado por Joaquim Leonardo da Rocha, que desenvolveu a sua actividade na Madeira.

Conforme introdução da proposta do ICOM para uma Carta de Princípios Sobre Museus e Turismo Cultural, o Museu deve favorecer a participação activa das comunidades e desempenhar o seu papel de fonte de educação e mediador cultural ao serviço de um número, cada vez maior de visitantes, pertencentes a qualquer nível da comunidade, localidade ou grupo social.

O Palácio que até Setembro de 1995, foi objecto de visitas esporádicas, tornou-se a partir daí permanentemente visitável. Em regra, existem visitas diárias nos dois períodos do dia – manhã e tarde.

As verbas a afectar à conservação e restauro da área museológica, desde 1992 são suportadas pelo orçamento anual do Gabinete do Ministro da República, bem como as actividades que nela se desenvolvem desde 1995, designadamente, o Serviço Educativo.

Sendo a área museológica parte integrante do Gabinete, encontra-se impossibilitada de cobrar receitas, pelo que as entradas são livres, revertendo as verbas resultantes da venda de publicações de divulgação do Palácio, a favor dos cofres do Estado.

Existe uma Associação de Amigos do Museu, informalmente constituída por crianças e jovens. A publicidade é feita através da imprensa escrita, rádio e televisão. Contando com o indispensável apoio da tutela no desenvolvimento dos projectos que se propõe desenvolver, o “Palácio de São Lourenço – Museu” pretende, dentro das condicionantes inerentes ao respectivo enquadramento institucional, incrementar as áreas de investigação e divulgação, salientando-se, do mesmo modo a prossecução das actividades previstas pelo Serviço Educativo, cujo funcionamento se pode caracterizar, presentemente, como muito satisfatório.

Apresentamos, a seguir, o quadro de visitantes, com início em 1995, porquanto só em Setembro deste ano, o Palácio passou a estar aberto ao público.

Quadro nº. 16: Estatística de Visitantes do Palácio de S. Lourenço

Ano	Visitantes
1995	128
1996	1188
1997	4356
1998	4328

2.21 - Museu Etnográfico da Madeira

Nos anos 90 o Governo Regional da Madeira instalou o Museu Etnográfico da Madeira num antigo solar, mais tarde transformado em unidade industrial: - o antigo engenho de aguardente, da Ribeira Brava.

O Museu encontra-se instalado num edifício de interesse histórico, sabendo-se que uma parte da sua construção já existia no século XVII, quando o Convento de Santa Clara do Funchal, foreiro de uma pequena casa que ali existia, a vendeu a Luís Gonçalves da Silva, capitão de ordenanças da Ribeira Brava. A antiga casa sofreu ao longo do século XVII e princípios do

século XVIII, grandes transformações. Em 1710, foi construída uma capela da evocação de São José, sendo, em meados do século XIX, transformada, após anos de abandono, em unidade industrial. No edifício, em 1862, foi criado um engenho de cana de açúcar com alambique para a destilação de aguardente. Foi pouco depois instalado um sistema de moagem de cana através de energia hidráulica, tendo ainda funcionado nesta unidade uma pequena fábrica de moagem de cereais. Em 1974 toda a estrutura foi vendida à então Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Nos anos 90, o Governo Regional continuando a sua política de desenvolvimento cultural, decidiu ali instalar o Museu. A escolha do imóvel prendeu-se, por um lado, com a sua localização (num concelho da zona rural), e numa perspectiva de descentralização de unidades culturais – já que a maioria dos museus se encontravam sediados na cidade do Funchal; por outro lado, com o objectivo de salvaguardar o imóvel, reutilizando para fins culturais um testemunho da arquitectura e património industrial da região.

O Museu Etnográfico da Madeira veio satisfazer uma necessidade, desde há muito sentida na Região: a existência de uma instituição museológica que salvaguardasse o património etnográfico madeirense: *“Os museus etnográficos e antropológicos têm o seu precedente nos gabinetes de curiosidades dos séculos XVI e XVII (nos quais entre muitos objectos reunidos se colecionavam “artigos de pouco valor” e “artefactos” de povos e civilizações primitivas) e sobretudo nos mais ilustrados do XVIII, cuja evolução leva na segunda metade do século XIX ao aparecimento rigoroso destas instituições. A conformação dos museus etnográficos marca uma série de diferenças entre os diversos países onde se situam. Nos países que protagonizaram nalgum sentido a colonização, os etnográficos são sobretudo museus da cultura de outros povos.(...) Desde então até agora os museus etnológicos ou etnográficos têm adquirido uma consolidação tanto conceptual como programática e funcional revelando na sua configuração diferenças provenientes da amplitude geográfico-cultural das suas colecções. São um tipo de museus que podem apresentar com certa flexibilidade as variantes dos museus nacionais, regionais, provinciais, autárquicos e locais – até de ar livre- sem diminuição da sua função sociocultural.*¹³⁵

Para César Pestana o museu etnográfico teria como colecções: trajes regionais, tecelagem, instrumentos de lavoura, movéis e utensílios, olaria madeirense, bordado madeirense, obras de

¹³⁵ Luis Alonso Fernandez, *Museologia, Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*, Madrid, Ediciones Istmo, 1993, p. 162.

verga, o vinho Madeira, embutidos e artefactos, música, casa rústica, palheiro de gado, moinho de água, alçaprema, numismática e filatelia, arqueologia e uma secção dedicada ao Porto Santo.

Em 1986 na «Revista Atlântico» num artigo intitulado “Achegas para a criação de um Museu Etnológico do Arquipélago da Madeira,” Silvano Porto da Cruz¹³⁶ tecia as seguintes considerações: *“Notável tem sido nos últimos anos a actividade de recuperação e valorização do artesanato artístico madeirense, sobretudo depois da Instituição Regional. Com uma tradição cujas raízes se encontram na 1ª. Metade do século XV, a nossa ilha dispõe duma riqueza artesanal digna de registo, mas cuja sobrevivência e transmissão se não encontrarão garantidas sem a criação de um museu.”* *“Em 1976 criou-se o Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira (IBTAM). Foi sem dúvida um grande passo e louvável sob todos os aspectos, para o fim em vista neste artigo. Todavia a cultura popular não se limita ao artesanato artístico. Na Região Autónoma da Madeira, pela sua rica especificidade cultural, justifica-se a existência dum Museu Etnológico ou Museu da Cultura Madeirense. Esse Museu poderia ser constituído, por um tríptico, a saber: uma secção dedicada ao artesanato, outra ao modo de vida da nossa gente e uma terceira a biblioteca.(....).Ela constituiria também uma homenagem aos artesãos madeirenses, artistas anónimos que tanto têm contribuído para o conhecimento da Madeira no mundo e, não menos, para a sua economia.”*¹³⁷

Durante alguns anos diferentes pessoas trabalharam em projectos, com vista à criação dessa instituição, mas que não tiveram seguimento. Recuando um pouco no tempo tentando ir à origem do museu, sabemos que em época passada teve lugar uma exposição no Campo Almirante Reis, organizada por Freitas Branco, cujo tema era a Etnografia Madeirense, a qual foi precedida de um trabalho de investigação e de recolha de acervo. Uma parte desta recolha deu origem a acervo do Museu Etnográfico, outra parte esteve ao abandono e, ainda uma terceira, saiu da ilha para o estrangeiro.

O Museu Etnográfico da Madeira foi inaugurado em 15 de Junho de 1996.

O projecto museológico final contemplava várias salas de exposição permanente, subordinadas a diferentes temáticas já definidas, para realizar o projecto museográfico, foi nomeada uma comissão, da qual fez parte a actual directora e que ficou responsável por duas

¹³⁶ Silvano Porto da Cruz, segundo informação que obtivemos, oralmente, seria Silvano de Freitas Branco, filho do Visconde do Porto da Cruz.

¹³⁷ Silvano Porto da Cruz, *Achegas para a Criação de um Museu Etnológico do Arquipélago da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1986, pp. 265-266.

salas (onde antigamente laboravam dois moinhos de cereais). A equipa de trabalho era formada por arquitectos, historiadores, antropólogos, técnicos de museografia para além da directora da Biblioteca de Culturas Estrangeiras e da directora regional dos Assuntos Culturais. Este projecto culmina com a reabilitação e transformação do imóvel em Museu Etnográfico.

O acervo do Museu é constituído por colecções de objectos etnográficos que abrangem aspectos sociais, económicos e culturais do arquipélago da Madeira, permitindo o desenvolvimento de actividades destinadas a divulgar os vários aspectos com eles relacionados totalizando 2 300 unidades. Parte das aludidas colecções já existiam na Direcção Regional dos Assuntos Culturais, fruto de investigações e recolhas efectuadas durante alguns anos. Outras foram adquiridas durante a investigação que antecedeu o projecto museográfico. Finalmente, uma outra parte, tem sido incorporada ao longo destes últimos anos, já após a inauguração, resultante de investigações e recolhas efectuadas pela equipa do museu, numa tentativa de enriquecimento das colecções. As peças incorporadas desde a data de inauguração, quando o seu estado de conservação assim o exige, são restauradas por um artífice da instituição ou por técnicos que prestam serviço à mesma.

As colecções do Museu, registam testemunhos da cultura e quotidiano madeirense, das ilhas da Madeira e Porto Santo, sendo o modelo de exposição ligado a alguns ciclos fundamentais da economia e história das Ilhas, apresentando os temas da pesca, tecelagem, transportes, unidades domésticas, moinhos de água, tratamento de cereais e vitivinicultura. Parte do acervo encontra-se nas salas de exposição permanente e o restante na área de reservas, sendo apresentado ao público, rotativamente, no espaço da sala de exposições temporárias.

O Museu conserva o espólio etnográfico madeirense, recupera-o, estuda-o e divulga-o através de múltiplos meios, tais como exposições, publicações, realização de concertos, produção de material didáctico, feiras de artesanato e acções educativas e de animação cultural, em colaboração com as escolas da Região organizadas pelo Serviço Educativo.

A investigação permanente do museu prende-se com a temática da sua vocação, a cultura tradicional madeirense, tendo em vista o seu passado, bem como o seu desenvolvimento no presente, colocando-a ao serviço da comunidade por meio da animação pedagógica e cultural.

O quadro de pessoal do Museu tem um total de 14 pessoas sendo que 7 são guardas, 1 é auxiliar de limpeza, 2 são artífices, 1 monitor de museografia, técnicos superiores são 2 e 1 directora. A formação da directora bem como um dos técnicos superiores é em antropologia

tendo o outro técnico superior formação em Línguas e Literaturas Modernas. A directora encontra-se actualmente a frequentar o mestrado de Museologia e Património.

Nota-se neste Museu que a sua criação não obedeceu a um programa museológico, surgindo com um percurso complicado e com poucas salas necessárias às diferentes exposições. Na época, e fruto de uma certa urgência na abertura do Museu, o mesmo foi entregue a vários autores, criando cada um deles uma sala, o que faz com que não haja um fio condutor, o que se reflecte no trabalho arquitectónico que foi da responsabilidade do arquitecto João Francisco Caires. O que transparece é que o projecto não estava pensado de uma forma total, quando foi encomendado, o que teve reflexos no resultado final. O Museu afigura-se-nos mais como um Museu do Trabalho, por não estar presente a vertente dos usos e costumes que caracterizam os Museus Etnográficos, as próprias exposições não têm ligação com etnografia. De qualquer modo, poderia tentar ultrapassar-se esta situação criando-se um programa objectivo referente aos costumes madeirenses, da sua mentalidade, do seu modo de vida, da sua cultura, pondo-se a tónica no folclore e nas tradições populares, incluindo superstições, lendas, canções, adágios, jogos, festas, medicina, etc., uma vez que *“O êxito de um programa museográfico depende tanto das orientações teóricas, dos objectivos que lhe estão destinados à partida, como da forma em que são finalmente postos em prática e evoluem ao longo dos anos. (...) A partir do conceito de projecto, figura retórica em moda, elaboraremos o de «projecto cultural aplicado aos museus» para fazer dele uma ferramenta eficaz da sua transformação como recomenda aliás a Direcção dos Museus de França. «Todos os museus são incitados a dotar-se rapidamente», nota Florence Audier. «Grande ou modesto, nacional ou local, público ou privado o museu deve hoje em dia interrogar-se sobre a sua vocação, a evolução das suas colecções e do seu público, o seu papel dentro da cidade ou da região, o seu lugar no cenário nacional e internacional; breve, preconiza Jacques Sallois, definir o seu projecto cultural»; e segundo Helène Lassalle «a colecção por ela própria não se justifica mais, como o museu não se justifica mais por ele próprio, ele deve ser fundado com base num projecto.» Isso é tanto mais verdade para os museus de sociedade, cujas colecções não têm valor senão simbólico e verdadeiramente de interesse, a não ser por se inscreverem num projecto museográfico, que mesmo se estiver implícito, faz sentido.»¹³⁸*

A componente educativa assume um papel fundamental no Museu ocorrendo durante o ano lectivo várias actividades. No ano lectivo de 1997/98, estiveram duas professoras (destacadas)

¹³⁸ Paul Rasse, *Techniques et Cultures au Musée*, Lion, Presses Universitaires de Lion – PUL, 1997, pp. 158-159.

da área de artes plásticas, ao serviço do Museu e, no ano seguinte, estagiou um licenciado que se encontra, nesta data, ao serviço do Museu como técnico superior.

Nos espaços de exposição temporária organizam-se com frequência eventos, assim como serviços de apoio educativo. Existe também uma loja onde podem ser adquiridas peças do artesanato regional, que constituem fonte de receita, para além de edições da instituição e outras publicações de carácter cultural.

O Museu denota preocupação com o desenvolvimento de actividades que envolvam a sua comunidade, bem como ao nível do serviço educativo. Como memória das actividades realizadas, existe uma grande variedade de vídeos e colecções de postais ilustrados. Nota-se, no entanto, a ausência de um roteiro bem como de um catálogo.

Apresentamos, a seguir, o quadro de visitantes do Museu, desde a data da sua inauguração sendo interessante verificar o ano de 1996 mostra um número de visitantes, em seis meses, superior ao actual (2001) em 12 meses. É evidente ter a abertura do Museu suscitado grande interesse na população da região que o visitou muito no seu primeiro ano e meio de existência.

Quadro nº. 17: Estatística de Visitantes do Museu Etnográfico

Ano	Visitantes
1996	8 616
1997	12 987
1998	8 042
1999	7 695
2000	6 302
2001	4 382 (de Janeiro a Junho)

2.22 - Núcleo Museológico do IBTAM (Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira)

O edifício onde está instalado o Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira, foi construído com a finalidade de se tornar na nova sede do Grémio dos Industriais de Bordado da Madeira. Foi oficialmente inaugurado a 6 de Outubro de 1958, com projecto da autoria do arquitecto Manuel Fabricio Rodrigues. O 2º. andar do edifício é ocupado pelo Núcleo

Museológico, reformulado em 1996, onde foi montada a exposição com duas salas dedicadas ao Bordado Madeira e outra aos Embutidos e à Tapeçaria, tendo em vista a necessidade de construir um ambiente de exposição de algumas das mais importantes artesanias regionais e a sua evolução temporal.

Dois anos mais tarde, foi reequacionada a orientação da exposição, tendo-se optado exclusivamente, pela exposição do Bordado da Madeira, nas suas áreas de aplicação preferenciais e uma sala técnica. O projecto de reestruturação foi da autoria do Dr. Francisco Clode de Sousa, à época director do Museu de Arte Contemporânea, licenciado em História de Arte e com larga experiência nesta área. O Núcleo Museológico tem como fundamento a investigação sobre a temática, incorpora peças, principalmente, sob a forma de doações, mas também por aquisição. Inventaria a colecção em fichas de inventário e subsequente marcação das peças.

Conserva a colecção sem grandes suportes técnicos, mas a ela adequados. Neste sentido está a providenciar-se a instalação de um sistema de circulação de ar, e uma abordagem mais actual ao sistema de exposição, salvaguardando as peças que se encontram fora das vitrines. Interpreta o quotidiano das peças inserindo-as no ambiente de produção. Expõe de forma a proporcionar um contexto histórico (século XIX).

Para bem se compreender os antecedentes do Museu referimos um texto redigido pela pessoa responsável pelas exposições que antecederam e deram origem ao Museu.

“Em Maio-Junho de 1986, quando da Exposição “Formas de Vestir do séc. XVIII – XIX no Museu da Quinta das Cruzes, em colaboração com o Museu Nacional do Traje, foi incluída uma amostra significativa e inédita do Bordado-Madeira que abrangia a segunda metade do século XIX. (...)A recolha atingiu centenas de peças(...) optámos pelo bordado que não ultrapassasse os anos 30. A primeira exposição apresentou peças de 1850 a 1900, no Museu da Quinta das Cruzes, ao lado das sumptuosas vestes que pertencem ao Museu do Traje. A segunda exposição foi inaugurada a 1 de Julho, no Instituto do Bordado e Tapeçaria da Madeira

(IBTAM), quando da inauguração nos jardins daquele Instituto, da estátua à Bordadeira, por sua Excelência o Presidente da República, no dia da Região. Resolveu-se integrar nesta exposição grande parte das peças que tinham figurado na Quinta das Cruzes, no espaço reservado ao séc. XIX e depois, outras salas apresentaram o material dos anos 1900-1930. Através da obra “Época Administrativa da Madeira e Porto Santo” temos conhecimento que o governador do Funchal, Conselheiro José Silvestre Ribeiro, em 23 de Novembro de 1849, faz um

*convite aos “Manufactores artistas e artífices da Madeira a apresentarem artefactos na primeira exposição que se ia realizar na Madeira. Esta exposição fez-se nas três principais salas do Palácio do Governo e foi inaugurada a 1 de Abril” “Os objectos expostos ao exame público chegarão a 494...”. A Exposição de Indústrias Madeirenses foi a Londres a convite da Rainha Vitória e realizou-se no “edifício denominado Hyde Park”.*¹³⁹

A colecção foi agrupada por iniciativa da Dra. Luiza Clode quando comissária de exposições temporárias de Bordado da Madeira no Museu do Traje, em Lisboa, e no Museu Quinta das Cruzes. O conjunto de peças foi conseguido através de empréstimo, numa acção desenvolvida junto da população. Dessa recolha e após devolução de grande parte das peças restou a colecção agora pertencente ao IBTAM.

Relativamente aos critérios de incorporação das peças do Museu, foram seleccionadas peças do século XIX e princípios do século XX. As peças foram sujeitas a investigação, com os critérios de datação possíveis e dados relativos à sua proveniência e execução técnica.

Nos últimos anos procedeu-se à aquisição de peças mediante aquisição, política a que se vai dar continuidade sujeita, no entanto, ao orçamento atribuído para o efeito. Algumas peças foram restauradas e continuam a sê-lo, dada a sua natureza, usando para isso os métodos tradicionais das bordadeiras da ilha. Das colecções destaque-se um conjunto de peças de embutidos de madeira, produzidos na primeira metade do século XX, que procuravam reavivar as memórias de uma tradição insular, engrandecida ao longo do século XIX. Para além desta colecção, o Museu possui outras, como a de vimes e tapeçarias.

Existe uma necessidade de evolução ao nível de enriquecimento das colecções, demasiado reduzidas. Esta situação deverá passar por uma sensibilização à população local que poderá legar peças que, ao momento, já serão únicas.

O Núcleo Museológico apenas tem existência legal na lei orgânica do Instituto. O pessoal afecto ao Núcleo pertence aos quadros do Instituto e não existe a figura legal de director. É tutelado pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos. A responsável pelo Núcleo é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas e possui curso de formação em Museologia. Como professora destacada já executara trabalho no Serviço Educativo de outro museu. Uma das suas funções é fazer o guiamento a grupos escolares e, muito particularmente, em língua inglesa a grupos estrangeiros que são os principais visitantes.

¹³⁹ Luiza Clode, *Bordado Madeira – A propósito de duas exposições*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1986, pp. 254-257.

A exposição permanente é composta por peças de Bordado da Madeira, desde os anos 60 do século XIX até cerca de 1930, postos em integração com objectos decorativos, mobiliário e traje da mesma época. Encontra-se ainda em presença todo o historial do processo de execução do bordado. O Núcleo Museológico organizou uma exposição de longa duração em que privilegia, o núcleo central das suas colecções, a do Bordado Madeira, com peças desde o início da segunda metade do século XIX, até aos anos 50-60 (século XX), assim como apontamentos do bordado contemporâneo. Esta colecção foi apresentada com uma tentativa de reconstituição de ambientes de época, ou de acompanhamento funcional das peças bordadas. Num primeiro espaço desenvolve-se o tema da Sala de Visitas e da Casa de Jantar, onde a presença do mobiliário inglês, dos séculos XVIII e XIX, cria uma relação temporal fundamental ao entendimento do uso das peças bordadas. Em ambas as áreas foram ainda colocados manequins com alguns trajes de época (meados do século XIX) onde se introduziram, por vezes, aplicações de bordado Madeira. A relação com as outras artesanias regionais é sentida, por exemplo, na aplicação de tapeçaria da Madeira nos assentos das cadeiras da Casa de Jantar. A toalha de mesa, de rico lavor, é a que esteve presente num banquete oferecido à rainha Isabel II, aquando da sua visita a Portugal, em 1953. Uma segunda sala evoca um Quarto de Dormir madeirense com a sua cama de dossel, onde o bordado Madeira está bem presente, em atavios típicos desta área da casa, toalhas de mão, aplicado em lençóis e almofadas, em roupa interior ou de quarto, etc.. Uma terceira sala apresenta uma exposição de sentido técnico, com uma simples, mas sentida homenagem, às bordadeiras, essenciais, mas muitas vezes esquecidas. Nesta área recordam-se técnicas e processos de criação do bordado, da sua organização ao longo de mais de um século.

O Bordado Madeira nascera em meados do século XIX, sob a influência directa do Bordado Inglês, com que se confunde, muitas vezes, mas também sofre influência do Richelieu, Renascença, Veneziano, e de Rendas, divulgadas por toda a Europa no século XIX e, particularmente aplicadas ao traje, como a de Guipure. No início da produção do Bordado Madeira era utilizado algodão de cassa, cambraia ou linho, sendo aplicada a linha branca e mais raramente, o azul e o vermelho. Só no século XX, se introduziu a linha castanha, aplicando-se também o linho cru. O início do século traz também a aplicação das sedas, do crepe, tule e organdi.

O Núcleo Museológico apresenta, no fim do seu percurso expositivo, alguns bordados aplicados pela artista madeirense Lourdes Castro, provando a possibilidade da conversão contemporânea de uma artesanias de tão longas tradições.

Existe ainda a necessidade de criação de um espaço para exposições temporárias.

A sua divulgação é feita através dos jornais locais e pela Secretaria Regional de Turismo.

O Núcleo Museológico tendo como foi dito, autonomia atribuída pelo Director do Instituto, poderia apresentar-se diferente, mais activo, com um maior dinamismo o que se reflecte no diminuto número de visitantes do Museu. Deveria haver preocupação de levar o visitante a apreciar as peças ornamentadas e que deram corpo ao luxo da sociedade ao longo do tempo. Também poderia ser feita uma abordagem do bordado numa feição económica e social.

A temática do Museu é, facilmente, apreciável por um público adulto e jovem, devendo a instituição dotar-se de meios para o cativar, uma vez que *“A função educativa exprime-se na sala de exposição através dos “exhibits” e por todas as intervenções do museu que favoreçam, no campo, o conhecimento, a apreciação dos objectos, o exame do seu significado para a época em que foram produzidos e para a nossa. Fora deste lugar esta função traduz-se pelas actividades e programas do serviço educativo.”*¹⁴⁰

A sugestão¹⁴¹ que fizemos em relação à colaboração da Secretaria Regional do Turismo e Cultura para com o Museu do Vinho, fazemo-la também, obviamente, para com a Secretaria Regional dos Recursos Humanos, no sentido dos técnicos da DRAC poderem contribuir com a sua experiência levando a uma dinamização do espaço. Este é um dos museus que poderia tirar partido de vendas na sua loja com uma maior diversidade de produtos desde que conseguisse atrair um número muito maior de visitantes.

E porque não ter nalguns dias da semana algumas bordadeiras a trabalhar no local e com essa arte ao vivo e através de uma boa divulgação conseguir atrair mais público?

O número de visitantes em 2000 foi de 3 910. Existe um desdobrável do Museu com boa qualidade não existindo, contudo, catálogo.

¹⁴⁰ Collette Dufresne-Tassé, *Psychologie du Visiteur de Musée*, Québec, Editions Hurtubise, 1996, pp. 158-160.

¹⁴¹ Esta sugestão perde sentido na medida em que na fase final deste estudo tivemos conhecimento de que a pessoa responsável pelo Núcleo Museológico do IBTAM está a fazer uma especialização em Museologia o que nos parece ser a melhor opção para o funcionamento daquela unidade museológica.

2.23 - Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar

O Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” é tutelado pela autarquia - Câmara Municipal do Funchal e abriu ao público em 1997. A ideia da criação de um Museu da Cidade como estrutura polinucleado, reconhecível numa rede de unidades museais, tem no Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar, o primeiro passo. Pretende-se organizar, na própria cidade, unidades-referência para a sua leitura. Este espaço não apresenta os processos de fabrico do Açúcar, mas as suas grandes consequências de contactos culturais e artísticas. Uma pequena vila de artesãos ultrapassará as margens de uma ribeira, instalando a partir de meados do século XV, o embrião de uma cidade, fundada em 21/8/1521. Esta área de expansão territorial está ligada à produção e ao comércio do Açúcar, exportado para portos do norte da Europa, com primazia para Bruges e depois Antuérpia, mas também para o Mediterrâneo até Constantinopla.

O Núcleo Museológico organiza-se a partir de duas áreas fundamentais a Escavação Arqueológica/Casa de João Esmeraldo e “A Cidade do Açúcar”.

O Núcleo Museológico encontra-se instalado na área da antiga casa de João Esmeraldo. Trata-se do mercador flamengo Jeanin Esmerault ou Esmenaut, funcionário da empresa Despars, com sede em Bruges, que, em negócios, realizou várias viagens à Ilha da Madeira até que aqui se instalou, definitivamente. Vai tornar-se independente, sendo possuidor de explorações de cana de açúcar. Adquiriu a Rui Gonçalves da Câmara a propriedade da Lombada da Ponta do Sol, onde ainda hoje pode ser encontrado, apesar de alterado, o Solar dos Esmeraldos. Uma longa tradição ligou a casa do mercador flamengo João Esmeraldo ao descobridor da América, Cristóvão Colombo. Este, parece ter permanecido na Ilha da Madeira, três vezes. As duas primeiras, devem ter sido feitas na qualidade de mercador negociante de açúcar, tendo a inicial das viagens sido realizada por volta de 1478-79. Em 1490 Colombo casou com Filipa de Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, primeiro capitão donatário da Ilha do Porto Santo. A sua segunda viagem à Madeira pode situar-se entre 1480-82, sendo possível que tivesse travado conhecimento com João Esmeraldo. Em 1492, julgando ter aportado na Índia, já ao serviço dos Reis Católicos, chega às Américas (Antilhas). Em 1498 é elevado à categoria de Almirante e Vice-Rei das Índias, e a caminho da sua terceira viagem às Antilhas, passa pela Madeira, em direcção a Gomera (Canárias), ficando durante seis dias hospedado em casa de João Esmeraldo. Esta casa deve ter sido construída por volta do ano de 1495, pelo pedreiro Gomes Garcia. A sua estrutura arquitectónica revelava uma característica assimetria de vãos. Além de arcaria de ogivas, destaque especial deve ter uma extraordinária janela geminada de cantaria lavrada, com inspirada

decoração do gótico final português, arte manuelina. Esta janela, após a demolição da casa, em 1876, foi montada em situação romântica, numa quinta dos arredores do Funchal. A Janela apresenta uma legenda, incisa numa cartela do capitel do colunelo central, com a inscrição: “JHS 1494 Maria(?)”. No espaço ocupado pela antiga casa de João Esmeraldo, foi aberta uma travessa, sob a designação de Cristóvão Colombo. Em parte do espaço da antiga casa foi feita a construção do novo edifício do Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar.

Nas escavações arqueológicas ocorridas em 1989, foi encontrado um espólio representante da vila da ilha da Madeira desde o século XV até meados do século XVIII. Foram recuperadas grandes quantidades de fragmentos de cerâmica portuguesa do século XV/XVI e XVII, os ditos “Aranhões”, assim como anforetas, cachimbos, bilhas, escudelas, selos de chumbo, moedas e outros, que foram exumados de um poço ainda existente. Foi possível localizar nesta área, celeiros enterrados, do tipo silo, com materiais do século XV/XVI e XVII, altura em que esses silos foram abandonados. Encontrados foram ainda alguns tipos de pavimentos, assim como foi localizada uma necrópole, provavelmente anterior à construção da própria casa de João Esmeraldo em finais do século XV. A zona escavada, tinha a norte a Rua Cristóvão Colombo, a sul a Rua da Alfândega, a nascente a Rua do Esmeraldo e, a poente, a Rua do Sabão, medindo cerca de 750 m².

Uma parte significativa do espólio encontrado, pode hoje ser visto em exposição no Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar. O número total de peças do Museu é de 24.

O quadro de pessoal do Museu resume-se a duas vigilantes e um técnico superior com Licenciatura em História e pós-graduação em Museologia e Educação. Este técnico superior é o responsável pelo serviço educativo, mas, para além disso, acumula tarefas de carácter administrativo e burocrático relacionadas com a dinâmica e manutenção do Museu e ainda outras que deveriam ser desempenhadas por um conservador e por um director do Museu, o que em seu entender, *“significa termos de retirar algum tempo ao trabalho a desenvolver no âmbito do Serviço Educativo: tal significa um acréscimo de responsabilidades e de aborrecimentos que nos impedem, frequentemente de nos encontrarmos com o espírito ideal para o despontar da criatividade, pilar fundamental para o sucesso das nossas actividades.”*

Para se fazer face ao problema de falta de pessoal houve que inventar soluções. A preparação dos eventos comemorativos do Dia Internacional dos Museus revelou-se verdadeiramente desgastante, retirando muito tempo e disponibilidade para outras iniciativas. Recorreu-se então a duas alunas do Curso de Animação Cultural da Escola do Galeão que às

quintas e sextas-feiras, nos meses de Maio e Junho, estagiaram no Museu. Em paralelo a esta solução, colaboraram também com o museu, alguns alunos do Instituto Superior de Belas Artes que, em anos anteriores – e enquanto alunos do Agrupamento de Artes do Ensino Secundário – participaram em concursos promovidos pelo Museu, mantendo, depois, uma ligação afectiva que os levou a manterem sempre o contacto com o mesmo.

Ainda quanto ao técnico superior, sendo o único elemento do Serviço Educativo e o único técnico superior do Museu – torna-se impeditivo ausências do local de trabalho o que obsta a investigação em bibliotecas e arquivos e também acções de formação que são sempre importantes para o desempenho do cargo como foi o caso de dois Encontros realizados no Continente “Museologia e Educação” e “Museologia e Autarquias”. Para poder responder à diversidade de tarefas exigidas no âmbito dos Serviços Educativos, torna-se imprescindível o domínio de alguns conhecimentos e o gosto pela expressão plástica e dramática, áreas em que a técnica se iniciou ao frequentar acções de formação e que tiveram já reflexo na documentação apresentada nos relatórios de actividades desenvolvidas em anos anteriores.

A “Cidade do Açúcar” é a área de exposição consagrada às consequências históricas e artísticas do ciclo açucareiro. Para além de resenhas documentais, sobre processos de manufactura, enquadramentos geográficos, a presença de formas e um pão de açúcar. Destaque-se ainda uma campainha e tinteiro de prata portuguesa das colecções da Câmara Municipal do Funchal com as armas da cidade, onde é possível reconhecer formas de açúcar. Para além de alguns apontamentos dedicados à importação de obras de arte flamenga, desde finais do século XV até meados do século XVI, de centros de fabrico como Antuérpia e Malines, ainda o reconhecimento de outros pontos importantes de contacto como a península itálica, como Nossa Senhora, em cerâmica esmaltada, proveniente da antiga Misericórdia do Funchal, das colecções da Quinta das Cruzes-Museu. Particularmente notável, é o conjunto de Pesos e Medidas manuelinas em bronze datadas de 1499.¹⁴² A exposição termina com o despontar ao longo do século XVII, com outras áreas de definição estratégica do comércio português e da presença de uma arte de retorno cultural, com as produções indo-portuguesas.

O Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” propõe ainda um percurso de reconhecimento na cidade do Funchal do ciclo açucareiro com a indicação comentada de vários pontos de interesse histórico. Está ainda equipado com programas de apoio educativo.

¹⁴² Roteiro do Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, Funchal.

A diversidade de actividades e de acções promovidas pelo Núcleo Museológico tem provado que o factor idade não é impeditivo de visitas e aprendizagens a realizar no Museu ou na própria Cidade do Açúcar, o que leva a uma crescente solicitação, por parte de professores e encarregados de educação, de visitas e actividades orientadas para variadas faixas etárias. Por parte do Serviço Educativo, existe sempre a preocupação da adequação das visitas, ao tipo de público que as solicita. Saliente-se também a crescente procura por parte de alunos e professores a informações bibliográficas e a documentação disponibilizadas pelo Museu, assim como a propostas de temas e trabalhos a desenvolver no âmbito, ou não, da área-escola, o que se entende como um reconhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido, pois como é, actualmente reconhecido “(...) o museu e a escola podem harmonizar os seus recursos, humanos e materiais levando assim a duplicar a sua importância e a sua influência no seio da comunidade. Certamente a associação entre a escola e o museu poderá emprestar diferentes vias conjugando os seus esforços. Nesta perspectiva o museu deixa de ser para a escola um lugar de lazer visitado de tempo a tempo para divertir os alunos; a escola deixa de ser para o museu um cliente, interessando somente para fins estatísticos. Nenhuma destas instituições deve estar ao serviço da outra. Devem estar ambas ao serviço dos alunos. Com efeito estas duas instituições culturais deverão unir-se na procura dum mesmo objectivo sem negar as suas próprias funções e as suas finalidades.”¹⁴³

A forma como a técnica superior do Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” fala do seu trabalho no Serviço Educativo do Museu percebe-se, numa primeira abordagem, que o vive de uma forma apaixonada. Possivelmente, uma situação de causa-efeito uma vez que, conforme nos foi explicado, o curso (Pós-graduação em Museologia e Educação) a sensibilizou e motivou, inteiramente, para esta vertente, começando a desenvolver soluções que até àquela altura não teria imaginado. Aquela técnica procedeu, então, à elaboração de um texto de conclusão que pela sua força e componente crítica passamos a transcrever: “*Conclusão: Julgamos que o trabalho que temos desenvolvido tem contribuído para confirmar que os Museus podem, de facto, ser protagonistas nas questões de educação e, em especial, na sensibilização para a importância do património, na conservação/inação de identidades.(...) Nesta área consideramos que os Museus têm um importante contributo a dar, tanto mais eficaz, quanto maior a colaboração com escolas e outras instituições Esperamos sinceramente que o trabalho que temos vindo a*

¹⁴³ Michel Allard, *Le Musée et L'École*, Québec, Editions Hurtubise, 1991, pp. 115 – 122.

desenvolver no Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” contribua de alguma forma para a Educação, entendida como a formação para a Cidadania e para o Saber Ser.”

É notória a importância assumida pela técnica do Núcleo Museológico relativamente ao Serviço Educativo, quer através das actividades desenvolvidas, documentação realizada (fichas, guias para os professores) - quer ainda pelo entusiasmo bem patente, tanto na conversa, como na visita que efectuámos. Arriscaremos até a dizer que será o serviço educativo que melhor funciona na Ilha. A esta realidade não é alheia a formação específica da responsável pelo Núcleo – Pós graduação em Museologia e Educação, encontrando a cada momento soluções optimizadas, apesar das pequenas verbas que dispõe para as actividades.

O espaço, ainda que pequeno, mostra-se com uma boa apresentação e disposição dos objectos. No Museu existem dois roteiros com muito interesse, dispondo de informação que permite ao visitante ficar esclarecido sobre os antecedentes do local onde está instalado o Museu – Casa de João Esmeraldo- as escavações, bem como os objectos nelas encontrados e também a conjuntura madeirense nos séculos XV e XVI. Um outro roteiro é dedicado à Cidade do Açúcar, fazendo a explicação de ruas com história, Edifícios, Monumentos e Museus que são fruto do próspero ciclo do açúcar na Madeira.

O número de visitantes não é muito elevado. No entanto, verifica-se um crescimento bastante acentuado, de ano para ano, como revela o seguinte quadro:

Quadro nº. 18: Estatística de Visitantes do Núcleo Museológico do Açúcar

Ano	Visitantes
1997	1 718
1998	3 213
2000	4 167

Os visitantes são, basicamente, estrangeiros e estudantes, havendo uma percentagem equilibrada de ambos os grupos em Fevereiro, Março, Julho, Novembro e Dezembro. Nos meses de Janeiro, Maio, Junho, Agosto e Setembro o número de estudantes é muito superior ao de visitantes estrangeiros, verificando-se a situação inversa nos meses de Abril e Outubro. Estando o Museu tão bem situado, não se compreende como o número de visitantes não é mais elevado.

A ideia desta estrutura polinucleada parece-nos interessante na medida em que descentraliza os locais de aquisição de conhecimentos culturais não se restringindo apenas a uma unidade. Desta forma, os visitantes mais interessados e que disponham, de tempo para uma visita mais alargada abarcarão uma diversidade de elementos que vão desde a arquitectura à arqueologia, levando a uma melhor percepção e sensibilização do Funchal como antiga “Cidade do Açúcar”.

2.24 - Museu de Electricidade – Casa da Luz

O Museu de Electricidade abriu ao público em 24 de Novembro de 1997. É um Museu de Empresa – Empresa de Electricidade da Madeira, criada em 1974 como empresa pública, responsável pela produção, transporte e distribuição de energia eléctrica no arquipélago da Madeira. Logo, o seu Museu insere-se na tipologia dos Museus de Ciência e da Técnica, tendo como missão dar a conhecer a temática concernente à responsabilidade da E.E.M. O Museu, com uma área de cerca de 2000 m², está instalado no espaço da antiga Central Térmica do Funchal, pioneira da iluminação da cidade através da luz eléctrica. A sua inauguração ocorreu em 1897 encontrando-se desactivada desde 1989, pelo que o Conselho de Administração entendeu que não deveria alienar um património, à época já considerado histórico, e decidiu ligá-lo à temática da própria Empresa para nele mostrar um acervo preservado ao longo do tempo e criar um espaço que reflectisse a história do sector eléctrico da Madeira.¹⁴⁴

A sensibilidade que caracterizava o Presidente da Empresa, à época, – Dr. Rui Relvas¹⁴⁵ - pela arte e bens culturais foi, sem dúvida, uma das principais causas da preservação do património móvel e imóvel da Empresa. Em pouco tempo, o entusiasmo pelo projecto se estendeu e foi participado por todo o Conselho de Administração. A designação do Museu de

¹⁴⁴ *Catálogo do Museu de Electricidade “Casa da Luz”*, Lisboa, Edição da Empresa de Electricidade da Madeira, 1997, pp. 2-3.

¹⁴⁵ Ver também a sua participação no Museu da Baleia

Electricidade - “Casa da Luz” deriva da forma como a central era conhecida pela população. em geral, sendo ainda hoje associado à própria E.E.M.. O entendimento deste Museu passa pelo conhecimento da história da instalação da electricidade no Funchal.

A Central Térmica do Funchal foi construída pela “The Madeira Electric Lighting Company Limited” (1ª. MELC), concessionária para a instalação de electricidade na ilha, por transferência de direitos do engenheiro português Eduardo Augusto Kopke, a quem a Câmara Municipal do Funchal havia outorgado, em 22 de Maio de 1895, a concessão para a iluminação do Funchal por meio de electricidade, e a 19 de Junho de 1897 acendem-se as primeiras luzes na pequena Central Eléctrica do Funchal. No início do seu funcionamento a central dispunha apenas de um grupo gerador a vapor, obtido pela queima de carvão de pedra, cuja potência seria de 35CV.

Aquela firma inglesa (1ª. MELC) vem a ser substituída por uma outra designada “The Madeira Electric Company (1909) Limited (2ª. MELC), que assume a actividade da antecessora. Ao longo do tempo, a central foi tendo sucessivas ampliações quase até à sua desactivação. Em Maio de 1949 a Câmara Municipal do Funchal assume, por resgate com a 2ª. MELC, o fornecimento de energia eléctrica, criando, para o efeito, os Serviços Municipalizados de, Electricidade.

Em 14 de Abril de 1952, é publicado o Decreto-Lei nº. 38 722 atribuindo à Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, – CAAHM – Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, a tarefa da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica a toda a ilha, num alargamento das funções que lhe estavam cometidas até àquela data. Por Decreto-Lei nº. 12/74, de 17 de Janeiro, a CAAHM é transformada em empresa pública, sob a denominação de EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, EP, e em 24 de Fevereiro através do Decreto-Lei nº. 31/79 procede-se à sua regionalização¹⁴⁶ transferindo para o Governo Regional a sua tutela.

A partir do conhecimento da realidade histórica e social da empresa, passou-se à elaboração do projecto museológico.

O facto de termos participado, na qualidade de museóloga, na equipa que elaborou o projecto museológico permite-nos descrever, com maior facilidade, este Museu, que

¹⁴⁶ *Catálogo do Museu de Electricidade “Casa da Luz”*, Edição da Empresa de Electricidade da Madeira, 1997, pp.16-24.

acompanhámos desde o momento em que ainda não passava de intenção. A fase seguinte foi a de elaboração do Programa Museológico em diálogo com todos os intervenientes no projecto: administradores, funcionários, museóloga e projectista. O arquitecto responsável foi o mesmo que, no ano anterior, tivera a seu cargo o projecto do Museu Etnográfico da Ribeira Brava – o Arqº. João Francisco Caires - que, devido à sua sensibilidade especial para esta vertente, não querendo evidenciar protagonismo arquitectónico, integrou uma equipa que permitiu conciliar e otimizar soluções arquitectónicas e museológicas, com primazia para esta última.

No processo de demolição de parte do edifício e nas “futuras” obras de reconstrução tentou manter-se a maior parte dos antigos elementos, tanto estruturalmente como o próprio equipamento que lhe restava, pelo que procedemos à protecção dos objectos implantados (grupo 11, parte do seu pavimento e sala de quadros) para serem afectados, no mínimo, durante aquele período de tempo.

O edifício é constituído por dois pisos. O rés-do-chão possui um espaço central e duas naves laterais, enquanto que o piso superior dispõe apenas das duas naves laterais, com o espaço central vazado. Neste espaço central do rés-do-chão, que é encimado por uma clarabóia, recriou-se um espaço público pavimentado com calçada¹⁴⁷ usada na cidade do Funchal, onde a museografia teve por base mobiliário urbano tradicional – colunas e candeeiros de iluminação pública das diferentes épocas – azeite, petróleo e electricidade - bancos de jardim e plantas. Aqui ficou integrada a 1ª. Exposição - “Luzes do Funchal”.

Após uma apreciação do acervo, que, devido à sua dimensão e quantidade, se encontrava disperso pelas várias instalações da Empresa de Electricidade da Madeira, deu-se início à organização das colecções, sendo as seguintes as mais importantes: máquinas, aparelhos de medida, contadores, lâmpadas, reóstatos, ferramentas, candeeiros, topografia e material de transporte e distribuição. A partir daí começou a ser feito o inventário em Livro de Tombo, a marcação das peças e o preenchimento de uma ficha, contendo toda a informação bem como o desdobramento da informação sintética ordenada por colecção.

Tínhamos a noção que a recuperação da maquinaria “pesada” seria uma das fases mais demoradas do projecto o que nos preocupava seriamente, uma vez que se encontrava dependente da conclusão da componente arquitectónica e que obrigaria a um grande ritmo de trabalho na fase

¹⁴⁷ Inicialmente foi pensado utilizar-se a calçada tradicional do tipo pedra rolada, usualmente, designada pedra do calhau.

final. É de evidenciar que toda a recuperação e instalação do material respeitante ao sector eléctrico, foi feita pelo pessoal da Empresa.

À data de inauguração do Museu todo o acervo estava inventariado, e feito o estudo da maior parte dos objectos.

Na nave direita do edifício encontra-se uma das mais importantes colecções do Museu: as máquinas de produção de energia eléctrica, nomeadamente, o grupo 11 pertencente à antiga Central Térmica do Funchal. Este grupo foi adquirido pelos Serviços Municipalizados de Electricidade (CMF), entrou em serviço em Fevereiro de 1951 e foi desactivado em 1992. O antigo grupo 12 é o segundo da exposição. Era também um grupo electrogéneo, e foi adquirido pela CAAHM - Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira em 1956 e desactivado em 1992.

Nesta colecção, o Porto Santo está representado através do seu grupo nº. 1, adquirido pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (organismo distrital) e instalado na sua primeira central térmica, em 1954, ano em que entrou ao serviço. Para além destes, existe um outro grupo que fazia parte da Central Térmica da C^a Insular de Moinhos, fundada em 1926, e justifica o seu lugar no Museu pelo facto desta central, para além de cobrir as necessidades energéticas das suas unidades industriais, debitar para a rede eléctrica do Funchal excedentes de produção, assumindo, muitas vezes, cariz de central de emergência. Completam esta colecção um grupo gerador a vapor – máquina a vapor com dínamo acoplado, fabricado em 1926, e adquirido pelo CA para o Museu. A produção hídrica é mostrada através do grupo turbina Pelton, cuja tipologia é adequada às altas quedas em conformidade com a realidade da Madeira. Numa preocupação didáctica e pedagógica colocou-se este grupo em funcionamento mostrando a injeção da água na turbina e a rotação do dínamo provocada por ela mostrando a transformação da energia mecânica em energia eléctrica perceptível pelo acendimento de algumas lâmpadas. Em espaços laterais desta nave existia uma sala de quadros e uma subestação que foram também musealizadas.

Na década de 30 a MELC (Madeira Electric Lighting Company (1909)Limited) já tinha iniciado o uso de corrente alternada, especialmente, para alimentação dos postos de transformação mais distantes da sede da empresa havendo a preocupação de optar por ela, sempre que possível, em substituição da corrente contínua. Esta sala de quadros teve então, por fim, a instalação dos quadros de manobra de corrente alternada, a 6600 kV que foi alimentar os postos de transformação de São Gonçalo, N.S. do Monte, São Martinho, Santo António e São Roque. Nela também eram operados os paralelos dos conversores (corrente contínua/corrente alternada)

n.ºs. 1, 2 e 3. Com a aquisição das máquinas n.ºs. 11 e 12 foram também aqui instalados os seus quadros de manobra.

A subestação do Funchal foi construída pela Câmara Municipal do Funchal no ano de 1952/1953 com a finalidade de receber a energia eléctrica produzida nas centrais hidroeléctricas da Serra de Água e da Calheta por forma a assegurar o abastecimento de electricidade ao Funchal, que passou a ser distribuída em corrente alternada. Esta subestação foi edificada no local onde se situava a sede da antiga concessionária “The Madeira Electric Lighting Co (1909) Ltd.”- 2ª. MELC. Na nova unidade foram instalados dois transformadores de 3 600 kVA, de 30000/6600 V, do fabricante francês Merlin & Gerin. A inauguração da Central da Serra de Água, em 3 de Maio de 1953, marca o início oficial da entrada em serviço da subestação do Funchal, que já vinha funcionando em regime experimental, desde Março daquele ano. Sendo até 1970, a única subestação existente no Funchal e na zona leste da Ilha da Madeira, forneceu energia eléctrica, em corrente alternada, não só a esta cidade, mas também aos concelhos de Santa Cruz, Machico, Santana e Câmara de Lobos. (Catálogo do Museu de Electricidade “Casa da Luz”, 1997: 4-35). Com a subestação ainda em funcionamento, o espaço da sala de quadros (subestação) foi delimitado com uma parede de vidro de modo a que se tornasse visível o seu equipamento. Adoptou-se a mesma solução museográfica para a parte superior da sala, substituindo os painéis de vidro fosco que aí existiam, por vidro transparente, de modo a mostrar o equipamento oculto até então. Pelo facto de se encontrar ainda em funcionamento, como atrás se referiu, a cave da subestação não é, por enquanto, também visitável, fazendo, contudo, parte do projectos do Conselho de Administração proceder à sua acessibilidade aquando da desactivação, o que está previsto num curto espaço de tempo.

Actualmente, o Museu está em fase de informatização do acervo, constituído nesta data por 1700 objectos, bem como do Centro de Documentação. As reservas estão localizadas na cave do Museu e ocupam um espaço de cerca de 200 m².

O quadro de pessoal do Museu consta de um director com formação na área de Direito, um consultor para a área de Museologia, um técnico superior da empresa com formação em engenharia de máquinas que apoia o Museu sempre que necessário, um técnico administrativo, um técnico electricista, dois guias, um recepcionista e um segurança. Existe ainda a colaboração para a organização do Centro de Documentação, de um antigo trabalhador em situação de reforma. O Centro de Documentação está dotado com documentação técnica sobre electricidade, bem como pelos projectos que têm sido levados a efeito pela E.E.M. ao longo do tempo.

Para as exposições poderem ser feitas no tempo desejável e que se tornava pequeno, foi imprescindível e preciosa a ajuda de um antigo colaborador, que devido ao lugar chave que outrora ocupara, bem como à sua memória prodigiosa, detinha uma informação geral do funcionamento da empresa.

Definiram-se, então, três exposições em regime de longa duração e uma temporária. A primeira intitula-se “Luzes do Funchal” e informa sobre a primeira iluminação pública do Funchal – a capital - e como tal a pioneira em tais benefícios urbanos; a segunda está de acordo com o principal factor comemorativo da inauguração do Museu “Um Século de Electricidade”, mostrando a construção das suas centrais hídricas e térmicas, bem como da rede de transporte e distribuição e conseqüente desenvolvimento do Arquipélago ao longo dos 100 anos; a última exposição de longa duração desenvolve-se sobre o tema “Fontes de Energia” e associa-se à parte interactiva do Museu.

O espaço da produção inicia a exposição “Um século de electricidade” que vai mostrando a evolução do sector eléctrico década a década. A nave seguinte comporta o transporte e a distribuição de electricidade. O transporte é explicado por meio de painéis e equipamento a ele associado como é o caso do “Posto de Transformação do Jardim Municipal” que foi mandado construir pelos Serviços Municipalizados de Electricidade, em Julho de 1950, com o fim de melhorar a distribuição de energia eléctrica na zona central da cidade. Foi o 16º. posto de transformação a entrar em serviço e a potência instalada era de 160 kVA. Fez-se ainda a simulação de uma ligação a um poste colocado no exterior do Posto de Transformação.

A distribuição de electricidade é mostrada através de material e das colecções que seleccionámos para o efeito, destacando-se: material de baixa tensão, lâmpadas, contadores, maquetas – hídrica e térmica baseadas na realidade de duas centrais madeirenses - Central Hídrica da Calheta e Central Térmica da Vitória. Querendo tornar esta temática mais perceptível, fazendo-o de uma forma didáctica, propusemos a realização de dois painéis sinópticos com esquemas de funcionamento do Aproveitamento de Fins Múltiplos da Ribeira dos Socorridos e da Central Térmica da Vitória assim como uma maqueta de distribuição urbana e rural para mostrar a diferença de tipologia da rede eléctrica. Uma maqueta orohidrográfica do arquipélago fecha a exposição “Um Século de Electricidade” tornando bem evidente a diferença entre o início da luz eléctrica em 19 de Junho de 1897 apenas iluminando o centro da cidade e a realidade actual do arquipélago onde todos os núcleos populacionais com mais de 20 habitantes se encontram

electrificados, história de factos e de números, mas, sobretudo, de homens que fizeram a história de um século de electricidade.

O 1º andar do Museu está dedicado ao tema “Fontes de Energia” que pretende dar uma explicação, das fontes de energia, energias primárias e energias renováveis, mostrando-se nas primárias a sua formação, extracção, transporte e utilização privilegiando-se a produção de electricidade. Sugerimos a demonstração por meio de maquetas da energia eólica e energia solar assim como a colocação da parte superior de um aerogerador que fizera parte do primeiro parque eólico do Porto Santo, mostrando o seu interior com explicação legendada no painel. No final desta exposição faz-se uma breve síntese da “História da Electricidade”. Para se poder pôr em prática alguns conceitos básicos da electricidade construíram-se de uma forma simples, sem qualquer sofisticação, alguns módulos interactivos pelo que recorremos ao Exploratório Infante D. Henrique, em Coimbra, único espaço interactivo de ciência em Portugal, àquela data, que propôs alguns módulos baseados nos princípios da electricidade cobrindo a produção, transporte e distribuição. Esta componente mostrou-se essencial para o público mais jovem e cremos que desta forma contribuímos para uma nova forma de “ver” e “explorar” o Museu. Esta área foi ainda completada com material informático e “software” adequado à temática terminando com um quiosque multimédia que mostra o CD Rom do Museu. Este integra seis livros históricos, inexistentes no mercado, textos, fotografias, vídeo e som para dar a conhecer os aspectos mais interessantes da História da Electricidade na Madeira e do funcionamento das instalações da EEM. Está dotado, ainda, com esquemas interactivos animados os quais foram transportados para projecção num écran de maior dimensão, podendo proporcionar a explicação, através de som e imagens, do funcionamento de equipamentos e sistemas eléctricos

O Museu possui um espaço reservado às exposições temporárias onde, aquando da sua abertura, mostrava uma exposição intitulada “De Central Térmica a Museu de Electricidade” que acompanhava a evolução das obras desde o início até ao final. Após esta primeira fase, o Museu passou a ter, neste local, exposições de artistas plásticos, quase sempre locais, que, expondo gratuitamente, fazem oferta de uma obra ao Museu. Esta experiência tem-se revelado muito interessante trazendo ao Museu a comunidade local que vem ver a exposição do amigo ou do familiar.

Existe também um auditório com uma capacidade para 160 pessoas e que complementa o espaço do Museu dotando-o com um local de discussão de temas, quer ligados à sua própria temática, quer a aprofundamento de assuntos de interesse colectivo. Ao longo do tempo,

colóquios, congressos e outras actividades têm proporcionado uma estreita ligação da Empresa com diversos sectores da ilha, preferencialmente o educativo.

O Centro de Documentação, com informação organizada – projectos, legislação, documentos históricos, fotografias e bibliografia é o local por excelência, para o estudo e investigação do sector eléctrico.

Na fase final da montagem do Museu, foi solicitada à Secretaria Regional da Educação uma listagem dos estabelecimentos de ensino oficial e particular e cerca de quinze dias antes da inauguração do Museu foi feita uma ampla divulgação, para todos eles, através de um *dossier* informativo (cartaz, roteiro, catálogo e *dossiers* pedagógicos) que continha toda a informação necessária sobre o seu conteúdo bem como o procedimento adequado à marcação de visitas de estudo. Uma carta assinada pelo Presidente do Conselho de Administração da Empresa convidava para uma visita ao Museu. O entusiasmo da classe docente da Ilha, por um museu deste tipo, foi bastante revelador, levando ao sucesso as visitas de estudo, cuja marcação não se fez esperar.

Para definir estratégias no sector do serviço educativo realizou-se uma apreciação sintética da demografia da Madeira onde o número de habitantes é da ordem dos 253 000. É uma população extremamente jovem, sendo que 62% têm idades inferiores a 40 anos situando-se quase 1/3 abaixo dos 25 anos. O número de estabelecimentos de ensino bem como o de alunos matriculados tem vindo a aumentar. O número de alunos matriculados é superior a 63 000 para um total de cerca de 430 estabelecimentos escolares. Por níveis de graus de ensino a distribuição é a seguinte:

Educação pré escolar - 4 262

Ensino Básico:

1º. ciclo - 22 980

2º. ciclo - 11 100

3º. ciclo - 13 900

Ensino secundário . - 10 758

A nível de Ensino Superior existe a Universidade da Madeira, complementada por Centros de Apoio das Faculdades de Letras e Ciências da Universidade Clássica e da Universidade Católica e um Pólo Científico e Tecnológico.

É esta conjuntura que faz deste grupo um dos públicos potenciais deste estabelecimento museal. É, principalmente, para este público que o Museu se dirige, captando o interesse dos mais

jovens para o conhecimento de técnicas e tecnologias que acompanharam o desenvolvimento do arquipélago.

Até ao momento este museu foi distinguido com o Prémio Silver Otter Trophy, atribuído pela "British Guild of Travel Writers" para o melhor "Tourism Project Overseas". Foi nomeado também para a lista dos "Selected Candidates for the 1999 European Museum of the Year Award" liderado pelo ICOM - International Council of Museums e foi-lhe ainda atribuída pela APOM – Associação Portuguesa de Museologia a "Menção Honrosa – Melhor Museu" para os museus abertos ao público no triénio de 1997, 1998 e 1999.

O Museu de Electricidade insere-se no tipo de Museus de Ciência e Técnica que para melhor conseguir interessar o público quanto à sua temática deve fazê-lo participar desenvolvendo experiências pois *"Os Museus de Ciência e Técnica correspondem a espacialidades geridas através de motivos e gestos para ver, com efeitos e percursos ligados ao saber. Expressam intuítos orientados por estruturas organizativas de objectos, servem determinadas atitudes científicas, epistemológicas ou estéticas e favorecem uma visibilidade pragmática-operativa."... O imperativo de distribuir bens culturais, tornando-os mais próximos do público, implica mecanismos para fazer circular o saber e para dinamizar adequadamente o conhecimento.* *"... será necessário descobrir vias para orientar o público no sentido de uma atitude interior de reflexão crítica. Convenhamos não ser tarefa fácil. Tanto mais que o público virá, geralmente, para olhar sem ver, ver sem observar e muito pouco motivado para o esforço de pensar."* ¹⁴⁸

O Museu possui além da zona de exposições temporárias, um centro de documentação, auditório, uma loja e uma cafetaria.

A Empresa de Electricidade da Madeira é membro da APOREM – Associação Portuguesa de Empresas com Museus. ¹⁴⁹

¹⁴⁸ Ana Luísa Janeira, *Fazer-ver para Fazer-saber. Os Museus das Ciências*, Edições Salamandra, Lisboa, 1995, pp. 39-40.

¹⁴⁹ A Aporem foi constituída em Maio de 1992. É seu objectivo desenvolver e divulgar o empenho de empresas portuguesas que preservaram o património e a memória do seu passado e que, além disso, os organizaram em Museus abertos à comunidade. Pretende reunir as sinergias de todas as Empresas com Museu e com isso favorecer a realização de projectos comuns, tendo sempre em vista a divulgação e animação dos seus patrimónios (instrumentos, textos, livros, instalações). A Aporem tem representação internacional no Fórum Europeu de Museus.

Como projecto a curto prazo, a Administração da Empresa pretende criar uma extensão do Museu na pequena Central Térmica da Ilha do Porto Santo, desactivada em 1998, e poder dar também, desta forma, o seu contributo para o desenvolvimento e cultura local à semelhança do que fez com a Ilha da Madeira.

O Museu fez com que a Empresa de Electricidade da Madeira interferisse e colaborasse activamente nos sectores educativo e cultural da Ilha e estabelecesse novas ligações com a sua comunidade.

O Museu de Electricidade “Casa da Luz” é um espaço industrial convertido em equipamento cultural que dinamizou a sua cidade e *“Se a «reabilitação» permite consagrar um sítio á evocação de uma indústria que teve uma importância económica e social para a sua região de implantação, a arqueologia industrial encontrará aí a sua melhor expressão. O carácter técnico desta indústria será enquadrado pela evocação do seu ambiente cultural, sociológico e económico, e o da sua história.*

Naturalmente nada impede que se utilize uma grande fábrica, por exemplo do princípio do nosso século (XX), que se encontra disponível para nele instalar um museu técnico. Mas é preciso compreender que não se trata de arqueologia industrial. A reabilitação de um sítio arqueológico é uma coisa, a instalação e a exploração dum museu técnico são outra. Os objectivos e os meios são diferentes.

Desde que o objecto técnico esteja deslocado do seu lugar de utilização, que tenha sido introduzido numa colecção histórica onde caminha ao lado de sistemas tanto mais variados para a sua idade e concepção tornando a colecção mais completa, o objecto escapa à arqueologia industrial. O ambiente criado à sua volta está concebido com um fim didáctico, estabelecendo comparações com os seus vizinhos, utilizando características para ensinar elementos de tecnologia, ao visitante descrevendo uma história da técnica e deixando na sombra a história do seu meio geográfico, humano e micro-económico.

Os museus científicos e técnicos existem agora em todos os países. Conheceram uma multiplicação e um desenvolvimento importante depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto não é necessário deduzir que não deve existir alguma relação entre a arqueologia industrial e os

*museus técnicos. Estas relações estabelecem-se de preferência no plano das trocas que no da perfusão. Troca de objectos, na verdade, mas também de informação e de saber.”*¹⁵⁰

No projecto do Museu de Electricidade, como atrás referimos, foi mantida dentro do possível tudo o que respeitava à antiga central, em que a maior parte dos objectos das colecções ficaram dentro da sua ambiência original, o que nos permite dizer que sendo um museu técnico tem, contudo, bem presente a sua vertente de arqueologia industrial. No panorama museológico da ilha, ele tem, na verdade, um importante papel a desempenhar. É o maior museu de empresa, com grande espaço físico dispondo de um quadro de pessoal que tenta ser suficiente para a sua solicitação.

Pensam-se como projectos a curto prazo:

- o futuro Museu do Porto Santo, que funcionará como sua extensão
- implementar um dia semanal de serviço de *ateliers* para motivar e criar apetência pela componente prática da electricidade alertando embora para os seus perigos, numa tentativa de contrariar o ensino teórico uma vez que *“Outro ponto débil do uso do típico livro de texto, é que com frequência se pede aos alunos que leiam temas de ciências, quando eles deveriam estar a fazê-la.”*¹⁵¹
- melhorar através de uma ampliação do espaço as reservas do Museu
- tentar cativar público para a investigação no centro de documentação do Museu.

Ele representa a aplicabilidade de um espaço da arqueologia industrial da ilha, colhendo sinergias de anteriores projectos pois *“A arqueologia industrial não é uma nova disciplina, no campo histórico, mas uma nova abordagem histórica da indústria”* (Woronoff, 1990: 448)¹⁵² *“Dito de outro modo, o estudo do património industrial não tem um estatuto científico autónomo,*

¹⁵⁰ Maurice Daumas, *L' Archeologie Industrielle en France*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1980, pp. 434-435.

¹⁵¹ Alfred Friedl, *Enseñar ciencias a los niños*, Gedisa, Barcelona, 2000, pp. 19-25.

¹⁵² citado por Jean Yves Andrieux, *Le Patrimoine Industriel*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992, p. 13.

*mas insere-se num grande esforço das ciências históricas para rodear a realidade muito complexa, instável e flutuante da civilização industrial.”*¹⁵³

Devido ao facto da ilha da Madeira ser um destino turístico, por excelência, outro público importante são os turistas, afluindo ali pessoas de todas as nacionalidades. Com o objectivo de tornar a informação do Museu acessível a este sector, procedeu-se à tradução dos seus textos, legendas e documentação (roteiro e catálogo) para inglês. A estatística de visitantes desde a abertura do museu até ao ano 2000 é a seguinte:

Quadro n.º. 19: Estatística de Visitantes do Museu de Electricidade

Ano	Visitantes
1997	811 (25/11 a 13/12)
1998	9 880
1999	9 278
2000	7 755

Alguns meses depois da abertura do Museu e dado que os textos não possuíam tradução na sua língua, um casal de turistas alemão ofereceu-se para efectuar a tradução, o que foi feito com agrado de ambas as partes, evidenciando a empatia que se gera no Museu entre pessoal e visitantes.

¹⁵³ Jean Yves Andrieux, *Le Patrimoine Industriel*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992, pp. 13-17.

Para uma apreciação de conjunto apresentamos quadros de síntese de todos os museus nomeadamente, acervo, quadro de pessoal e estatística de visitantes:

Quadro nº. 20: Museus da Madeira – Acervo

Museus	Acervo Número de Objectos
1 – Museu Municipal do Funchal / História Natural (1929)	33 550
2 – Museu Quinta das Cruzes (1946)	3 800
3 – Museu de Arte Sacra (1955)	
4 – Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso (1960)	
5 – Museu Vicentes (1982)	800 000
6 – Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira (1983)	60
7 – Museu Henrique e Francisco Franco (1987)	
8 - Museu Frederico de Freitas (1988)	6 162
9 – Madeira Wine Company – Adegas de S. Francisco (1988)	
10– Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos (1989)	10 000
11 – Casa de Colombo (1989)	219
12 – Museu da Baleia (1990)	185

Museus	Acervo Número de Objectos
13 – Museu de Arte Contemporânea (1992)	620
14 – Palácio de S. Lourenço (1995)	340
15 – Museu Etnográfico (1995)	2 300
16 – Núcleo Museológico do IBTAM (1996)	
17 – Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” (1997)	24
18 – Museu de Electricidade (1997)	1 700

Quadro nº. 21: Museus da Madeira – Quadro de Pessoal

Museus	Quadro de Pessoal
Jardim Botânico/M. Hist. Natural	1 – Director (Licenciatura em Biologia) 2 – Pessoal técnico a tempo parcial 1 – Auxiliar de limpeza N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 4
Museu Municipal do Funchal /História Natural	1 – Director (Licenciatura em Biologia) 5 – Técnicos Superiores (4 lic. Biol. e 1 licenciado Línguas e Liter. Modernas) 1 – Engenheiro técnico 1 – Técnico de informática 4 – Assistentes administrativos 4 – Vigilantes do Museu (2 auxiliares técnicos e 2 aux. técnicos gerais) 3 – Auxiliares técnicos 5 – Auxiliares de serviços gerais 1 – Motorista N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 30

Museus	Quadro de Pessoal
Museu de Arte Sacra	<p>1 – Director (licenciatura História e licenciatura em Escultura)</p> <p>1 – Responsável pelo Serviço Educativo (licenciatura em História)</p> <p>1 – Recepcionista</p> <p>4 – Guardas do Museu</p> <p>1 – Auxiliar de limpeza</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 8</p> <p>3 – Estudantes durante o Verão disponibilizados pela Sec. Reg. Educação</p>
Museu da Quinta das Cruzes	<p>1 – Director (licenciatura História e Pós graduação em Museologia)</p> <p>3 – Técnicos superiores</p> <p>2 – Técnicos profissionais</p> <p>1 – Técnica administrativa</p> <p>8 – Guardas</p> <p>1 – Recepcionista</p> <p>2 – Guarda nocturnos</p> <p>2 – Funcionários de limpeza</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 20</p>

Museus	Quadro de Pessoal
Museu Vicentes	<p>1 – Director com licenciatura em História e Frequência de Mestrado de Museologia e Património (Tese em elaboração)</p> <p>1 – Técnico Superior – lic. História</p> <p>3 – Técnicos profissionais (museografia)</p> <p>1 – Guarda</p> <p>1 – Operador de fotografia</p> <p>1 – Administrativo</p> <p>1 – Auxiliar administrativo</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 9</p>
Museu do Vinho/Instituto do Vinho da Madeira	<p>Não tem quadro orgânico</p> <p>1 – Responsável com licenciatura em Turismo</p> <p>2 – Pessoal auxiliar de apoio ao Museu</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 3</p>
Museu Henrique e Francisco Franco	<p>1 – Pessoal administrativo</p> <p>3 – Pessoal auxiliar</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 4</p>

Museus	Quadro de Pessoal
<p>Casa Museu Dr. Frederico de Freitas</p>	<p>1 – Director com licenciatura em História e pós graduação em Museologia e Educação</p> <p>1 – Técnico superior estagiário</p> <p>2 – Técnicos Profissionais de Museografia</p> <p>9 – Guardas</p> <p>1 – Auxiliar administrativo</p> <p>1 – Auxiliar de limpeza</p> <p>2 – Guardas nocturnos</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 17</p> <p>2 – Professoras com licenc. em Artes Plásticas e História estão a trabalhar no Serviço Educativo desde Setembro/2001</p>
<p>Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos</p>	<p>1 – Técnico superior</p> <p>1 – Técnico administrativo</p> <p>1 – Técnico auxiliar</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 3</p>

Museus	Quadro de Pessoal
Casa Colombo	1 – Técnico superior 1 – Técnico administrativo 5 – Pessoal auxiliar N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 7
Museu da Baleia	1 – Técnico superior com licenciatura em Biologia e Mestrado em Ciências Marinhas 1 – Técnico superior 1 – Pessoal auxiliar N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 3
Museu de Arte Contemporânea	1 – Director 1 – Recepcionista 1 – Técnico administrativo 4 – Guardas 2 – Pessoal auxiliar N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 9

Museus	Quadro de Pessoal
Palácio de São Lourenço	<p>1 – Adjunta do Ministro da República para as Áreas do Património, Cultura e Educação (lic. História e Formação Área do Património)</p> <p>2 – Técnicos superiores (1 deles a tempo parcial)</p> <p>1 – Técnico</p> <p>2 – Pessoal auxiliar</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 6</p>
Museu Etnográfico	<p>1 – Director com licenciatura em Antropologia a frequentar o Mestrado de Museologia e Património</p> <p>2 – Técnicos superiores</p> <p>1 – Monitor de Museografia</p> <p>2 – Artífices</p> <p>1 – Auxiliar de limpeza</p> <p>7 – Guardas</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 14</p>

Museus	Quadro de Pessoal
Núcleo Museológico do IBTAM	<p>1 – Responsável com licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas</p> <p>1 – Recepcionista</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 2</p>
Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”	<p>1 – Técnico Superior com licenciatura em História e Pós-graduação em Museologia e Educação</p> <p>2 – Vigilantes</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 3</p>

Museus	Quadro de Pessoal
Museu de Electricidade “Casa da Luz”	<p>1 – Director com licenciatura em Direito</p> <p>1 – Técnico superior (Eng.º Electrotécnico a tempo parcial)</p> <p>1 – Técnico administrativo</p> <p>1 – Técnico electricista</p> <p>2 – Guias do Museu</p> <p>1 – Recepcionista</p> <p>1 – Guarda</p> <p>N.º TOTAL FUNCIONÁRIOS – 8</p> <p>1 consultor para a área de Museologia e</p> <p>1 técnico reformado que está a dar colaboração no Centro de Documentação do Museu</p>

Quadro nº. 22: Museus da Madeira – Estatística de Visitantes

Museu	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Quinta das Cruzes	24 400	23 839	24 738	23 890	25 993			
Arte Sacra					17 244		24 575	
Jardim Botânico	178 199	192 205	202 831	230 747	227 956		241 841	
Vicentes	2 960	4 291	2 935					
I. Vinho Madeira								
Francisco Franco			1 8309	2 574	1 307			
Frederico Freitas		7 173	9 348	1 515 ¹⁵⁴			13 841	12 343
Madeira Wine								
M.Bib. Barbeito	374	821	1 070	1 500	1 270			
Colombo	15 343	17 789	16 483	17 628	20 416			
Baleia				10 981	17 076			
Contemporânea	11 858	27 779	8 933	8 833	9 070		13 080	
S. Lourenço		128	1 188	4 356	4 328			
Etnográfico			8 616	12 987	8 042	7 795	6 302	4 382 ¹⁵⁵
IBTAM							3 910	
Núcleo do Açúcar				1 718	3 213		4 167	
Electricidade					9 880	9 278	7 755	

¹⁵⁴ O museu esteve encerrado para obras desde o início de Março/97 a Setembro/99

¹⁵⁵ Elementos estatísticos até Junho de 2001

CAPÍTULO II – Recursos não explorados

1 - Um património sem estatuto museológico

O conceito de património cultural tem evoluído ao longo do tempo, na medida em que também tem havido alteração de mudança de mentalidades. *“As arquiteturas de tradição são hoje apreciadas como importantes legados culturais, indispensáveis para decifrar o longo caminho do Homem na arte de construir espaços para seu abrigo, para o de animais, para arrumos e, também para resguardo de alfaias destinadas à transformação dos produtos da lavoura e da natureza.”*¹⁵⁶

Foram inseridos neste conceito, para além do património natural, objectos e equipamentos ligados à técnica e à indústria, ao mundo do trabalho e do quotidiano, que, no caso concreto de, Portugal, se tornou mais evidente a partir da Revolução de Abril, como escrevemos no capítulo anterior, dando origem a museus que se inserem na tipologia da Ciência e da Técnica.

Apesar do conceito de património cultural se ter alargado, no último quartel do século XX, para disciplinas como o património industrial, nem sempre esta realidade foi aceite, em termos museológicos, pelas entidades e instituições responsáveis pela cultura. Continuou-se a dar primazia aos valores patrimoniais convencionais, minimizando e desvalorizando o investimento em novos domínios. Constroem-se centros culturais, investe-se em museus de arte e esquece-se um património que deu identidades a um território. No caso concreto do Engenho do Hinton, antiga Fábrica do Torreão – catedral do açúcar, localizado no centro da cidade do Funchal, e que foi o último a produzir açúcar coloca-se, hoje, na lista dos imóveis a abater.

A fábrica foi apetrechada com as inovações tecnológicas do século XIX associadas aos métodos de fabrico do açúcar, nomeadamente os concentradores de Bour e as máquinas centrífugas, que foram inventadas nos anos quarenta daquele século. Mercê também da introdução de processos químicos, o engenho teve uma muito maior produtividade o que lhe permitiu reduzir a mão de obra e conseqüentemente o custo do açúcar assegurando-lhe a partir do

¹⁵⁶ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2001, p. 33.

início do século XX o monopólio da produção de açúcar da Madeira, sendo possivelmente o único vestígio local das primeiras “Revoluções Industriais”.

Nalguns casos, para além de outras soluções que se prendem com a musealização destes espaços têm-se encontrado outras formas de preservação e rentabilização. O conceito de valor patrimonial tem vindo a ser apreciado de outra forma, ao longo do tempo, consequência, como atrás referimos, de mudança de mentalidade. Começam a ser inseridos neste património, para além do (património) natural objectos ligados à técnica e a indústria, o que, no caso concreto de Portugal, se tornou mais evidente a partir da Revolução de Abril, como escrevemos no capítulo anterior, dando origem a Museus de Ciência e da Técnica.

Quer o património industrial, quer o etnográfico, não têm merecido por parte das instituições governamentais o devido, reconhecimento como recursos culturais; pelo contrário, as empresas e algumas autarquias, têm investido neste tipo de património porque reconhecem que poderão contribuir para o enriquecimento das comunidades.

Relativamente aos engenhos, embora figurando no roteiro turístico, não têm tratamento de âmbito museológico que permita uma interpretação desse tipo de património existindo, sobretudo um aproveitamento económico e comercial por parte dos proprietários. Não se rejeitando os recursos económicos seria necessário definir estratégias que permitissem garantir a continuidade do seu funcionamento para não se correr o risco de encerrarem, definitivamente, e caírem num abandono total, arrastando consigo parte da memória regional e um “saber fazer” onde se cruzam a história económica e a história social de muitas gerações. Poderá vir a acontecer a estes engenhos o mesmo que ao Engenho do Hinton que, sendo o último a produzir açúcar e o expoente máximo desta actividade, acabou por se deixar degradar, edifício e maquinaria, restando apenas parte dela e a ruína. Não se encarou este edifício industrial como um monumento a preservar, porque este tipo de património, na opinião dos poderes de decisão, não tem estatuto, perdendo-se, assim, um monumento industrial que foi marca e memória de várias épocas e de diferentes tecnologias.

A história cultural, económica e social da Madeira estão associadas ao açúcar. A cultura da cana sacarina foi, indiscutivelmente, o factor dinamizador, por excelência, da economia insular. Como principal indústria alimentava grande parte da população nas múltiplas tarefas dos engenhos, passando a cana depois de preparada e limpa pelas fases de moagem, cozimento, purga, retirada das formas e encaixotamento, para as quais necessitava de muita mão-de-obra. Situação idêntica se verificava com a produção do mel e da aguardente de cana. A crise do açúcar vai dar origem à emigração na Madeira, sendo a população obrigada a procurar novos lugares

onde pudesse viver sem a angústia constante da subsistência. A seguir à crise do açúcar começa o ciclo do vinho voltando no final do século XIX, como já referimos, a existir plantação, produção e comércio do açúcar, dando lugar, desta vez, à crise do vinho. Todas estas crises vão ter reflexos económicos muito negativos; no entanto, a sua maior marca incidiu na esfera social que foi encontrando sempre escape na emigração que se mantém ainda nos dias de hoje.

Perante o valor deste equipamento industrial e porque achamos que a vertente do património industrial está ainda pouco valorizada, gostaríamos de encontrar instrumentos para através da musealização sensibilizar e mobilizar vontades nesse sentido, porque acreditamos que cabe a todos (sociedade) a participação e a colaboração na conservação e valorização do Património Cultural, neste caso Industrial. Sabemos que *“Muitas das técnicas construtivas e muitos dos hábitos de vida trazidos do Continente revelaram-se adaptáveis a esta região (...). Nesta grande aventura, a Arquitectura Popular surgiu aqui, como em outras regiões, numa dimensão que extravasa a casa de viver, fixando também outras construções ligadas às actividades produtivas e de armazenamento, sendo disso exemplo, entre outros, os moinhos, as serras d’água, os palheiros e as adegas. Os engenhos, assim como as alfaias, terão sido decalcados dos modelos continentais, fisicamente desembarcados ou recriados pelo mester dos carpinteiros.”*¹⁵⁷

Relativamente à recuperação do património cultural existem documentos de âmbito internacional que consideramos pertinente referir. São eles “A Carta de Atenas de 1931”¹⁵⁸ e “A Carta de Veneza de 1964”.

A repercussão da Carta foi muito ampla em toda a Europa tendo estabelecido uma série de princípios, em grande parte ainda vigentes, e dando origem a legislações nacionais europeias.

¹⁵⁷ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2001, p.40

¹⁵⁸ A Carta de Atenas surge no seguimento da I Conferência Internacional sobre restauro, realizada em Atenas, convocada pela Oficina Internacional de Museus que dependia da Sociedade das Nações, assumindo grande importância para o conceito de restauro pelo que o ano de 1931 ficou conhecido como um ano de referência para o restauro a nível europeu. Na Carta ficaram formuladas normas gerais para todos os países independentemente de estarem ou não representados na Conferência. Nela se acordaram os critérios da restauração moderna, afirmou-se o princípio do interesse comum dos Estados na conservação dos «monumentos artísticos e históricos» e recomendou-se o respeito por todo o testemunho de outras épocas, privilegiando-se o direito colectivo em detrimento do privado.

A Carta de Veneza – Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos - surge como conclusão do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza, em Maio de 1964. É um documento mais amplo que a Carta de Atenas, reafirmando no seu preâmbulo a consideração dos monumentos da humanidade, portadores de uma mensagem espiritual do passado como património comum que deve ser transmitido ao futuro na sua completa integridade. A verdadeira renovação da nova Carta radica no seu artigo primeiro, ampliando a noção de monumento. Enquanto que na Carta de Atenas se fala só em «monumentos artísticos e históricos» terminologia herdada do século XIX, na de Veneza “*a noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitectónica isolada, como o ambiente urbano ou paisagístico que constitui o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só a grandes obras, mas também a obras modestas que, com o tempo tenham adquirido um significado cultural*” (art. 1.º)¹⁵⁹.

Esta Carta, identicamente à de Atenas, reafirma a necessidade de contar com a ajuda de todas as ciências e técnicas que possam ser úteis para a salvaguarda do património monumental.

A Carta de Veneza¹⁶⁰, aprovada em Maio de 1964, servirá de referência em conferências futuras, nomeadamente, a Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas promovida pelo ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) em 1987.

Na década de 70, com o objectivo de promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, realce e apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do património da humanidade, é feita a publicação da Carta do Turismo Cultural, adoptada em Bruxelas, no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado a 8 e

¹⁵⁹ Maria José Justicia, *Historia Y Teoria de la Conservación Y Restauración Artística*, Editorial Tecnos, Madrid, 2000, pp. 407- 413.

¹⁶⁰ A Carta de Veneza é o último documento que expressa uma visão da restauro tradicional e os seus critérios continuam a ser válidos para a arquitectura ocidental tradicional e para as grandes ruínas arqueológicas. Mas ao ter-se ampliado tão consideravelmente desde 1964 o conceito de património arquitectónico e terem surgido novos valores antes inexistentes, a Carta de Veneza deixa muitas perguntas por responder em relação por exemplo com a arquitectura contemporânea, a arquitectura industrial, a arquitectura vernácula, os jardins históricos e os centros históricos, problemas a que outros documentos têm dado resposta.

9 de Novembro de 1976 e que reuniu, para além dos principais organismos mundiais ligadas ao turismo, o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). Na Carta foram estabelecidos os princípios fundamentais do Turismo, bem como as suas bases de acção, apelando-se ao esforço de todas as entidades intervenientes no sentido de assegurarem a rápida e enérgica efectivação da Convenção Internacional para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, adoptada em 16 de Novembro de 1972, e da Resolução de Nairobi (Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana – 30 de Novembro de 1976).

2 - Aldeia Etnográfica das Carreiras

Há cerca de sete anos surgiu pela vontade de um particular, responsável pelo Grupo Folclórico da Boa Nova – Sr. Danilo Fernandes, um projecto para a criação da Aldeia Etnográfica das Carreiras, considerada a única aldeia etnográfica da Região e um dos poucos redutos da identidade cultural madeirense. A ideia consistia em criar uma mostra do que de melhor e mais madeirense existe na Região facultando aos turistas uma ideia geral dos costumes e tradições insulares.

Enquanto se assistia ao malhar do trigo, o público poderia saborear uma sopa de trigo, preparada no local e acompanhada por uma bebida da região. Numa loja seriam colocados para venda produtos regionais.

Actualmente, colabora na execução do projecto um antropólogo que tem o apoio de dois professores da Universidade Nova de Lisboa. Pretende-se envolver no projecto, quando estiver em funcionamento, os habitantes da zona que se mostraram interessados e atribuir-se, um subsídio para aqueles que, anualmente, participem na malha do trigo, sendo uma boa forma de ocupação para os mais velhos que, assim, ainda se sentirão úteis, desempenhando ainda um papel activo na transmissão da cultura da sua Região. Mas os recursos financeiros são escassos para o fazer avançar dependendo, no momento, a recuperação da Aldeia Etnográfica das Carreiras da boa vontade de alguns dos membros do Grupo Folclórico da Boa Nova. O local apresenta-se degradado. As placas sinalizadoras ostentam o seu envelhecimento, as ervas daninhas são em abundância, enquanto as eiras, espaços tradicionalmente destinados à malha do trigo, e os

moinhos avançam a passos largos para a destruição total. A limpeza das veredas e das eiras e a recuperação dos moinhos, que depois de operacionais vão ser utilizados na produção de farinha de trigo, são uma das prioridades.

Com um pouco de esforço da Câmara Municipal do Funchal e da Direcção Geral do Turismo, o projecto podia, rapidamente, ter a sua conclusão, dinamizando a aldeia e diversificando a oferta cultural da Região, trazendo de novo os turistas que ainda há pouco tempo ali afluíam enviados pelas agências de viagens. Com a ocupação profissional dos habitantes da “aldeia” cumpria também uma vertente social. Assiste-se, deste modo, passivamente, ao abandono de um recurso...

3 - Património Industrial

Em Portugal, o património e a paisagem industrial tomam lugar, pouco a pouco, na concepção contemporânea da história colhendo um interesse crescente das instituições, muito em particular das autarquias e empresas, que tutelam elevado número de projectos de gestão patrimonial e museus. Numa época em que os vestígios das primeiras fases da industrialização estão a desaparecer de uma forma acelerada torna-se indispensável salvaguardar não só a sua memória como alguns dos aspectos mais significativos do seu património, seja tangível ou intangível, salvaguarda que se situa num universo de cambiantes entre a preservação/conservação e a revalorização/trans formação dos vestígios do passado.

Quanto ao papel da museologia na gestão do património industrial, os museus podem e devem ajudar a identificar, ou mesmo protagonizar, estratégias de intervenção que contribuam para o desenvolvimento comunitário, reflectindo sobre a relação entre a desindustrialização e as políticas de constituição de acervos (recursos endógenos daquele mesmo movimento), sua incorporação e restante tratamento museológico e museográfico, na perspectiva duma apreensão pelos públicos, capaz de influenciar os seus comportamentos sociais.

Os museus, que conheceram, ao longo das últimas décadas, uma expansão sem precedentes, tornaram-se, tal como outras instituições de carácter cultural, elementos marcantes no espaço urbano, repercutindo-se esta atitude na reutilização do património, no turismo, na criação de emprego, no ordenamento do território e na salvaguarda ambiental, deve contudo haver

articulação e coordenação entre as instituições de modo a potenciar projectos e património cultural, evitando repetições de tipologias idênticas na mesma área territorial.

Uma área que se nos afigura não estar ainda bem desperta no Arquipélago, como atrás referimos, é a da valorização do património industrial. Não queremos, no entanto, deixar de referir quatro situações que nos parecem bem conseguidas, em termos de musealização e com potencialidades para o ser de valorização de unidades industriais: O Moinho de S. Jorge e a Serra de Água (fase pré-industrial); o Engenho de Açúcar da Calheta e o Engenho do Porto da Cruz (fase industrial).

3.1 - O Moinho de S. Jorge

Existem “*duas unidades ligadas ao aproveitamento da água para força motriz e que há cerca de ano e meio foram recuperadas e valorizadas como património. A primeira é um Moinho – Moinho de S. Jorge - que está actualmente classificado como imóvel de interesse concelhio. A segunda é uma Serra de Água. Ambas ficam localizadas no Sítio da Achadinha, Freguesia de S. Jorge no Concelho de Santana*”.¹⁶¹

Os moinhos, como outros engenhos, eram privilégios concedidos aos Donatários que, por sua vez, permitiam a construção de moinhos ou azenhas a terceiros, a troco do pagamento de algumas rendas. A tipologia destes moinhos, segundo a classificação de Ernesto Veiga de Oliveira, denomina-se *rodízio de penas*. O rodízio é a roda motriz do conjunto moageiro que é accionada pela projecção em alta pressão de um volume constante de água, vindo esta canalizada numa levada à cota superior do moinho e precipitando-se, verticalmente, pela cuba.

No caso do Moinho de São Jorge, de duas moendas, a casa do moinho encontra-se associada à casa do moleiro, o que lhe confere uma dimensão superior ao habitual, porquanto, regra geral, a casa do moinho é constituída por um só compartimento de dimensões muito reduzidas. Estes pequenos edifícios industriais estão sempre associados a ribeiros para que as águas, depois de utilizadas sigam para os mananciais ou integrem nova levada para irrigação dos campos de cultivo. Estas construções são testemunhos fundamentais para compreender a organização económica e social das povoações que delas dependiam para garantir o seu sustento, existindo no âmbito dos usos e costumes tradicionais locais.

¹⁶¹ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 237

O Moinho sofreu um projecto de recuperação apoiado pela DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, e foi realizado pela arquitecta Diva de Freitas em conjunto com a antropóloga Dra. Lúcia Góis (actual directora do Museu Etnográfico da Ribeira Brava). O projecto, idealizado há cerca de dez anos e que se arrastava desde essa data abriu há ano e meio.

Na época, a DRAC fez um desdobrável sobre as várias fases do projecto, mas apenas para a situação pontual de abertura. O moinho encontrava-se, na época, quase em ruínas e pertencia ao casal que hoje o tem em laboração. O moinho é comunitário, podendo quem tem cereal para moer, dirigir-se lá para esse efeito. Ali se pode comprar farinha de trigo e milho, vendida pela mulher do moleiro que também faz pão e bolos no seu forno a lenha. Em conversa com a moleira foi interessante sentir a ligação do casal com a equipa responsável pelo projecto.

O facto de termos participado nesta visita com um grupo de cerca de 30 pessoas deu-nos possibilidade de ter percebido o quanto um projecto deste tipo interessa tanto a diferentes escalões etários como de diversos interesses profissionais. Para além de se ter gostado imenso de conhecer o interior de um moinho com as divisões da habitação – cozinha, quarto e uma salinha, todos de dimensão diminuta, o grupo apreciou a explicação pormenorizada do moleiro, bem como a recepção calorosa que os “donos da casa” proporcionaram, fazendo as delícias dos visitantes. Partilhou-se o lanche – um bolo e um pão feitos com a farinha do moinho, regado por um licor regional caseiro ou aguardente de cana, acompanhados por uma história e uma cantiga. Foi-nos informado que quando os donos do moinho sabem que há visitantes este ambiente é proporcionado tanto quanto possível.

Este é exemplo de um património vivo que renovou o local da sua comunidade. O espaço é animado pela sua própria função, proporcionando um envolvimento social da comunidade com os visitantes o que, também, se reflecte em termos económicos para o local. Este tipo de musealização faz com que o visitante se “aproprie” do objecto de uma forma directa, tornando fácil a compreensão de todo o processo.

Este espaço não está, contudo, publicitado nos últimos roteiros turísticos. A sua publicidade restringe-se ao roteiro cultural do concelho, autarquia e freguesias.

3.2 - A Serra de Água

Diz Frutuoso, relativamente, às serras de água que *“Quem vir esta obra julgará por mui grande e necessária invenção a serra de água naquela ilha, onde não era possível serrarem-se*

tão grandes paus, como nela há, com serras de braços, nem tanta soma de tavoado, como se faz para caixas de açúcar que fazem muitas.”¹⁶² No início do povoamento a serração braçal terá tido grande importância, sendo, certamente, a madeira - a matéria-prima mais abundante e utilizada - daí que as primeiras ferramentas que seguiam a bordo das caravelas estivessem associadas a esta actividade. Na Ilha da Madeira, o regime de direitos sobre a exploração das serras d’água ficou expresso na carta de doação do Infante D. Henrique a João Gonçalves Zarco da seguinte forma: *“Item me apraz que haja de todas as serras d’água que hy fezerem de cada humã hum marco de prata em cada hum anno ou seu çerto vallor ou duas tauas cada somana das que costumare serrar segundo pagam todallas outras cousas o que serrar a dita serra e esto aja tambe o dito Joha gliz de quallquer emgenho que se hy fizer.*”¹⁶³

Praticamente, todos os concelhos da Ilha da Madeira localizados na vertente norte e, a sul, nos concelhos do Funchal, Ribeira Brava e Machico, dispunham de grande quantidade de serras d’água. Com o evoluir dos tempos, as autorizações para a sua criação e manutenção foram gradualmente passando dos capitães-donatários para os municípios.

A sua localização está associada a cursos de água e às zonas de extracção de madeira, pelo que terão sido implantados em locais florestais ou próximo deles. Quanto às características dos edifícios onde se instalavam as serras d’água, seriam na sua maioria executados em madeira, alguns com cobertura de palha e outros, mais tardiamente, seriam cobertos já com telha. O seu aspecto rudimentar pressupõe que o engenho deveria ser transportável sempre que a falta de madeira ou as licenças o impusessem. Desta forma a “fábrica” tornava-se móvel, instalando-se onde fosse mais favorável para a exploração, devido às necessidades de uma determinada localidade, ou também porque estes engenhos davam origem a conflitos de interesse na utilização da água. Relativamente ao tipo dos primeiros engenhos, aquando do povoamento *“acreditamos que se deveria aproximar do único engenho que persiste, no Pico da Achadinha, em São Jorge, propriedade do último serrador de toda a Ilha, o Sr. Silvino Gonçalves da Silva, que ainda vimos laborar em 1983 e já em fase de pouca actividade em 1997.(...)”*¹⁶⁴ O edifício e o engenho estão colocados, paralelamente à levada, cujas águas accionam a roda motriz. O edifício possui uma estrutura totalmente em madeira e dispõe de três espaços, a saber: a casa do engenho, o quarto da

¹⁶² Luiza Helena Clode e José Victor Adragão, *Madeira*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., p. 183.

¹⁶³ Citado por Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 246.

¹⁶⁴ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 248.

ferramenta, fechado, e um pequeno espaço que o serrador utiliza como cozinha. Mas contrariando a sua simplicidade arquitectónica *“Este engenho revela o grande apuro tecnológico a que chegaram os engenhos da Ilha e também a destreza do serrador que herdou o conhecimento dos seus familiares. O serrador de engenho tinha também a responsabilidade da sua manutenção, conhecendo detalhadamente todos os pormenores e dispondo de uma oficina e ferramentas próprias. Destas serrações saía todo o tipo de madeiras, mas principalmente o tabuado”*.¹⁶⁵

A Serra de Água é um projecto mais recente de uma unidade etnoindustrial. A mesma água que irá fazer mover os rodízios do moinho, já referido, transfere energia a este mecanismo tradicional. A serra de água é propriedade privada, de uma professora do ensino primário, que a adquiriu a um particular num estado bastante degradado para a recuperar para fins didácticos. É uma instalação rudimentar feita em madeira¹⁶⁶. A solução para o projecto foi a de preservar o que existia, colocando apenas nova cobertura em madeira. Para a recuperação do espaço e realização do projecto da zona envolvente, a proprietária contou com o apoio da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Entre estes dois espaços existe um elemento de ligação – a água - a água que nasce na serra, é conduzida pela levada que, por sua vez, a faz passar pelo moinho e deste segue para a rega dos campos. Esta unidade histórica entra no itinerário de visitas que procuram o (pré)património industrial.

A pouca valorização que se vem dando a este tipo de património reflecte-se, hoje, num novo abandono que já se nota neste sítio.

3.3 - O Engenho de Açúcar da Calheta

Um terceiro espaço que achamos de interesse referir é o Engenho do Açúcar da Calheta que tem um funcionamento sazonal, no período de lavoura (corte da cana de açúcar), de Março a Maio. Este engenho é dos mais recentes da ilha (século XX) e surgiu do reaproveitamento de uma zona de poios.

Durante o período de funcionamento o Engenho vende os produtos que fabrica: mel de cana, aguardente de cana, assim como, licores e doçaria onde entram na confecção,

¹⁶⁵ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 249

¹⁶⁶ Com dois espaços: a zona da serração e a dependência com cama para descanso da pessoa que ali trabalhava

nomeadamente- broas de mel e bolo de mel. De igual modo aqui é interessante apreciar-se a produção do mel e da aguardente de cana, bem como fazer a aquisição no local de tais produtos. Também este é um exemplo de um aproveitamento isolado e de interesse pontual dos proprietários que não têm um suporte institucional que garanta a sua continuidade e, conforme escreve Maurice Daumas: “*Em cada país a emergência da arqueologia industrial produziu-se dentro de um contexto particular*”¹⁶⁷.

Dos espaços que descrevemos, no âmbito da arqueologia industrial, este é o mais conhecido, possuindo divulgação nos Guias Turísticos da Região, sendo logicamente, o que tem maior número de visitantes durante os meses em que está aberto ao público.

3.4 - Engenho do Porto da Cruz

Fica situado no Porto da Cruz, no Sítio das Casas Próximas, sendo o único na zona norte da Ilha.

O primeiro engenho foi montado em 1858 para o fabrico de mel e aguardente de cana enquanto o segundo surgiu, em 1927, numa fase em que a maior parte dos engenhos do norte estavam a encerrar. A sociedade passou a denominar-se Companhia dos Engenhos do Norte Ltda, e nele funcionava maquinaria que havia sido retirada de outros engenhos da Madeira, nomeadamente Hinton e Ponta do Sol, sendo algum deste equipamento datado de cerca de 1880, como é o caso da máquina a vapor. Neste conjunto arquitectónico, “*O seu grande volume, com fachada de empena, encerra o núcleo fabril onde se localiza o engenho a vapor de 1906 para prensar a cana, seguindo a garapa para o alambique sem qualquer separação física*”.¹⁶⁸ É de salientar o rico património industrial do imóvel de fachada característica deste tipo de unidade fabril e de um equipamento, que pela sua antiguidade e riqueza, pode realizar todo o ciclo de produção. Não esquecer que estamos num concelho associado, por longa tradição, ao cultivo da cana e aos engenhos. A instalação funciona apenas na época do corte da cana - de Março a Maio - produzindo aguardente e mel de cana, existindo um espaço lateral onde os visitantes fazem a prova e a compra dos produtos.

Este Engenho, em nossa opinião, é a unidade mais adequada para reconversão em Museu do Açúcar, o que a não se fazer levará à sua degradação. Senão vejamos: cobre um referente

¹⁶⁷ Maurice Daumas, *L' Archeologie Industrielle en France*, Éditions Robert Laffont, Paris, 1980, pp. 444.

¹⁶⁸ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 254.

temporal respeitante à revolução industrial; está localizado na costa norte da ilha, que é importante revitalizar; preserva ainda todo o equipamento de produção, fabricando em períodos sazonais, mel e aguardente; as potencialidades do edifício, de arquitectura quase do 1.º quartel de novecentos (1927); máquina a vapor do século XIX (cerca de 1880); parte do acervo de 1921 – maquinaria adquirida e retirada de outros engenhos; o bom estado de conservação do edifício e do equipamento.

O desenvolvimento que o açúcar trouxe à ilha no século XV e no período de 1910 a 1930, poderia agora fomentá-lo através da cultura. Um projecto deste tipo interessaria toda a Região mas despertaria a população local de forma muito especial proporcionando-lhe uma fruição constante, do museu como espaço cultural. O sector escolar disporia de mais uma unidade educativa “ao vivo”. À nova realidade cultural está implícito o desenvolvimento económico local com novos postos de trabalho e expansão lógica do comércio local.

Falar do açúcar, do seu cultivo e do seu fabrico, é falar da história da Ilha, da história da população. Na época, houve um saber aproveitar o produto que levou ao desenvolvimento económico, social e cultural. No entanto, e incompreensivelmente, essa expansão negocial não teve reflexos numa evolução tecnológica o que possibilita que a ambiência actual do engenho seja idêntica à de finais do século XIX. Esta situação leva a que ao entrarmos hoje num engenho madeirense nos sintamos recuar no tempo, num regresso a uma época de Revolução Industrial em que o seu equipamento inovador era a máquina a vapor. Mão de obra operária e máquina a vapor continuam, num engenho de açúcar, a ser os elementos fundamentais da cadeia de produção. Esta realidade prolongou-se ao longo de gerações, tendo, certamente, repercussão na memória da maior parte das famílias madeirenses. São imagens que, quer oral, quer visualmente, passaram de geração em geração fazendo hoje, somente, parte do imaginário dos mais novos e na saudade dos mais velhos.

“A atmosfera destes engenhos é avassaladora e, basicamente, deriva das impressionantes máquinas a vapor e de todos os mecanismos postos em movimento por correias e tambores ligados a eixos. Neste espaço da Revolução Industrial, homens e matéria-prima circulam num ambiente carregado de um inebriante odor açucarado. A importância sócio-cultural destes dois últimos engenhos será duplamente valiosa por se tratar de uma indústria que teve grande

relevância na Madeira, e que ainda labora segundo a tecnologia original do século XIX, constituindo assim dois núcleos museológicos activos de grande alcance pedagógico.”¹⁶⁹

Por fim, resta esperar, como disse Brandão Lucas, que não se perca de todo o açúcar da Madeira, porque ele é trave mestra de uma história, de uma tradição e, sobretudo, de uma cultura.

¹⁶⁹ Victor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, p. 254.

CAPÍTULO III – Perspectivas Futuras

Através do Secretário Regional da Cultura e Turismo ficámos a saber que o parque museológico da Madeira vai contar com mais algumas unidades até 2004, sendo um deles “O Museu da História da Madeira”, que será um referencial da memória e da importância histórica da região, logo, da sua identidade e que até aquele ano serão abertos, pelo menos, dois dos seus núcleos, o do início da colonização e o da autonomia. O Guião do Museu, que foi inspirado no Museu da História da Catalunha, existente em Barcelona, está já a ser elaborado pelo historiador Alberto Vieira, do Centro de Estudos de História do Atlântico, que possui grande credibilidade internacional, com o apoio daquela Instituição Catalã.

Pensamos que esta nova unidade tal como a construção, de raiz, de um edifício para o Museu de Arte Contemporânea, provisoriamente instalado no Forte de São Tiago, a melhoria dos espaços de apoio ao Museu da Quinta das Cruzes e a criação de um Museu do Brinquedo e da Criança, na vila da Calheta, instalações que nos foram descritas, enriquecerá, substancialmente o parque museológico da Madeira. Também a abertura do Museu da Fotografia “O Museu Vicentes” que é o segundo mais importante museu de fotografia da Europa, completará a rede dos principais museus da Região.

Para além disso, a Secretaria da Cultura vai dinamizar a publicitação dos museus junto do público, nomeadamente do jovem, procurando uma cooperação com a Secretaria da Educação, para um programa dirigido às escolas e estão em preparação *sítios* de contacto com os Museus da Madeira, na *internet*.

A existência dentro da Secretaria Regional da Cultura de contactos e solicitações de universidades estrangeiras e um conjunto de iniciativas relevantes quanto à história do Atlântico apresenta-se-nos muito importante, vindo o novo edifício a construir do Arquivo Histórico e Biblioteca da Madeira, integrado no complexo universitário do Funchal, aproximar a universidade de um importantíssimo acervo da história das Ilhas Atlânticas e de incentivar a investigação.

A relação cultural da Madeira com os arquipélagos atlânticos dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde, é um dos projectos da Secretaria da Cultura, em especial o Festival das Artes

deverá ser aberto aos criadores de todas estas regiões atlânticas. Pretende-se também, em 2003 reunir no Funchal todos os responsáveis governamentais da cultura das regiões ultra-periféricas da Europa, em que as diferentes culturas dessas regiões estejam representadas.

O Secretário Regional da Cultura salientou o esforço do seu departamento na descentralização cultural e no apoio às iniciativas privadas – explicando que “um povo que vive isolado, como o madeirense, tem direito à cultura, mas isso significa um custo acrescido”. Informou ainda que o debate sobre a cultura na Região vai ser intensificado, exemplificando com a primeira reunião, há duas semanas, do Conselho da Cultura da Madeira. Defende que, numa zona de turismo como este território insular, a cultura deve andar a par desta actividade, mas que, na prática, não é muito perceptível. Como principais objectivos do actual mandato, figuram a criação do Museu da História da Madeira e a intensificação do diálogo cultural.¹⁷⁰

Conforme estabelecido na Lei Orgânica – nº. 72 I-Série B do Diário da República, de 25/3/2000, à Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) são conferidas as seguintes atribuições “*A DRAC é o órgão que tem como atribuição orientar, executar e coordenar a política cultural da Região Autónoma da Madeira, nas suas diferentes vertentes, bem como promover a salvaguarda e valorização do património cultural da RAM, de harmonia com os princípios e competências estipulados pela Lei nº. 13/85, de 6 de Julho, e pelo Decreto Legislativo Regional nº. 23/91/M, de 16 de Agosto*”.

À DRAC compete “Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens imóveis e móveis que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico, arquitectónico, urbanístico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural existente na RAM; favorecer a criação, preservação e difusão das obras do espírito e das produções de imaginação, designadamente, apoiando instituições ou agentes de criação e produção de vocação e âmbito culturais; Incentivar a participação da população da RAM na vida cultural, promovendo adequadas actividades descentralizadas; estabelecer relações culturais com outros povos, particularmente, países de língua portuguesa e acolhedores de comunidades madeirenses; exercer actividade editorial apropriada, especialmente do âmbito das suas atribuições e competências.” Está na dependência directa do Secretário Regional do Turismo e Cultura e tem a seguinte estrutura orgânica: 1 – Divisão de Serviços Administrativos, 2 – Direcção de Serviços do

¹⁷⁰ Síntese da conversa com o Secretário Regional do Turismo e Cultura (2001).

Património e Actividades Culturais, 3 – Direcção de Serviços de Bibliotecas e Arquivos, 4 – Direcção de Serviços de Museus e 5 – Inspecção Regional de Espectáculos.

Aprofundando as competências atribuídas às divisões que estão ligadas ao património e aos museus, diremos que à Divisão de Protecção do Património Cultural compete: “Colaborar com os departamentos competentes com acção no domínio dos bens imóveis que constituem património cultural – monumentos, conjuntos e sítios; dar parecer sobre projectos respeitantes a edifícios classificados ou em vias de classificação, sob o ponto de vista arquitectónico ou histórico, localizados na RAM, assim como, relativamente a todo o tipo de construção que se projecte para as zonas de protecção desses edifícios; cooperar com os serviços e organismos cujas actividades se desenvolvam nas áreas da investigação e protecção dos bens culturais móveis; propor a classificação, segundo o valor – local, regional, nacional ou internacional – considerado mais ajustado, ou a desclassificação, de bens móveis e imóveis, mediante processo devidamente fundamentado; efectuar estudos de carácter técnico com vista à adopção das convenientes medidas de conservação ou restauro de bens móveis e imóveis, classificados ou a classificar; superintender tecnicamente em trabalhos de conservação ou restauro de peças de museu, objectos de arte e outros com valor semelhante a cargo da DRAC; desenvolver acções de divulgação do património cultural da Região Autónoma da Madeira”.

Relativamente à Divisão de Animação e Divulgação Culturais compete:

“Inventariar as instituições de vocação e âmbito culturais, bem como os agentes de criação, produção e intervenção no mesmo domínio e, bem assim, propor apoio e cooperação para os seus programas de actividades; organizar exposições, designadamente de trabalhos das áreas das belas artes e histórico-culturais; assegurar e apoiar projectos e realizações artístico-culturais, nomeadamente no campo do teatro e da música; apoiar a dinamização cultural dos museus pertencentes à DRAC, em consonância com as actividades desses museus.”

A Divisão de Animação e Divulgação Culturais compreende a Casa da Cultura da Calheta, na Casa das Mudas, concelho da Calheta, cujas actividades são coordenadas por um técnico superior ou funcionário com categoria equivalente; o Centro Cívico de Animação e Cultura Edmundo Bettencourt, no Funchal, cujas actividades são coordenadas por um chefe de secção ou funcionário da carreira técnica; os núcleos de exposições de obras artísticas, na galeria do edifício sede da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, no Funchal, e no Forte de Nossa Senhora do Amparo, em Machico; a Casa do Artista, no Solar de São Cristóvão, concelho de Machico, criada

pela Resolução nº. 106/2000, de 27 de Janeiro, do Conselho do Governo Regional, e que possui regulamento próprio.

Finalmente, a Direcção de Serviços de Museus é a unidade orgânica com acção no domínio da organização, gestão e funcionamento dos museus e núcleos museológicos pertencentes à DRAC, sendo dirigida por um director de serviços e compreende os seguintes museus: Museu da Quinta das Cruzes, Casa-Museu de Frederico de Freitas, Photographia-Museu Vicentes, Museu de Arte Contemporânea, Museu Etnográfico da Madeira e Casa-Museu Cristóvão Colombo. Os museus, atrás referidos, com excepção da Casa-Museu Cristóvão Colombo, são dirigidos por directores, sendo esta Casa-Museu coordenada por um técnico superior com formação adequada.

Aos museus e núcleos museológicos compete inventariar, catalogar e classificar todas as espécies que constituam os seus patrimónios e zelar pela sua conservação e segurança; propor a aquisição de novas espécies que possam enriquecer os seus patrimónios; expor ao público, de forma sistematizada e explicada, cada uma das espécies que integram os seus recheios museológicos; promover adequadas acções de animação viradas ao público, como forma de divulgar os seus patrimónios; colaborar e cooperar com entidades públicas e privadas, em ordem a assegurar a valorização cultural das populações.

Conforme conversa com o director da DRAC, a Direcção de Serviços de Museus deve possuir um regulamento de funcionamento dos seus museus e núcleos museológicos, salvaguardando a especificidade de cada um, sujeito à sua aprovação.

A Direcção de Serviços de Museus tem 1 quadro conjunto com cerca de 250 funcionários distribuídos entre museus e serviços especiais. O cargo de director de museu está equiparado a chefe de divisão, que ascendem por concurso entre os técnicos superiores de museus. Até há 4 anos atrás, os serviços estavam pouco modernizados, sem director de serviços, estando este instalado no Museu de Arte Contemporânea e a exercer o cargo de director do Museu. Para o funcionamento de cada museu é delegada uma certa autonomia, quer relativamente ao programa anual, quer ao orçamento. No entanto, a elaboração do Programa final, incluindo o de Apoio a Museus e Casas de Cultura, é realizada pelo director regional, sendo também inseridos os projecto de acções de restauro, aquisições e exposições. Com base nos programas, o director faz uma proposta de orçamento ao Secretário Regional do Turismo e Cultura que será repartida entre os Museus, sendo, geralmente, baseada nas verbas dos anos anteriores.

Também constatámos que, dada a dimensão da ilha, existe uma relação de muita proximidade entre os profissionais dos museus, o que muitas vezes facilita, mas, por outras, geram-se situações em que é necessária intervenção por parte do director regional, Dr. João Henriques G. Silva.

Os meios de divulgação utilizados pela DRAC são os anúncios publicados em jornais que estão vocacionados para o Turismo – Revista TIPS e Madeira Island – estando a ser já pensada a promoção pela *Internet*, conforme também corroborado pelo Secretário Regional da Cultura e Turismo.

Pelo director regional foi mencionada a escassez de recursos humanos para a parte gráfica o que se reflecte na falta de um roteiro conjunto de todos os museus da DRAC, existente em tempo mas necessitava de ser actualizado. Também o director regional, no final da nossa conversa, fez sentir a necessidade de haver na Madeira um Museu da Região, razão pela qual foi já efectuada uma visita ao Museu da História da Catalunha, continuando a haver ligações nesse sentido.¹⁷¹

Relativamente à conversa com o Director de Serviços de Museus, foi-nos dito que os desafios colocados às instituições museológicas da Região Autónoma da Madeira, deveriam ser entendidos “*numa política integrada de desenvolvimento cultural, que afirme o passado como herança apetecível e não como fardo, e potencie a nossa criatividade presente e de futuro, como a nossa mais intrínseca qualidade*”. Assim, esta posição, colocando os museus numa lógica integrada da patrimoniologia, impõe as heranças culturais como testemunhos vivos, que devem ser postos ao serviço da construção do futuro. Por outro lado, a integração do País na Comunidade Europeia justifica, cada vez mais, que se mostrem as diferenças baseadas na herança cultural.

Falámos sobre o extraordinário espólio artístico e científico de que a Região Autónoma da Madeira é detentora, assumindo um dos primeiros lugares do País, sendo mesmo, nalgumas áreas, possuidores de conjuntos insubstituíveis, nomeadamente a do Museu de Arte Sacra do Funchal, jóia da coroa das colecções madeirenses, o que os orgulha a todos, mas que lhes traz grandes responsabilidades. Afirmou ainda o nosso interlocutor, “*se os Museus têm por função primordial a inventariação, classificação e conservação das suas espécies, a sua verdadeira dimensão está quando se lhes acrescenta vida e ela só surge quando os transformamos em poderosos*

¹⁷¹ Síntese da conversa com o Director Regional dos Assuntos Culturais (2001).

instrumentos de comunicação e educação. Se as novas tecnologias se revelam hoje, também nos Museus, estruturantes, elas só conduzirão o trabalho que a nossa criatividade puder desenvolver.”

Fazendo o balanço dos últimos 20 anos, disse-nos que têm-se revelado de enorme dinamismo e de conquistas dentro dos fenómenos culturais e no âmbito do contexto museal em particular. Comparando o passado com a realidade actual as diferenças são enormes e o trabalho apresentado não pode ser ignorado. A realidade museológica regional ganhou dinamismo e poder de autoria de eventos culturais, primeiro marcado pelo reforço dos seus quadros técnicos e pela sua formação profissional, depois pelos investimentos em infra-estruturas, quer pela sua construção de raiz ou adaptação, casos da Quinta das Cruzes – Museu, Casa-Museu Frederico de Freitas, Museu de Arte Contemporânea – Fortaleza de São Tiago e Museu Etnográfico da Madeira, na Ribeira Brava, situações que comprovámos no terreno. Referido foi também, para além de um esforço directo do Governo Regional, o trabalho realizado pela Câmara Municipal do Funchal com o museu dedicado a Francisco e Henrique Franco e Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, e ainda para o desenvolvimento e investimentos a concluir no Museu de História Natural, mantendo a sua tradição de poderoso centro de investigação. O dinamismo empreendido provocou valores de progressivo interesse dos museus enquanto importante reserva dinâmica de memórias provocando até respostas por parte da sociedade civil, como é o caso exemplar e premiado do Museu Casa da Luz, da Empresa de Electricidade da Madeira. Apontou-se a constante necessidade na qualificação profissional, dos vários agentes presentes nas unidades museológicas, assim como o assegurar das condições institucionais e orgânicas que permitam o desenvolvimento dos projectos de trabalho. E, para além da criação de valorização patrimonial dos espólios existentes, o director de serviços realçou o extraordinário esforço que tem sido realizado, quer por parte do Governo Regional, sobretudo em relação à Quinta das Cruzes – Museu e Museu de Arte Contemporânea, quer ainda pela C.M.F., pioneira no equipamento patrimonial e artístico das suas colecções, sobretudo para o Núcleo Museológico a Cidade do Açúcar.

Referiu, para além da necessidade de contactos nacionais e internacionais, casas antiquárias e leiloeiras portuguesas, mas também com a *Richard Green, Sotheby's e Christie's*, entre outras, para que património relacionado com a Madeira possa ser integrado nas colecções dos museus tornando-as ainda mais ricas, a necessidade de desenvolver uma política integrada da gestão dos recursos museológicos, que implicam uma rede regional em articulação com o

panorama nacional, ou mesmo de cariz mais vasto. Aqui, refira-se a passagem à final europeia, num júri do Conselho da Europa, promovido pela UNESCO, para Museu do Ano, do Núcleo Museológico do Açúcar e do Museu Casa da Luz, da Empresa de Electricidade da Madeira.

Essa rede museológica deve incluir-se numa lógica patrimonológica, e decididamente inserida como parceira, num modelo de gestão do património cultural da Região. Por exemplo, se a natureza intrínseca de uma colecção como a do Museu “Vicentes Photographos” exige cuidados especiais no campo da conservação preventiva e da conservação e restauro, outras áreas, como as colecções de pintura ou de escultura dos museus, podem ser recuperadas no âmbito de um instituto de conservação e restauro ou organismos similares, de cariz mais vasto.

Aliar o Turismo, sector estratégico para a economia da Região, à herança patrimonial é uma das suas pretensões, entendendo a herança patrimonial como importante recurso, que pode ser explorado de forma consistente e articulada. Tomando em conta as unidades museológicas existentes e organizando um balanço das unidades em falta, no percurso da nossa história, parece-lhe importante destacar a criação do Museu da Emigração, que conte a diáspora madeirense pelos cinco continentes e a forma como se têm afirmado as comunidades madeirenses espalhadas pelo Mundo. Esta unidade deveria ser construída na periferia do Funchal, como exemplo para a reabilitação urbana e a criação de novas centralidades.

Também a criação do Museu da Imagem, que contemplaria os espólios existentes do denominado Museu Vicentes, assim como o resultado da pesquisa de material respeitante às edições gráficas, televisão, vídeo e cinema realizado sobre a Madeira, achando que para o efeito deveria ser lançado um concurso internacional, com convites a Frank Gery, Jacques Herzog e Pierre de Meuron, entre outros. Ainda a criação do Núcleo Museológico que apresentasse a história do processamento do Açúcar, e que cobrisse a referente temporal respeitante à revolução industrial, preferencialmente ligado à recuperação funcional de um engenho em que as duas unidades que cobririam as diferentes fases e valências seria o extraordinário conjunto do Engenho do Faial e do Engenho do Porto da Cruz.

Aponta ainda como sugestões de musealização a Quinta do Monte, como Museu Romântico, valorizando a unidade casa e parque ajardinado, com a objectiva referência ao último Imperador da Áustria e a organização de um Museu de Escultura ao Ar Livre, que implicaria uma redefinição da estatuária e escultura pública da cidade já existente, assim como a encomenda de obras a escultores madeirenses e a alguns dos mais prestigiados escultores portugueses, caso de Rui Sanches, Rui Chafes, Manuel Rosa, Pedro Cabrita Reis, Fernanda Fragateiro, entre outros.

Esta medida completaria a ideia já avançada pela C.M.F., no convite ao artista Rigo para uma obra na *Promenade*. Sugere também um convite a um arquitecto português como Eduardo Souto Moura ou Manuel Mateus, para a construção de um edifício nos futuros jardins na fábrica Hinton que instalasse a Colecção Berardo.

Como últimas palavras referiu a necessidade de proceder à integração do Convento de Santa Clara, no circuito dos Museus e das unidades patrimoniais de visita da Região, pela sua extraordinária qualidade artística e arquitectónica, devendo a musealização do convento passar por um criterioso restauro do seu património móvel e imóvel, já entretanto iniciado, dando a conhecer um dos espaços de eleição de toda a Região Autónoma.

Como balanço, o director de serviços salientou a obra feita em que a sua grande qualidade está na permanente insatisfação perante os resultados e na necessidade de continuar a trabalhar, e rematou a conversa com uma frase de George Salles “ o Museu é um laboratório e um teatro, onde se representa a própria vida”.¹⁷²

Não queremos deixar de assinalar uma outra unidade museológica tutelada pela DRAC, a Casa da Cultura da Calheta, na Casa das Mudanças, que fica localizada no lado oeste da ilha, no concelho da Calheta e que tem, actualmente, projectado um novo edifício que ficará anexo ao existente. A actual Casa da Cultura possui uma sala com cerca de 120m² e uma biblioteca com a mesma área. O novo projecto, cuja abertura está prevista para final de 2003, comportará uma área estimada em 6 500 m² sendo, futuramente, a maior Casa da Cultura da Região. Também englobará um auditório, salas de projecção, biblioteca, e 4 salas para ateliers infantis, salas polivalentes. Até agora a Casa das Mudanças tem funcionado apenas com exposições temporárias de dois a três meses, estando previsto no novo espaço com cerca de 2000 m² que será gerido entre exposições temporárias e permanentes, dependendo das aquisições que forem feitas ao longo do tempo. Esta unidade é um espaço de periferia que permite, à semelhança de espaços congéneres, fazer uma descentralização das actividades culturais, cativando o interesse das comunidades para a ocupação dos seus tempos livres através do lazer cultural.

Nesta era de “Globalização” cremos que com uma reflexão conjunta sobre os valores Regionais poderemos passar à acção no sentido de se criar e ajudar a manter uma identidade própria, que se nos mostra rica nos seus valores e tradições, promovendo a construção e

¹⁷² Síntese da conversa com o Director de Serviços de Museus (2001).

reconstrução do Património Cultural, inclusivé no campo das mentalidades, possibilitando o desenvolvimento social através de múltiplos e diversificados patrimónios culturais.

Para finalizar, desejamos que tanto os projectos que estão a ser realizados como os que estão pensados para futuro deverão ter presente que *“Não é já tempo de remediar erros de séculos, mas de reparar e prevenir muitos erros, de dar valor histórico a pedras e ruínas apagadas no esquecimento de seus destroços; (...) de restaurar e zelar a conservação de tudo quanto possa perder-se para educação estética, cívica, moral e religiosa da comunidade social.”*¹⁷³

¹⁷³ Padre Eduardo Clemente Nunes Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, Funchal, 1967, p. 743.

CAPÍTULO IV – Conclusão

O panorama museológico madeirense evidencia, quanto a nós, três momentos importantes: o primeiro surge com os primeiros museus do arquipélago entre 1850 e 1882, ligados à História Natural, que reflectem o movimento científico europeu deste período; o segundo momento corresponde ao início de uma certa consciencialização para as questões da preservação do património histórico e artístico, móvel e edificado, que vai de 1933 a 1955; o terceiro tem início com a Autonomia Regional a partir de 1976, com a instituição da Lei Fundamental, a partir da qual é criada a Região Autónoma da Madeira.

Fazendo uma apreciação sobre os primeiros museus da Madeira, temos que dos seis museus que se pretenderam criar até 1929, a saber:

- Museu de Ciências Naturais,
- Museu do Seminário,
- Museu do Liceu,
- Museu Arqueológico,
- Museu Oceanográfico e
- Museu Municipal do Funchal

cinco tinham relação directa com a História Natural, ficando apenas excluído desta tipologia o Museu Arqueológico, que não chegou a concretizar-se, o que vem na linha do que afirmámos aquando do início deste capítulo: *“Sujeito aos ventos que arejam o mundo da Ciência, por dela ser dependente, o Museu de História Natural viu fortalecer-se o seu papel nos séculos XVIII e XIX, quando da febre das descobertas e do predomínio da cartografia biológica do Planeta. As curiosidades coleccionadas pelos diletantes, abastados e nobres, reis e imperadores, foram-se concentrando em instituições que, até aos princípios deste século¹⁷⁴, lideraram aqueles aspectos da investigação científica directamente ligados com a Sistemática.”*¹⁷⁵

¹⁷⁴ Início do século XX, dado que a obra citada é de 1994

¹⁷⁵ António Frias Martins, *História Natural – Sistemática*, in «1º. Encontro das Instituições Museológicas dos Açores, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 1994, p. 137.

Relativamente ao segundo momento, referente à preservação do património móvel e imóvel, podemos sintetizar da seguinte maneira:

- 1933 – em duas salas da igreja da Sé tem início um pequeno museu de arte sacra;
- 1946 – César Gomes faz doação à Madeira de uma colecção de objectos de arte, com a finalidade de criação de um museu;
- 1946 – aquisição da Quinta das Cruzes (classificada em 1947 como Imóvel de Interesse Público) pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, para criação de um museu de artes decorativas;
- 1949 – algumas das obras da futura colecção de pintura do Museu são restauradas e expostas no Museu Nacional de Arte Antiga;
- 1955 – abertura do Museu de Arte Sacra no antigo Paço Episcopal e obras de adaptação do imóvel a Museu.

O terceiro momento, que está relacionado com a Autonomia, foi, certamente, um período de reflexão e consciencialização de que muito havia para ser feito na área cultural. Pensa-se e olha-se o Arquipélago, com as suas raízes, suas diferenças e, sobretudo, a sua História. Ambiciona-se mostrar o que o caracteriza, as suas multifacetadas identidades locais, artesanato, produtos e personagens que transportaram a Madeira para além do seu perímetro insular, associando-se a este pensamento uma enorme vontade de defesa do património que vai por sua vez provocar uma dinâmica de criação de novos museus. Musealizam-se temas e objectos que faziam parte do quotidiano, porque a nova época é portadora de um espírito mais alargado de cultura, sendo que *“Os museus nas últimas décadas, têm desempenhado um papel relevante e específico no campo da democratização da cultura, rompendo as barreiras dos seus espaços tradicionais, procurando novos públicos e criando exposições que incorporam linguagens mistas. (...) A preservação da herança cultural passou a exigir outros mecanismos de transmissão, na tentativa de interagir com uma sociedade que convive com o objecto descartável, com o desequilíbrio ecológico e com inúmeros estímulos visuais muito potentes.”*¹⁷⁶

Fazendo ainda uma apreciação temporal desta temática ao longo do século XX, deparamo-nos com um hiato de 17 anos entre 1929, data da abertura do Museu Municipal do

¹⁷⁶ Cristina Bruno, *Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos*, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 10, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997, pp. 37-41.

Funchal/História Natural e a do Museu da Quinta das Cruzes em 1946. Instalara-se, entretanto, em 1933, em duas salas da igreja da Sé, uma unidade museológica de Arte Sacra, enquanto que o actual Museu, com a mesma designação só viria a ser inaugurado, em 1955. Depois deste foi inaugurado, em 1960, o Jardim Botânico com o Museu de História Natural, ocorrendo, de novo, outro hiato de 22 anos até à abertura do Museu Vicentes em 1982.

Em conclusão, temos que 25 anos de Autonomia Regional – o período compreendido entre 1976 e 2001 – deram ao arquipélago treze unidades museológicas comparativamente a quatro que foram instalados ao longo de 47 anos – de 1929 a 1976.

Para uma melhor visualização da evolução cronológica dos museus do arquipélago, elaborámos o seguinte quadro:

Quadro nº. 23: Museus da Madeira – Cronologia Geral

Nome	Ano
1 – Museu de Ciências Naturais	1850
2 – Museu do Seminário	1882
3 – Museu do Liceu	1913
4 – Museu Arqueológico	1915
5 – Museu Oceanográfico	1920
6 - Museu Municipal do Funchal /História Natural	1929
7 – Museu da Quinta das Cruzes	1946
8 – Museu de Arte Sacra ¹⁷⁷	1955
9 - Jardim Botânico – Quinta do Bom Sucesso/Museu de História Natural	1960

¹⁷⁷ A génese do Museu de Arte Sacra ocorre em 1933 com a abertura de 2 salas na Sé do Funchal

Nome	Ano
10 - Museu Vicentes	1982
11 – Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira	1984
12 - Museu da Cidade	1986
13 - Museu Henrique e Francisco Franco	1987
14 - Museu Frederico de Freitas	1988
15 - Madeira Wine Company – Adegas de S. Francisco	1988
16 - Museu Mário Barbeito de Vasconcelos	1989
17 – Casa de Colombo	1989
18 - Museu da Baleia	1990
19 - Museu de Arte Contemporânea	1992
20 – Palácio de S. Lourenço	1995
21 - Museu Etnográfico	1995
22 – Núcleo Museológico do IBTAM	1996
23 - Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”	1997
24 - Museu de Electricidade “Casa da Luz”	1997

Nota: Neste quadro estão contemplados todos os museus que fizeram parte da História da Museologia no Arquipélago da Madeira: os museus que existiram e encerraram, os que não passaram de pretensão e os que existem ao momento.

Segundo o Inquérito Anual aos Museus, datado de Março de 2000, que tomava como referência os dados de 1999, a Madeira é uma das zonas do País onde, recentemente, se foram criando mais espaços museológicos, estando o Funchal inserido no conjunto dos concelhos com maior densidade museológica – mais de 10 museus – para além de Lisboa, Sintra, Coimbra, Porto e Braga.

O parque museológico apresenta-se diversificado, cobrindo a maior parte das tipologias estabelecidas pelo IPM, ou seja: museus de arte, museus de história, museus da ciência e da história natural, museus da ciência e tecnologia, museus de etnografia e de antropologia, museus especializados, museus genéricos, monumentos e sítios, jardins zoológicos, botânicos e aquários. Encontram-se por preencher as vertentes de museus regionais e museus de arqueologia¹⁷⁸, embora haja colecções a elas referentes nalguns museus.

No quadro seguinte podemos verificar a diferente tipologia de unidades museológicas que o arquipélago foi assumindo ao longo do tempo, atitude que é reflexo de um alargamento pelo interesse dos objectos com ligação ao quotidiano e sua incorporação na linguagem museal.

Quadro n.º. 24: Museus da Madeira – Tipologia

Museus	Tipologia
1 – Museu Municipal do Funchal / História Natural (1929)	Museu da Ciência e da História Natural
2 – Museu Quinta das Cruzes (1946)	Museu de Arte
3 – Museu de Arte Sacra (1955)	Museu de Arte
4 – Jardim Botânico / Quinta do Bom Sucesso – História Natural (1960)	Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários
5 – Museu Vicentes (1982)	Museu de Arte

¹⁷⁸ Na fase final deste estudo visitámos o edifício da Junta de Freguesia de Machico onde se realizaram escavações e se pretende preservar “*in situ*” todo os elementos arqueológicos.

Museus	Tipologia
6 – Museu do Vinho/Instituto do Vinho Madeira (1984)	Museu de Etnografia e de Antropologia
7 – Museu Henrique e Francisco Franco (1987)	Museu de Arte
8 – Museu Frederico de Freitas (1988)	Museu de Arte
9 – Madeira Wine Company – Adegas de S. Francisco (1988)	Museu de Etnografia e de Antropologia
10 – Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos (1989)	Museu Genérico
11 – Casa de Colombo (1989)	Museu de História
12 – Museu da Baleia (1990)	Museu Especializado
13 – Museu de Arte Contemporânea (1992)	Museu de Arte
14 – Palácio de S. Lourenço (1995)	Monumentos e Sítios
15 – Museu Etnográfico (1995)	Museu de Etnografia e de Antropologia
16 – Núcleo Museológico do IBTAM (1996)	Museu de Etnografia e de Antropologia
17 – Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” (1997)	Museu de História
18 – Museu de Electricidade “Casa da Luz” (1997)	Museu da Ciência e Tecnologia

Em três décadas muito se fez na Região no campo da museologia, com inúmeras dificuldades que se adivinhavam, mas que se foram ultrapassando mercê do empenhamento e entusiasmo que leva toda uma “equipa” a prosseguir consciente de que muito ainda havia para fazer, porquanto *“Como todas as instituições o museu contemporâneo evoluiu ao mesmo tempo que a sociedade em geral, sofrendo de facto transformações que quer queiramos ou não, ele é um dos protagonistas do processo sociocultural e económico tão complexo como a mundialização, o desenvolvimento permanente e o turismo. Sob o efeito das convulsões económicas, sociais e culturais, o museu sofreu ao longo dos últimos anos com uma rapidez tal uma metamorfose tão grande que passou a incluir actividades anteriormente consideradas como não fazendo parte da sua competência e que se tornaram são tão vulgares ao ponto de hoje passarem já quase despercebidas.*

*O turismo é precisamente um dos movimentos mundiais que sacudiu os fundamentos do museu e outras instituições culturais. Ao longo dos últimos anos,(...) desenvolveu-se paralelamente ao modelo de consumo actual da sociedade moderna para tornar-se em vinte anos um maior facto económico cultural e social, específico do final do II milénio.*¹⁷⁹

A população madeirense continua pouco sensibilizada para a arte e para a cultura, sendo que os museus continuam a ser visitados, preferencialmente, por turistas, que constituem cerca de 98% dos visitantes. A falta de sensibilização dos madeirenses pela cultura, à imagem dos restantes portugueses, é uma realidade que tenta ser contrariada pelos responsáveis dos museus que, pouco a pouco, começam a tentar encontrar novas formas de persuasão da população, continuando a persistir uma ideia de elitismo associada aos museus, que são vistos, essencialmente, como espaços destinados aos turistas e aos intelectuais.

Uma das tarefas actuais de alguns directores é fazer a ligação da comunidade com o museu, quer através de publicidade focalizada e de novas exposições quer ainda através de acções dos serviços educativos, fazendo-o, inclusivamente, com eventos públicos.

Gostaríamos de deixar registado o bom resultado do trabalho de equipa promovido pela DRAC aquando das comemorações do dia 18 de Maio (2001) – Dia Internacional dos Museus - promovendo no espaço público uma mostra de todos os museus da Região, iniciativa de grande visibilidade que deveria ter continuidade, pois um trabalho de equipa e de empenhamento colectivo vence com mais facilidade e entusiasmo o trabalho acrescentado às tarefas

¹⁷⁹ Yani Herreman, *Les musées et le tourisme: culture et consommation*, in *Museum International*, nº. 199, Paris, 2000, pp. 4-5.

indispensáveis do seu dia a dia. Numa acção conjunta e agregadora com todos os museus, independentemente das suas tutelas, conseguiram cativar o interesse do cidadão comum “transportando os seus museus para o espaço urbano” tentando uma prática bem conseguida, dinâmica e conforme os objectivos fundamentais duma museologia contemporânea. Estas iniciativas poderiam ocorrer também noutras datas especiais para a Região.

Muitas vezes as chefias têm que “remar contra a maré” até conseguir atingir os objectivos a que se propuseram, mas com uma certa persistência conseguem realizar trabalhos, dirigidos à comunidade local/regional, tendo em conta as necessidades da população. Tudo se ultrapassa quando as chefias têm autonomia para desenvolver projectos e programas, não se devendo argumentar no caso dos Museus da Secretaria Regional do Turismo e Cultura/DRAC, a falta de verbas, porque muitas vezes não existem, só porque se verifica a ausência de um trabalho visível.

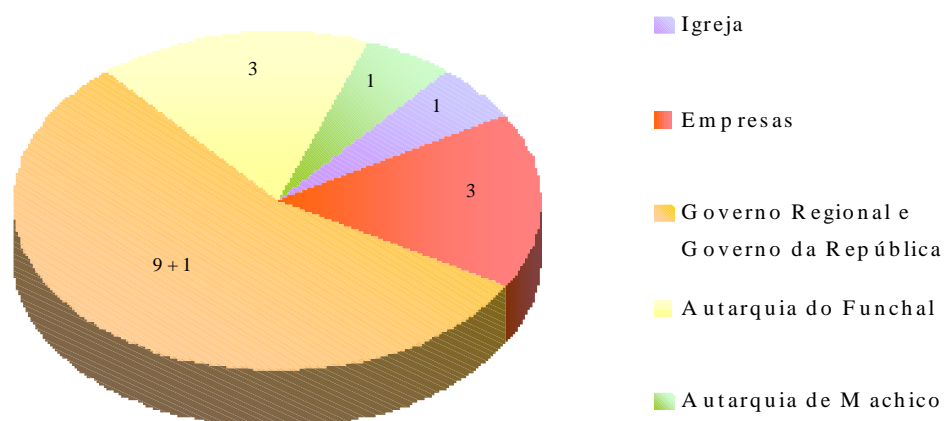
Assinalamos a preocupação por parte do organismo tutelar dos museus para com aqueles que estão à sua guarda, estando de momento a ser informatizados todos os acervos que lhe estão cometidos através do programa Matriz, indicado pela Rede Portuguesa de Museus.

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais possui projectos de novos museus para concretizar a curto e médio prazo, como seja o Museu da Imagem, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu da Emigração ou um Museu de Região. Também como projecto de novo museu gostaríamos de apontar como realidade a médio prazo o Museu de Electricidade no Porto Santo.

Existe diversidade na tutela dos museus da Região, mas é com alguma admiração que registamos que “...*Em relação a outras tutelas, verificam-se igualmente grandes disparidades, mas vale a pena destacar a excepcionalidade positiva do estado da Região Autónoma da Madeira ...*”¹⁸⁰

¹⁸⁰ *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000, p.13.

Gráfico nº. 4: Tutelas dos Museus



No caso das outras Secretarias Regionais – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais – Direcção Regional de Florestas, Secretaria Regional da Agricultura, Florestas e Pescas – Instituto do Vinho da Madeira e Secretaria Regional dos Recursos Humanos – Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira, estão pouco vocacionados e sensibilizados para esta área sugerindo-se uma maior ligação com a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, a quem está atribuída competência nesta área ou a dotação de um quadro de pessoal para o museu, no caso daqueles que o não possuem, caso do Museu do Vinho e do Instituto do Bordado, com meios humanos com formação em museologia. No caso do Jardim Botânico, sendo um dos museus com história, possui quadro orgânico, mas também não tem ninguém com formação na área de museologia o que faz com que não exista um trabalho rigoroso nesta vertente cuja realidade é sentida pela directora, sendo sintomático o facto de num espaço de 15 hectares apenas serem dispensadas ao Museu duas salas dentro da casa da quinta.

Numa apreciação sobre a realidade actual dos Museus de História Natural da Madeira existe uma grande preocupação por parte dos directores, relativamente à investigação, o que é de todo em todo lógico, tendo em conta a sua formação específica em Biologia, exercendo-se, em ambos os casos, de uma forma notória.

Relativamente aos museus da Câmara Municipal do Funchal, os espaços têm qualidade, mas não há orçamentos suficientes, tão pouco existem estruturas orgânicas, pois o Departamento de Cultura não tem orçamento próprio o que se reflecte no seu funcionamento. Quanto à outra autarquia possuidora de museu – Machico - espera –se que o novo projecto do Museu da Baleia

consiga atingir em todas as vertentes de Museu a que possui hoje, em relação, à investigação, o seu único ponto forte.

Existe ainda a realidade dos museus privados ou ligados a empresas – Madeira Wine, Biblioteca Museu Mário Barbeito de Vasconcelos e o Museu de Electricidade, sendo que apenas este último é museu uma vez que reúne os requisitos necessários para o funcionamento deste tipo de instituição. Neste sentido, e parafraseando Cristina Bruno, “*cabe afirmar que a museologia portuguesa apresenta, hoje, um perfil multifacetado, com projectos integrados às ideias da Nova Museologia e processos museológicos acorrentados aos problemas crónicos que os museus do século XIX legaram ao futuro*”¹⁸¹.

Existem outras unidades museológicas que registam o nome de Museu mas que de facto não passam de simples colecções, tais como os Museus do Vinho, Museu Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos e o Núcleo Museológico do IBTAM. Por outro lado verifica-se que a maior parte dos museus, não tem edifícios construídos com programas adequados à finalidade museológica.

Ao longo do trabalho fomos verificando que, para além dos valores das colecções que deram origem aos museus o que para nós é indiscutível, existe um outro factor igualmente relevante e ao qual não queremos deixar de prestar homenagem – o elemento humano – factor chave no meio museológico, tanto relativamente à sua criação como ao seu funcionamento.

Numa visão retrospectiva da génese dos museus da Madeira afirmamos, sem qualquer hesitação, que eles só foram criados, porque ao longo do tempo houve pessoas com muita persistência, muito empenhamento e sobretudo muita sensibilidade cultural para dotar uma Ilha, que nalguns casos não era sua por nascimento, mas por dedicação de vida, com equipamento e conhecimento que faria dela um local mais culto à semelhança dos países mais “civilizados”. De entre elas, destacaremos: o Conselheiro José Silvestre Ribeiro – Museu de Ciências Naturais; Padre Ernesto Schmitz – Museu do Seminário; Major Alberto Artur Sarmiento – Museu do Liceu; Sr. Adolfo César de Noronha – Museu de História Natural; D. António Manuel Pereira Ribeiro e Dra. Luiza Clode – Museu de Arte Sacra; Dra. Luiza Clode – Núcleo Museológico do IBTAM, Dr. Frederico de Freitas – Casa Museu Frederico de Freitas e impulsionador do Museu da Quinta

¹⁸¹ Cristina Bruno, *Museologia e Comunicação*, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 9, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, p. 98.

das Cruzes, Sr. Eleutério Reis, Dr. Rui Relvas e Dr. Manuel Biscoito – Museu da Baleia e Dr. Rui Relvas – Museu de Electricidade.

Depois da apreciação que foi feita à museologia da Região Autónoma da Madeira não temos dúvidas que com a ausência das pessoas que atrás enunciámos, sem o interesse partilhado das administrações e sem o apoio do Governo Regional, o panorama museológico da Região seria mais pobre, sem a diversidade temática que apresenta.

Através daqueles equipamentos culturais, a educação nivela-se por patamares mais elevados, indo ao encontro de sua realidade demográfica constituída por uma população, extremamente jovem, sendo que 62% têm idades inferiores a 40 anos, situando-se quase 1/3 abaixo dos 25 anos. O número de alunos matriculados é superior a 63 000, o que o torna um dos principais públicos dos museus e mostra que não foi em vão que *“Durante todo o século XX, a preocupação com a acção educativa dos museus é uma realidade que se intensifica na medida em que a educação passa também a ser entendida como uma das funções básicas dos museus. Com isso as transformações ocorridas nas Ciências da Educação, principalmente a partir da década de 60, influenciaram profundamente o entendimento de acção educativa desenvolvida por estas instituições”*.¹⁸²

A maioria dos museus possui serviço educativo, ou tem pelo menos organizado o acompanhamento dos grupos escolares, situação também proporcionada pela estreita relação que se tem alimentado entre a DRAC e a Secretaria da Educação uma vez que esta disponibiliza, sempre que possível, como atrás mencionámos, alguns colaboradores para os Serviços Educativos dos Museus.

Também verificámos que no Inquérito Anual aos Museus, a Madeira é referida, positivamente, no que se refere a este serviço. Todas as visitas escolares são gratuitas, em todos os museus, o que denuncia a preocupação com a vertente social, oferecendo cultura a todos os jovens, independentemente da sua classe social.

No que se refere aos técnicos superiores dos museus é perceptível a existência de formação museológica, nos que a possuem, tanto pela abordagem teórica como prática, evidenciando-se um maior à vontade na forma de tratamento das colecções, relação com os públicos, serviços educativos, bem como pela avaliação das próprias carências dos “seus”

¹⁸² Judite Primo, *Pensar Contemporaneamente a Museologia*, in «Museologia: Teoria e Prática», Cadernos de Sociomuseologia, nº. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999, p. 32.

museus.

É lógico e indiscutível que esta mesma formação, ou ausência dela, tem reflexos no funcionamento do museu, reflectindo mais e melhor trabalho se ela existir. Neste sentido parece-nos fundamental formação na área da museologia para os profissionais dos museus, pois “*O desafio que temos de assumir em conjunto é o de alterar decisivamente o estado dos museus em Portugal, expresso neste inquérito. E propomo-nos realizá-lo de novo, em 2006, com as alterações que a sua análise crítica há-de sugerir, na certeza que o retrato da museologia portuguesa terá então outros contornos, mais conformes com as exigências do trabalho museológico e com as dinâmicas económicas, sociais e culturais dos territórios envolventes.*”¹⁸³

A maior parte dos Museus possui boa documentação, quer relativamente ao seu conteúdo quanto à apresentação das colecções, como ao aspecto gráfico. Quase todos dispõem de Catálogo e Roteiro. Alguns apresentam ainda documentação útil para um Serviço Educativo.

Nos Guias de Turismo e em jornais da especialidade, nomeadamente “Madeira Island” publicitam-se a maior parte dos museus, não esquecendo que este é um dos públicos alvo das unidades museológicas da Madeira.

Como todas as instituições o museu contemporâneo evoluiu ao mesmo tempo que a sociedade, em geral, sofrendo, de facto, transformações e quer nós o queiramos ou não, ele é um dos protagonistas dos processos socioculturais e económicos tão complexos como a mundialização, o desenvolvimento permanente e o turismo, da mesma forma que “*Donald Horne, no “The great museum”,¹⁸⁴ considera que certos objectos expostos nos museus se tornaram relíquias sagradas e que o turismo é uma nova forma de peregrinação. É uma evolução imposta nos nossos dias pelo modo de comportamento turístico, que tem importantes repercussões de ordem técnica, social e económica. O que é que leva uma pessoa a percorrer centenas de milhares de quilómetros para ir olhar um objecto ou visitar um sítio histórico?*

¹⁸³ *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000, p.17.

¹⁸⁴ Donald Horne , *The great museum. The representation of history*, Pluto Press, 1984

*Como se pode sentir, ao contemplar uma obra num museu, uma emoção tão intensa que provoca uma perda de razão mais ou menos passageira como o síndrome de Stendhal?”*¹⁸⁵

¹⁸⁵ Yani Herreman, *Les musées et le tourisme: culture et consommation*, in *Museum International*, n°. 199, Paris, 2000, pp. 7-8.

Bibliografia

Bibliografia Citada

ALDEROQUI, Silvia - *Museus e Escolas: Sócios para Educar*, Buenos Aires, Paidós, 1996, pp. 182-183.

ALLARD, Michel e Boucher Suzanne - *Le Musée et L'École*, Québec, Editions Hurtubise, 1991, pp. 115 – 122.

----- *Éduquer au Musée*, Québec, Editions Hurtubise, 1998, pp. 60-61

ALMEIDA, Cristina Ferreira de - *Barcelona 1929*, Lisboa, Exposições Universais, 1998, p. 85.

ALMAÇA, Carlos - *Museus de Zoologia e Investigação Científica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia – APOM, Cadernos de Museologia, 1985, p. 30.

ÁLVAREZ, José Luis - *Sociedad, Estado y Patrimonio Cultural*, Espasa-Calpe, Madrid, 1992, p.314.

ANDRIEUX, Jean Yves - *Le Patrimoine Industriel*, Paris, Presses Universitaires de France- PUF, 1992, pp. 13-17.

O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira - CAAHM, 1944, pp. 43-44.

BLANCO, Ángela Garcia - *Didáctica del Museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1994, p. 70.

BRIGOLA, João Carlos - *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Séc. XVIII*, Évora, Tese de Doutoramento - Universidade de Évora, 2000, p.24.

BRINKMAN, Manus – *Discurso de Clausura*, in *Museos, patrimonio y turismo cultural*, Trujillo, ICOM - International Council of Museums, 2000, p. 87.

BRUNO, Cristina – *Museologia e Comunicação*, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 9, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, p. 98.

----- *Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos*, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 10, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997, pp. 37-41.

CANÊLHAS, Maria da Graça – *Museus Portugueses de História Natural – Perspectiva Histórica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Cadernos de Museologia, 1983, p. 51.

Catálogo do Museu da Cidade, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1986, p. 6.

Catálogo da Quinta das Cruzes, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, DRAC, p. 8.

Catálogo do Museu Henrique e Francisco Franco, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1987.

Catálogo do Museu de Arte Sacra, Edicarte, Lisboa, 1997, pp. 26-53.

Catálogo do Museu de Electricidade “Casa da Luz”, Edição da Empresa de Electricidade da Madeira, 1997.

CLODE, Francisco – *Francisco Franco e a Cidade Luminosa (1910-1923)*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1987, p. 112.

CLODE, Luiza, Introdução do «Catálogo do Museu de Arte Sacra», Edicarte, Lisboa, 1997, p.15.

----- *Bordado Madeira – A propósito de duas exposições*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1986, pp. 254-257.

CLODE, Luiza e Adragão José – *Madeira*, Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 183.

COSTA, Manuel Rafael Amaro da - *O Aproveitamento Hidráulico é a Obra de Maior Vulto Levada a Efeito no Arquipélago*, in “Diário Popular”, Edição Especial sobre a Madeira, Lisboa, 1952, p. 12.

COUTO, João - *Os Painéis flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955, p.32.

----- *Aspectos do Panorama Museológico Português*, in «Ocidente», vol. LXIII, Lisboa, 1962, pp. 314-315

CRUZ, Silvano Porto da - *Achegas para a Criação de um Museu Etnológico do Arquipélago da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1986, pp. 265-266.

DAUMAS, Maurice - *L' Archeologie Industrielle en France*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1980, pp. 444.

DAVALLON, Jean - *L'exposition à l'œuvre*, Paris, L' Harmattan, 1999, pp. 263-266.

À la découverte de la Grande Galerie de l'Evolution, Paris, Museum National D'Histoire Naturelle, 1994, p. 23.

DUFRESNE-TASSÉ, Collette - *Psychologie du Visiteur de Musée*, Québec, Editions Hurtubise, 1996, pp. 158-160.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso - *Museologia, Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*, Madrid, Ediciones Istmo, 1993, p. 162.

FRIEDL, Alfred - *Enseñar ciencias a los niños*, Barcelona, Gedisa, 2000, pp. 19-25.

GAMARRA, José Miguel - in «*Museos, patrimonio y turismo cultural*» Trujillo, International Council of Museums - ICOM, 2000, p. 25.

GOMES, Alberto - *A Exposição de Ourivesaria Sacra realizada no Convento de Santa Clara Apresentou Verdadeiras Jóias de Inestimável Valor*, in “Diário Popular” – Edição Especial Madeira, Lisboa, 1952, p. 13.

Guia de Turismo Madeira e Porto Santo, Funchal, Edição da Empresa de Publicidade e Comércio dos Açores e Madeira, s.d., pp.24-25.

HERREMAN, Yani - *Les musées et le tourisme: culture et consommation*, Paris, Museum International n°. 199, UNESCO, 1998 p.7.

----- - *Turismo cultural, patrimonio y museos en América Latina: un enfoque humanista*, in *Museos, patrimonio y turismo cultural*, Trujillo, International Council of Museums - ICOM, 2000, p. 31-32.

Code de Déontologie de l' Icom pour les Musées, Paris, International Council of Museums - ICOM, Maison de l'UNESCO, 2002, p. 26.

Inquérito aos Museus em Portugal, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2000, pp. 85-86.

O Vinho na História e Património da Cidade do Funchal, Funchal,
Instituto do Vinho da Madeira. s.d., pp. 1-14

JANEIRA, Ana Luísa - *Fazer-ver para Fazer-saber. Os Museus das Ciências*, Lisboa,
Edições Salamandra, 1995, pp. 39-40.

JORGE, Artur Ricardo - *Museus de História Natural*, Separata dos Arquivos do Museu
Bocage, XII, 1941, Lisboa, 1943, p. 37.

“*Diário Popular*” de 17 de Maio de 1952, Edição Especial sobre a Madeira, p. 6.

JUSTICIA, Maria José – *Historia Y Teoria de la Conservación Y Restauración Artística*,
Madrid, Editorial Tecnos, 2000, pp. 407- 413.

MACEDO, Diogo de – *Antologia Francisco Franco*, in «*Revista Atlântico*», Funchal,
1985, p. 307.

MARQUES, António Henriques de Oliveira - *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas
Editores, 1976, pp. 347-348.

MARTINS, António Frias - *História Natural – Sistemática*, in «1º. Encontro das
Instituições Museológicas dos Açores», Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 1994, p.
137.

MENDES, José Amado - *A Central Térmica dos HUC (Edifício das Caldeiras)*
Monumento Industrial e preservar e Reutilizar, Coimbra, 1990, pp. 203-204.

MESTRE, Victor – *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002, pp.
237, 246, 248, 249 e 254.

MOUTINHO, Mário - *A Construção do Objecto Museológico*, Lisboa, Edições
Universitárias Lusófonas, 1994, p. 16.

NABAIS, António - *Museus*, in «Dicionário Enciclopédico da História de Portugal», n.º 2, Lisboa, Edições Alfa, 1982, p. 20.

----- *Museus na Actualidade*, in “Iniciação à Museologia”, coordenado por Maria Beatriz Rocha Trindade, Lisboa, Universidade Aberta, 1993. pp. 65-66 e 72.

PAVÃO, Luís - *Conservação de Coleções de Fotografia*, Lisboa, Dinalivro, 1997, pp. 195-196.

PESTANA, César - *A Madeira – Cultura e Paisagem*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1985, p. 45.

PEREIRA, Fernando António Baptista - *Questões e Problemas do Panorama Museológico Português na Actualidade*, in «1.º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores», Ponta Delgada, 1994, p. 14.

PEREIRA, Jaime Azevedo - *Os Vimes na Ilha da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1986 p. 52.

PEREIRA, Padre Eduardo Clemente Nunes - *Ilhas de Zargo*, Vol. II, Funchal, 1967, p. 740.

PRIMO, Judite - *Pensar Contemporaneamente a Museologia*, in «Museologia: Teoria e Prática», Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, n.º. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, p. 32.

RAMOS, Paulo Oliveira - *Breve História do Museu em Portugal* in “Iniciação à Museologia” coordenado por Maria Beatriz Rocha Trindade, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

RASSE, Paul - *Techniques et Cultures au Musée*, Lion, Presses Universitaires de Lion – PUL, 1997, pp. 158-159.

RIBEIRO, José Silvestre Ribeiro - *História dos Estabelecimentos Litterarios e Artisticos de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1872, pp. 205-206.

RIEU, Alain-Marc - *Les visiteurs et leur musées – Le cas des musées de Mulhouse*, Paris, La Documentation Française, 1988, p. 203.

RIVIÈRE, Georges Henri - *La Museologia: Curso de Museologia/Textos Y testimonios*, Madrid, Tradução de Antón Rodríguez Casal, Ediciones AKAL, 1993, p. 383.

RELVAS, Rui - *Cachalotes – A última pesca nos mares da Madeira – e depois?* in Jornal “*Diário de Notícias*” de 20 de Maio de 1984, Funchal, 1984.

Roteiro do Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, Funchal, s.d.

Roteiro da “Photographia Museu Vicentes 1846- 1982”, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, s.d.

Roteiro do Museu dos Baleeiros – Açores, s.d.

SERRÃO, Joel – *Açúcar*, Dicionário da História de Portugal, Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 24.

SILVA, Padre Fernando Augusto da, e Carlos Azevedo de Meneses - *Elucidário Madeirense*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Vol. II, III, p. 236.

SOUSA, Amândio de - *Um lugar ao sol para os museus*, in «*Revista Atlântico*», Funchal, 1985, pp. 95-97.

TEIXEIRA, Madalena - *Primórdios da investigação e da actividade museológica em Portugal*, Espanha, Revista de Museologia, RDM, 2000, p. 30.

VIEIRA, Alberto - *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1996, 1ª. Edição, pp. 154-155.

----- *Os Engenhos de Açúcar e Aguardente na Madeira – Situação Actual*, Retirado em 20 de Dezembro de 2002, às 22,30 da World Wide Web: ceha-madeira.net.

----- *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Ponta Delgada, Marinho Matos, 1991, pp. 10-12.

----- *Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX*, retirado em 22 de Novembro de 2002 às 23,40, da World Wide Web: www.ceha-madeira.net.

VIEIRA, João - *A Baleação e a Identidade Cultural numa Ilha: O Projecto de Recuperação da Fábrica Baleeira do Boqueirão – Um Modelo Museológico Inserido em Realidades Locais*, in «Cadernos de Sociomuseologia», Lisboa, Actas do V Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, p. 108.

VIEIRA, Rui - *Sobre o Jardim Botânico da Madeira*, in «Revista Atlântico», Funchal, 1985, pp. 102-103.

ZAGALO, Manuel Cayola - *Museu de Arte no Funchal*, Lisboa, I Congresso Nacional de Turismo, 1936, p.7.

Bibliografia de Referência

ALMAÇA, Carlos - *Museus de Zoologia e Investigação Científica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, 1985.

O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, 1969.

Os aproveitamentos hidráulicos e a electrificação da Madeira, Funchal, Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, 1962.

Arte Flamenga, Museu de Arte Sacra do Funchal, Museus da Madeira, Edicarte, 1997

BARY, Marie-Odile de e Tobelem, Jean-Michel - *Manuel de Muséographie*, Biarritz, Séguier, 1998.

BARZILAY, Marianne e outros - *Exposer, Exhiber*, Paris, Les Editions de La Villette, 1995.

BASTOS, Lília da Rocha e outras - *Manual para a elaboração de projectos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 3ª. Edição, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENHAMOU, Françoise - *L'économie de la culture*, Paris, Éditions La Découverte, 2000.

BRUNO, Cristina - *Museologia e Comunicação*, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 6, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1996.

----- *Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos*, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 10, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1997.

Museologia: Teoria e Prática, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia nº. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1999.

CANÊLHAS, Maria da Graça Salvado - *Museus Portugueses de História Natural. Perspectiva História*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, 1983.

CHAGAS, Mário de Sousa - *Cadernos de Museologia*, nº. 2, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1994

COUTO, João - *Os painéis flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955.

CATÁLOGOS dos Museus: Museu de Arte Contemporânea, Museu de Arte Sacra, Museu da Cidade, Museu de Electricidade “Casa da Luz”, Museu Henrique e Francisco Franco, Museu Quinta das Cruzes.

“DIÁRIO POPULAR” Jornal, Edição Especial sobre a Madeira, Lisboa, 17 de Maio de 1952

DAVALLON, Jean - *L'exposition à l'œuvre – Stratégies de communication et médiation symbolique*, Paris, L'Harmattan, 1999.

ECO, Humberto - *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Vila da Feira, Editorial Presença, 3ª. Edição, 1984.

Elucidário Madeirense, Volumes I, II e III, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1998.

FERNANDEZ, Luis Alonso - *Museologia – Introdução a la teoria y práctica del museo*, Madrid, Edições Fundamento Maior, 1993.

GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo*, in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol, I, nº. 1, Lisboa, 1985.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa/Rio de Janeiro, s.d.

HERNANDEZ, Francisca Hernandez - *Manual de Museologia*, Madrid, Col. “Biblioteconomia Y documentación”, Editorial Síntesis, 1998.

ILHARQ – *Revista de Arqueologia e Património Cultural da Madeira*, Machico, Archais, nº. 0, 2000.

ICOM, *Museos, patrimonio y turismo cultural*, Trujillo, 2000

ICOM, “II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa”, Lisboa, 1989.

ICOM, “V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa”, Lisboa, 2001.

Inquérito aos Museus em Portugal. Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Observatório das Actividades Culturais, 1ª. Edição, Lisboa, 2000.

JANEIRA, Ana Luísa - *Fazer-ver para Fazer-saber. Os Museus das Ciências*, Edições Salamandra, Lisboa, 1995.

LEITE, Jerónimo Dias - *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Alfa SA ,nº.35 Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989.

LORD, Barry e Gail Dexter - *Manual de Gestion de Museos*, Barcelona, Edições Ariel, 1998.

“MADEIRA” – Edição especial do Jornal Correio da Manhã de 22 de Abril de 1999.

MATERIAL Audiovisual do Museu Etnográfico da Ribeira Brava e do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

“*Madeira Island*”- Jornal, April/May, June/July 2001.

MOUTINHO, Mário Cânova - *A construção do objecto museológico*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1994.

Museos y Museologia em Portugal, Revista de Museologia, Espanha, Fevereiro de 2000.

“MUSEUM”, UNESCO, Paris, n.ºs 155 de 1987, 199 de 1998 e 200 de 1998

Museus Palácios e Fundações – Legislação 2.º Vol., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1983.

NABAIS, António - *Museus*, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Lisboa, Alfa, vol. 2, 1982.

NASCIMENTO, Rosana – *A Historicidade do Objecto Museológico*, Cadernos de Museologia, n.º. 3, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1994.

----- - *O Objecto Museal, sua Historicidade: Implicações na Ação Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu*, Cadernos de sociomuseologia, n.º. 11, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1998.

Panorama Museológico Português: carências e potencialidades, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Porto, 1979.

Panorama Museológico Nacional – Perspectivas para a década de 90 – Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Funchal, 1990.

PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia Tradicional Portuguesa – Sistema de Serração de Madeiras*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1990.

PEREIRA, Eduardo Clemente - *As ilhas de Zargo*, Vol. II, Funchal, 1967.

PESTANA, César - *A Madeira – Cultura e Paisagem*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC , Funchal, 1985.

PRIMO, Judite - *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, nº. 15, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1999.

QUIVY Raymond e Campenhoudt, Luc Van - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1ª. Edição, 1992.

RASSE, Paul - *Techniques et Cultures au Musée*, Lion, Presses Universitaires de Lion - PUL, 1997.

Revista ATLÂNTICO, Funchal, números referentes aos anos 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989.

Revista ISLENHA, Funchal, nºs. 12,19 e 25

Revista XARABANDA, Funchal. nº. 4 de 1993

RIBEIRO, José Silvestre - *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artisticos de Portugal*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1872 a 1889.

RICO, Juan Carlos - *Museos, Arquitectura Arte: los espacios expositivos*, Madrid, Edições Sílex, 1994.

----- *Montaje de Expositions: museos, arquitectura, arte*, Edições Sílex, Madrid, 1996.

RIEU, Alain-Marc - *Les visiteurs et leurs musées – Le cas des musées de Mulhouse*, Paris, La Documentation Française, 1988.

RIVIÈRE, Georges Henri - *La Museologia: Curso de Museologia/Textos y testimonios*, Tradução de Antón Rodríguez Casal, Col. “Arte e Estética nº. 30, Madrid, Ediciones Akal, 1993.

ROTEIROS dos Museus: Núcleo Museológico do Açúcar, Núcleo Museológico do IBTAM, Fotografia Museu “Vicentes”, Roteiro Colectivo dos Museus da DRAC, Roteiro do Instituto do Vinho Madeira, Roteiro do Museu de Electricidade “Casa da Luz”

SANTOS, Maria Célia Moura - *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus*, Salvador, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Baía, UFBA, 1993.

----- *Processo museológico e Educação: construindo um museu didáctico-comunitário*, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia nº. 7, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 1996.

SCHAER, Roland - *L'invention des musées*, Paris, Col. Découvertes Gallimard, Edições Réunion des Musées Nationaux, 1993.

SCHIELE, Bernard et Koster, Emlyn - *La Revolution de la Muséologie des Sciences*, Lion, Presses Universitaires de Lion - PUL, 1998.

SERRÃO, Joel - *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.

Sobre o Conceito de Museologia Social - Cadernos de Sociomuseologia nº. 1, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1993

SUANO, Marlene - *O que é Museu*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Madalena Brás - *Os Primeiros Museus Criados em Portugal*, Lisboa, Bibliotecas, Arquivos e Museus, vol. 1, (1), 1984.

THOMSON, Garry - *El Museo Y su Entorno*, Madrid, 2ª. Edição, tradução Isabel Balsinder, col. “Arte e Estética”, Ediciones Akal, 1998.

TREMBLEY, François e outros - *Exhibition Budgeting*, ICOM-ICEE – International Committee for exhibition exchange - Committee Québec.

TRINDADE, Maria Beatriz - *Iniciação à Museologia*, nº. 54, Universidade Aberta, Lisboa, 1993.

VIEIRA, Alberto - *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Ponta Delgada, Signo, 2ª. Edição, 1991.

VIEIRA, Alberto e Clode Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Edição Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional Turismo e Cultura, 1ª. Edição, 1996.

O Vinho na História e Património da Cidade do Funchal – Catálogo do Instituto do Vinho da Madeira, Funchal, s/d.

WARNIER, Jean-Pierre - *Construire la culture matérielle*, Paris, Presses Universitaires de Paris - PUF, 1999.

----- *A Mundialização da Cultura*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

ZAGALO, Manuel Cayola - *Pinturas dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira (Depois do seu Restauro)* Catálogo, Funchal, 1955.

----- *Museu de Arte no Funchal*, Lisboa, 1936.

Bibliografia Sobre Museologia e Educação

AGUILERA. Carmen e Villalba Maria - *Vamos al Museo!*, Madrid, Narcea Ediciones, 1998.

ALDEROQUI, Silvia - *Museos y escuelas: socios para educar*, Buenos Aires, Editora Paidós, 1996.

ALLARD, Michel e Boucher, Suzanne - *Le Musée et l'École*, Québec, Éditions Hurtubise, 1991.

----- - *Éduquer au Musée*, Québec, Éditions Hurtubise, 1998.

BLANCO, Ángela Garcia - *Didáctica del Museo – El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1994.

DUFRESNE-TASSÉ ,Colette & Lefebvre, André - *Psychologie du Visiteur de Musée*, Québec, Éditions Hurtubise, 1996.

A Escola vai ao Museu, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Lisboa, 1987

Évaluation et éducation muséale: nouvelles tendances, ICOM – International Council of Museums, Committee for Education and Cultural Action - CECA, 1998

FERNANDEZ, Luis Alonso - *Museologia, Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*, Madrid, Ediciones Fundamento Mayor, 1993.

FRIEDL, Alfred E - *Enseñar ciencias a los niños*, Barcelona, Editorial Gedisa, 2000.

HÉRITIER-AUGÉ, Françoise - *Les Musées de l'Éducation nationale – Mission d'étude et de réflexion*, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale, 1991.

HERNANDEZ, Francisca Hernandez - *Manual de Museologia*, Col. “Biblioteconomia y documentación”, Madrid, Editorial Síntesis, 1998.

HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Los museos y sus visitantes*, Madrid, Edições Trea, 1998.

Museus e Educação - Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Lisboa, 1971

NASCIMENTO, Rosana - *O Objecto Museal, sua Historicidade: Implicações na Acção Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu*”, Cadernos de Sociomuseologia, n.º 11, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1998.

RIEU, Alain-Marc - *Les visiteurs et leurs musées – Le cas des musées de Mulhouse*, Mulhouse, Centre de culture scientifique, technique et industrielle de Mulhouse - Cestim, 1988.

RIVIÉRE, Georges Henri - *La Museologia: Curso de Museologia/ Textos y testimonios*, Madrid, Tradução de Antón Rodríguez Casal, col. “Arte e Estética n.º. 30”, Edições Akal, 1993.

SANTOS, Eloísa Pérez - *Estudio de Visitantes en Museos – metodología y aplicaciones*, Gijón, Edições Trea, 2000.

SANTOS, Maria Célia Moura - *Repensando a Acção Cultural e Educativa dos Museus*, Salvador, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia - UFBA, 1993.

----- *Processo museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário*, Cadernos de Sociomuseologia nº. 7, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1996.

TEBOUL, René e Champarnaud, Luc - *Le Public des Musées*, Paris, L'Harmattan, 1999.

TEODORO, António - *Educar, promover, emancipar*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2001.

THINESSE-DEMEL, Jutta - *Education as a Tool for Museums*, Munich, Bayerischer Volkshochschulverband, 2001.

Bibliografia Sobre Museologia e Património

Arqueologia e Indústria - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - APAI, Vol. 1, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

Arqueologia e Indústria - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - APAI, Vol. 2/3, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

Arqueologia Industrial - Museu da Ciência e Indústria, III Série, Vol. I, n.º 1/2, Porto, 1997.

Arqueologia Industrial - Museu da Ciência e Indústria, III Série, Vol. II, n.º 1/2, Porto, 1998.

I^{as}. Jornadas Ibéricas del Patrimonio Industrial y la Obra Pública, Junta de Andaluzia – Consejería de Cultura y Medio Ambiente, 1994.

II Jornadas Ibéricas do Património Industrial, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - APAI, 1994.

1.º. Encontro Internacional Sobre Património Industrial e sua Museologia, Lisboa, APOREM – Associação Portuguesa de Empresas com Museu, Museu da Água da EPAL, 1999.

1.º. Encontro Nacional Sobre o Património Industrial, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - APAI, Coimbra Editora, 1990.

ÁLVAREZ, José Luis - *Sociedad, Estado Y Patrimonio Cultural*, Madrid, Edición Espasa-Calpe, 1992.

ANDRIEUX, Jean-Yves - *Le Patrimoine Industriel*, Paris, Presses Universitaires de Paris
- PUF, 1992

DAUMAS, Maurice - *Histoire Général des Techniques*, Paris, Presses Universitaires de
France – PUF, 5 vol., 1962-1979.

----- *L'Archéologie Industrielle en France*, Paris, Éditions Robert Laffont,
1980.

HONHON, J. - *À la Rencontre de Notre Passé Industriel*, Bruxelles, Touring Club de
Belgique, s.d.

HUDSON, Kenneth - *World Industrial Archeology*, Cambridge, Londres, New York,
Melbourne, Cambridge University Press, 1979.

ICOM – International Council of Museums, *Museos, patrimonio y turismo cultural*,
Trujillo, 2000.

ICOM – International Council of Museums, “II Encontro de Museus de Países e
Comunidades de Língua Portuguesa”, Lisboa, 1989.

ICOM - International Council of Museums, “V Encontro de Museus de Países e
Comunidades de Língua Portuguesa”, Lisboa, 2001.

JACOMY, Bruno - *Une Histoire des Techniques*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.

JUSTICIA, Maria José Martínez - *História Y Teoria de la Conservación Y Restauración
Artística*, Madrid, Editorial Tecnos, 2000.

MATOS, Ana Maria - *Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal
Oitocentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

MENDES, José Maria Amado - *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*, Coimbra, 1984.

MOUSSET, Jean-Luc - *L'Industrialisation du Luxembourg de 1800 à 1914*, Luxembourg, 1988.

Museologia e Arqueologia Industrial – Estudos e Projectos, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial – APAI, 1991.

“*MUSEUM*”, Paris, UNESCO n.º.s 155 de 1987, n.º 199 de 1998 e n.º. 200 de 1998.

NEGRI, A - *Archeologia Industriale*, Milano, TCI, 1983

OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernandes, PEREIRA, Benjamim - *Sistemas de Moagem*, INIC, Lisboa, 1983.

Le Patrimoine Industriel, Vol. I, Paris, Rapports Nationaux 1978-1981, ICCIH, 1981.

Panorama Museológico Português: carências e potencialidades, Porto, Associação Portuguesa de Museologia - APOM, 1979.

“*Panorama Museológico Nacional – Perspectivas para a década de 90*” – Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia - APOM, Funchal, 1990.

PINARD, Jacques - *L'Archeologie Industrielle*, Paris, Presses Universitaires de Paris – PUF, 1985.

PRIMO, Judite - *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, n.º. 15, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, Lisboa, 1999.

RASSE, Paul - *Techniques et Cultures au Musée*, Lion, Presses Universitaires de Lyon – PUL, 1997.

REIS, Jaime, - *O Atraso Económico Português – 1850 -1930*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda - INCM, 1993.

RODRIGUES, Manuel e Mendes, José Amado - *História da Indústria Portuguesa*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1999.

Sauvegarde et mise en valeur des sites d'archéologie industrielle – Bruxelles, Commission européenne, Euromusées, 2001.

Seminário de Arqueologia Industrial - Instituto Português do Património Cultural, Porto, Associação Industrial Portuense, 1984.

VITERBO, Sousa - *Arqueologia Industrial Portuguesa – os moinhos*, in «Archeologo Português», vol. II, nº. 8 e 9, 1986.

WARNIER, Jean-Pierre - *Construire la culture matérielle*, Paris, Presses Universitaires de Paris, PUF, 1999

----- *A Mundialização da Cultura*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

Índice de Quadros

Quadro nº. 1: Turismo /Número de Barcos e Passageiros em Trânsito	19
Quadro nº. 2: Número de Turistas	20
Quadro nº. 3: Evolução do Turismo no Arquipélago	22
Quadro nº. 4: Quadro Comparativo entre a criação dos Museus do Continente e os da Madeira. 54	
Quadro nº. 5: Museus da Madeira – Tutelas	58
Quadro nº. 6: Museus da Madeira – Décadas de Desenvolvimento.....	61
Quadro nº. 7: Estatística de Visitantes do Museu Quinta das Cruzes	92
Quadro nº. 8: Estatística de Visitantes do Jardim Botânico	109
Quadro nº. 9: Estatística de Visitantes do Museu Vicentes.....	115
Quadro nº. 10: Estatística de Visitantes do Museu Francisco Franco	124
Quadro nº. 11: Estatística de Visitantes do Museu Frederico de Freitas.....	133
Quadro nº. 12: Estatística de Visitantes do Museu Barbeito	136
Quadro nº. 13: Estatística de Visitantes da Casa de Colombo	139
Quadro nº. 14: Estatística de Visitantes do Museu da Baleia.....	145
Quadro nº. 15: Estatística de Visitantes do Museu de Arte Contemporânea	149
Quadro nº. 16: Estatística de Visitantes do Palácio de S. Lourenço	153
Quadro nº. 17: Estatística de Visitantes do Museu Etnográfico.....	158
Quadro nº. 18: Estatística de Visitantes do Núcleo Museológico do Açúcar.....	167
Quadro nº. 19: Estatística de Visitantes do Museu de Electricidade.....	179
Quadro nº. 20: Museus da Madeira – Acervo	180
Quadro nº. 21: Museus da Madeira – Quadro de Pessoal	182
Quadro nº. 22: Museus da Madeira – Estatística de Visitantes	190
Quadro nº. 23: Museus da Madeira – Cronologia Geral	215
Quadro nº. 24: Museus da Madeira – Tipologia.....	217

Índice de Gráficos

Gráfico nº. 1: Museus da Madeira – Evolução do Turismo no Arquipélago (1946-1950)	23
Gráfico nº. 2: Museus da Madeira – Evolução do Turismo no Arquipélago (1995 – 2001).....	23
Gráfico nº. 3: Museus da Madeira – Décadas de Desenvolvimento	62
Gráfico nº. 4: Tutelas dos Museus	221

Índice Remissivo Temático

- Acervo, 11, 71, 83, 84, 86, 88, 91, 93, 106, 114, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 142, 148, 153, 157, 161, 162, 175, 176, 177, 179, 209, 211
- Açúcar, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 46, 58, 61, 62, 85, 99, 123, 124, 125, 127, 130, 141, 142, 159, 169, 170, 171, 172, 173, 188, 195, 197, 199, 200, 208, 209, 210, 216, 217, 218, 224, 226, 240, 249
- Autarquia, 59, 60, 61, 205, 230
- Cidadania, 173
- Colecção, 31, 32, 69, 70, 72, 75, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 157, 163, 165, 166, 167, 177, 184, 217, 218, 221
- Comunidade, 4, 44, 45, 77, 93, 94, 96, 100, 106, 122, 137, 149, 150, 158, 162, 164, 172, 181, 183, 205, 216, 227, 228
- Cultura, 5, 9, 12, 13, 17, 18, 19, 28, 29, 59, 60, 67, 73, 74, 79, 94, 95, 105, 106, 114, 117, 120, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 137, 141, 146, 147, 154, 157, 160, 161, 162, 163, 168, 183, 194, 202, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 221, 227, 228, 229, 231, 244, 245, 246, 249, 253, 256
- Desenvolvimento, 3, 7, 10, 16, 28, 36, 38, 71, 73, 74, 81, 89, 94, 111, 156, 158, 159, 161, 162, 164, 179, 182, 183, 184, 209, 215, 216, 226, 232
- Educação, 3, 4, 40, 48, 76, 79, 81, 89, 92, 101, 105, 106, 111, 114, 134, 135, 137, 147, 148, 149, 154, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 181, 182, 211, 216, 231
- Engenho, 10, 11, 13, 159, 208, 209, 218
- Exposição, 6, 39, 64, 65, 76, 77, 78, 82, 86, 91, 92, 98, 100, 101, 103, 105, 108, 110, 111, 118, 125, 127, 129, 133, 135, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 181, 212
- Formação, 4, 35, 67, 83, 89, 90, 101, 109, 110, 118, 120, 122, 134, 135, 137, 146, 153, 154, 157, 162, 166, 171, 173, 179, 180, 194, 214, 216, 229, 231
- Memória, 81, 82, 96, 144, 146, 147, 164, 179, 183, 210, 211
- Museologia, 4, 37, 39, 68, 83, 89, 90, 94, 105, 110, 111, 117, 118, 121, 124, 134, 135, 144, 162, 166, 170, 171, 173, 179, 182, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 253, 255
- Museu, 3, 4, 6, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137,

138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147,
148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157,
158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166,
168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176,
177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185,
186, 205, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215,
216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 227,
228, 229, 230, 231, 232, 235, 240

Património, 4, 6, 7, 17, 20, 40, 41, 44, 45, 46, 47,
48, 51, 52, 67, 90, 95, 96, 97, 107, 115, 117,
121, 122, 128, 148, 156, 157, 159, 160, 162,
173, 174, 175, 185, 191, 194, 200, 201, 204,
205, 209, 212, 213, 217, 218, 220, 221, 238,
245, 246, 249, 253, 255, 256

Política, 13, 81, 84, 100, 120, 159, 166, 212,
215, 217

População, 3, 7, 9, 10, 16, 38, 72, 94, 97, 123,
143, 164, 166, 175, 181, 209, 213, 227, 228,
231

Social, 4, 7, 20, 29, 46, 49, 73, 78, 93, 107, 115,
123, 158, 168, 183, 199, 200, 205, 209, 227,
231, 232

Turismo, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 59, 60, 74,
79, 93, 95, 105, 106, 111, 114, 117, 120, 121,
122, 134, 137, 139, 141, 143, 144, 147, 150,
152, 156, 158, 168, 191, 203, 205, 207, 211,
212, 213, 214, 215, 217, 226, 227, 228, 229,
232, 237, 244, 246, 249, 254

Vinho, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 46, 48, 49, 53, 119,
120, 121, 122, 123, 125, 138, 139, 140, 168,
200, 229, 238

Visitante, 78, 94, 106, 123, 138, 139, 154, 168,
173, 184, 205

Índice Remissivo de Instituições

Câmara Municipal, 1, 10, 14, 47, 59, 60, 61, 71,
72, 73, 74, 75, 114, 124, 125, 126, 128, 145,
169, 172, 176, 179, 203, 216, 229, 235

Empresa, 52, 60, 61, 83, 121, 139, 140, 146,
148, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182,
184, 185, 216, 217, 236, 237

Governo Regional, 7, 16, 42, 44, 50, 59, 60, 61,
79, 90, 99, 101, 110, 114, 115, 118, 151, 160,
167, 176, 214, 216, 231

ICOM, 3, 4, 19, 51, 157, 158, 183, 235, 237,
244, 245, 249, 250, 254

Igreja, 10, 35, 40, 59, 68, 69, 97, 98, 100, 102,
103, 104, 105, 126, 127, 129, 142, 221, 222

IPM, 110, 224

ULHT, 243, 246, 247, 248, 251, 252, 256

UNESCO, 6, 217, 237, 245, 255